ALIANÇA GLOBAL
CONTRA A FOME
E A POBREZA

A CORRIDA PARA 2030

Avanços recentes no combate à fome
e à pobreza e lições para sua aceleração



A CORRIDA PARA 2030

Citação sugerida:

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. (2026). *A Corrida para 2030: Avanços recentes no combate à fome e à pobreza e lições para sua aceleração*. Genebra: UNRISD.

Contato:

Mecanismo de Apoio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza
Email: contact@endhungerandpoverty.org

Editora:

United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)
Palais des Nations, Avenue de la Paix 8-14, 1211 Genebra
www.unrisd.org

ISBN 978-92-9085-146-2
Novembro de 2026
© Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Direitos autorais e isenção de responsabilidade:

O uso comercial desta publicação editada pelo UNRISD não é permitido sem o consentimento por escrito da Aliança Global.

As designações empregadas e a apresentação do material neste produto informativo não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza ou de seus membros, no que diz respeito ao status jurídico ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, nem no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites.

A menção a empresas específicas ou produtos de fabricantes, tenham ou não sido patenteados, não implica que estes tenham sido endossados ou recomendados pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza ou por seus membros em detrimento de outros de natureza semelhante que não sejam mencionados.

As opiniões expressas neste produto informativo são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões ou políticas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza ou de seus membros.

Foto da capa: © FAO/Pep Bonet.

ÍNDICE

v Prefácio

vii Agradecimentos

ix Abreviações

xi Mensagens-Chave

xix Introdução: A Corrida para 2030

1 Progresso Global no Combate à Fome e à Pobreza

2 1.1 Tendências globais da fome

6 1.2 Tendências globais da pobreza

13 A Aliança Global Em Ação

13 2.1 Reforçando o consenso globalmente, atuando em conjunto localmente

19 2.2 Cumprindo nossos compromissos: destacando as ações dos membros da Aliança

24 2.3 Proteção social e inclusão econômica para erradicar a fome e a pobreza (2025–2026)

31 2.4 Apoio à agricultura de pequena escala resiliente, acesso à água e outras soluções

40 2.5 Alimentação escolar, nutrição infantil e apoio à maternidade

57 Lições Para Acelerar o Processo Até 2030

58 3.1 O que funciona já é conhecido: pontos em comum na Cesta de Políticas

59 3.2 O último trecho é o mais difícil: concentração, fragilidade e dívida

63 3.3 Proteção e crescimento: duas metades de uma estratégia

66 3.4 Construindo para durar onde é mais difícil

68 3.5 Trabalhando em conjunto: o que a Aliança aprendeu

73 Definições e metodologia

75 Referências

83 Anexo 1: Cumprindo nossos compromissos

LISTA DE **FIGURAS**

3 **Figura 1.**
Prevalência da subnutrição e número de pessoas subnutridas no mundo, 2010–2025

4 **Figura 2.**
Prevalência de subnutrição nas regiões e sub-regiões, 2015–2025

5 **Figura 3.**
Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e nas regiões, 2015–2025

7 **Figura 4.**
Tendências globais e regionais da pobreza: 1990–2026

8 **Figura 5.**
O fardo desproporcional sobre as crianças

9 **Figura 6.**
A evolução da proporção da pobreza extrema: países de baixa renda

24 **Figura 7.**
Cobertura da proteção social por população e grupo de renda dos países —
uma comparação entre 2015 e 2023

28 **Figura 8.**
Dois bilhões de pessoas em países de baixa e média renda permanecem sem cobertura
ou com cobertura inadequada de proteção social

31 **Figura 9.**
Número de países que atingirão a meta global de resiliência até 2030

61 **Figura 10.**
Grande para os mais pobres, pequeno para o mundo

65 **Figura 11.**
Proteção, capital humano e crescimento na Cesta de Políticas

PREFÁCIO

A promessa da Agenda 2030 é que ninguém seja deixado para trás. Nas últimas décadas, foram alcançados avanços significativos na redução da pobreza e da fome, demonstrando que o compromisso político e políticas públicas eficazes podem transformar vidas. No entanto, faltando menos de quatro anos para o prazo final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a fome e a pobreza continuam a negar os direitos fundamentais e a oportunidade de viver com dignidade de milhões de pessoas. O desafio que temos diante de nós é claro: precisamos transformar nossos compromissos coletivos em resultados mais rápidos, mais ambiciosos e duradouros.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi criada em 2024 em resposta a esse desafio urgente. Como copresidentes, o Brasil e a Espanha compartilham uma forte convicção: a fome e a pobreza não são inevitáveis, e políticas públicas comprovadas podem fazer uma diferença transformadora quando são apoiadas por liderança política, recursos adequados e cooperação internacional sustentada.

A experiência dos dois primeiros anos da Aliança reforça tanto a promessa da ação coletiva quanto a magnitude da tarefa que temos pela frente. Em diversos países e regiões, governos e parceiros estão trabalhando para ampliar a proteção social, fortalecer a inclusão econômica, apoiar pequenos agricultores, melhorar o acesso à água e promover a alimentação escolar e a nutrição materno-infantil. Esses esforços demonstram o valor de políticas baseadas em evidências, adaptadas aos contextos nacionais e integradas aos sistemas públicos. Eles também mostram que o progresso é possível quando a vontade política, políticas eficazes e a cooperação internacional se unem para alcançar as pessoas que mais precisam delas.

Ao mesmo tempo, ainda persistem desafios consideráveis. Embora a fome e a pobreza extrema tenham diminuído em muitas partes do mundo, elas estão cada vez mais concentradas em países que enfrentam conflitos, fragilidade, choques relacionados ao clima e graves restrições financeiras. Essas realidades exigem uma solidariedade internacional renovada e um esforço mais determinado para mobilizar e alinhar o financiamento, a cooperação técnica e o apoio institucional às próprias prioridades e estratégias de desenvolvimento de longo prazo dos países, em consonância com os compromissos assumidos na Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha.

É aqui que a Aliança Global pode fornecer uma contribuição diferenciada. Ao reunir governos, instituições financeiras internacionais e regionais, organizações internacionais, a sociedade civil e outros parceiros, a Aliança busca fortalecer o alinhamento dos esforços existentes em torno de soluções lideradas pelos próprios países. Seu objetivo não é substituir políticas nacionais ou iniciativas existentes, mas ajudá-las a alcançar maior escala, coerência e impacto.

Acreditamos que a luta contra a fome e a pobreza, bem como a concretização do direito à alimentação, devem permanecer no centro da agenda internacional. A proteção social é essencial para garantir dignidade e segurança; a alimentação escolar e a nutrição adequada representam um investimento na saúde, na aprendizagem e nas oportunidades futuras das crianças; e o apoio aos pequenos produtores e a sistemas alimentares resilientes fortalece os meios de subsistência, ao mesmo tempo

em que contribui para a segurança alimentar. A igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas são igualmente essenciais para alcançar um progresso duradouro. As mulheres devem ser reconhecidas como atoras-chave e líderes na luta contra a fome e a pobreza. Essas prioridades se reforçam mutuamente e devem avançar juntas, com atenção especial também às crianças e às comunidades que enfrentam as maiores vulnerabilidades.

À medida que nos aproximamos de 2030, nossa prioridade deve ser aproveitar os avanços alcançados e acelerar resultados concretos. Investir nas pessoas, fortalecer políticas públicas inclusivas e garantir que os mais vulneráveis não sejam deixados para trás são fundamentos essenciais para sociedades mais igualitárias, resilientes e sustentáveis.

O Brasil e a Espanha continuam comprometidos, na qualidade de copresidentes, a trabalhar com todos os membros e parceiros da Aliança Global para levar adiante esse esforço comum. Juntos, devemos garantir que a promessa de um mundo livre da fome e da pobreza se torne uma realidade para todos.



Wellington Dias,
Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
República Federativa do Brasil



Eva Granados,
Secretária de Estado para a Cooperação Internacional
Reino da Espanha

AGRADECIMENTOS

Este relatório, intitulado "*A Corrida para 2030: Avanços recentes no combate à fome e à pobreza e lições para sua aceleração*", foi elaborado por membros da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, com contribuições substanciais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Grupo Banco Mundial (GBM). O Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) gentilmente se ofereceu para ser o editor deste relatório. A versão final e a consolidação foram preparadas pelo Mecanismo de Apoio da Aliança Global, que assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação e por quaisquer erros que ela possa conter.

A equipe de redação da FAO foi liderada por Adriano Campolina, sob a orientação geral de Maximo Torero, e incluiu Anna Korzenzky, Anne Kepple, Edoardo Calza Bini, Guilherme Brady, Manzamasso Hodjo e Rebecca Pietrelli. A equipe de redação da OIT incluiu Veronika Wodsak. A equipe de redação da CAE incluiu María José Rojas, Espedito Nastro, Sasinat Chindapol e Marekh Khmaladze. A equipe de redação do UNICEF incluiu Amirhossein Yarparvar, Annalies Borrel, Jennifer Yablonski, Kate Heneghan e Nangar Soomro. A equipe de redação do GBM incluiu Penny Williams, Colin Andrews, Emily Weedon, José Carlos Chávez Alzamora, Nazia Moqueet e Victoria Strokova, com o apoio de Daniel Gerszon Mahler na análise e com os dados. A equipe de redação do Mecanismo de Apoio incluiu Ana Ocampo, Emily Kitongo e Renato Godinho. O design visual, o layout e a composição tipográfica ficaram a cargo de Jonathan Hallo.

Os resultados dos membros registrados neste relatório baseiam-se em informações fornecidas ou validadas por governos nacionais e parceiros de desenvolvimento entre junho e setembro de 2026. A concepção geral, a edição, a revisão, a verificação de consistência, a coordenação dos colaboradores e a pesquisa, coordenação e revisão dos resultados dos membros da Aliança foram realizadas pela equipe do Mecanismo de Apoio da Aliança Global, com editores e colaboradores, incluindo Ana Ocampo, Emily Kitongo, Michael Riggs e Renato Godinho.

ABREVIAÇÕES

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AMD	dram armênio
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ASIS	Sistema de Índice de Estresse Agrícola
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMD	banco multilateral de desenvolvimento
BRL	real brasileiro
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CAE	Coalizão para a Alimentação Escolar
CFA	Communauté Financière Africaine
COP30	30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
EGP	libra egípcia
EUR	Euro
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCV	fragilidade, conflito e violência
FfD4	4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos Sete
G20	Grupo dos Vinte
GAFSP	Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar
GBM	Grupo do Banco Mundial
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IPC	Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
J4P	"*Jobs for the Poor*" – Empregos para os Pobres
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho

ONG	organização não governamental
ONU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSC	organização da sociedade civil
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PoU	prevalência de subnutrição
QFC	Quadro de Financiamento Colaborativo contra a Fome e a Pobreza
SASPP	Programa de Proteção Social Adaptativa do Sahel
SIEA	Sistema de Índice de Estresse Agrícola
SIG	sistema de informação gerencial
SoC	Declaração de Compromisso
SOFI	Situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo
TIC	tecnologias da informação e comunicação
UE	União Europeia
UNDFF	Década das Nações Unidas da Agricultura Familiar
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólar dos Estados Unidos
WASH	água, saneamento e higiene
WVI	World Vision International

MENSAGENS-CHAVE

Tendências recentes e suas implicações

01 **A fome e a pobreza extrema estão diminuindo novamente, apesar das crises simultâneas.** A fome global diminuiu pelo terceiro ano consecutivo em 2025, para 7,8% da população mundial, ou 645 milhões de pessoas: quase 14 milhões a menos do que em 2024. Estima-se que cerca de 811 milhões de pessoas vivam abaixo da linha internacional de pobreza de USD 3,00 por dia em 2026, uma redução em relação aos 817 milhões registrados em 2025. {1; 1.1; 1.2} **As referências entre colchetes indicam os capítulos e seções relevantes, que, por sua vez, contêm as fontes originais e as referências de apoio.*

02 **O ritmo do progresso é insuficiente para as metas de 2030, e os ganhos recentes podem ser revertidos.** Nas trajetórias atuais, a pobreza extrema permanecerá em torno de 9,2% em 2030, longe da meta de desenvolvimento sustentável de erradicá-la. No mesmo ano, projeta-se que 510 a 520 milhões de pessoas enfrentem a fome. A ajuda oficial ao desenvolvimento caiu 23,1% em termos reais em 2025, a queda mais acentuada já registrada. Conflitos, o fechamento do Estreito de Ormuz e o atual ciclo do El Niño — que pode levar pelo menos mais 49 milhões de pessoas à insegurança alimentar aguda até o final de 2027 — aumentam o risco de reverter os ganhos conquistados com tanto esforço. {**Introdução**; 1; 1.2; 3.4}

03 **A fome e a pobreza extrema estão cada vez mais concentradas em um pequeno número de países de baixa renda, frágeis e altamente endividados.** Dos 811 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema em 2026, 586 milhões, ou 72%, vivem na África Subsaariana; e, em 2025, a África ultrapassou a Ásia como a região com o maior número de pessoas enfrentando a fome. A proporção de pessoas em situação de extrema pobreza que vivem em países de baixa renda quase dobrou em uma década, passando de 23% para 44%, e, até 2030, espera-se que cerca de 60% vivam em contextos afetados por fragilidade, conflitos e violência. {**Introdução**; 1.2; 3.2}

04 **Nesses países, as políticas que reduziram a pobreza em outros lugares são muito mais difíceis de replicar.** O crescimento se traduz com menos facilidade em redução da pobreza, as bases tributárias são estreitas e o serviço da dívida absorve uma parcela crescente da receita pública. Em 2024, as 26 economias de menor renda, onde vivem cerca de 40% da população em situação de extrema pobreza do mundo, estavam mais endividadas do que em qualquer outro momento desde 2006. Enquanto isso, a ajuda externa a esses países caiu para seu nível mais baixo em duas décadas em relação ao tamanho de suas economias. {1.2; 2.3; 3.2}

05 **Por outro lado, os recursos necessários para acabar com a pobreza extrema e a fome são modestos em relação à economia mundial.** Um piso básico de proteção social, incluindo cuidados de saúde essenciais, custaria aos países de baixa renda 52,3% adicionais de seu PIB combinado. Esse montante está muito além de seus próprios recursos, mas equivale a apenas uma fração de 1% da produção mundial. O montante de renda extra que seria necessário para

elevar todas as pessoas em situação de pobreza extrema acima da linha de USD 3,00 é de cerca de USD 311 bilhões por ano em termos de paridade de poder de compra, o que equivale a cerca de 0,17% do PIB mundial em 2025. Somente o aumento nos gastos militares mundiais entre 2024 e 2025, de cerca de USD 169 bilhões, foi aproximadamente cinco vezes maior do que a estimativa de 2020 para o custo anual de acabar com a fome. {3.2}

06 **A redução da fome e da pobreza nesses países exigirá três mudanças por parte da comunidade internacional**

- uma compreensão específica de como financiar soluções estruturais em grande escala e fazê-las funcionar de maneira confiável em contextos frágeis e endividados;
- uma abordagem à resposta a crises que construa resiliência estrutural e duradoura; e
- uma determinação muito mais generosa de não deixar ninguém para trás.

Os parágrafos 21 a 24 resumem as propostas da publicação sobre cada um desses pontos. {**Introdução**; 3.2; 3.4}

Cumprindo os compromissos: destacando as ações dos membros da Aliança

07 **Os membros da Aliança começaram a cumprir seus compromissos de implementar programas contra a fome e a pobreza, muitas vezes com recursos nacionais.** Até junho de 2026, o Grupo do Banco Mundial havia alcançado 234 milhões de pessoas adicionais com proteção social, 47% da meta dos "Sprints 2030" de mais 500 milhões, conforme refletido na meta corporativa "SP500" do Grupo do Banco Mundial e no indicador de acompanhamento lançado com a Aliança em julho de 2024. O Banco Interamericano de Desenvolvimento já aprovou cerca de USD 10 bilhões de sua promessa de USD 25 bilhões para programas alinhados à Cesta de Políticas. O programa de alimentação escolar da Indonésia, um dos maiores do mundo, cresceu de zero em 2024 para 55 milhões de beneficiários em 2026; os Estados-membros da União Africana ampliaram a alimentação escolar de 66 milhões para 87 milhões de crianças, principalmente com financiamento interno; e a Índia lançou um programa agrícola com um gasto anual de USD 2,5 bilhões para 17 milhões de agricultores. {2.2; 2.4; 2.5}

08 **O anexo do relatório completo documenta 146 ações desse tipo realizadas por 81 dos 223 membros da Aliança, cada uma vinculada a um compromisso específico.** Cada registro documenta uma ação concretizada desde julho de 2024, identificada a partir de fontes públicas e confirmada pelo membro. Os registros estão agrupados pelas três áreas temáticas do Capítulo 2: proteção social e inclusão econômica (60 registros); agricultura de pequena escala resiliente, acesso à água e outras soluções (33); e alimentação escolar, nutrição infantil e apoio materno (53). O Anexo é uma seleção ilustrativa, uma vez que o monitoramento formal estaria fora do âmbito dos compromissos voluntários. {2.2; Anexo}

Progresso na Cesta de Políticas

09 **A cobertura da proteção social se expandiu por meio de sistemas nacionais, mas 1,6 bilhão de pessoas em países de baixa renda e de renda média-baixa ainda não têm acesso a ela.** Mais da metade da população mundial conta agora com pelo menos um benefício de proteção social, e mais de 1,3 bilhão de pessoas receberam transferências de renda em resposta a choques durante crises recentes. Em consonância com seus compromissos, o Egito aumentou o orçamento dos programas Takaful e Karama para cerca de 55 bilhões de EGP, e a transferência social em dinheiro da Libéria superou sua meta do Sprint, atingindo 16.586 famílias. No entanto, outros 400 milhões de pessoas recebem benefícios muito baixos para fazer uma diferença significativa, e os programas de inclusão econômica alcançam apenas 70 milhões de pessoas, cerca de 10% da população em situação de extrema pobreza. {2.3}

10 **Os pequenos produtores são os mais afetados pelos choques, e os membros da Aliança estão investindo em sua resiliência.** As propriedades com menos de dois hectares representam cerca de 85% do total, e estima-se que os desastres tenham destruído USD 3,26 trilhões da produção agrícola entre 1991 e 2023, sendo os pequenos agricultores de sequeiro os mais afetados. Poucos países estão no caminho certo para cumprir as metas de resiliência para 2030. A meta do FIDA para 2025–2027 é que 101 milhões de pessoas da zona rural experimentem mobilidade econômica positiva, mais do que o dobro do número do ciclo anterior, e o programa Agro-Pocket da Nigéria, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, está mobilizando USD 200 milhões ao longo de quatro anos para insumos, seguros e extensão agrícola. Antecipando-se a um forte El Niño, o Brasil coordenou um pacote de preparação de BRL 1,3 bilhão que inclui a compra de alimentos de agricultores familiares. {2.2; 2.4}

11 **Os programas de alimentação escolar e de nutrição na primeira infância estão se expandindo e apresentam altos retornos estimados.** Pelo menos 466 milhões de crianças em 174 países recebem alimentação escolar, sendo que cerca de 99% do financiamento para esses programas provém de orçamentos nacionais. Esse número nos países de baixa renda aumentou 60% em dois anos, e estima-se que cada dólar investido gere um retorno entre 7 e 35 dólares. Da mesma forma, a expansão de intervenções nutricionais comprovadas poderia gerar um retorno de cerca de 23 dólares por dólar investido. No Paquistão, os participantes do programa Benazir Nashonuma apresentaram uma redução de 22% nos casos de atraso no crescimento aos seis meses, e o First Foods Africa, uma iniciativa liderada pelo UNICEF e lançada em parceria com a União Africana, tem como meta 125 milhões de crianças menores de cinco anos em 14 países. No entanto, cerca de 181 milhões de crianças ainda vivem em situação de extrema pobreza alimentar infantil. {2.2; 2.5; 3.1}

Lições sobre alinhamento para acelerar o progresso

12 **A demanda dos países implementadores pela abordagem inovadora de planejamento e construção de parcerias da Aliança Global está aumentando, e surgiram os primeiros casos de apoio alinhado.** Em outubro de 2026, 20 países estavam em diferentes estágios do processo de planejamento de implementação e construção de parcerias da Aliança. Os ministérios setoriais têm utilizado esse processo para coordenar ações entre os governos, definir metas dos programas, atrair a atenção dos parceiros, aprender com países semelhantes e fortalecer

seus argumentos junto aos Ministérios da Fazenda para obter alocações orçamentárias e empréstimos soberanos. Na Etiópia, 14 membros da Aliança alinharam seus compromissos, incluindo mais de USD 100 milhões em apoio financeiro, em prol do programa pecuário Yelemat Tirufat Plus. O programa constitui a segunda fase de uma iniciativa nacional que mais que dobrou a produção de leite entre 2022 e 2026. No Haiti, o apoio está sendo alinhado em prol da política nacional de proteção social. {2.1; 3.5}

13 **As ofertas de conhecimento têm surgido com muito mais facilidade do que as de financiamento.** Das mais de 100 manifestações de interesse recebidas dos membros da Aliança Global até 7 de setembro de 2026, a grande maioria oferece assistência técnica e conhecimento. Os subsídios iniciais catalíticos, que permitem que um país teste a implementação antes de ampliar a escala, têm sido muito mais difíceis de garantir. {2.1; 3.5}

14 **A experiência até o momento ilustra as condições sob as quais o alinhamento é bem-sucedido.** O alinhamento funcionou melhor nos casos em que um grande financiador já mantinha um relacionamento com o governo e nos quais outros atores puderam se organizar em torno de um plano liderado pelo próprio país. Na ausência de um parceiro âncora desse tipo, a capacidade do Mecanismo de Apoio de intermediar apoio por conta própria é limitada. Além dos ministérios setoriais, os planos também devem alcançar os Ministérios da Fazenda, os gabinetes e as presidências que decidem sobre o financiamento, e se adequar aos ciclos de programação plurianuais dos financiadores. {2.1; 3.5}

15 **Com a redução dos orçamentos de ajuda, a Aliança está desenvolvendo novas formas para que os parceiros combinem os recursos existentes em torno de programas nacionais.** A Aliança avançou mais rapidamente por meio de coalizões voluntárias. As articulações com o Acelerador de Alimentação Escolar e a iniciativa "Empregos para os Pobres" reduziram a duplicação de esforços; um Grupo de Contato de Apoio ao País alinha as prioridades nacionais com as capacidades dos membros; e uma proposta de Estrutura de Financiamento Colaborativo canalizaria recursos por meio dos mecanismos existentes dos parceiros. {2.1; 3.5}

O que funciona e o que é necessário nos contextos mais difíceis

16 **As intervenções são duradouras quando estão integradas aos sistemas nacionais e alcançam as mesmas famílias de forma conjunta.** Os programas ganham escala quando possuem base legal, uma rubrica orçamentária, uma estrutura administrativa e um sistema de execução; os programas de dinheiro mais nutrição no Malaui, no Paquistão e no Sudão demonstram o valor dessa integração. No entanto, os registros e os sistemas de pagamento que podem atender a múltiplos programas continuam subfinanciados em relação aos seus retornos. {2.3; 2.5; 3.1}

17 **As lacunas de cobertura são maiores onde as necessidades são mais prementes e as capacidades institucionais e fiscais mais fracas.** A cobertura da assistência social é de 9 a 11 pontos percentuais menor em países frágeis e afetados por conflitos, de renda baixa e média-baixa, do que em países semelhantes que não são frágeis. Apenas 27% das crianças do ensino fundamental em países de baixa renda recebem alimentação escolar, contra quase 80% em países de alta renda. {2.3; 2.5; 3.1}

18 **A proteção social e o crescimento econômico se reforçam mutuamente.** O crescimento continua sendo o principal caminho para sair da pobreza: cerca de 1,2 bilhão de jovens atingirão a idade ativa nos países em desenvolvimento na próxima década, e as transferências não podem proporcionar os empregos de que eles precisarão. As redes de segurança complementam o crescimento ao impedir que choques temporários se transformem em perdas duradouras e ao permitir que famílias pobres assumam os riscos inerentes ao investimento. As transferências também são gastas localmente: na zona rural do Quênia, cada dólar transferido gerou cerca de 2,5 dólares em atividade econômica local, e no Brasil, cada dólar do Bolsa Família gerou cerca de USD 1,50. {3.3}

19 **Uma parte de toda população sempre precisará de apoio público.** Crianças pequenas, idosos, pessoas com deficiência e famílias atingidas por doenças ou desastres precisam de apoio, independentemente do ritmo de crescimento. Todas as economias de alta renda mantêm sistemas permanentes de proteção social por esse motivo, e os países mais pobres precisarão de apoio público comparável para prosperar. {3.3}

20 **Para a Aliança, essas constatações reforçam a necessidade de integrar os programas nacionais às estratégias de desenvolvimento e crescimento.** A elaboração é melhor em conjunto com os Ministérios da Fazenda e da Economia, e os instrumentos produtivos da Cesta de Políticas, como o apoio a pequenos produtores, a inclusão econômica e as compras de produtos nacionais, são pontos naturais de colaboração com o setor privado. {3.3}

21 **O financiamento de programas estruturais em países frágeis e endividados requer apoio previsível, uma divisão clara de tarefas entre as fontes de financiamento e espaço fiscal protegido.** Os governos não podem institucionalizar programas recorrentes com base em doações pontuais, enquanto os parceiros planejam alocações por meio de ciclos cujas próximas rodadas terão início em 2028. Os programas elaborados agora podem ser incluídos nas próximas alocações. Doações e assistência técnica são mais bem utilizadas para o que empréstimos e orçamentos financiam de forma insuficiente, como validação de conceito e sistemas de distribuição, enquanto empréstimos concessionais financiam a expansão, e a reestruturação e troca de dívidas protegem o espaço fiscal. {3.4}

22 **Em contextos frágeis, os programas podem ser concebidos desde o início para serem progressivamente transferidos para as mãos do governo nacional.** A rede de segurança Baxnaano, da Somália, e o programa "cash-plus" do Sudão, que se expandiu de dois estados para cinco durante o conflito em curso, mostram que registros, sistemas de pagamento e capacidade administrativa podem ser construídos com esse objetivo. Nos casos em que os parceiros precisem atuar por meio de canais não estatais por um tempo, cada acordo pode ser avaliado com base no fato de aproximar ou não o país da gestão desses programas. {2.3; 2.5; 3.4}

23 **As respostas a crises realizadas por meio de registros e sistemas de pagamento nacionais deixam sistemas mais robustos em vigor para o próximo choque.** O dinheiro fornecido antes de uma seca na Somália e antes das enchentes em Bangladesh reduziu as perdas. No entanto, apenas 3,4% da assistência ao desenvolvimento destinada a contextos de alta e extrema fragilidade foi direcionada à proteção social em 2023, e os fundos multilaterais para o clima comprometeram apenas cerca de USD 186 milhões para esse fim no período de 2022 a 2023. Muito mais recursos humanitários poderiam ser canalizados por meio desses sistemas, e os fundos climáticos poderiam financiar a proteção social adaptativa como parte da adaptação. {2.3; 2.4; 3.4}

24 **Um compromisso internacional mais generoso se justifica tanto por questões de justiça quanto por interesse comum.** As pessoas que hoje se encontram em situação de extrema pobreza foram as que menos contribuíram para os choques climáticos, de conflito e de taxas de juros que mais as afetaram, e a estabilidade e o crescimento equitativo em seus países são do interesse de todos. Antes de qualquer discussão sobre os volumes de ajuda, maior generosidade significa direcionar uma parcela maior dos recursos já disponíveis para o grupo relativamente pequeno de países onde a necessidade está concentrada, por meio de instrumentos que fortaleçam seus próprios sistemas, e aceitar que os resultados nesses países demorem mais tempo e tenham um custo mais alto por pessoa beneficiada. {3.2; 3.5}

Prioridades sugeridas para os membros da Aliança

25 **O compromisso da Aliança de apoiar pelo menos 20 programas nacionais de grande escala até 2030 está ao nosso alcance, mas seu impacto nas tendências globais depende dos membros.** Uma contribuição maior exige que os membros destinem uma parcela significativa dos recursos que já mobilizam, incluindo financiamento multilateral, a esses programas. Os próximos ciclos de financiamento mostrarão até que ponto eles o farão. {3.5}

26 **Os membros podem fazer a maior diferença por meio de seis mudanças-chave de alinhamento, cada uma dentro de suas respectivas funções e mandatos:**

- Os governos implementadores podem integrar seus programas aos orçamentos nacionais e incluí-los no diálogo de seus ministérios da Fazenda com os bancos de desenvolvimento.
- Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD), por sua vez, podem basear-se nesses planos para sua programação por país, inclusive para suas próximas grandes recapitalizações, como a da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID22).
- Doadores bilaterais e instituições filantrópicas podem concentrar os escassos recursos de doações na transferência de conhecimento, na validação de conceitos e nos sistemas de execução, com verbas indicativas ao longo de vários anos
- Os financiadores humanitários e climáticos podem canalizar uma parcela maior de seu apoio por meio de registros nacionais e sistemas de pagamento.
- As agências técnicas podem coordenar suas ofertas em torno dos planos nacionais, dando prioridade aos intercâmbios entre os países do Sul Global.
- Todos os membros podem dar prioridade explícita aos países de baixa renda, frágeis e altamente endividados, onde a fome e a pobreza estão atualmente concentradas. {3.5}

Uma corrida que ainda podemos vencer

27 **Acabar com a fome e a pobreza extrema continua ao nosso alcance, dados os recursos disponíveis globalmente.** O mundo sabe como reduzir a fome e a pobreza extrema, e aqueles que ainda estão à margem vivem principalmente em países onde os recursos necessários são modestos em termos globais. As tendências recentes e as evidências do desempenho dos membros, conforme documentadas na publicação completa, A Corrida para 2030: Avanços recentes no combate à fome e à pobreza e lições para sua aceleração, levantam a seguinte questão: o que poderia ser alcançado se mesmo uma pequena parcela dos recursos e conhecimentos globais fosse totalmente direcionada para programas onde eles são mais necessários? {**Introdução**; 3.5}

INTRODUÇÃO: A CORRIDA PARA 2030

Faltam agora menos de cinco anos para a linha de chegada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a luta global contra a fome e a pobreza entrou em sua reta final mais decisiva.

Os mandatos do ODS 1 (Fim da Pobreza) e do ODS 2 (Fim da Fome) não foram concebidos como marcos de referência ou aspirações simbólicas. Quando adotados em 2015, representavam metas ambiciosas, mas inteiramente realistas, que poderiam ser alcançadas por uma comunidade de nações cada vez mais prósperas, trabalhando sob uma visão comum de cooperação, paz e compromisso com o bem comum.

Quase dez anos depois, em 2024, quando a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (a Aliança Global ou, simplesmente, a Aliança) foi concebida e projetada sob os auspícios do Grupo dos 20 (G20), essas metas estavam sob pressão sem precedentes em um mundo que ainda se recuperava de uma pandemia que havia abalado a economia global. A Declaração do G20 que deu origem à Aliança – "Unidos contra a Fome e a Pobreza" – observou "com preocupação" o "primeiro aumento da pobreza extrema e da desigualdade em mais de duas décadas" e reconheceu "retrocessos decorrentes de desafios intensificados pelas mudanças climáticas, pela pandemia da COVID-19, por desacelerações e recessões econômicas, por interrupções na cadeia de abastecimento, por conflitos e por outras facetas de uma crise global multidimensional".

Por mais grave que fosse a situação, a comunidade internacional não hesitou em estar à altura do desafio. O G20 reconheceu que esses "desafios sem precedentes exigem um compromisso, financiamento e ações maiores e mais eficazes em todos os níveis, uma vez que os esforços existentes parecem insuficientes para colocar o mundo de volta no caminho rumo à fome zero e à erradicação da pobreza" e endossou a criação de "uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para apoiar e acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza, ao mesmo tempo em que se reduzem as desigualdades (ODS 10) [...], e promovendo caminhos de transição sustentáveis, inclusivos e justos".

Estabelecidos pelo G20 e endossados por todos os seus membros, os dois objetivos da Aliança são claros e se reforçam mutuamente: a) manter um impulso político sustentado para a luta contra a fome e a pobreza; e b) facilitar a mobilização e o alinhamento do apoio, para possibilitar a implementação em larga escala, sob a responsabilidade e liderança dos países, de programas e instrumentos de política baseados em evidências.

A Aliança foi lançada na Cúpula do G20 em 18 de novembro de 2024, com 148 membros fundadores, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia, 24 organizações internacionais, 9 instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais. Para aderir à Aliança, cada um teve que preparar e apresentar sua Declaração de Compromisso, comprometendo-se a "apoiar um aumento significativo da ambição coletiva, bem como a melhoria do alinhamento e da coordenação coletivos para a luta contra a fome e a pobreza", reconhecendo particularmente o "alto valor e o impacto positivo da implementação de qualidade de instrumentos de política inclusivos e programas de propriedade nacional e locais, focados nos mais pobres e vulneráveis". Ao enviar suas

declarações, os países e organizações candidatos à adesão também tiveram a opção de formular compromissos específicos em qualquer uma das diversas áreas, incluindo a implementação nacional e o apoio a outros por meio de financiamento e conhecimento.

A iniciativa "Sprints 2030", no lançamento da Aliança, reconheceu um importante subconjunto de membros que assumiram compromissos ainda mais específicos para acelerar a execução em áreas de políticas de alto impacto incluídas na Cesta de Políticas da Aliança Global.

Quando a Aliança foi concebida em 2024, ninguém previa a queda mais acentuada da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) já registrada: 6,1% em 2024 e 23,1% em 2025, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*OECD, 2026a*). As projeções da OCDE preveem uma contração adicional de 5,8% em 2026. O novo documento da OCDE intitulado "Orientações para a Redução da Pobreza e das Desigualdades por meio da Cooperação para o Desenvolvimento" observa que os cortes nos orçamentos da AOD em 2024 foram "seguidos por cortes sem precedentes em 2025, que devem se aprofundar em 2026 e nos anos seguintes", e que "as alocações da AOD estão cada vez mais desalinhadas com a distribuição global da pobreza", exortando os doadores a "gerenciar os cortes na AOD de forma responsável" para "proteger os resultados sociais" (*OECD, 2026b*).

Essa queda histórica no financiamento "concessional" para o desenvolvimento por parte dos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE — que não foi compensada por um aumento correspondente na ajuda filantrópica, em doadores não tradicionais e em outras fontes de financiamento — representa um desafio à missão da Aliança de ajudar a desfragmentar e realinhar o apoio internacional em prol de programas sustentáveis e de propriedade dos próprios países. Ao mesmo tempo, essa queda torna essa missão ainda mais crítica e o potencial de valor agregado para os doadores ainda maior. A abordagem da Aliança pode ajudar a alinhar e reunir recursos de diferentes fontes para gerar maior impacto. Fundamentalmente, ela também visa ajudar a canalizar esses escassos recursos concessionais para investimentos catalíticos, assistência técnica e capacitação, mobilizando — em vez de substituir — os orçamentos e investimentos nacionais e permitindo que os países implementadores finalmente implantem e financiem suas próprias intervenções estruturais.

Nestes dois anos desde o lançamento da Aliança, também se observou a continuação de conflitos na Europa e no Oriente Médio, bem como o início de novos conflitos, todos com efeitos negativos que se estenderam muito além de seus respectivos teatros de operações, impactando o comércio global, particularmente nos setores de energia, alimentos e insumos alimentares essenciais, agravando o efeito do aumento das tarifas e de outras restrições comerciais. Tudo isso tende a afetar desproporcionalmente aqueles que já são os mais pobres e vulneráveis. Os impactos desses acontecimentos sobre os mais vulneráveis ainda precisam ser quantificados. Aliados ao aumento dos choques relacionados ao clima e a um El Niño historicamente forte, esses acontecimentos podem em breve reverter os ganhos recentes e provocar um novo aumento da fome e da pobreza.

Momentos como este, em que os recursos são escassos, os choques se sobrepõem e a fragmentação persiste, ressaltam por que a Aliança Global foi fundada em novembro de 2024. Dois anos depois, a pergunta é: como estamos nos saindo?

Esta publicação, "*A Corrida para 2030: Avanços recentes no combate à fome e à pobreza e lições para sua aceleração*", tem como objetivo fazer um balanço, divulgar o que está funcionando e investigar como podemos avançar ainda mais. Acreditando no poder transformador do compartilhamento de bons exemplos e histórias de sucesso, ela busca fazer isso de três maneiras:

a) destacando várias conquistas concretas dos membros da Aliança — coletiva ou individualmente — desde que assumiram seus compromissos; e o progresso global em relação aos principais instrumentos, políticas e programas mais eficazes no combate à fome e à pobreza, incluindo proteção social, resiliência de pequenos agricultores e produtores de alimentos, alimentação escolar e apoio à maternidade e à infância;

b) relatar o progresso da própria Aliança como uma abordagem coletiva e inovadora ao desenvolvimento e à cooperação na luta contra a fome e a pobreza; e,

c) fazer um balanço das tendências mais recentes em matéria de fome e pobreza e dos desafios previstos para o futuro.

Sempre que possível, as avaliações e o relato dos avanços e resultados dos membros concentraram-se no período desde o lançamento da Aliança até o presente. No entanto, isso nem sempre foi possível com os dados disponíveis, especialmente no que diz respeito aos resultados relativos à fome e à pobreza, cujas principais séries terminam em 2025.

O **Capítulo 1** começa com uma análise geral das tendências globais de fome e pobreza, vulnerabilidades regionais, riscos emergentes e as perspectivas até 2030. O **Capítulo 2** analisa os dois primeiros anos da Aliança Global, descrevendo como seus membros transformaram os compromissos assumidos ao ingressar na Aliança ou como parte dos "Sprints 2030" em ações concretas. O **Capítulo 3** apresenta as lições aprendidas com essa experiência, destacando o que está funcionando, onde ainda existem lacunas e o que é necessário para acelerar a implementação na reta final até 2030.

O anexo fundamenta essa avaliação com 146 exemplos concretos de ações reais e resultados alcançados no terreno pelos membros da Aliança. Cada exemplo tem uma ligação clara aos compromissos específicos assumidos pelos membros como parte de suas Declarações de Compromisso ou por meio da iniciativa "Sprints 2030". Algumas das maiores aspirações coletivas estabelecidas no lançamento da Aliança já estão bem avançadas, e muitos membros cumpriram suas metas individuais.

Alguns destaques: até junho de 2026, o Grupo do Banco Mundial havia alcançado 234 milhões de pessoas adicionais com proteção social, 47% da meta da iniciativa "Sprints 2030" de 500 milhões a mais, conforme refletido na meta corporativa "SP500" do Grupo do Banco Mundial e no sistema de acompanhamento lançado ao mesmo tempo que o projeto do G20 para a Aliança, em julho de 2024. Até a mesma data, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) havia aprovado cerca de USD 10 bilhões de seu compromisso de até USD 25 bilhões para programas nacionais alinhados com a Cesta de Políticas. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que visa dobrar seu impacto até 2030, estabeleceu uma meta de 101 milhões de pessoas da zona rural que experimentem mobilidade econômica positiva em seu ciclo de 2025 a 2027, mais do que o dobro dos 49 milhões do ciclo anterior. Cerca de USD 600 milhões de sua carteira em sete países, incluindo cerca de USD 120 milhões na Etiópia, já estão alinhados aos planos nacionais da carteira da Aliança.

Os países estão financiando grande parte dessa implementação com recursos próprios. Entre os exemplos apresentados neste relatório, a Índia lançou um programa agrícola consolidado com um investimento anual de USD 2,5 bilhões, que deve beneficiar 17 milhões de agricultores em 100 distritos, e o Brasil, um plano recorde de crédito à agricultura familiar no valor de USD 19 bilhões. A

Nigéria deu início à segunda fase de seu programa Agro-Pocket, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, que mobilizará USD 200 milhões ao longo de quatro anos e se baseia nos 650 mil agricultores atendidos na primeira fase. A alimentação escolar está se tornando parte das políticas e dos orçamentos nacionais: a Indonésia levou um dos maiores programas do mundo de zero para 55 milhões de beneficiários em apenas dois anos, e os Estados-membros da União Africana ampliaram a alimentação escolar de 66 milhões para 87 milhões de crianças, com mais de 70% dos programas financiados com recursos internos.

Convidamos os leitores a examinar esses capítulos e o anexo para que tirem suas próprias conclusões. Se, no entanto, tivéssemos que sintetizar o que eles nos dizem para tentar responder à pergunta "como estamos indo?", propomos uma resposta em duas partes.

A primeira parte da resposta é: nos dois anos desde sua criação, a Aliança Global já está comprovando em tempo real sua premissa fundamental de que a vontade política, quando aliada a programas baseados em evidências e recursos alinhados, produz resultados transformadores, mesmo em condições fiscais restritas. Os membros da Aliança estão transformando compromissos em ações concretas por meio de uma gama de instrumentos de política contidos em sua Cesta de Políticas, e a abordagem inovadora da Aliança para o alinhamento e a construção de parcerias múltiplas está começando a dar seus primeiros frutos. O panorama inicial não é de um progresso fácil, mas de ação contínua sob pressão.

A segunda parte da resposta é: a partir de agora, o progresso será muito mais difícil de alcançar e poderá até mesmo ser revertido, sem um melhor alinhamento e uma ação renovada e concertada para apoiar aqueles que estão sendo deixados para trás. Isso se deve especialmente à crescente concentração de populações que sofrem com a fome e a pobreza extrema em países altamente endividados, de renda mais baixa e frágeis, que, por si só, em sua maioria carecem das condições para implementar as soluções que levaram a reduções em outras regiões.

Essa concentração de fome, pobreza e vulnerabilidade pode ser vista, em parte, como uma consequência natural dos recentes avanços alcançados em contextos mais estáveis; no entanto, lidar com ela exigirá, da comunidade internacional: a) uma compreensão específica de como financiar soluções estruturais e em grande escala que funcionem de maneira confiável nesses contextos; b) uma abordagem de resposta a crises que permita resiliência estrutural e duradoura; e c) uma determinação muito mais generosa de não deixar ninguém para trás.

Portanto, se é assim que estamos nos saindo neste momento, quais são as perspectivas para **a corrida até 2030**? Dado o ambiente desafiador, não é exagero dizer que o risco não é simplesmente a estagnação, mas um retrocesso ativo, justamente em um momento em que o fim da fome e da pobreza está objetivamente ao alcance de um mundo que dispõe em abundância dos recursos necessários. Chegou a hora de uma ação decisiva, coletiva, alinhada e direcionada por parte de governos, instituições financeiras, setor privado, organizações não governamentais e sociedade civil. Esta é uma corrida que ainda podemos vencer. ■



Capítulo 1

PROGRESSO GLOBAL NO COMBATE À FOME E À POBREZA

Os dados mais recentes apresentam um quadro claro, com dois lados.

Por um lado, a fome global diminuiu pelo terceiro ano consecutivo em 2025, caindo para 7,8% da população mundial, em comparação com 8,1% em 2024, de acordo com o relatório "Situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo" (*FAO et al., 2026*). Isso representa uma redução de quase 14 milhões de pessoas em situação de fome em relação a 2024, ano em que a Aliança Global foi lançada, e uma redução de 43 milhões em relação a 2022. Em 2026, 811 milhões de pessoas vivem abaixo da linha internacional de pobreza de USD 3 por dia, uma queda em relação aos 817 milhões registrados em 2025, de acordo com o Banco Mundial (2026d). Juntos, esses números mostram que o progresso é possível.

Por outro lado, os avanços dos últimos anos são frágeis, distribuídos de forma desigual e ocorrem com lentidão excessiva. Embora tanto a fome quanto a pobreza extrema em países de renda média e média-baixa, em contextos mais estáveis, tenham diminuído significativamente — inclusive devido ao sucesso de políticas de apoio direcionadas e de proteção social —, a parcela dos países de baixa renda no total mundial de pessoas em situação de pobreza extrema quase dobrou na última década. A pobreza está cada vez mais concentrada em contextos frágeis e afetados por conflitos, que, segundo as projeções, abrigarão quase 60% da população em situação de pobreza extrema até 2030. A menos que as trajetórias atuais mudem, a taxa global de pobreza permanecerá em torno de 9% em 2030, muito acima da meta do ODS 1 de erradicar a pobreza extrema (*World Bank, 2024c*).

A fome e a pobreza estão se concentrando cada vez mais em países afetados por conflitos, fragilidade, vulnerabilidade climática e espaço fiscal limitado. Os efeitos dos conflitos e da insegurança são visíveis nas crises de fome mais graves. Em 2025, foi confirmada a fome em dois países/territórios

pela primeira vez desde o início dos relatórios da Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (IPC): em partes da Faixa de Gaza e do Sudão (*FAO, WFP & GNAFC, 2026*).

Uma nova fase do fenômeno climático El Niño, que deve ser mais forte do que o habitual, deverá intensificar eventos climáticos extremos nos próximos meses em países que já lutam contra a fome e a pobreza. Esse ciclo do El Niño pode levar pelo menos 49 milhões de pessoas à fome aguda e aumentar em 22% o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar aguda (*WFP, 2026*). Isso se soma aos pontos de tensão já existentes, ligados aos conflitos em curso na Ucrânia, no Irã e ao fechamento do Estreito de Ormuz, que estão afetando a produção de alimentos e elevando os preços em muitas partes do mundo. Esses choques atingem mais duramente os mais pobres e vulneráveis, destacando a necessidade de investimentos de longo prazo que fortaleçam a resiliência e combatam as causas profundas da vulnerabilidade, da fome e da pobreza.

1.1 Tendências globais da fome

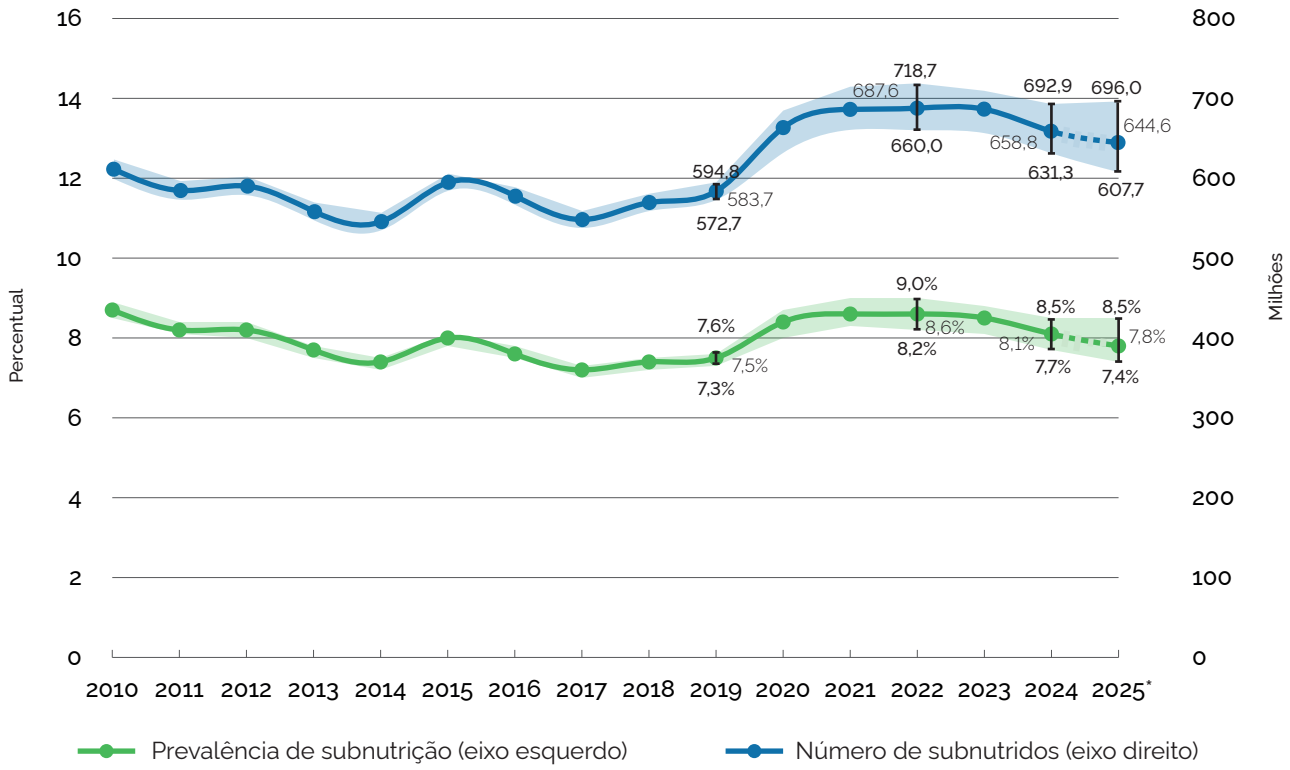
Progresso constante onde os programas adequados estão em vigor

O progresso frágil nos últimos anos mostra que, mesmo diante de conflitos, mudanças climáticas e instabilidade econômica, o aumento da fome não é inevitável.

A fome global, com base na prevalência de subnutrição (PoU) (Indicador 2.1.1 dos ODS), diminuiu pelo terceiro ano consecutivo em 2025 (Figura 1). Após um aumento acentuado na esteira da pandemia da COVID-19, a proporção da população mundial que enfrenta a fome diminuiu de 8,6% em 2022 para 8,1% em 2024 e para 7,8% em 2025 — ainda acima dos níveis pré-pandêmicos. Estima-se que a fome tenha afetado entre 608 e 696 milhões de pessoas no mundo em 2025. Considerando a estimativa de 645 milhões, quase 14 milhões a menos de pessoas enfrentaram a fome em 2025 em comparação com 2024 e 43 milhões a menos do que em 2022. Embora a prevalência seja menor do que em 2015, quando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada (7,8% em 2025, em comparação com 8,0% em 2015), o número estimado de pessoas que enfrentam a fome aumentou em cerca de 50 milhões.



Figura 1. Prevalência da subnutrição e número de pessoas subnutridas no mundo, 2010–2025



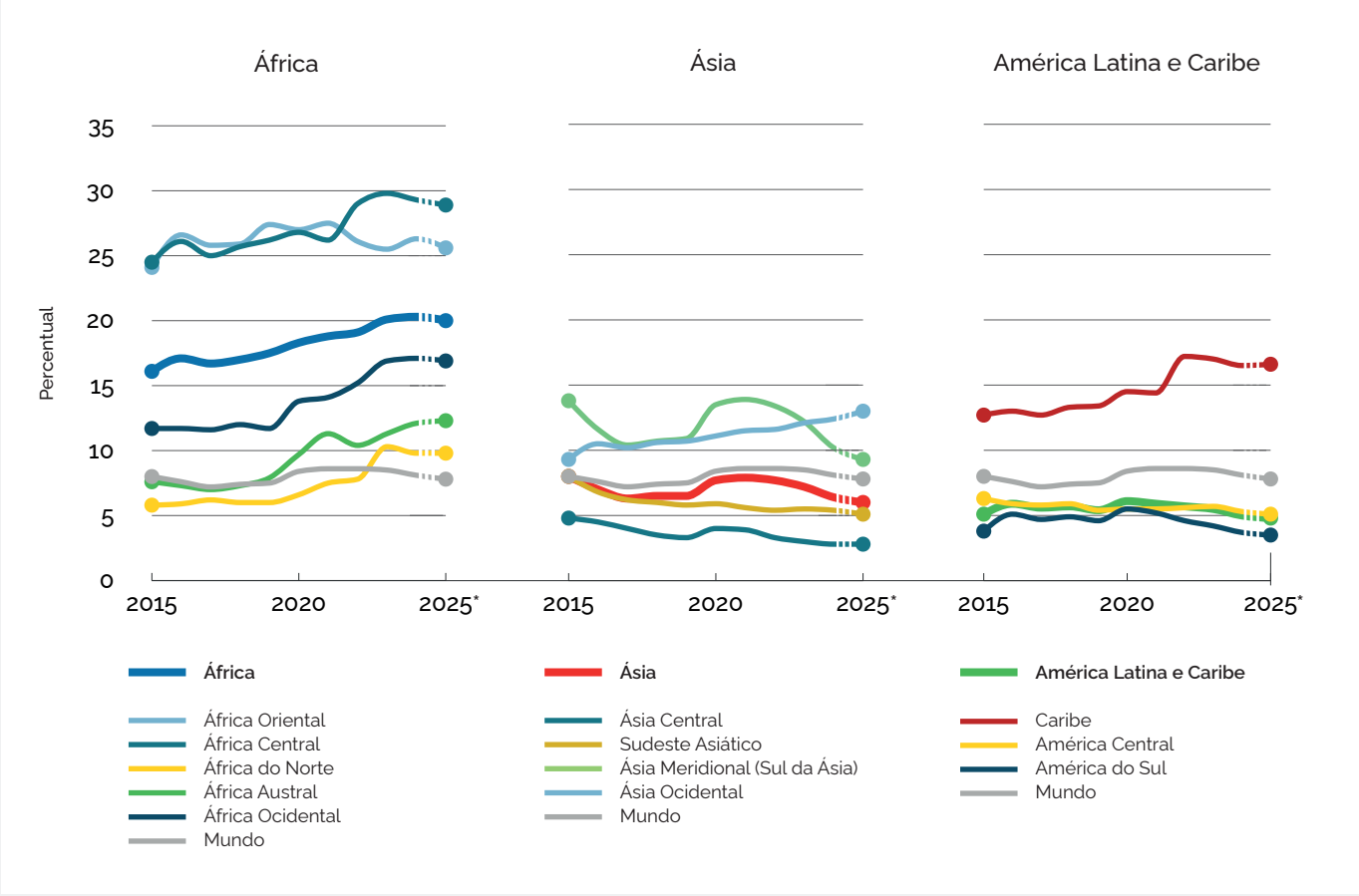
Notas: As áreas sombreadas e as barras mostram os limites inferior e superior dos intervalos estimados. *As projeções baseadas em previsões imediatas para 2025 são ilustradas por linhas pontilhadas.
Fonte: FAO. 2026. FAOSTAT: *Conjunto de Indicadores de Segurança Alimentar.* [Acessado em 21 de julho de 2026]. https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS. Licença: CC-BY-4.0.

Dinâmicas regionais: mudanças geográficas e demográficas

A África é, de longe, a região mais afetada. Estima-se que uma em cada cinco pessoas, ou 20,0%, na África tenha enfrentado a fome em 2025, em comparação com 6,0% da população na Ásia, 4,8% na América Latina e no Caribe, 8,0% na Oceania e menos de 2,5% na América do Norte e na Europa. Enquanto a Ásia e a América Latina e o Caribe vêm apresentando melhorias há vários anos consecutivos, a Proporção da População em Situação de Fome (PoU) na África vem aumentando constantemente desde 2017. No entanto, as estimativas mais recentes apontam para sinais de um declínio da fome na África entre 2024 e 2025 (Figura 2). Apesar disso, cerca de 309 milhões de pessoas na África enfrentaram a fome em 2025, superando o número na Ásia (292 milhões) pela primeira vez.

A Ásia é a região que mais progrediu desde o lançamento da Agenda 2030, com uma PoU 25% menor em 2025 do que em 2015. A PoU na Ásia diminuiu de 7,9% em 2021 para 6,0% em 2025 — uma redução de mais de 80 milhões de pessoas —, com o progresso impulsionado por melhorias no Sudeste Asiático e no Sul da Ásia. Também ocorreu uma melhora constante na América Latina e no Caribe, com uma redução na prevalência da subnutrição de 6,1% em 2020 para 4,8% em 2025, impulsionada em grande parte pela melhora na América do Sul.

Figura 2. Prevalência de subnutrição nas regiões e sub-regiões, 2015–2025

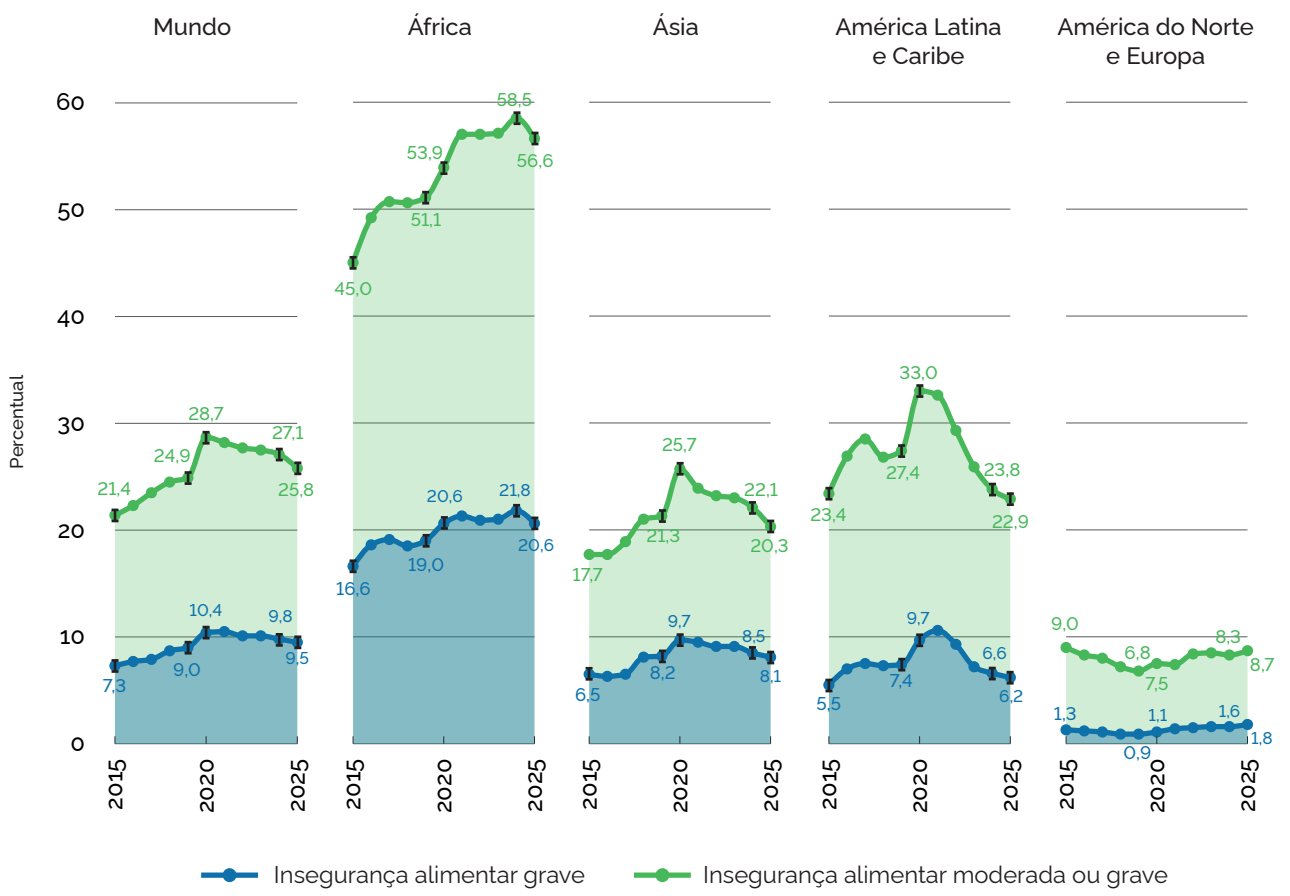


Notas: São apresentadas apenas as regiões para as quais havia dados disponíveis para todas as sub-regiões e cuja prevalência de subnutrição (PoU) era superior a 2,5%. A Ásia Oriental não é mostrada porque a PoU tem se mantido consistentemente abaixo de 2,5% desde 2011. *As projeções baseadas em previsões imediatas para 2025 são ilustradas por linhas pontilhadas.
Fonte: FAO. 2026. FAOSTAT: *Conjunto de Indicadores de Segurança Alimentar*. [Acessado em 21 de julho de 2026]. https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS. Licença: CC-BY-4.0.

Nos próximos cinco anos, espera-se que o número global de pessoas subnutridas diminua em 20%, mas ainda se projeta que entre 510 e 520 milhões de pessoas enfrentarão a fome em 2030, das quais 56% estarão na África. Eventos recentes, incluindo o conflito no Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz, ameaçam comprometer o progresso em direção à Meta 2.1 dos ODS por meio de seu impacto na África e na Ásia.

Além da fome, a prevalência global de insegurança alimentar moderada ou grave, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (Indicador 2.1.2 dos ODS), mostra uma tendência contínua de queda nos últimos cinco anos, após o aumento acentuado de 2019 a 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 se espalhou pelo mundo (Figura 3). O período de 2024 a 2025 registrou uma aceleração desse progresso, impulsionada por melhorias na África, na Ásia e na América Latina e no Caribe. Em 2025, estima-se que 25,8% da população global — 2,1 bilhões de pessoas — viviam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, uma queda em relação aos 27,1% registrados em 2024 e aos 28,7% em 2020. Isso equivale a quase 86 milhões de pessoas a menos em 2025 em comparação com 2024 e 135 milhões a menos em comparação com 2020. No entanto, a redução observada não foi suficiente para atingir os níveis de antes da pandemia.

Figura 3. Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e nas regiões, 2015–2025



Notas: As barras mostram as margens de erro. A Oceania não é apresentada devido à cobertura populacional insuficiente para a Micronésia e a Polinésia.
Fonte: FAO. 2026. FAOSTAT: *Conjunto de Indicadores de Segurança Alimentar.* [Acessado em 21 de julho de 2026]. https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS. Licença: CC-BY-4.0.

Em 2025, mais da metade da população da África (56,6%) vivia em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com 20,3% na Ásia, 22,9% na América Latina e no Caribe e 8,7% na América do Norte e na Europa. Desde 2020, tem havido um progresso constante na Ásia e na América Latina e no Caribe e, assim como no PoU, houve uma melhora na África em 2025 pela primeira vez desde que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada em 2015.

A prevalência global de insegurança alimentar moderada ou grave foi consistentemente maior nas áreas rurais do que nas áreas periurbanas, e mais baixa nas áreas urbanas, de 2022 a 2025. Estimativas globais também apontam para níveis persistentemente mais elevados de insegurança alimentar entre as mulheres do que entre os homens, embora a diferença entre os sexos tenha sido menor em 2025 em comparação com 2024.

A redução da fome e da insegurança alimentar nos últimos anos ocorreu em locais onde a proteção social, o investimento agrícola e as políticas econômicas estão alinhados e se reforçam mutuamente.

Os países que obtiveram os maiores avanços compartilham características-chave: proteção social que preserva o poder de compra; investimento que aumenta a produtividade agrícola; estradas rurais, irrigação e infraestrutura de mercados; e políticas que conectam pequenos agricultores a mercados de alimentos em expansão. Para que o mundo evite continuar abrigando mais de meio bilhão de pessoas que vivem com fome até 2030, é preciso encontrar meios para viabilizar essas características nos países, regiões e comunidades que ainda carecem delas..

1.2 Tendências globais da pobreza

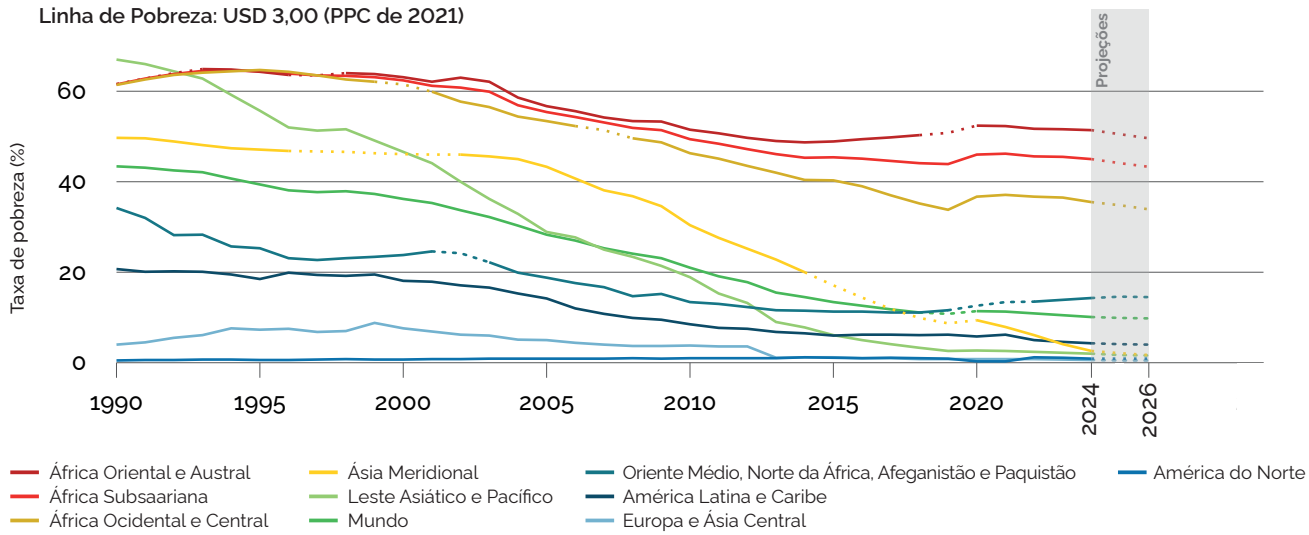
Uma história de rápido progresso seguida por inércia, concentração e desigualdade

Desde 1990, o número de pessoas que vivem em extrema pobreza diminuiu em mais de 1 bilhão, uma conquista monumental impulsionada pelo rápido crescimento econômico liderado pelo consumo, por investimentos maciços em infraestrutura e pela profunda integração em redes de comércio global por parte de economias populosas de renda média-baixa, particularmente no Leste e no Sul da Ásia. No entanto, esse impulso histórico estagnou fundamentalmente por volta de 2014, deixando a comunidade global diante de um cenário econômico altamente desigual e desafiador.

Hoje, com base na linha internacional de pobreza atualizada de USD 3,00 por pessoa por dia (expressa em paridades de poder de compra de 2021), aproximadamente 811 milhões de pessoas — representando 9,8% da população global — vivem na pobreza em 2026, uma queda em relação aos 817 milhões registrados em 2025 (*World Bank, 2026d*). Embora as taxas globais de pobreza tenham diminuído marginalmente em termos percentuais, o volume absoluto de pessoas presas abaixo desse limiar permanece obstinadamente alto, com o progresso cada vez mais fragmentado ao longo das fronteiras geográficas (Figura 4).


© FAO/Hashim Azizi.

Figura 4. Tendências globais e regionais da pobreza: 1990–2026



Nota: Linha de pobreza selecionada: USD 3,00 (PPC de 2021). *As projeções baseadas em previsões imediatas para 2025 são ilustradas por linhas pontilhadas.
Fonte: World Bank. 2026. *Poverty and Inequality Platform* (September 2026 update). Washington, DC. https://pip.worldbank.org

O panorama global da pobreza é caracterizado por divergências regionais marcantes. No Sul da Ásia, a pobreza diminuiu significativamente, caindo de 7,9% em 2021 para 2,6% em 2024, uma tendência impulsionada fortemente por dados recém-integrados de pesquisas domiciliares da Índia. Da mesma forma, as taxas de pobreza no Leste Asiático, na América Latina e na Europa se estabilizaram em níveis muito baixos, permanecendo consistentemente abaixo de 5%.

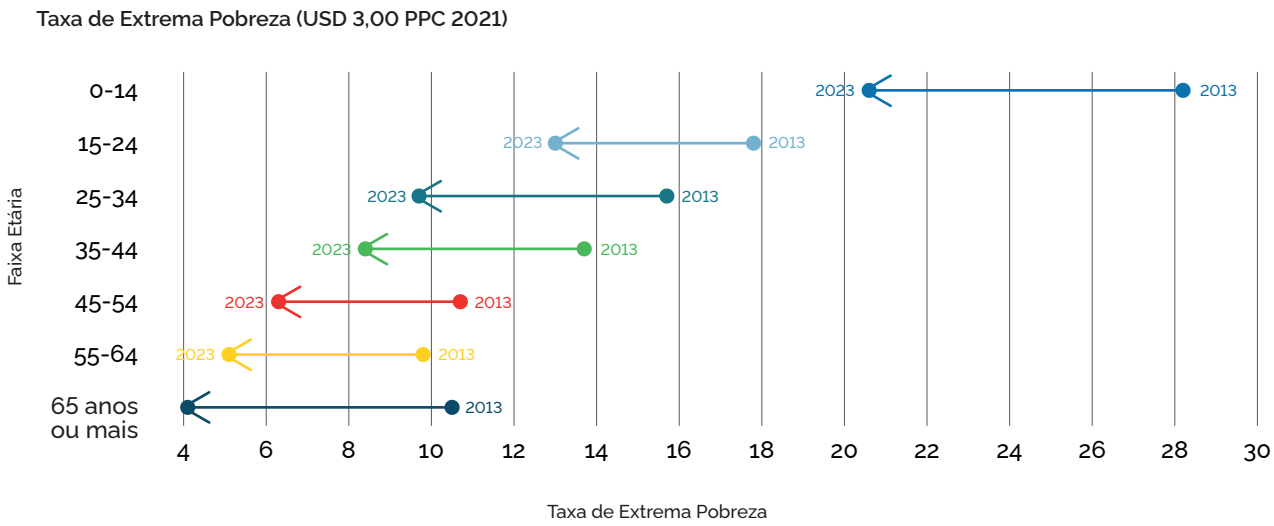
Por outro lado, o progresso estagnou ou sofreu retrocesso em outras partes do mundo. No Oriente Médio, no Norte da África, no Afeganistão e no Paquistão, a pobreza apresenta uma tendência de aumento, impulsionada pela fragilidade, pelos conflitos e pela instabilidade econômica. Enquanto isso, na África Subsaariana, as taxas de pobreza permanecem persistentemente altas devido ao crescimento econômico per capita lento e às intensas pressões demográficas, deixando a região mais distante da meta de erradicação da pobreza.

O progresso global na redução da pobreza extrema é o mais lento em mais de trinta anos, em parte devido ao fato de vários grandes países de baixa renda terem registrado pouco ou nenhum avanço na última década.

Atualmente, estamos atravessando a era da "policrise" – um período marcado por choques em cascata e sobrepostos, como a pandemia da COVID-19, fortes pressões inflacionárias, cadeias de abastecimento interrompidas e desastres climáticos cada vez mais intensos. Essas crises cumulativas praticamente anularam anos de conquistas na redução da pobreza, alcançadas com muito esforço. Surpreendentemente, os níveis de pobreza extrema hoje permanecem persistentemente acima dos índices registrados antes da pandemia, com os custos do serviço da dívida soberana frequentemente prejudicando os gastos sociais necessários para proteger as populações vulneráveis (*World Bank, 2024c*).

As crianças arcam com uma parcela desproporcional dessa estagnação (Figura 5). De acordo com o relatório de referência "*Pobreza Infantil: Tendências Globais, Regionais e de Alguns Países*", o ritmo de redução da pobreza entre as crianças está drasticamente aquém do da população adulta (*UNICEF & World Bank, 2024*). Em estimativas recentes, cerca de 412 milhões de crianças com 17 anos ou menos viviam em famílias que sobreviviam com menos de USD 3 por dia.

Figura 5. O fardo desproporcional sobre as crianças



Fonte: UNICEF & World Bank. 2024. *Child Poverty: Global, Regional, and Select National Trends*. Washington, DC: World Bank.

A disparidade demográfica é gritante: embora as crianças representem cerca de 30% da população global, elas agora constituem mais de 50% da população em situação de extrema pobreza (*UNICEF & World Bank, 2024*). Mais de uma em cada cinco crianças no mundo vive em extrema pobreza. Essa privação financeira é frequentemente acompanhada por pobreza multidimensional, que se manifesta em desnutrição, atraso no crescimento e exclusão dos serviços básicos de saúde. Sem intervenções enérgicas e direcionadas, como benefícios infantis universais, investimentos em saúde materna e educação na primeira infância, essa transmissão intergeracional da pobreza ameaça impedir permanentemente o desenvolvimento do capital humano global. Isso corre o risco de privar as economias emergentes da força de trabalho saudável e qualificada necessária para enfrentar os desafios econômicos do século XXI.

Dinâmicas regionais: mudanças geográficas e demográficas

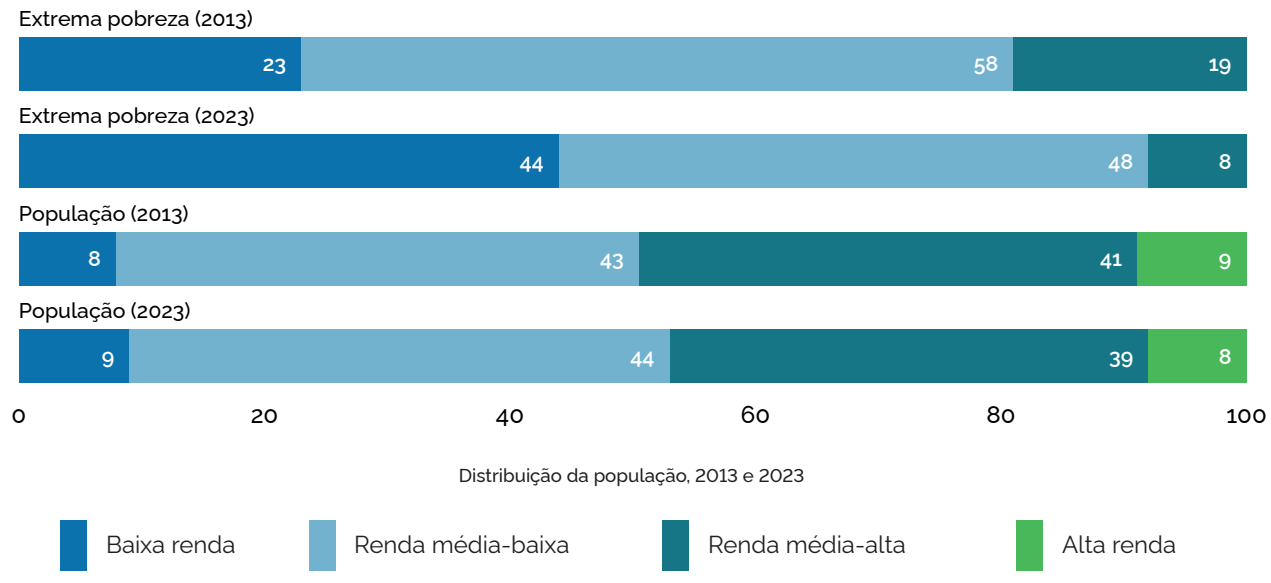
À medida que as taxas globais de pobreza diminuíram marginalmente, a distribuição geográfica daqueles que ficaram para trás se consolidou radicalmente, cruzando-se com mudanças demográficas massivas em vários continentes. Há dez anos, a maioria das pessoas em situação de extrema pobreza no mundo residia em economias de renda média-baixa (Figura 6). Hoje, a dinâmica se inverteu. Embora a parcela da população mundial que vive em países de baixa renda tenha aumentado apenas

ligeiramente para 9%, sua participação no total global de pessoas em situação de extrema pobreza quase dobrou, passando de 23% para 44% na última década (*World Bank, 2024a*). Embora a África Subsaariana seja responsável por uma grande parte dessa mudança demográfica, a privação aguda continua sendo um desafio urgente e complexo no Sul da Ásia, onde populações densas permanecem altamente vulneráveis a choques climáticos e econômicos, e no Oriente Médio e Norte da África, onde conflitos prolongados reverteram décadas de progresso no desenvolvimento.

Essa consolidação geográfica global está profundamente entrelaçada com a divisão entre áreas urbanas e rurais. O perfil moderno da pobreza revela que a privação extrema é predominantemente rural. Aproximadamente quatro em cada cinco pessoas que vivem abaixo da linha internacional de pobreza residem em áreas rurais, onde o acesso à infraestrutura básica, à conectividade digital e aos mercados modernos continua severamente limitado (*World Bank, 2024a*). Esse isolamento físico sufoca tanto a produtividade agrícola quanto o desenvolvimento de economias não agrícolas, mantendo as comunidades presas a uma vida de subsistência, independentemente de sua região geográfica.

A agravar esse isolamento rural está uma grave e sistêmica desigualdade de gênero no setor agrícola, que persiste em todo o mundo em desenvolvimento. Nesses contextos rurais, as mulheres representam quase metade da força de trabalho agrícola, mas frequentemente possuem menos de 15% das propriedades rurais. Sem acesso equitativo à posse segura da terra, ao crédito e à tecnologia agrícola moderna, as agricultoras produzem consistentemente de 15% a 35% menos por unidade de terra do que seus colegas homens (*World Bank, 2024d*). Essa desigualdade agrava diretamente a pobreza das famílias rurais e prejudica a segurança alimentar regional.

Figura 6. A evolução da proporção da pobreza extrema: países de baixa renda



Nota: classificação de renda com base no último ano fiscal de 2026, atualizada em junho de 2025.
Fonte: World Bank. 2024. *How has the profile of extreme poverty changed over the last decade?* World Bank Open Data Blog. https://blogs.worldbank.org/en/opendata/how-has-the-profile-of-extreme-poverty-changed-over-the-last-decade

Simultaneamente, um enorme aumento demográfico da população jovem está remodelando o panorama da pobreza em todo o mundo em desenvolvimento. Em muitos Estados frágeis e países de renda média-baixa — desde a África Subsaariana até o Sul da Ásia e partes da América Latina —, até 70% da população tem menos de 30 anos. Essa onda de jovens representa um potencial dividendo demográfico de escala sem precedentes. No entanto, sem absorção econômica imediata, criação robusta de empregos e capacitação profissional adequada, esse surto demográfico corre o risco de se tornar um fator determinante de instabilidade, migração forçada e pobreza estrutural arraigada.

Mesmo que o mundo alcance progressos substanciais na redução da pobreza extrema global, é importante lembrar que a linha internacional de pobreza representa uma definição restrita de pobreza. Muitos países que eliminaram a pobreza extrema ainda sofrem com outras formas de privação. Países de renda média e alta tendem a utilizar linhas de pobreza mais elevadas, refletindo os custos mais altos para cobrir o que consideram necessidades básicas em seus contextos nacionais. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) global, assim como os índices nacionais de pobreza multidimensional utilizados por muitos países, vai além da renda ou do consumo para avaliar se os indivíduos sofrem privações em outros aspectos do bem-estar, como saúde, educação e infraestrutura (*UNDP & OPHI, 2026*). O IPM global de 2026 aponta que 1,2 bilhão de pessoas vivem em pobreza multidimensional aguda nos 108 países abrangidos pelo índice, 51,5 milhões a mais do que na atualização de 2025, em parte devido ao crescimento populacional, com quase dois terços — aproximadamente 779 milhões de pessoas — residindo em países de renda média. Essa concentração demonstra que alcançar um nível mais alto de renda nacional ou ultrapassar um limiar monetário básico não elimina automaticamente as privações graves na vida cotidiana. As medidas monetárias e multidimensionais também identificam grupos de pessoas parcialmente diferentes: nos mesmos países e anos, 971 milhões de pessoas são consideradas pobres segundo o limiar de USD 3,00, cerca de 277 milhões a menos do que segundo o IPM global (*OPHI, 2026*).



Principais restrições: capital humano, desigualdade de gênero e fragilidade

A luta contemporânea contra a pobreza extrema é severamente limitada por três vulnerabilidades que se sobrepõem: um profundo déficit de capital humano, desigualdades de gênero profundamente arraigadas e a crescente extensão da fragilidade, dos conflitos e da violência.

O déficit de capital humano e de qualificações

A evolução do perfil da pobreza extrema mostra uma correlação avassaladora com o nível de escolaridade. Aproximadamente 70% dos pobres do mundo com 15 anos ou mais não possuem escolaridade formal ou têm apenas educação primária básica (*World Bank, 2024a*). Esse grave déficit em competências básicas funciona como uma barreira intransponível para os jovens em transição para o mercado de trabalho. Os jovens enfrentam taxas de desemprego mais altas globalmente do que os adultos, e milhões são classificados como "nem-nem" (que não estão estudando, trabalhando ou em treinamento). Sem educação adequada, acesso à saúde e treinamento técnico, os jovens vulneráveis ficam excluídos dos setores de maior produtividade e da economia digital moderna, sendo relegados, em vez disso, a trabalhos de baixo rendimento, informais e precários.

A penalização de gênero

A pobreza não é neutra em termos de gênero. A desigualdade de gênero sistêmica atua como uma forte restrição tanto à redução da pobreza das famílias quanto ao crescimento econômico nacional. A participação global na força de trabalho permanece estagnada desde 1990, oscilando em torno de 53% para as mulheres, em comparação com 80% para os homens (*World Bank, 2024d*). As mulheres são desproporcionalmente sobrecarregadas pelo trabalho de cuidado não remunerado, enfrentando graves barreiras estruturais para concluir o ensino médio e ter acesso às tecnologias digitais. Além disso, quando ocorrem crises — sejam choques climáticos, pandemias ou recessões econômicas —, mulheres e meninas são frequentemente as primeiras a perder o acesso à alimentação, à educação e à renda. Eliminar essas disparidades de gênero não é apenas um imperativo de direitos humanos; é uma necessidade macroeconômica.

O papel decisivo da fragilidade, do conflito, da violência e das mudanças climáticas

De longe, o maior obstáculo à erradicação da pobreza é a proliferação da fragilidade, dos conflitos e da violência (FCV). Os contextos de FCV têm prejudicado o progresso do desenvolvimento em todo o mundo, transformando a pobreza em uma profunda crise de segurança e humanitária. Os números são alarmantes: a taxa de pobreza em países afetados por FCV é mais de três vezes maior do que a taxa em outras nações. Além disso, o conflito tornou-se o maior fator isolado de fome aguda, que, por si só, é um componente primordial da pobreza extrema.

As mudanças climáticas multiplicam essas ameaças. Dos 25 países considerados os mais vulneráveis às mudanças climáticas, 15 são classificados como frágeis (*World Bank, 2024c*). Em contextos de países frágeis e vulneráveis (FCV), os riscos se agravam: a violência de gênero dispara à medida que

as instituições entram em colapso, enquanto os caminhos tradicionais para a formação de capital humano, como manter as escolas abertas ou oferecer assistência médica, são obstruídos pela insegurança física. O Banco Mundial estima que quase 40% da população em ambientes frágeis viverá em extrema pobreza até o final de 2026 (*World Bank, 2026a*).

Perspectivas para 2030: uma divergência iminente

O primeiro objetivo da comunidade global no âmbito dos ODS é erradicar a pobreza extrema até 2030. Com base nas trajetórias econômicas e educacionais atuais, essa meta está agora fora de alcance. As previsões imediatas e as projeções de médio prazo indicam que a taxa global de pobreza, com base no limite de USD 3,00 por dia, oscilará em torno de 9% até 2030 (*World Bank, 2026c; September 2026 Global Poverty Update*). Se os países continuarem em suas trajetórias atuais de crescimento mais lento, a taxa global de pobreza aumentará de cerca de 10% hoje para cerca de 15% até 2050. Isso representa mais de 600 milhões de pessoas adicionais (*Mahler & Lambrechts, 2026*).

As perspectivas para a próxima meia década apontam para uma divergência profunda e dolorosa. O Banco Mundial estima que, até 2030, quase 60% da população em situação de pobreza extrema do mundo estará concentrada em países caracterizados por fragilidade, conflitos e violência (*World Bank, 2024a*).

Para inverter a tendência antes de 2030, é necessária uma mudança estratégica de rumo. Erradicar a pobreza extrema agora exige intervenções altamente direcionadas nas regiões mais instáveis do mundo. Isso requer a construção de sistemas de proteção social robustos e capazes de responder a choques, além de investimentos agressivos em capital humano — garantindo que as crianças recebam nutrição essencial nos primeiros anos de vida, que as adolescentes permaneçam em segurança no ensino médio e que os jovens em Estados frágeis recebam a capacitação profissional necessária para ter acesso a um trabalho digno. A batalha para acabar com a pobreza extrema será, em última instância, vencida ou perdida com base em como protegemos e empoderamos as mulheres, crianças e jovens mais vulneráveis do mundo em todas as regiões. ■



© FAO/Max Valencia.

Capítulo 2

A ALIANÇA GLOBAL **EM AÇÃO**

2.1 Reforçando o consenso globalmente, atuando em conjunto localmente

Quando a Aliança Global foi lançada, ela respondeu a uma realidade preocupante: o mundo já dispunha de evidências claras sobre o que funciona para acabar com a fome e a pobreza, mas o progresso havia estagnado e, em alguns casos, sofrido retrocessos devido à falta de consistência na vontade política, à implementação fragmentada e ao apoio internacional insuficientemente alinhado com as ambições nacionais.

A Aliança foi criada para ajudar a preencher essa lacuna. Não por meio da criação de mais um fundo, mais um fórum de políticas ou mais uma comunidade de prática, mas como um motor pragmático de impulso e alinhamento, conectando diretamente a liderança política global à execução prática em nível nacional.

2025: Construindo uma estrutura integrada para a ação coletiva

Com seu lançamento na Cúpula do G20, a Aliança Global levou as soluções para a fome e a pobreza de uma preocupação humanitária periférica para o centro da agenda internacional. Por meio de seus documentos fundadores e de sua estrutura de governança, a Aliança estabeleceu uma estrutura compartilhada que une governos, instituições financeiras multilaterais, sociedade civil, academia, organizações internacionais, filantropia e o setor privado em torno de ações lideradas pelos países contra a fome e a pobreza.

Para converter esse impulso político em utilidade operacional, os membros da Aliança assumiram compromissos concretos, por meio de suas Declarações de Compromisso e dos "Sprints 2030", para acelerar a implementação em áreas de políticas de alto impacto compiladas na Cesta de Políticas da Aliança Global. A Cesta, que é elaborada com base em uma vasta base de evidências proveniente dos membros da Aliança e de outras fontes, reúne instrumentos de políticas e exemplos de países que abrangem proteção social adaptativa, alimentação escolar universal, nutrição materno-infantil, agricultura de pequenos produtores, acesso à água em áreas rurais e outras áreas de políticas.

No primeiro ano, foi lançado um processo de Planejamento Acelerado para apoiar os governos na tradução dos compromissos baseados na Cesta de Políticas em decisões sobre o que expandir, onde aplicar capital e quais parceiros envolver. Ao final do primeiro ano, Etiópia, Haiti, Quênia, Palestina e Zâmbia apresentaram planos governamentais resultantes desse processo, com o apoio de mais de 20 membros da Aliança, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Brasil, FAO, Alemanha, Índia, BID, Fundação Rockefeller, World Vision International e Banco Mundial.

O trabalho conjunto inicial dos membros da Aliança foi facilitado por uma equipe de transição composta por funcionários de cinco ministérios e órgãos brasileiros. A FAO forneceu apoio essencial ao recrutamento e hospedagem institucional para o Mecanismo de Apoio da Aliança em Bangcoc e Roma. O destacamento de funcionários do BID e do Banco Mundial trouxe capacidade prática para parcerias financeiras. A União Africana, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Banco Mundial também acolhem funcionários do Mecanismo de Apoio em Adis Abeba, Brasília e Washington, DC, respectivamente.

O financiamento principal para sustentar as operações e o trabalho de facilitação do Mecanismo de Apoio da Aliança Global foi fornecido pelo Brasil, Alemanha, Noruega, Portugal e Espanha, tendo sido anunciada uma contribuição da Itália. O Reino Unido promoveu análises políticas e técnicas para orientar as atividades da Aliança por meio do ODI Global.

O UNRISD e o Socialprotection.org prestaram apoio ao Mecanismo de Apoio para a manutenção da Cesta de Políticas, das ferramentas digitais, da plataforma web e das comunicações, enquanto o FIDA, a FAO e a OCDE sediaram as reuniões semestrais do Conselho de Campeões da Aliança. Por fim, o PMA apoiou o desenvolvimento inicial de uma ferramenta digital dedicada para ajudar a identificar possíveis oportunidades e acompanhar as parcerias em andamento em nível nacional, o que acabou inspirando as ferramentas digitais atuais utilizadas pelo Mecanismo de Apoio em seu trabalho em nível nacional.

Paralelamente, a Aliança passou a intensificar o ritmo da redução da fome e da pobreza, bem como a defender uma maior coordenação, em debates mais amplos sobre desenvolvimento, financiamento e resiliência climática ao longo do ano. Entre os principais eventos, destacaram-se o processo de Financiamento para o Desenvolvimento, no qual os membros da Aliança aproveitaram o Compromisso de Sevilha para defender o financiamento conjunto em detrimento da ajuda fragmentada a projetos, e a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, que serviu de pano de fundo para a Primeira Reunião de Líderes da Aliança e ajudou a posicionar a proteção social como essencial para o crescimento econômico inclusivo.

O ano foi encerrado com a adoção da Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas, elaborada pelo Conselho de Campeões da Aliança em conjunto com a Presidência brasileira da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A Declaração

já foi adotada por 50 países, alguns dos quais estão traduzindo seus princípios em programas nacionais por meio da Aliança Global.

2026: Transformando uma nova arquitetura em ação alinhada

Em 2026, a Aliança passou da construção de uma arquitetura compartilhada para a promoção de uma execução coordenada: seu portfólio de apoio a programas liderados pelos países agora abrange 20 países, buscando alinhar as prioridades nacionais com apoio direcionado; o número de membros cresceu para 223 entidades; e vários parceiros financeiros, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, estão trabalhando para um financiamento mais integrado em apoio a planos nacionais de segurança alimentar e redução da pobreza. Os membros também continuaram a se coordenar para manter a fome e a pobreza no topo das agendas políticas durante um ano turbulento.

O empenho em acelerar e combinar esforços resultou em forte alinhamento e coordenação entre o Mecanismo de Apoio da Aliança e as equipes que conduzem as iniciativas "Acelerador de alimentação escolar" e "*Jobs For the Poor*" (Empregos para os Pobres), que, em diferentes áreas, atuam como iniciativas-chave para reunir financiamento, apoio técnico e conhecimento a fim de apoiar as ambições governamentais. Essas parcerias possibilitam e fortalecem o papel da Aliança Global, além de evitar a duplicação de esforços por parte dos governos implementadores e de outras partes interessadas.


© FAO/Farooq Naeem

Com base nas lições aprendidas com o processo acelerado ("*Fast-Track*"), o Conselho de Campeões da Aliança endossou um processo totalmente orientado pelos países para facilitar o apoio em grande escala a programas nacionais por parte de parceiros externos, operacionalizado pelo Mecanismo de Apoio. Atualmente, vinte países encontram-se em diferentes estágios do planejamento de implementação e do processo de formação de parcerias da Aliança, cada um adaptado às necessidades e ao ritmo do governo responsável pela implementação. O progresso nessa área se reflete nos Mapas do Caminho para a implementação que estão surgindo para programas na Etiópia (veja o quadro de destaque sobre o programa Yelemat Tirufat) e no Quênia, com vários outros a seguir em breve. Os Mapas do Caminho de implementação são elaborados em conjunto e, por fim, endossados por

todos os parceiros sob a liderança do país. Eles consolidam os diferentes papéis, contribuições e responsabilidades dos membros engajados da Aliança no apoio aos programas nacionais, juntamente com um cronograma de execução, uma lista clara das próximas etapas e a estratégia e visão de implementação necessárias para orientar a execução de forma integrada.

Em 2026, além desse progresso inicial, mas encorajador, no alinhamento em nível nacional, os membros continuaram a contar com a Aliança para manter o compromisso político em um momento em que novas crises ameaçam fragmentar ainda mais os esforços e diluir as agendas. Por meio da presença diversificada de seus membros em fóruns-chave, incluindo a Conferência da OCDE sobre o Futuro da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, as Reuniões de primavera e Anuais do Fundo Monetário Internacional e do Grupo Banco Mundial, a Cúpula do Grupo dos 7 (G7) e a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Aliança Global aproveitou momentos-chave para lembrar à comunidade internacional que um mundo com fome e pobreza persistentes não pode ser seguro nem próspero.

Etiópia

CESTA DE POLÍTICAS

Promoção do acesso inclusivo aos mercados agrícolas

Acesso favorável aos mais pobres a insumos agrícolas e tecnologias resilientes às mudanças climáticas

Acesso a serviços de extensão e assessoria rural

Promoção de cadeias de valor curtas

Crédito, seguros e serviços financeiros inclusivos

Mercados institucionais, incluindo compras públicas e preços de alimentos favoráveis aos mais pobres

A Iniciativa Yelemat Tirufat da Etiópia está transformando o setor pecuário

O QUE FOI REALIZADO

Em 2022, a Etiópia lançou a Iniciativa Yelemat Tirufat ("Abundância da Cesta") para aumentar de forma sustentável a produtividade, a inclusão e a resiliência do setor pecuário, fortalecendo assim a segurança alimentar e nutricional. Desde o seu lançamento, a produção anual de leite mais que dobrou, passando de 5,8 bilhões de litros em 2022 para 11,7 bilhões de litros em 2026. No mesmo período, a distribuição de pintinhos de um dia aumentou de 26 milhões para 131,2 milhões, enquanto o número de colmeias modernas passou de 1,2 milhão para 2,7 milhões. Em 2025, o programa Yelemat Tirufat Plus da Etiópia foi selecionado como uma das primeiras iniciativas a receber apoio por meio do processo acelerado ("*Fast-Track*") da Aliança Global. Por meio da estrutura da Aliança Global, o programa garantiu e alinhou compromissos concretos de 14 membros, incluindo mais de USD 100 milhões em apoio financeiro, além de apoio técnico e de conhecimento em áreas como extensão e serviços de assessoria rural, sistemas de ração e insumos veterinários, biossegurança e padrões de qualidade e laboratoriais, vínculos com o mercado e inclusão financeira, serviços de assessoria sazonal sobre clima e condições meteorológicas e gestão do conhecimento com foco em nutrição.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA ETIÓPIA — O Yelemat Tirufat Plus concretiza a Declaração de Compromisso da Etiópia com a Aliança Global, visando implementar e ampliar instrumentos de política eficazes para gerar ganhos mensuráveis em produtividade, nutrição e segurança alimentar para pequenos produtores em seu contexto nacional e por meio de parcerias com outros membros da Aliança para cumprir seus compromissos com maior eficácia.

No que diz respeito ao financiamento, os anos de 2025 e 2026 foram marcados por novos apelos para integrar melhor o financiamento como estratégia-chave para mitigar o impacto da diminuição

dos recursos externos, com a Aliança Global sendo reconhecida por diversos fóruns internacionais como uma plataforma fundamental para alcançar a convergência. Em 2025, durante a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), os membros da Aliança se comprometeram a explorar mecanismos de financiamento mais integrados para combater a fome e a pobreza, como parte do Compromisso de Sevilha e da Plataforma de Ação de Sevilha.

Em 2026, esses compromissos começaram a tomar forma concreta, traduzindo-se em um emergente Quadro de Financiamento Colaborativo contra a Fome e a Pobreza (QFC). Criado em conjunto com contribuições de bancos de desenvolvimento, doadores bilaterais, organizações filantrópicas e países implementadores, o Quadro se baseia no processo existente de planejamento de implementação e formação de parcerias, mas acrescenta uma maneira mais estruturada, porém flexível, para que diferentes parceiros de financiamento sinalizem a disponibilidade de recursos para prioridades e prazos específicos, combinem-nos com a demanda dos países, canalizem o financiamento por meio de seus mecanismos existentes e, sempre que possível, alinhem os requisitos de prestação de contas. O objetivo é reduzir os custos de transação e de informação tanto para os doadores quanto para os governos implementadores e outros atores financeiros, bem como combinar estrategicamente o financiamento inicial catalisador com o financiamento multilateral básico em grande escala, o financiamento climático e outras fontes.

A primeira parte desse Marco foi lançada em outubro e já está em operação: um espaço dedicado a atrair financiamento multilateral de bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) para programas nacionais de proteção social (incluindo programas de inclusão econômica, apoio à infância e alimentação escolar) na Plataforma Global de Cofinanciamento Colaborativo, hospedada pelo Banco Mundial. Outros componentes envolvendo financiamento concessional e filantrópico estão sendo preparados com parceiros voluntários, incluindo o Brasil, o BID, o Livelihood Impact Fund, a Espanha, o Reino Unido (RU) e o Banco Mundial, com o objetivo de entrar em operação até 2027.

Como base para todas essas frentes, a Estrutura de Governança da Aliança, estabelecida em 2024, provou ser uma plataforma inclusiva e operacional para a ação coletiva. A base de membros cresceu para 223 países e organizações, trazendo a bordo uma gama de parceiros com pontos fortes distintos. A arquitetura de governança da Aliança, que não se baseia na busca de consenso, mas em possibilitar e facilitar de forma flexível uma ampla gama de ações concretas por parte daqueles que optam por realizá-las, representa uma nova geração de multilateralismo capaz de conduzir efetivamente uma mudança para converter a demanda dos países, o apoio político e o financiamento integrado em progresso real.

Ação alinhada: uma abordagem emergente que demonstra potencial

A abordagem da Aliança Global demonstra o que é possível quando países e instituições ultrapassam as fronteiras tradicionais e unem suas forças em torno de uma única missão. O progresso descrito acima contou com as contribuições operacionais dos membros da Aliança, que, por sua vez, construíram e mantiveram um movimento poderoso para alcançar o que nenhum membro isoladamente poderia alcançar sozinho.

Dos dois anos desde o lançamento da Aliança, o primeiro foi amplamente utilizado para estabelecer sua governança, criar o Mecanismo de Apoio e aproveitar o impulso inicial. Principalmente por meio do processo "*Fast-Track*", esse primeiro ano também plantou as sementes e testou o terreno para

uma metodologia que visava colocar os planos e as necessidades dos países em primeiro plano, solicitando aos parceiros que prestassem apoio em alinhamento com eles, e não o contrário.

Foi somente no segundo ano, após a conclusão dos processos de financiamento e contratação, que o Mecanismo de Apoio da Aliança foi formado e pôde começar a implementar plenamente a visão apresentada pelo G20, sob a orientação do Conselho. Em menos de um ano, uma metodologia de planejamento e correspondência de recursos totalmente desenvolvida foi criada e testada, com base nas lições aprendidas na fase "*Fast-Track*" e incorporando-as.

No que diz respeito à implementação da correspondência de recursos, os países têm demonstrado verdadeiro entusiasmo com a experiência e relatado um aumento do impulso interno decorrente dela. Ela oferece aos ministérios setoriais responsáveis pela proteção social, agricultura, bem-estar infantil, resiliência e outras áreas uma oportunidade e um incentivo saudável para coordenar-se com outras áreas do governo; para definir melhor e delimitar suas metas programáticas de curto, médio e longo prazo; para receber atenção dedicada dos principais parceiros e agências internacionais; para aproveitar o conhecimento e a experiência de países semelhantes; e a se sentirem encorajados e apoiados na busca pelo respaldo dos ministérios da Fazenda para garantir alocações orçamentárias nacionais e empréstimos soberanos para programas voltados para o combate à fome e à pobreza.

No que diz respeito às parcerias, é preciso reconhecer que, diante do ambiente global desafiador, da solidariedade internacional reduzida, dos cortes históricos na assistência internacional ao desenvolvimento, da elevada pressão fiscal e da crescente demanda por ajuda de emergência, o fato de o processo da Aliança ter recebido mais de cem Manifestações de Interesse de seus membros em apoio a um ou mais planos de implementação liderados pelos próprios países deve ser motivo para um vislumbre de esperança.

No entanto, embora ofertas de conhecimento e assistência técnica tenham sido apresentadas de forma constante, o apoio financeiro dos membros da Aliança é significativamente mais difícil de ser mobilizado. A maioria dessas manifestações de interesse, apresentadas durante a fase de "*Fast-Track*", não é específica o suficiente para impulsionar ações. Pouquíssimas delas incluem os subsídios iniciais transformadores e catalisadores necessários, bem como outros recursos financeiros que possam — em combinação com apoio específico em conhecimento, um plano nacional claro e uma estratégia de implementação e financiamento em fases — gerar impulso, capacidade e evidências iniciais suficientes para levar um país a ampliar e sustentar um programa.

Foi desenvolvido e implementado um processo revisado para identificar com maior clareza oportunidades específicas e de alto valor de parceria para cada plano, bem como para obter respostas muito mais específicas dos parceiros, o que, em alguns casos, exigiu a reformulação dos planos originais do "*Fast-Track*". Como se passaram apenas seis meses desde que o Conselho aprovou essa abordagem revisada em maio de 2026, os próximos trimestres serão fundamentais para avaliar seu desempenho.

O processo da Aliança como um todo, por ser tão novo, tem sido uma experiência de aprendizado constante para os países implementadores, os parceiros e para a equipe do Mecanismo de Apoio. Felizmente, ele continua a atrair engajamento, interesse e boa vontade de ampla parcela dos membros, mesmo que muitos deles tenham reconhecido suas próprias limitações atuais e a dificuldade em mobilizar apoio substancial às necessidades dos países, agora cuidadosamente articuladas.

Apesar dos enormes desafios e de o processo ainda ser muito novo, os primeiros avanços estão começando a surgir em países como a Etiópia, com o programa de apoio à pecuária de pequenos produtores Yelemat Tirufat ("Cesta da Fartura"), e no Haiti, com a implementação da política nacional de proteção social. Nesses casos, os avanços basearam-se na mobilização, coordenação e alinhamento do apoio de importantes parceiros institucionais , juntamente com outras parcerias inovadoras ou de menor porte, em torno de uma única visão liderada pelo próprio país. Assim, reforçou-se o apoio que antes era oferecido de maneira fragmentada.

Esses avanços mostram o que poderia ser alcançado se a vontade política, a flexibilidade e a disposição da comunidade internacional fossem maiores do que são hoje. A abordagem da Aliança oferece uma maneira pragmática e flexível de aplicar efetivamente, na esfera da luta contra a fome e a pobreza, a frequentemente citada, mas raramente seguida, Agenda de Ação de Acra. Sem uma ação coletiva sustentada, decisiva e ambiciosa por parte dos membros, esses resultados não serão ampliados e expandidos, especialmente nos ambientes mais desafiadores, contextos frágeis e países de baixa renda.

2.2 Cumprindo nossos compromissos: destacando as ações dos membros da Aliança

O desempenho da Aliança Global — entendida como a soma de seus membros — vai muito além do descrito na seção anterior. As políticas e os programas destacados neste relatório pertencem aos governos soberanos e às organizações que os lideram, muitos deles construídos com base em anos de apoio contínuo de parceiros de desenvolvimento. Como membros da Aliança Global, países e instituições estão criando em conjunto as condições para expandir, conectar e acelerar esses esforços no terreno. As seções a seguir examinam como os membros estão cumprindo os compromissos que assumiram para ampliar as medidas de segurança alimentar e proteção social quando aderiram à Aliança Global, seja como parte de suas Declarações de Compromisso, seja dos compromissos dos "Sprints 2030".


© FAO/Max Valencia.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

CESTA DE POLÍTICAS

Transferência incondicional de renda

Programas de alimentação escolar

Nutrição materna e na primeira infância

Acesso a serviços básicos de água potável e saneamento, e instalações de higiene

Promoção e acesso a dietas saudáveis, inclusive por meio da educação e de preços acessíveis/ subsidiados

O BID amplia o financiamento para combater a fome e a pobreza para USD 10 bilhões na América Latina e no Caribe

O QUE FOI REALIZADO

O compromisso financeiro do BID com a Aliança Global e com os países da América Latina e do Caribe consiste em investir até USD 25 bilhões entre 2025 e 2030 em programas liderados pelos países e alinhados com a Cesta de Políticas da Aliança. Foram alcançados avanços significativos no cumprimento desse compromisso nos últimos dois anos. Em 2025, o BID aprovou USD 4,1 bilhões em operações alinhadas, incluindo aproximadamente USD 1 bilhão em saúde e nutrição materna, neonatal e infantil; USD 328 milhões em educação e alimentação escolar; USD 1,4 bilhão em água e saneamento; e USD 133 milhões em programas de proteção social. Em 2026, o BID deverá aprovar mais USD 5,8 bilhões – sendo USD 2 bilhões para transferências direcionadas de renda que ofereçam apoio direto a famílias pobres, além de USD 1,6 bilhão para água e saneamento, USD 717 milhões para saúde e nutrição e USD 234 milhões para educação e alimentação escolar. Isso eleva o total para aproximadamente USD 10 bilhões em investimentos alinhados aos objetivos da Aliança Global durante seus dois primeiros anos.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DO BID — Esses investimentos estão transformando os compromissos do BID em apoio concreto às pessoas e comunidades que enfrentam a fome e a pobreza. Na Bolívia, por exemplo, pelo menos 962 mil pessoas afetadas por medidas de ajuste fiscal receberão transferências de renda para ajudar a proteger seus meios de subsistência e evitar que caiam na pobreza. Em Manaus, no Brasil, USD 73,6 milhões fortalecerão a educação infantil, o ensino fundamental e a educação especial, beneficiando 251 mil alunos por meio de investimentos em infraestrutura resiliente, práticas pedagógicas aprimoradas e sistemas de gestão educacional. No Equador, uma garantia baseada em políticas no valor de USD 250 milhões mobilizará USD 500 milhões por meio de um título de nutrição para reduzir a desnutrição infantil crônica, beneficiando 250 mil mulheres grávidas e 500 mil crianças menores de dois anos por meio de serviços de saúde e nutrição mais sólidos, melhor coordenação intersetorial e melhores práticas de alimentação e água potável.

Para aderir à Aliança, um governo ou organização elegível deve apresentar uma Declaração de Compromisso (SoC), que precisa conter, no mínimo, uma linguagem comum e o compromisso de endossar e apoiar a abordagem da Aliança para promover a luta contra a fome e a pobreza. Os membros podem, e de fato o fizeram, listar também vários compromissos específicos nos âmbitos da implementação de programas nacionais em seus próprios territórios (pilar nacional), da prestação de apoio financeiro a outros membros da Aliança (pilar financeiro) e da promoção do intercâmbio de conhecimento e da assistência técnica (pilar do conhecimento). Uma vez apresentadas e confirmadas, todas as SoCs são de domínio público e podem ser consultadas no site da Aliança Global.

Além disso, por meio da iniciativa "Sprints 2030", lançada durante a Cúpula do G20 em 2024, os membros da Aliança foram convidados a anunciar voluntariamente ações e compromissos novos ou emergentes diretamente vinculados a um dos seis programas-chave e áreas de política da Cesta de Políticas da Aliança Global: transferências de renda; inclusão socioeconômica; apoio aos pequenos

agricultores; alimentação escolar; apoio à primeira infância e à maternidade; e acesso à água. Os compromissos do "Sprint" foram assumidos por 41 governos nacionais, 13 organizações internacionais e instituições financeiras, além de 19 grandes instituições filantrópicas, organizações da sociedade civil (OSC), ONGs e outras entidades sem fins lucrativos. Cada um desses "Sprints" é composto por compromissos individuais, totalizando 118 compromissos e anúncios individuais, além de algumas metas coletivas ambiciosas. Entre os destaques estão:

- Alcançar mais 500 milhões de pessoas com programas de transferências de renda e sistemas de proteção social em países de renda média, baixa e média-baixa até 2030;
- Ampliar a oferta de alimentação escolar de alta qualidade para mais 150 milhões de crianças em países que enfrentam pobreza infantil e fome endêmicas;
- Intervenções na primeira infância e na saúde materna para atingir mais 200 milhões de mulheres e crianças de zero a seis anos;
- Programas de inclusão socioeconômica para alcançar mais 100 milhões de pessoas, com foco nas mulheres; e,
- O BID e o Banco Mundial, inclusive por meio da AID, ofereceriam bilhões em financiamento para que os países implementem programas da Cesta de Políticas da Aliança Global.

A Aliança foi lançada em 18 de novembro de 2024 com 148 membros fundadores — e, portanto, 148 SoCs — e, desde então, cresceu para 223 membros até o momento da redação deste artigo, incluindo 106 governos nacionais, 31 organizações internacionais, 14 instituições financeiras internacionais e 70 organizações, entre as quais instituições filantrópicas, ONGs, OSCs e instituições acadêmicas, além da União Europeia e da União Africana. Juntos, os mais de 220 SoCs e mais de 120 anúncios individuais e coletivos dos "Sprints 2030" representam um impulso e um dinamismo impressionantes na luta contra a fome e a pobreza, possibilitados, inspirados, motivados ou amplificados pela Aliança Global. Mas será que esses compromissos realmente decolaram? Por ocasião do segundo aniversário da Aliança, e seguindo orientação do Conselho de Campeões, o Mecanismo de Apoio decidiu esclarecer como os membros estão cumprindo seus compromissos, seja em conjunto, em parceria ou individualmente.

O objetivo desse exercício de balanço não foi acompanhar exaustivamente cada compromisso e anúncio, nem criar um mecanismo formal de monitoramento. Em vez disso, esta visão geral do progresso em 2025 e 2026 concentra-se em destacar alguns dos melhores exemplos do que pode ser alcançado quando países e parceiros cumprem suas promessas. No anexo desta publicação, encontra-se uma coleção de 146 relatórios sucintos sobre membros da Aliança que estão tomando medidas concretas e cumprindo seus compromissos, cada um com uma referência clara a um compromisso específico assumido como parte da Declaração de Compromisso (SoC) ou da iniciativa "Sprints 2030" do membro.

Para serem selecionados para publicação, esses registros precisavam estar relacionados a realizações ocorridas desde julho de 2024 (quando a estrutura da Aliança foi aprovada na Reunião Ministerial do G20). A metodologia para a compilação abrangeu um processo de identificação e revisão em várias etapas, envolvendo tanto o Mecanismo de Apoio quanto os membros da Aliança. Os registros foram extraídos de fontes publicamente disponíveis, revisados e verificados quanto à precisão e à sua ligação com compromissos específicos da Aliança e, em seguida, revisados e confirmados pelos membros

da Aliança responsáveis por essa realização. Todos os membros também foram convidados a enviar voluntariamente registros, que precisavam atender aos mesmos critérios de período de elegibilidade, relação com um compromisso do SoC ou do "Sprints 2030" e comprovação por fontes publicamente disponíveis.

O que emergiu desse exercício é uma história inspiradora de compromisso. Desde a alocação de novas verbas no orçamento nacional até a ampliação da cobertura e a implementação de reformas na prestação de serviços, os membros da Aliança transformaram promessas em progresso em um momento de intensa tensão financeira e geopolítica. É também uma forte demonstração do valor da Aliança Global – e da iniciativa "Sprints 2030" – como impulsionadora de ações concretas, em toda parte.


© FAO/Pep Bonet

Entre alguns dos destaques mais notáveis desta avaliação:

A meta coletiva do "Sprints 2030" de alcançar mais 500 milhões de pessoas com proteção social, incluindo transferências de renda, registrou avanços significativos. Até junho de 2026, **234 milhões de pessoas** já haviam sido alcançadas — um progresso verificável por meio da iniciativa SP500 do Banco Mundial —, representando 47% da meta geral para 2030 (*World Bank, 2026e*). No mesmo período, o BID já havia aprovado USD 10 bilhões de seu compromisso de USD 25 bilhões em financiamento para programas nacionais alinhados com a Cesta de Políticas da Aliança.

O FIDA, que visa dobrar seu impacto até 2030, estabeleceu uma meta para seu ciclo atual (2025–2027) de 101 milhões de pessoas da zona rural que experimentem mobilidade econômica positiva, mais do que o dobro dos 49 milhões registrados no ciclo anterior (*IFAD, s.d.; IFAD, 2026a*). O FIDA também se comprometeu a atingir pelo menos 70 milhões de pequenos agricultores até 2030 no âmbito da iniciativa AgriConnect do Grupo do Banco Mundial (*IFAD, 2025*) e informou, no evento da Aliança na 81ª Assembleia Geral da ONU, que cerca de USD 600 milhões de sua carteira em sete países já estão alinhados com as prioridades da Aliança, incluindo cerca de USD 120 milhões na Etiópia (*Global Alliance against Hunger and Poverty, 2026*).

Os países estão seguindo o exemplo com seus próprios recursos financeiros. A Índia lançou um novo programa consolidado de apoio à agricultura para beneficiar 17 milhões de agricultores em 100 distritos, com um investimento anual de USD 2,5 bilhões. O Brasil lançou um plano recorde de crédito à agricultura familiar no valor de USD 19 bilhões, com taxas concessionais direcionadas. A Nigéria deu início à Fase 2 de seu programa Agro-Pocket, que deve mobilizar USD 200 milhões em quatro anos e ampliar o alcance da Fase I, que beneficiou 650 mil agricultores.

Um marco nos programas de apoio à primeira infância, o *First Foods Africa*, liderado pelo UNICEF e pela União Africana, lançado em 2024 e ampliado em 2025, trabalha com governos e empresas alimentícias africanas para disponibilizar "primeiros alimentos" nutritivos, seguros e acessíveis para crianças pequenas. O programa tem como alvo aproximadamente 125 milhões de crianças menores de cinco anos em 14 países africanos por meio da produção local, normas, abordagens de mercado e mudança de comportamento. Globalmente, o UNICEF observa que os sistemas de saúde forneceram pós com múltiplos micronutrientes a 21,2 milhões de crianças em 2025, um aumento em relação aos 13,6 milhões em 2021, e distribuíram 487,8 milhões de cápsulas de vitamina A a 75 países em 2025.

A alimentação escolar está deixando de ser, em todo o mundo, uma intervenção periférica e temporária para se tornar cada vez mais integrada às políticas nacionais e aos marcos de financiamento. Por exemplo, a ampliação pela Indonésia de um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, passando de zero para 55 milhões de beneficiários em dois anos (2024-2026), e a expansão, pelos Estados-membros da União Africana, da alimentação escolar para 87 milhões de crianças, com financiamento predominantemente nacional.

Por mais significativos que sejam esses exemplos, eles representam apenas uma fração do panorama mais amplo dos esforços de combate à fome e à pobreza, muitos dos quais permanecem dispersos por iniciativas, instituições e fontes de financiamento distintas. Os registros do anexo foram propositalmente limitados às ações que pudessem ser diretamente atribuídas aos compromissos originais de um membro com a Aliança. No entanto, muitos membros avançaram em várias frentes importantes para as metas de erradicação da fome e da pobreza, que não foram necessariamente registradas em suas Declarações de Compromisso ou nos Sprints, nem se limitaram ao período de 2024 a 2026.

Para tentar capturar parte dessas ações mais amplas – e também fornecer ao leitor uma avaliação mais setorial dos avanços e desafios em algumas das áreas-chave da Cesta de Políticas da Aliança, incluindo aquelas abrangidas pelos Sprints 2030 –, o Mecanismo de Apoio convidou algumas organizações membros da Aliança, detentoras de mandatos globais consolidados nessas áreas, a contribuir para a elaboração ou revisão das próximas três seções deste capítulo.

Agradecemos à OIT e ao Banco Mundial pelo apoio à seção sobre proteção social e inclusão econômica; à FAO pelo apoio à seção sobre apoio à agricultura de pequena escala resiliente, acesso à água e outras soluções; e ao UNICEF e à Secretaria da Coalizão para a Alimentação Escolar pelo apoio à seção sobre alimentação escolar, nutrição infantil e apoio materno.

Algumas amostras do anexo são reproduzidas neste capítulo para ilustrar e destacar a implementação. O anexo contém todos os 146 registros, organizados tematicamente por esses mesmos três grupos de políticas.

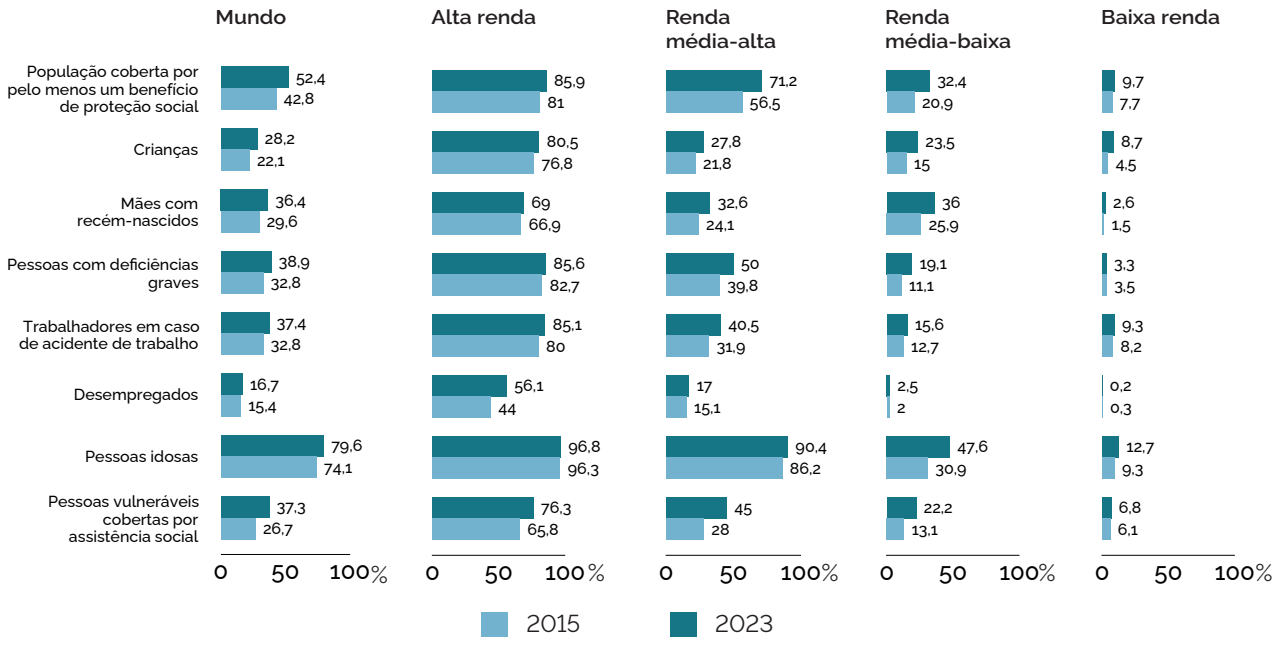
2.3 Proteção social e inclusão econômica para erradicar a fome e a pobreza (2025–2026)

Visão geral da cobertura da proteção social e da inclusão econômica: uma década de avanços sólidos, mas desiguais

Na última década, os sistemas de proteção social se expandiram rapidamente: mais da metade da população mundial está coberta por pelo menos um benefício de proteção social (*ILO, 2026a; World Bank, 2025*).

No entanto, as tendências globais ocultam disparidades gritantes entre os países e dentro deles (Figura 7). Os países de alta renda alcançaram cobertura quase universal de suas populações para alguns riscos do ciclo de vida. Entre os grupos de renda dos países, houve avanços significativos na cobertura de idosos, que apresentam as maiores taxas de cobertura, com 79,6% das pessoas com mais de 65 anos cobertas em todo o mundo, seguidas por mães com recém-nascidos, com 36,4% de cobertura. A cobertura de assistência social[1] também se expandiu exponencialmente, exceto nos países de baixa renda.

Figura 7. Cobertura da proteção social por população e grupo de renda dos países — uma comparação entre 2015 e 2023



Fonte: International Labour Organization (ILO). 2024. *World Social Protection Report 2024–26: Universal Social Protection for Climate Action and a Just Transition*. Geneva: ILO.

1 Consulte "Definições e Metodologia".

O avanço na cobertura é sustentado por mudanças em direção a abordagens de construção de sistemas, afastando-se de programas fragmentados para sistemas nacionais institucionalizados e cada vez mais financiados com recursos internos. É também apoiado pelas evidências cada vez maiores do papel que a proteção social desempenha na prevenção e redução da fome e da pobreza, no apoio ao acesso à educação e aos serviços de saúde e, assim, na melhoria dos investimentos para a formação de capital humano, no apoio ao acesso a empregos e oportunidades econômicas e no fortalecimento da resiliência dos mais vulneráveis a choques e crises.

Egito

CESTA DE POLÍTICAS

Transferência condicional de renda

Transferência incondicional de renda

O Egito aumenta o financiamento interno para a proteção social para EGP 55 bilhões

O QUE FOI REALIZADO

O Egito anunciou um aumento significativo no financiamento para seu programa de proteção social Takaful e Karama, elevando sua dotação orçamentária para aproximadamente EGP 55 bilhões no ano fiscal de 2025/2026. O programa atende atualmente 7,7 milhões de famílias em todo o país e deve ampliar sua cobertura para mais 500 mil famílias durante o mesmo ano fiscal.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DO EGITO — Esse investimento ampliado apoia diretamente a Declaração de Compromisso do Egito de ampliar o programa Takaful e Karama em conjunto com sua Previdência Social, reforçando a rede de segurança social do país para os mais necessitados.

Sistemas de prestação mais robustos[2] aumentaram as capacidades institucionais dos sistemas de proteção social para responder a choques sistêmicos, conforme demonstrado durante a resposta à COVID-19 e, novamente, em resposta às crises alimentar e de inflação decorrentes dos conflitos na Ucrânia e no Irã (*Gentilini et al., 2022; Gentilini et al., 2026*). Mais de 1,3 bilhão de pessoas receberam transferências de renda em resposta a choques durante crises recentes, comprovando que, onde existem ferramentas digitais de prestação de serviços, os governos podem oferecer apoio anticíclico com velocidade e escala sem precedentes. Em particular, a última década testemunhou uma expansão de registros sociais dinâmicos, sistemas nacionais básicos de identidade digital e ecossistemas de pagamentos digitais do governo para a população (G2P), que são essenciais para os sistemas de prestação de serviços.

Governos e parceiros estão documentando cada vez mais boas práticas na concepção e implementação de programas; kits de ferramentas são desenvolvidos e divulgados, e os treinamentos em proteção social se expandiram, beneficiando governos e parceiros. Entre as principais iniciativas estão a Iniciativa Digital Converge, o TRANSFORM, a Academia de Seguridade Social do ITC-OIT e a Academia do Banco Mundial. Evidências dos impactos dos investimentos em proteção social têm sido geradas em todo o mundo, sendo que as transferências de renda são atualmente um dos instrumentos de política mais pesquisados no campo do desenvolvimento.

[2] Consulte "Definições e Metodologia".


© FAO/Pedro Costa Gomes.


© FAO/Ligh Nassandou.

Libéria

CESTA DE POLÍTICAS

Transferência incondicional de renda

Mecanismos de pagamento

As transferências de renda da Libéria alcançam 16.586 famílias, superando a meta prometida

O QUE FOI REALIZADO

Em abril de 2025, a Libéria inscreveu mais de 7.000 famílias no condado de Grand Bassa no programa de Transferência Social de Renda REALISE, oferecendo transferências trimestrais por meio de dinheiro móvel com foco em beneficiárias mulheres. O programa demonstrou, por meio de um ensaio clínico randomizado independente, que aumenta a renda familiar e mantém as crianças na escola. Até o primeiro trimestre de 2026, a Transferência Social de Renda em Dinheiro atingiu 16.586 famílias em quatro condados — Grand Bassa, River Gee, Rivercess e Grand Kru — superando a meta prometida de 16.000, sendo que 79% dos beneficiários são mulheres e todas as transferências foram realizadas por meio de dinheiro digital via celular. O Projeto REALISE do Governo da Libéria também oferece transferências condicionais de renda para obras públicas produtivas e para apoiar a segurança alimentar de forma mais direta por meio da agricultura comunitária.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA LIBÉRIA — Isso cumpre o compromisso da Libéria no âmbito da iniciativa "Sprints 2030" de melhorar, expandir e sustentar o programa REALISE para beneficiar 16.000 famílias.

No entanto, o acesso à proteção social continua marcado por profundas desigualdades. Tanto a OIT quanto o Banco Mundial destacam lacunas significativas na cobertura. Enquanto os países de alta renda alcançaram uma cobertura quase universal ao longo do ciclo de vida, 1,6 bilhão de pessoas em países de baixa renda e de renda média-baixa permanecem totalmente excluídas de qualquer forma de proteção social ou apoio ao emprego. Outros 400 milhões de pessoas são cobertas por programas em que os valores das transferências são baixos demais para ter um impacto significativo sobre a pobreza ou a insegurança alimentar. Estima-se que essa lacuna total de cobertura seja de 2 bilhões a 3,8 bilhões de pessoas[3], afetando desproporcionalmente trabalhadores informais, famílias rurais agrícolas e mulheres, atuando como um gargalo estrutural para o alcance dos ODS de 2030.

[3] A magnitude dessa lacuna depende da definição e das metodologias utilizadas para medir a cobertura da proteção social. O Banco Mundial e a OIT utilizam fontes, definições e metodologias diferentes.

A magnitude do desafio também fica evidente no panorama da inclusão econômica, que oferece uma solução comprovada para promover o microempreendedorismo e o trabalho autônomo entre pessoas pobres e vulneráveis, combinando apoio à renda, capital empresarial, treinamento em empreendedorismo e habilidades para a vida, orientação e apoio à poupança. Embora o número de programas de inclusão econômica tenha quase dobrado desde 2021, eles atingem atualmente 70 milhões de pessoas, o que representa apenas 10% dos 700 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza (*Arévalo-Sánchez et al., 2024*).

China

CESTA DE POLÍTICAS

Capacitação (profissionalizante, habilidades para a vida, auxílio financeiro para capacitação, empreendedorismo)

Colocação profissional/ intermediação

Obras públicas, programas de garantia de emprego e criação direta de empregos, incluindo programas de desenvolvimento comunitário

A China lança iniciativa de capacitação profissional para mais de 30 milhões de trabalhadores

O QUE FOI REALIZADO

Em julho de 2025, o Conselho de Estado da China lançou uma Iniciativa de Treinamento para Atualização de Competências Profissionais com duração de três anos (2025–2027), voltada para mais de 30 milhões de trabalhadores, com foco específico na manufatura avançada, na economia digital e na agricultura e revitalização rural. A iniciativa prioriza trabalhadores migrantes, jovens desempregados e residentes rurais, e introduz um novo sistema de qualificação profissional de oito níveis que vincula diretamente as qualificações profissionais à progressão salarial — criando um mecanismo estrutural para aumentar a renda rural e reduzir a vulnerabilidade econômica.

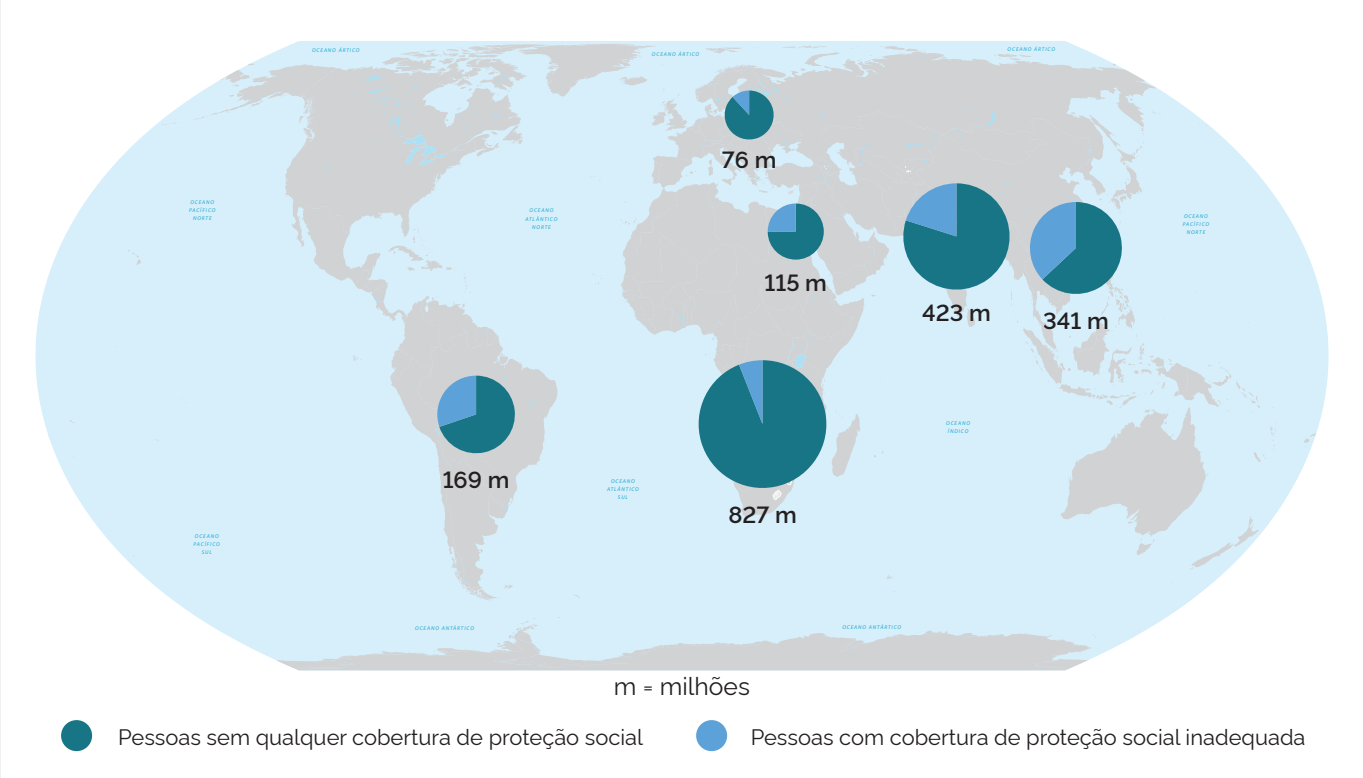
COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA CHINA — Essa iniciativa promove diretamente a Declaração de Compromisso da China com a Aliança, na qual o país se comprometeu a implementar mecanismos de monitoramento e assistência para evitar que os residentes rurais caiam na pobreza extrema e a dar continuidade à revitalização rural por meio de programas de capacitação profissional e apoio ao emprego. Ao mobilizar treinamento em larga escala com alocações específicas para a agricultura e a revitalização rural, visando grupos carentes e incorporando incentivos financeiros por meio da vinculação entre qualificação e salário, a iniciativa cumpre concretamente esses compromissos.

O Banco Mundial, em parceria com a Aliança Global, está trabalhando para eliminar essa lacuna por meio de iniciativas como o Programa de Impacto "Empregos para os Pobres" (Jobs for the Poor - J4P). Lançado em abril de 2025, o J4P é uma iniciativa de aprendizagem com duração de dois anos que apoia 11 países na ampliação de programas de inclusão econômica por meio de coalizões para a mudança, troca de conhecimento e assistência técnica. O programa permite que os países melhorem a coordenação, desenvolvam capacidade de implementação e mobilizem financiamento para superar as barreiras à ampliação.

As lacunas na proteção social são maiores onde ela é mais necessária

Os déficits mais arraigados na proteção social estão cada vez mais concentrados em contextos afetados por FCV e nos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Ao considerar a assistência social como um indicador da cobertura dos mais vulneráveis, os níveis de cobertura em contextos de FCV são de nove a onze pontos percentuais mais baixos do que em contextos não afetados por FCV em países de baixa renda e de renda média (*Okamura et al., 2025*). Essas estatísticas ilustram um paradoxo da proteção social: a cobertura é mais baixa onde é mais necessária (Figura 8) e onde os governos têm menor capacidade institucional e financeira, além de, frequentemente, enfrentarem maiores restrições para prestar esses serviços (*Devereux, 2003*). Investimentos em proteção social são essenciais em contextos de FCV, que concentram mais da metade da população pobre do mundo, bem como 75% das pessoas em situação de maior insegurança alimentar (*World Bank, 2026d*). Há também fortes sobreposições entre fragilidade, conflito e violência, e alta vulnerabilidade climática — com 29 países classificados em ambas as categorias, tornando ainda mais importantes as abordagens capazes de fortalecer a resiliência e combater as causas profundas da vulnerabilidade.

Figura 8. Dois bilhões de pessoas em países de baixa e média renda permanecem sem cobertura ou com cobertura inadequada de proteção social



Nota: Consulte a isenção de responsabilidade na página 2 para os nomes e limites utilizados neste mapa.
Fonte: World Bank. 2025. *State of Social Protection Report 2025: The 2-Billion-Person Challenge.* Washington, DC.

O financiamento interno, que é a principal fonte de recursos para a proteção social em países de renda média, é significativamente menor em contextos de FCV em todos os grupos de renda. Os países de FCV e de baixa renda disputam uma fatia cada vez menor da ajuda global, enquanto o

serviço da dívida restringe ativamente os gastos sociais internos. A mobilização de recursos internos — incluindo o aumento da base tributária por meio de regimes tributários progressivos, a mobilização de financiamento externo e a disposição de investir recursos em sistemas de proteção social — é fundamental. Além disso, melhorar a eficiência dos gastos, inclusive por meio do fortalecimento dos processos administrativos e da racionalização dos programas, pode ser uma estratégia complementar.

Embora o aumento gradual da participação do financiamento interno seja a chave para sistemas de proteção social sustentáveis, esses esforços ainda exigem forte engajamento de atores externos para preencher a lacuna de financiamento. Apesar do papel fundamental que o financiamento externo desempenha na proteção social em muitos países FCV e de baixa renda, ele é amplamente insuficiente. Nos países de baixa renda, estima-se que o déficit de financiamento seja de cerca de **USD 322,8 bilhões anualmente** para suprir as lacunas de cobertura (*Swithern et al., 2025*). Por exemplo, em 2023, apenas **3,4%** da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) em contextos de FCV foi destinada à proteção social. A queda recorde de 23% nos níveis de AOD em 2025 é especialmente preocupante para o financiamento da proteção social, a menos que a proteção social receba **prioridade** adequada e que a fragmentação do financiamento ao desenvolvimento possa ser resolvida.

Somália

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Grupo Banco Mundial

CESTA DE POLÍTICAS

Transferência incondicional de renda

Transferências de renda de emergência

Transferência condicional de renda

Programas integrados de inclusão econômica

Transformação digital dos sistemas de informação de proteção social

A Somália amplia a cobertura da rede de segurança social para regiões anteriormente carentes

O QUE FOI REALIZADO

A Somália lançou oficialmente a Fase 2 do programa nacional de rede de segurança Baxnaano em 17 de maio de 2025, em Mogadíscio, ampliando a cobertura para famílias afetadas por choques climáticos, deslocamento e instabilidade econômica em regiões anteriormente carentes. A implementação priorizou sistemas digitais aprimorados de prestação de serviços, maior envolvimento da comunidade e instituições locais mais fortes, com base em um programa que já apoiou mais de 4 milhões de somalis com transferências de renda desde seu início.

Com base diretamente nessa expansão, o Conselho do Banco Mundial aprovou, em 28 de outubro de 2025, o projeto BOOST-You, no valor de USD 112 milhões, fornecendo a infraestrutura de financiamento para ampliar ainda mais o Baxnaano. O BOOST-You beneficiará aproximadamente 738 mil somalis adicionais (123 mil famílias) por meio de transferências de renda regulares e de emergência, apoio ao emprego juvenil e transferências condicionais de renda vinculadas a resultados nas áreas de saúde e educação. O projeto tem como meta a criação de 28.000 empregos para jovens – incluindo 16.800 para mulheres – até 2029, financiados pela AID (100 milhões de dólares), pelo Fundo Multiparticipativo da Somália (10 milhões de dólares) e pelo Mecanismo de Financiamento Global Shield (2 milhões de dólares).

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA SOMÁLIA — Juntas, essas ações cumprem a Declaração de Compromisso da Somália de implementar, melhorar e ampliar o Programa Nacional de Rede de Segurança Social de Baxnaano. A Fase 2 promove a expansão geográfica e a infraestrutura de pagamentos digitais prometidas nesse compromisso, enquanto o BOOST-You financia simultaneamente, em grande escala, todas as três modalidades de transferência de renda comprometidas – incondicional, de emergência e condicional –, apoiando indiretamente a Iniciativa de Aceleração das Transferências de Renda.

Preencher a lacuna de cobertura também depende do aproveitamento e da convergência com o financiamento humanitário e climático, em consonância com o Compromisso de Sevilha da Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Considerando a relevância da proteção social para a ação climática e as interligações entre pobreza, insegurança alimentar, mudanças climáticas e desastres causados pelo clima, alinhar o financiamento climático com a proteção social é fundamental, mas ainda permanece teórico. Estimativas recentes revelaram que apenas **USD 186 milhões** do financiamento climático foram destinados à proteção social, de um total de USD 22 bilhões em financiamento para adaptação climática (*Watkins et al., 2025*). Além dos fundos climáticos, há oportunidades inexploradas para alavancar financiamentos climáticos inovadores, como títulos sustentáveis e de impacto, bem como trocas de dívida por natureza/clima, a fim de mobilizar financiamento adicional para a proteção social (*Cooke et al., 2025*).

Aumentando nossa ambição coletiva: preenchendo a lacuna de cobertura

Para atender à imensa escala da necessidade global e apoiar diretamente iniciativas como a Aliança Global, o Grupo Banco Mundial (GBM) colocou em prática a meta **SP500**. Trata-se de um compromisso corporativo vinculativo para expandir a proteção social de alta qualidade e o apoio ao emprego para **500 milhões de pessoas, incluindo 250 milhões de mulheres e meninas, até 2030**.

A estrutura do SP500 muda o foco institucional do acompanhamento dos recursos financeiros (dólares distribuídos) para a medição de como os investimentos se traduzem em aumentos no número de pessoas que se beneficiam da cobertura da proteção social. Em junho de 2026, a iniciativa SP500 atingiu um marco crucial, proporcionando com sucesso apoio verificável a **234 milhões de pessoas**, o que representa 47% da meta geral para 2030 (*World Bank, 2026e*).

Da mesma forma, o programa carro-chefe da OIT sobre a Construção de Pisos de Proteção Social para Todos, entre 2021 e 2025, impactou mais de 84 milhões de pessoas em todo o mundo, que passaram a desfrutar de maior cobertura legal e efetiva, bem como de maior adequação ou abrangência dos benefícios de proteção social. Devido a cortes orçamentários, a ambição para a próxima fase, de 2026 a 2030, foi reduzida, mas o Programa ainda visa impactar outros 60 milhões de pessoas (*ILO, 2026a; ILO, 2026b*).

A profundidade da lacuna na cobertura e na adequação da proteção social exige uma mobilização e coordenação mais fortes, além de elevar a ambição coletiva.

Para eliminar essa lacuna, são necessárias forte liderança política, financiamento para o desenvolvimento e uma ação verdadeiramente integrada. O financiamento externo deve convergir para complementar os investimentos domésticos. Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD), doadores bilaterais e organizações filantrópicas precisam abandonar o financiamento fragmentado e isolado. Em vez disso, devem alinhar-se aos objetivos e estratégias nacionais, fornecendo financiamento e assistência técnica consistentes e coordenados para ampliar a cobertura da proteção social. Parte do desafio consiste em realizar uma mobilização mais eficaz de recursos domésticos, particularmente por meio da reforma — politicamente complexa, mas necessária — dos subsídios regressivos aos combustíveis fósseis, redirecionando essas economias fiscais diretamente para a expansão progressiva da proteção social.

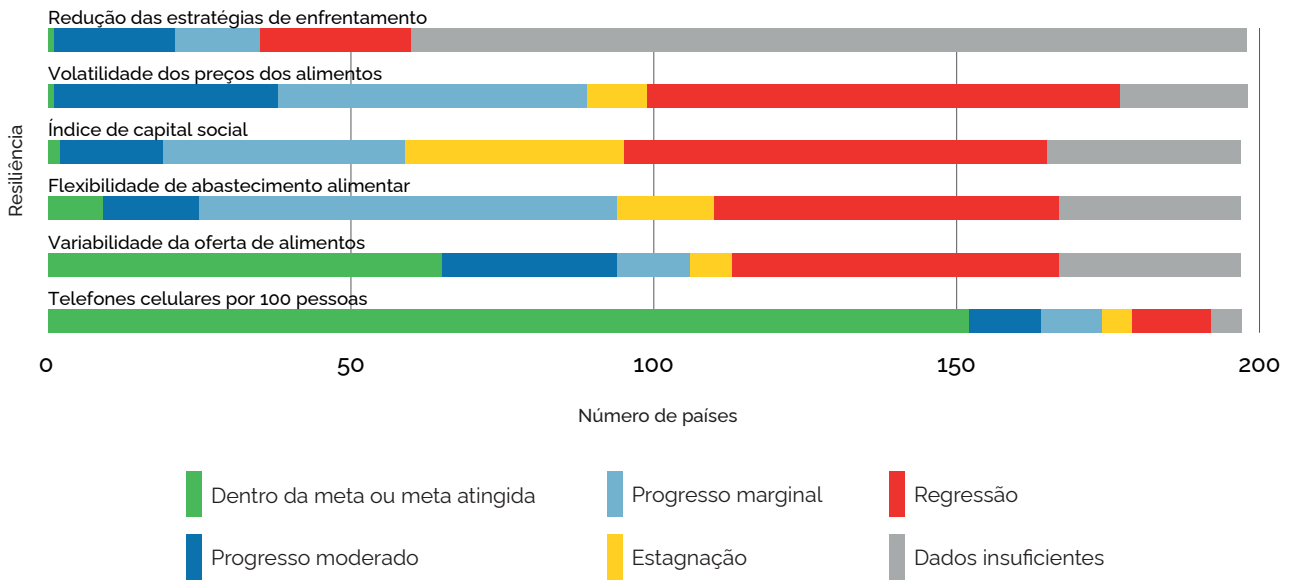
2.4 Apoio à agricultura de pequena escala resiliente, acesso à água e outras soluções

Após dois anos da Aliança Global, a agricultura de pequena escala resiliente tornou-se uma das áreas mais evidentes em que os ODS 1 e 2 são promovidos em conjunto. Os pequenos produtores estão entre os mais expostos a choques, além de serem importantes provedores de alimentos e meios de subsistência rurais. Esta seção analisa o panorama global da resiliência, apresenta os pontos de entrada por meio dos quais a resiliência está sendo construída para a agricultura de pequena escala e descreve os avanços estratégicos mais amplos, destacando onde os membros da Aliança tomaram medidas concretas e como os instrumentos da Cesta de Políticas da Aliança estão transformando evidências em resultados.

Dados globais recentes sobre resiliência

O progresso em direção à resiliência do sistema agroalimentar continua desigual e, na maioria dos indicadores, muito lento. Com base nos indicadores de resiliência apresentados no relatório "O Estado da Alimentação e da Agricultura 2021" (*FAO, 2021*) e atualizados por Carducci *et al*. (2026), o número de países no caminho certo para atingir a meta de resiliência de 2030 é baixo para quase todos os indicadores (Figura 9). A exceção é a cobertura de telefonia móvel, onde a conectividade se expandiu rapidamente. Uma análise atualizada do Índice de Flexibilidade de Abastecimento Alimentar (DSFI), uma medida de resiliência que avalia a capacidade de um país de obter alimentos de diversas origens, aponta para a mesma vulnerabilidade persistente.

Figura 9. Número de países que atingirão a meta global de resiliência até 2030



Fonte: Carducci, B. *et al*. 2026. *Food systems performance evaluated against targets and benchmarks reveals urgent gaps and a path to 2050*. Nature Food, 7(8): 802–812. https://doi.org/10.1038/s43016-026-01379-0

O cenário é de choques cada vez mais intensos. A FAO estimou que as catástrofes destruíram cerca de USD 3,26 trilhões da produção agrícola entre 1991 e 2023, com a agricultura absorvendo aproximadamente 23% do total de danos e perdas causados por desastres em todos os setores; a agricultura de pequena escala em condições de sequeiro é a mais afetada (*FAO, 2025a*).

O avanço do indicador de conectividade é, no entanto, uma oportunidade. A cobertura digital agora sustenta os pagamentos por celular, as mensagens de alerta precoce e os serviços de assessoria que vários membros estão utilizando para alcançar produtores remotos. O histórico de dois anos da Aliança indica que, quando instrumentos comprovados são implantados em escala, os resultados em termos de resiliência realmente melhoram.

Índia

CESTA DE POLÍTICAS

Agregação de valor e processamento inclusivos

Acesso das populações carentes a insumos agrícolas e tecnologias resilientes às mudanças climáticas

Acesso à irrigação

Governança em múltiplos níveis

Índia lança programa agrícola de seis anos que deve beneficiar 17 milhões de agricultores

O QUE FOI REALIZADO

Em julho de 2025, o Gabinete da União do Governo da Índia aprovou o programa "Prime Minister Dhan-Dhaanya Krishi Yojana" para um período de seis anos a partir de 2025-26, abrangendo 100 distritos. Trata-se do primeiro programa desse tipo focado exclusivamente na agricultura e setores afins, implementado por meio da convergência de 36 programas existentes em 11 departamentos, juntamente com programas estaduais e parcerias com o setor privado. O programa visa aumentar a produtividade agrícola, ampliar a diversificação das culturas e as práticas sustentáveis, ampliar o armazenamento pós-colheita nos níveis de panchayat e de bloco, melhorar a irrigação e facilitar o crédito de longo e curto prazo, com o progresso monitorado por meio de 117 indicadores-chave de desempenho por meio de um painel mensal e planos distritais revisados pela NITI Aayog. Com um investimento anual de USD 2,5 bilhões, o programa deve beneficiar diretamente 17 milhões de agricultores e foi lançado em 11 de outubro de 2025, com notificação a todos os 100 distritos.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA ÍNDIA — Isso está alinhado com a Declaração de Compromisso da Índia de envidar seus melhores esforços para implementar, aprimorar e/ou ampliar a implementação de instrumentos de política e programas dentre aqueles contidos na Cesta de Políticas da Aliança Global no contexto nacional da Índia, juntamente com o compromisso de observar boas práticas ao longo da implementação de tais instrumentos de política e programas, incluindo a manutenção de uma governança eficaz e a garantia de monitoramento e avaliação adequados.

Pequenos produtores no centro de sistemas agroalimentares resilientes

Os pequenos produtores são fundamentais para a transição rumo a sistemas agroalimentares mais inclusivos, sustentáveis e resilientes. Sua importância vai além de sua contribuição para a produção agrícola: a produção em pequena escala está intimamente ligada aos meios de subsistência rurais, à segurança alimentar e à nutrição, às economias locais e ao manejo sustentável dos recursos

naturais e da biodiversidade (*Lowder et al., 2025; Ricciardi et al., 2021*). Estima-se que 3,8 bilhões de pessoas vivam em famílias cujos meios de subsistência estão ligados, pelo menos em parte, aos sistemas agroalimentares, e a maioria delas são pequenos produtores primários (*Davis et al., 2023*). As quase 500 milhões de propriedades agrícolas com menos de 2 hectares representam cerca de 85% das propriedades agrícolas em todo o mundo (*FAO, 2025c*) e proporcionam renda e segurança alimentar a uma grande parcela das populações rurais vulneráveis, particularmente nas economias em desenvolvimento (*Arslan et al., 2025*).

O papel dos pequenos produtores vai além dos limites da propriedade agrícola. As famílias de pequenos produtores costumam diversificar seus meios de subsistência, em vez de depender exclusivamente da produção agrícola, combinando a agricultura com o trabalho assalariado e outras fontes de renda (*Lowder et al., 2025*). A agricultura de pequena escala sustenta o emprego rural, a segurança alimentar e a nutrição das famílias e comunidades, os serviços ecossistêmicos e o tecido social mais amplo da vida rural. De maneira mais ampla, as funções econômicas e sociais da produção de pequena escala contribuem para o desenvolvimento econômico local e para a coesão social mais ampla dos territórios rurais (*Lowder et al., 2025*).

O fortalecimento da resiliência, portanto, requer ações nos níveis da propriedade agrícola, do domicílio, da comunidade e do território. A diversidade na produção, nos meios de subsistência, nos mercados, nas cadeias de abastecimento e nos atores envolvidos pode proporcionar múltiplas vias para absorver e se adaptar a choques, enquanto as organizações de produtores e as pequenas e médias empresas agroalimentares podem fortalecer o acesso a mercados, serviços e conhecimento (*FAO, 2021*). No nível familiar, mesmo uma pequena propriedade de terra pode servir como rede de segurança alimentar, enquanto a educação, o emprego não agrícola e a proteção social — incluindo transferências de renda — podem ajudar as famílias rurais de baixa renda a diversificar seus meios de subsistência e a lidar com choques (*FAO, 2021*). No nível comunitário e da paisagem, sistemas agrícolas diversificados de pequena escala podem contribuir para os serviços ecossistêmicos, incluindo o armazenamento de carbono e a conservação da diversidade genética, ao mesmo tempo em que geram potencialmente benefícios de produtividade e resiliência em comparação com sistemas de produção mais homogêneos (*Lowder et al., 2025*).



Nigéria

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

CESTA DE POLÍTICAS

Acesso das populações de baixa renda a insumos agrícolas e tecnologias resilientes ao clima

Crédito, seguros e serviços financeiros inclusivos

Promoção do acesso inclusivo aos mercados agrícolas

Programa agrícola da Nigéria que apoia insumos e agricultura adaptada às mudanças climáticas, financiado pelo BAD

O QUE FOI REALIZADO

A Fase 2 do Esquema Nacional de Crescimento Agrícola da Nigéria – Agro-Pocket (NAGS-AP) – mobiliza USD 200 milhões ao longo de quatro anos, com início da implementação em março de 2026. O programa apoia a distribuição de sementes e fertilizantes de qualidade por meio de mais de 600 revendedores agrícolas, seguro de safra, tecnologia agrícola digital e adaptada às mudanças climáticas, além do fortalecimento dos sistemas de extensão agrícola e gestão de dados para pequenos agricultores. Com base no alcance da Fase 1, que beneficiou 650 mil agricultores, a Fase 2 tem como meta quintuplicar a produção de trigo e aumentar em 20% a produção de arroz, a fim de reduzir o peso das importações de alimentos da Nigéria.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA NIGÉRIA — Esse investimento é financiado por meio de um empréstimo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), colocando em prática diretamente a Declaração de Compromisso do BAD com a Aliança Global, que se compromete a ampliar o investimento na agricultura e melhorar o acesso a mercados, financiamento e tecnologia para pequenos agricultores e comunidades rurais. O empréstimo cumpre esses compromissos ao fornecer insumos de qualidade por meio de uma rede de revendedores agrícolas, implementar ferramentas agrícolas digitais e adaptadas às mudanças climáticas e fortalecer os serviços de extensão agrícola.

Os pequenos produtores precisam de um ambiente político e institucional propício. O apoio deve abordar as múltiplas e interligadas restrições que moldam sua capacidade de investir, inovar, gerenciar riscos e utilizar recursos naturais de forma sustentável. Isso exige políticas coerentes, integradas e específicas ao contexto, que reconheçam a diversidade de sistemas de produção, tamanhos de propriedades, estratégias de subsistência e territórios em que os pequenos produtores operam, ao mesmo tempo em que garantem direitos legítimos de posse da terra. A articulação das políticas agrícolas com as políticas ambientais, de proteção social, de desenvolvimento rural e territoriais pode ajudar a fortalecer a resiliência e gerar benefícios mais amplos para a segurança alimentar, o emprego, os serviços ecossistêmicos e a redução da pobreza. Apoiar os pequenos produtores não é, portanto, apenas uma questão de reduzir sua vulnerabilidade, mas também de possibilitar sua contribuição para uma transformação mais inclusiva, sustentável e resiliente dos sistemas agroalimentares.

Pontos de entrada para a resiliência e próximos passos

O fortalecimento da resiliência nos sistemas agroalimentares, inclusive na agricultura de pequena escala, requer o aproveitamento de diferentes pontos de entrada, cuja eficácia é influenciada por uma série de fatores contextuais (*FAO, 2021*). Sistemas transparentes e colaborativos de monitoramento de riscos desempenham um papel crucial na identificação de ameaças emergentes, no apoio à tomada de decisões e na viabilização de respostas proativas. Um passo fundamental nessa direção foi o lançamento da Sala de Situação da FAO e do Sistema Integrado de Monitoramento de Riscos em 2025, uma plataforma baseada em ciência e dados que oferece monitoramento e previsão em tempo real de múltiplas categorias de riscos, incluindo terremotos, secas, inundações, tempestades e

conflitos. A plataforma apoia a tomada de decisões baseada em evidências, ações antecipatórias e o compartilhamento de conhecimento para fortalecer a resiliência em todos os sistemas agroalimentares.



O compromisso da Somália com a missão e os princípios da Aliança Global de oferecer soluções duradouras para a pobreza e a fome oferece uma oportunidade de aprimorar os sistemas de monitoramento de riscos e alerta precoce para apoiar ações antecipadas e fortalecer a resiliência. Em consonância com os instrumentos da Cesta de Políticas sobre programas integrados para resiliência climática e a choques, esses sistemas podem apoiar intervenções proativas que fortaleçam a resiliência antes que as crises se agravem. Em 2024, informações de alerta precoce foram utilizadas pela FAO para fornecer transferências antecipadas de renda a mais de 2.000 famílias na Somália antes do pico das condições de seca. A intervenção melhorou a segurança alimentar, protegeu os meios de subsistência, aumentou as economias, reduziu os deslocamentos e fortaleceu a resiliência a choques climáticos. Verificou-se também que as transferências realizadas antes da crise foram particularmente eficazes na prevenção de perdas de gado, demonstrando os benefícios de investimentos oportunos e prospectivos que permitem que famílias vulneráveis ajam antes que os choques ocorram (*FAO, 2025a*). Resultados semelhantes foram observados recentemente em Bangladesh, onde transferências antecipadas de renda, realizadas antes das enchentes, reduziram as perdas de ativos e geraram ganhos de bem-estar que persistiram meses após o choque (*Pople et al., 2026*).

O acesso a crédito inclusivo, seguros e serviços financeiros, conforme promovido pela Cesta de Políticas da Aliança Global, é um importante facilitador da resiliência na agricultura de pequena escala, especialmente quando voltado para os mais vulneráveis (*FAO, 2021*). A título de exemplo, o Seguro Pecuário Baseado em Índice no Quênia e na Etiópia indeniza pastores em casos de escassez de forragem detectada por satélite e foi adotado no Programa de Seguro Pecuário do governo do Quênia (*Banerjee et al., 2019*), enquanto o seguro tripartite para pequenos produtores do México estende a cobertura aos agricultores contra inundações e secas (*UNDP, 2023*). A Iniciativa de Resiliência Rural R4 do PMA e da Oxfam, que combina seguro com poupança e criação de ativos, havia alcançado cerca de 550 mil domicílios e famílias em 18 países até 2023 (*WFP, 2023*). Outro exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Brasil, cujo componente de Agroecologia amplia o acesso ao crédito para pequenos agricultores e apoia investimentos em sistemas de produção diversificados, um caminho importante para aumentar a resiliência (*Benni et al., 2025*).

Brasil

CESTA DE POLÍTICAS

Mercados institucionais, incluindo compras públicas e preços de alimentos favoráveis aos mais pobres

Programas integrados para resiliência climática e a choques

Transferência de alimentos ou alimentos subsidiados (programas de distribuição de alimentos)

Transferência/ abastecimento emergencial de alimentos, incluindo ajuda humanitária

Brasil anuncia plano de BRL 1,3 bilhão para fortalecer a resiliência diante do El Niño

O QUE FOI REALIZADO

Em julho de 2026, o governo brasileiro anunciou um pacote de BRL 1,3 bilhão (aproximadamente USD 255 milhões) para se preparar para um episódio do El Niño previsto para 2026 e 2027. Coordenado por meio de uma nova Sala de Situação do El Niño, que abrange 24 ministérios e órgãos, o pacote prioriza a segurança alimentar, com R$ 850 milhões destinados à compra de 310 mil toneladas de arroz e recursos adicionais para a compra e distribuição de 350 mil cestas básicas, milho para a pecuária, além de prevenção de incêndios florestais, monitoramento climático e fluvial e reforço dos serviços de saúde nas regiões mais expostas. Além disso, canaliza R$ 13 milhões por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para apoiar pequenos agricultores do Norte e reforçar ainda mais o abastecimento de segurança alimentar.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DO BRASIL — Esse pacote coloca em prática a agricultura de pequena escala resiliente e os instrumentos de proteção social com capacidade de resposta a choques previstos na Cesta de Políticas da Aliança — instrumentos essenciais à própria Declaração de Compromisso do Brasil como membro fundador da Aliança. Ao combinar a compra de estoques de alimentos de agricultores familiares por meio do PAA com a preparação para incêndios florestais, recursos hídricos e saúde, o plano reflete a abordagem antecipatória e de envolvimento de todo o governo que a Aliança promove e está estreitamente alinhado aos compromissos do Brasil no âmbito do "Sprints 2030" para a agricultura familiar e de pequena escala.

As instituições financeiras internacionais também estão direcionando mais recursos para a "primeira milha" dos sistemas alimentares. O FIDA, que visa dobrar seu impacto até 2030, estabeleceu para seu atual ciclo de reposição (2025–2027) a meta de 101 milhões de pessoas da zona rural alcançando mobilidade econômica positiva, mais do que o dobro dos 49 milhões registrados no período 2022–2024 (*IFAD, n.d.; IFAD, 2026a*). Em outubro de 2025, o FIDA se comprometeu a atingir pelo menos 70 milhões de pequenos produtores até 2030 como parte da iniciativa AgriConnect do Grupo do Banco Mundial (GBM) e, desde então, aderiu aos pactos nacionais do AgriConnect na Guiné, no Djibuti e na Nigéria. Em setembro de 2026, assinou um acordo-quadro de cofinanciamento com o BID para ampliar os investimentos conjuntos em desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe (*IFAD, 2025; IFAD, 2026b*).

O fortalecimento dos serviços de extensão e assessoria rural é apontado como um instrumento-chave da Aliança, especialmente por melhorar a dimensão de conectividade da resiliência, que permite que famílias e comunidades tenham acesso a informações, serviços e oportunidades. Cada vez mais, o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs) é reconhecido como um caminho essencial para aumentar a resiliência dos pequenos produtores e das famílias vulneráveis, ao aprimorar sua capacidade de antecipar, gerenciar e responder a riscos e incertezas (*FAO, 2021*). Exemplos notáveis incluem o modelo de vídeo da Digital Green na Etiópia, que ampliou o acesso à extensão agrícola e a adoção de práticas promovidas, ao mesmo tempo em que operava a um custo substancialmente menor (*Abate et al., 2023*).

Melhorar o acesso a ativos produtivos e diversificar as fontes de renda são pontos de entrada fundamentais para fortalecer a resiliência das famílias e aprimorar as capacidades de gestão de riscos (*FAO, 2021*). Em consonância com o instrumento da Cesta de Políticas sobre programas integrados para inclusão econômica, intervenções que combinam ativos produtivos com treinamento, orientação, proteção social no contexto de transferências de renda e apoio à poupança têm demonstrado facilitar a transição de famílias pobres para meios de subsistência mais diversificados. Evidências do modelo da BRAC (que combina a transferência de um ativo produtivo com apoio ao consumo, treinamento e orientação, além de incentivo à poupança e educação em saúde) apontam para ganhos sustentados de renda em seis países (*Banerjee et al., 2015*). Uma consideração importante é a persistência dos impactos ao longo do tempo desse tipo de intervenção. Evidências da Índia mostram que direcionar intervenções do tipo "big push" (grande empurrão) aos ultra-pobres gerou melhorias sustentadas no bem-estar das famílias mais pobres, com efeitos positivos ainda evidentes dez anos após a transferência inicial de ativos (*Banerjee et al., 2021*).

A importância da coerência de políticas e de abordagens integradas

Fortalecer a resiliência dos agricultores familiares e dos diversos pequenos produtores que eles abrangem requer mais do que projetos isolados ou medidas agrícolas autônomas. As políticas de agricultura, posse da terra, proteção social, adaptação climática, governança hídrica, finanças e desenvolvimento rural abordam, cada uma, uma parte do desafio, mas seu impacto depende de quão bem elas estejam interligadas. Estruturas políticas coerentes podem ajudar a garantir que o apoio não fique fragmentado entre programas, instituições ou níveis de governo distintos, mas, ao contrário, contribua para objetivos comuns de segurança alimentar, redução da pobreza, resiliência climática e desenvolvimento rural.

Para evitar a fragmentação, é necessário que os instrumentos de política sejam concebidos e implementados como parte de um sistema de apoio integrado, em vez de respostas isoladas a restrições individuais. Medidas que fortalecem a produção, por exemplo, têm mais chances de promover a resiliência quando os produtores também têm acesso à água, ao financiamento, aos mercados e a serviços de assessoria. A proteção social pode reduzir a vulnerabilidade imediata, mas sua contribuição a longo prazo é mais significativa quando associada à inclusão produtiva e a oportunidades de meios de subsistência rurais dignos. Da mesma forma, as medidas de adaptação climática dependem de instituições locais, planejamento de investimentos e serviços que ajudem os produtores a antecipar, absorver e se recuperar de choques.



Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

CESTA DE POLÍTICAS

Registro de agricultores

Acesso dos mais pobres a insumos agrícolas e tecnologias resilientes ao clima

A FAO amplia o registro digital do Zimbábue para 36.588 agricultores

O QUE FOI REALIZADO

A FAO anunciou, em 30 de outubro de 2025, a ampliação de seu registro digital de agricultores no Zimbábue, com a meta de registrar 36.588 agricultores em 12 distritos e quatro províncias durante a safra de 2025/26 por meio do sistema IDEA (Aplicativo de Identificação, Entrega e Empoderamento). Financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento por meio do Fundo de Emergência para a Produção Alimentar do Zimbábue, o sistema apoia a melhoria na distribuição de sementes e fertilizantes a um total de 180.000 beneficiários, sendo que 40% dos destinatários devem ser mulheres. A FAO treinou 176 Assessores de Negócios Agrícolas em outubro de 2025 para colocar a implementação em prática; 14.915 agricultores já haviam sido registrados no momento do anúncio.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA FAO — Esta iniciativa concretiza conjuntamente dois compromissos da Aliança. A Declaração de Compromisso da FAO se compromete a apoiar os governos membros na implementação e ampliação de sistemas de registro de agricultores como um instrumento central da Iniciativa de Aceleração da Agricultura de Pequena Escala e Familiar, melhorando o direcionamento e a distribuição de insumos agrícolas aos pequenos agricultores. A Declaração de Compromisso do Banco Africano de Desenvolvimento se compromete a financiar a transformação agrícola em toda a África — da qual o Fundo de Emergência para a Produção de Alimentos do Zimbábue é uma expressão direta —, fornecendo o pacote de financiamento dentro do qual a FAO implanta o sistema IDEA em grande escala. Juntos, os dois compromissos estão sendo concretizados por meio de uma ação única e coordenada em nível nacional.

Essas conexões podem melhorar a eficácia e a eficiência de políticas e programas, ajudando medidas relacionadas a se reforçarem mutuamente e a fazer melhor uso dos recursos disponíveis. Elas também criam as condições para que abordagens promissoras vão além de programas isolados, tornando-as mais fáceis de coordenar, sustentar, adaptar e, quando apropriado, expandir.

Transformar a coerência em melhores resultados também requer vínculos eficazes entre as prioridades nacionais e a execução territorial. As políticas precisam refletir as realidades locais, as instituições e as prioridades das organizações de agricultores familiares, enquanto a experiência e os dados locais devem orientar o planejamento, o financiamento e o monitoramento nacionais. Registros, dados desagregados e sistemas de informação interoperáveis podem apoiar isso, ajudando os governos a identificar quem está sendo beneficiado, compreender necessidades diferenciadas, direcionar o apoio de forma mais eficaz e acompanhar se os programas estão reduzindo a vulnerabilidade ao longo do tempo.

A experiência da Década das Nações Unidas da Agricultura Familiar (UNDFF) oferece um exemplo de como esses esforços podem se articular com os da Aliança Global e reforçá-los. Enquanto a UNDFF impulsionou 50 países no desenvolvimento de estruturas políticas integradas, planos de ação e mecanismos de coordenação para a agricultura familiar, a Aliança Global oferece uma plataforma

complementar para traduzir essas prioridades em medidas políticas concretas e investimentos. Avanços recentes nos países participantes da Aliança Global ilustram como esses dois processos podem se reforçar mutuamente, inclusive com base em medidas que correspondem aos instrumentos incluídos na Cesta de Políticas da Aliança.

Espanha

CESTA DE POLÍTICAS

Promoção de cadeias de valor curtas

Promoção do acesso inclusivo aos mercados agrícolas

Acesso das populações de baixa renda a insumos agrícolas e tecnologias resilientes às mudanças climáticas

A Espanha destina EUR 2,4 bilhões à irrigação até 2027, no âmbito de sua Estratégia Nacional de Alimentação

O QUE FOI REALIZADO

Em fevereiro de 2025, a Espanha anunciou uma Estratégia Nacional de Alimentação abrangente, com o presidente Sánchez se comprometendo a promover uma nova Lei da Agricultura Familiar durante a atual legislatura para apoiar mais de 900 mil propriedades agrícolas familiares — descritas como a principal razão de ser da legislação. A estratégia destina EUR 2,4 bilhões até 2027 para infraestrutura de irrigação eficiente, organizada em torno de seis pilares estratégicos: segurança alimentar, sustentabilidade, regiões rurais e costeiras, alimentação saudável, inovação e empoderamento do consumidor. A Espanha também reafirmou seu compromisso de defender os agricultores e as cooperativas no contexto do comércio internacional.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA ESPANHA — Este anúncio cumpre diretamente a Declaração de Compromisso da Espanha com a Aliança, que se compromete a renovar sua Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento em 2025, tendo os pequenos agricultores e a agricultura familiar como eixo central, e a promover uma Lei da Agricultura Familiar transformadora em termos de gênero como parte de seu papel estratégico nos sistemas alimentares. A declaração de fevereiro de 2025 representa o compromisso político de mais alto nível da Espanha tanto com a Lei quanto com a Estratégia Nacional de Alimentação mais ampla, cumprindo a promessa da Declaração de Compromisso e reforçando os compromissos da Espanha no âmbito dos "Sprints 2030".

Evoluções políticas recentes no Senegal ilustram avanços concretos na tradução dos compromissos do país com a Aliança Global em um apoio mais coerente aos agricultores familiares. Em 2025, o Senegal validou seu Plano de Ação Nacional para a Agricultura Familiar por meio de um processo inclusivo e participativo, envolvendo consultas nacionais, retiros técnicos e diálogos com múltiplos atores. O Plano está alinhado com prioridades nacionais mais amplas, incluindo o "Senegal 2050", o Plano Estratégico para a Soberania Alimentar e a Lei revisada de Orientação Agro-Silvo-Pastoral. Suas prioridades estratégicas reúnem segurança fundiária e de recursos, gestão da água e adaptação climática, mecanização e sistemas de sementes adequados, além de financiamento inclusivo e desenvolvimento da cadeia de valor.

A República Dominicana oferece outro exemplo de progresso na tradução dos compromissos da Aliança Global e do UNDFF em medidas integradas de apoio aos agricultores familiares e às famílias rurais vulneráveis. Por meio do programa Supérate, a agricultura familiar está sendo vinculada à inclusão econômica por meio de apoio produtivo, capacitação técnica, acesso a financiamento e

melhores conexões com os mercados. Foi estabelecida uma linha de financiamento específica junto ao Banco Agrícola, enquanto 24 centros de produção foram desenvolvidos em colaboração com a FAO, e foi prestado apoio à produção agroecológica e à sua comercialização por meio de mercados institucionais e locais. Também está em andamento o desenvolvimento de políticas adicionais para fortalecer as compras públicas institucionais junto aos agricultores familiares.

2.5 Alimentação escolar, nutrição infantil e apoio à maternidade

A alimentação escolar em um momento decisivo global

Um instrumento de proteção social em escala global

Os programas de alimentação escolar constituem a rede de segurança social mais amplamente utilizada no mundo. Quase todos os países possuem um programa de alimentação escolar e, de acordo com o relatório "*The State of School Feeding Worldwide 2024*", pelo menos 466 milhões de crianças recebem alimentação escolar em 174 países. Isso representa um aumento de 80 milhões de crianças, ou 20%, em relação aos quatro anos anteriores. Essa expansão foi acompanhada por um aumento substancial no financiamento: o investimento global em alimentação escolar passou de USD 43 bilhões para USD 84 bilhões. Cerca de 99% desse financiamento provém agora de orçamentos nacionais, confirmando uma mudança na forma como a alimentação escolar é percebida: de programas apoiados externamente para instrumentos de política de propriedade nacional que contribuem para o desenvolvimento em todos os níveis de renda e contextos.

Essa trajetória também reflete uma mudança no papel atribuído à alimentação escolar. Antes vista predominantemente como uma intervenção apoiada por doadores para combater a fome imediata, a alimentação escolar é cada vez mais reconhecida como um instrumento de política liderado pelo governo, capaz de promover simultaneamente a educação, a nutrição, a saúde, a proteção social, a agricultura e o desenvolvimento econômico local.


© FAO/Helen Lugada.


© FAO/Pep Bonet/NOOR.

Uma mobilização paralela de compromisso político

Essa expansão coincidiu com uma mudança marcante na arquitetura política em torno da alimentação escolar. Em setembro de 2021, na Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, 46 governos criaram a CAE, um mecanismo liderado por governos e baseado no compromisso comum de que todas as crianças tenham acesso a uma refeição saudável e nutritiva na escola até 2030. Organizada pelo PMA, a Coalizão cresceu desde então para 113 Estados-membros, trabalhando em conjunto com seis órgãos regionais e mais de 160 parceiros. Ela oferece uma plataforma por meio da qual os governos trocam experiências, mobilizam apoio político e financeiro e têm acesso a assistência técnica coordenada e baseada em evidências.

O impulso gerado pela Coalizão tem se traduzido cada vez mais em um reconhecimento mais amplo das refeições escolares como um instrumento de política para combater a fome, a pobreza e a desigualdade. A Aliança criou uma arquitetura política e financeira mais ampla em torno da luta contra a fome e a pobreza, com as refeições escolares reconhecidas como uma das alavancas políticas práticas por meio das quais os países podem cumprir essas metas. Na mesma ocasião, doze governos lançaram a Iniciativa "Sprint 2030" de alimentação escolar, comprometendo-se a atingir 150 milhões de crianças em países de baixa renda e de renda média-baixa até 2030, com compromissos de apoio por parte de BMD e instituições filantrópicas.

As seções a seguir apresentam os resultados dessa expansão e os mecanismos que atualmente apoiam os governos para mantê-la.

A expansão está se acelerando onde as necessidades são maiores

A maior ampliação ocorreu nos países onde as necessidades são maiores. Nos últimos dois anos, o número de crianças que recebem alimentação escolar em países de baixa renda aumentou 60%. A África registrou um progresso particularmente significativo, respondendo por aproximadamente 20 milhões das crianças adicionais atendidas globalmente. Em países como Etiópia, Quênia, Madagascar e Ruanda, a cobertura dos programas expandiu-se entre 1,5 e 6 vezes no mesmo período.

No entanto, o progresso continua desigual. Em países de baixa renda, apenas 27% das crianças são atendidas por programas de alimentação escolar, em comparação com quase 80% em países de alta renda. Compromissos e investimentos contínuos por parte dos governos, bem como o apoio de parceiros, são, portanto, essenciais para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição nutritiva na escola.

Ao mesmo tempo, países de todas as faixas de renda estão avançando para institucionalizar seus programas. Cerca de 107 países relatam agora ter uma política nacional de alimentação escolar, com os países de renda média-baixa registrando o maior aumento (*WFP, 2024*). A combinação de ampliação da cobertura, estruturas políticas mais sólidas e aumento do financiamento interno oferece motivos para esperar que a trajetória positiva dos últimos anos continue e, potencialmente, se acelere à medida que mais países buscam a cobertura universal.

A alimentação escolar é um investimento em capital humano

A importância da alimentação escolar vai muito além do simples fornecimento de alimentos. Um conjunto crescente de evidências demonstra que a alimentação escolar pode gerar benefícios nas áreas de educação, nutrição e saúde, proteção social e agricultura, quando concebida com esses

objetivos em mente e em consonância com as necessidades contextuais e a viabilidade. Estimativas sugerem que cada 1 USD investido em alimentação escolar pode gerar benefícios econômicos entre 7 e 35 USD nesses setores. Ao mesmo tempo, essas estimativas se baseiam em suposições sobre fatores-chave. Assim, os retornos podem variar dependendo do país e da região específicos (*Verguet, 2020*).

A alimentação escolar pode contribuir para a educação, tanto ajudando as crianças a frequentar a escola quanto apoiando sua capacidade de aprendizagem. Embora os efeitos da alimentação escolar dependam dos contextos, incluindo os níveis de referência da educação, ela é geralmente associada a melhorias em pelo menos algumas facetas da educação. Por exemplo, a revisão mais recente da Cochrane sobre programas de alimentação escolar mostrou que tais programas em países de baixa e média renda podem levar a aumentos nas notas de matemática, na matrícula escolar e nos resultados de testes de inteligência fluida, embora possam ter pouco ou nenhum efeito sobre outros resultados educacionais (*Kristjansson, 2025*). Além disso, uma análise multinacional de políticas e intervenções educacionais utilizando a métrica unificada de "anos letivos ajustados pela aprendizagem" estima que um investimento de USD 100 por criança em alimentação escolar pode resultar em até meio ano de escolaridade de qualidade (*Angrist et al., 2025*).

União Africana

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD)

CESTA DE POLÍTICAS

Programas de alimentação escolar

Mercados institucionais, incluindo compras públicas e preços de alimentos favoráveis aos mais pobres

Os Estados-membros da União Africana ampliam a alimentação escolar para 87 milhões de crianças, principalmente com financiamento interno

O QUE FOI REALIZADO

No 11º Fórum Africano de Desenvolvimento e Assuntos Sociais (ADSF), os Estados-Membros relataram avanços significativos na expansão dos programas de alimentação escolar, aumentando coletivamente a cobertura de 66 milhões para 87 milhões de crianças, com mais de 70% dos programas financiados por recursos nacionais. Esse marco reflete a crescente apropriação nacional e a institucionalização de sistemas sustentáveis de proteção social. Os Estados-Membros renovaram seu compromisso com a Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) como um modelo transformador que, simultaneamente, melhora a nutrição infantil, a saúde e os resultados educacionais, ao mesmo tempo em que estimula a produção agrícola local e cria mercados previsíveis para os pequenos agricultores. Ao fortalecer as cadeias de valor alimentares locais, gerar emprego rural e aumentar a renda das famílias, a HGSF demonstra como os programas de proteção social podem se tornar poderosos impulsionadores do desenvolvimento econômico local e da resiliência contra a volatilidade dos preços dos alimentos e os choques climáticos.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA UNIÃO AFRICANA — Esses resultados refletem a execução alinhada aos compromissos de promover programas de proteção social, incluindo alimentação escolar e assistência alimentar – conforme estabelecido nas Declarações de Compromisso da União Africana e da AUDA-NEPAD, respectivamente.

A alimentação escolar também pode melhorar a segurança alimentar, a saúde e a nutrição. Entre países de baixa e média renda, a revisão da Cochrane constata que a alimentação escolar provavelmente

contribui para um ligeiro aumento no z-score de altura para a idade e no z-score de peso para a idade, que são indicadores de crescimento e desenvolvimento (*Kristjansson, 2025*). Estudos em nível nacional sugerem resultados consistentes. Na Gâmbia, por exemplo, um ensaio clínico randomizado constatou que as refeições escolares aumentaram em 12% a proporção de crianças que relataram segurança alimentar aceitável e em 22% a proporção que relatou diversidade alimentar acima da mediana. Esses resultados foram impulsionados por grandes impactos positivos nas meninas, que apresentaram um aumento de 15% na percepção de segurança alimentar e um aumento de 29% na diversidade alimentar. A proporção de crianças que relataram depressão moderada, moderadamente grave ou grave também diminuiu em 13% (*Barro, 2025*).

Garantir que esses programas alcancem os resultados nutricionais pretendidos exige atenção ao que é servido às crianças. Atendendo à demanda dos governos por orientações práticas, a FAO, em parceria com o PMA por meio de um projeto apoiado pelo Ministério Federal Alemão da Alimentação e Agricultura, desenvolveu uma metodologia detalhada e um pacote de orientações para apoiar os países na elaboração de diretrizes e padrões nutricionais viáveis e específicos para cada contexto, voltados para as refeições escolares.

África do Sul

CESTA DE POLÍTICAS

Programas de alimentação escolar

A África do Sul financia refeições escolares diárias para mais de 9,9 milhões de alunos

O QUE FOI REALIZADO

O orçamento da África do Sul para 2026/27 mantém e aumenta modestamente o financiamento para o Programa Nacional de Nutrição Escolar (NSNP), com um aumento de 4,5% na alocação de médio prazo — acima da inflação —, que sustenta refeições diárias para mais de 9,9 milhões de alunos em quase 20.000 escolas. O subsídio diário por criança de R24 — introduzido em 2025/26 para se alinhar à inflação dos preços dos alimentos — é mantido. Além disso, R12,8 bilhões são alocados ao longo de três anos para expandir os programas de alimentação para o Desenvolvimento na Primeira Infância, estendendo refeições nutritivas a mais 300.000 crianças pequenas.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA ÁFRICA DO SUL — Essas alocações promovem diretamente a Declaração de Compromisso da África do Sul com a Aliança, que se comprometeu a implementar, ampliar e melhorar o programa nacional de alimentação escolar para reduzir a fome e as deficiências nutricionais de mais de 9,6 milhões de crianças. O orçamento de 2026/27 ultrapassa esse limite de cobertura e garante que o mandato nutricional do programa seja mantido e estendido a faixas etárias mais jovens.

Os benefícios se estendem às famílias, às mulheres e às economias locais

O valor das refeições escolares pode ir além da criança individualmente. Estudos nacionais de custo-benefício realizados em vários países estimaram que as refeições escolares podem representar uma transferência significativa para as famílias, equivalente a até 10–20% dos gastos anuais com alimentação entre as famílias mais pobres. Durante grandes crises, incluindo os lockdowns da COVID-19 e o aumento global dos preços dos alimentos, os programas de alimentação escolar

também proporcionaram proteção essencial, mantendo o acesso aos alimentos e oferecendo às famílias um mecanismo confiável de enfrentamento (*WFP, 2024*).

As refeições escolares também podem gerar oportunidades econômicas. Na Jordânia, uma avaliação de impacto constatou que a renda individual das trabalhadoras mais que triplicou quando lhes foi oferecido emprego na produção de refeições saudáveis para o Programa Nacional de Refeições Escolares. A renda familiar aumentou em um terço, acompanhada de melhorias na satisfação com a vida das mulheres e nas atitudes dos homens em relação às normas de gênero (*Heirman, 2024*).

As evidências sobre os benefícios das merendas escolares para as economias locais ainda constituem uma área emergente de pesquisa, com resultados divergentes. No entanto, em alguns contextos e dependendo da estrutura do programa, os benefícios econômicos podem se estender aos produtores locais. No Burundi, uma avaliação de impacto constatou que, para nove das 12 cooperativas estudadas, quase toda a receita parecia provir de vendas para escolas (*Atekou, 2024*). No Quênia, um modelo de avaliação de impacto em toda a economia local vai além das transferências para estimar que cada dólar investido no Programa de alimentação escolar com Produtos Locais gera um multiplicador de renda ajustado pela inflação de 2,26 USD, com a maior parte dos benefícios revertendo para empresas, propriedades agrícolas e famílias próximas (*Gupta, 2025*).

A alimentação escolar pode ajudar a transformar os sistemas alimentares

Esses efeitos apontam para um papel mais amplo das refeições escolares na transformação dos sistemas alimentares. Dois conjuntos complementares de políticas são particularmente importantes. O primeiro diz respeito a mudanças nos próprios programas de alimentação escolar, incluindo cardápios, energia utilizada para cozinhar, redução do desperdício de alimentos e educação significativa e voltada para a ação sobre alimentação. O segundo diz respeito a políticas de compras orientadas pela demanda e ecologicamente corretas, que criam mercados para produtores locais, promovem práticas agrícolas agroecológicas e contribuem para sistemas alimentares mais sustentáveis (*Pastorino et al., 2023*).

A alimentação escolar pode, portanto, funcionar não apenas como uma intervenção de proteção social e de capital humano, mas também como uma plataforma por meio da qual os governos moldam a demanda por alimentos, apoiam as economias locais e promovem sistemas alimentares mais sustentáveis.

Um ambiente político favorável para uma maior expansão

As condições que possibilitaram a recente expansão da alimentação escolar se fortaleceram ainda mais em vários aspectos. Os governos continuam a adotar e validar políticas nacionais de alimentação escolar, apresentar legislação-quadro, aprovar planos plurianuais de ampliação e alocar recursos adicionais. Vários países estabeleceram programas nacionais pela primeira vez.

Há, portanto, motivos razoáveis para esperar que a tendência positiva dos últimos anos continue. A magnitude dos compromissos nacionais atualmente registrados sugere que a expansão poderia se acelerar, com vários países buscando explicitamente a cobertura universal da alimentação escolar. Em alguns países onde a cobertura já é alta, há um foco crescente no aprimoramento da qualidade dos programas.

Do compromisso político à ação nacional

Uma das indicações mais claras do impulso por trás da alimentação escolar é a magnitude dos compromissos assumidos pelos membros da Coalizão. Até o momento, setenta e um governos apresentaram compromissos nacionais que abrangem ações nas áreas de políticas, financiamento, estruturas institucionais, concepção e cobertura dos programas, evidências e dados, além de advocacia e parcerias. A maioria está atuando simultaneamente em várias dessas áreas, e um número considerável expressa explicitamente a ambição de alcançar a cobertura universal até 2030. Esses compromissos constituem uma expressão tangível do impulso político por trás da expansão global da alimentação escolar.

A prestação de contas por esses compromissos começou a assumir uma forma coletiva. Na Segunda Cúpula Global da Coalizão, realizada no Brasil em setembro de 2025, 49 governos apresentaram Relatórios Voluntários de Progresso, expondo conquistas, lições aprendidas e avanços em relação aos seus compromissos nacionais.

Com base nas parcerias e nos mecanismos institucionais já existentes para apoiar os governos, e ampliando-os, a CAE e suas iniciativas coordenam e apoiam esforços para viabilizar a implementação de instrumentos de política de impacto identificados na Cesta de Políticas da Aliança, com assistência do Mecanismo de Apoio da Aliança Global. Dessa forma, a Coalizão atua como o principal canal por meio do qual evidências, conhecimentos especializados e vias de financiamento específicos para a alimentação escolar chegam aos governos que buscam os objetivos da Aliança.



País em destaque na área de alimentação escolar: Quênia

A trajetória do Quênia ilustra como a liderança política, a reforma institucional e a expansão do programa podem se reforçar mutuamente. O Quênia sediou a segunda Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão em Nairóbi, em outubro de 2024, e, em 2026, juntou-se ao Brasil, à Finlândia e à França como quarto copresidente da Coalizão, trazendo para essa função a perspectiva de um país que está realizando uma grande ampliação em escala nacional.

Essa ampliação tem sido substancial. A cobertura passou de 1,9 milhão de crianças em 2023 para mais de 3,2 milhões em 2026, tendo como meta declarada a cobertura universal até 2030. A aprovação da Política Nacional de Alimentação Escolar em 2026, após ampla consulta às partes interessadas, consolidou o programa no setor educacional e proporcionou uma estrutura duradoura para sua implementação.

Um estudo sobre a Estratégia de Financiamento Sustentável identificou caminhos práticos para sustentar a expansão, enquanto o Plano Operacional para a Ampliação do Programa de Alimentação Escolar 2024–2030 agora orienta a execução. Esse trabalho foi fundamentado em um exercício de mapeamento nacional que consolidou, pela primeira vez, o número de crianças atendidas nos diferentes modelos de execução do país.

Paralelamente, a coordenação foi fortalecida. A criação de uma CAE nacional, a primeira iniciativa desse tipo, reuniu instituições nacionais, governos municipais, parceiros de desenvolvimento, organizações da sociedade civil, fundações e atores do setor privado em uma plataforma comum para planejamento conjunto, compartilhamento de informações e mobilização de recursos. Também avançam os trabalhos para integrar as refeições escolares ao Sistema de Informação para Gestão da Educação do Quênia, fortalecendo o monitoramento e o planejamento prospectivo.

O Quênia também está vinculando deliberadamente as refeições escolares aos sistemas alimentares e à resiliência climática por meio de modelos de agregadores que conectam escolas a pequenos agricultores, da promoção de culturas tolerantes à seca, de soluções de cozinha limpa, de hortas escolares e dos Clubes 4-K (“Kuungana, Kufanya, Kusaidia Kenya” ou “Unir-se, agir, ajudar o Quênia”). A experiência queniana, portanto, ilustra como a expansão da cobertura pode ser acompanhada pela institucionalização, financiamento mais robusto, sistemas de dados aprimorados e objetivos mais amplos para o sistema alimentar.

Os mecanismos que aceleram a implementação

O ecossistema de iniciativas da CAE, com base e aproveitando a expertise da ampla rede de parceiros, ajudou a traduzir o compromisso político coletivo em ações em nível nacional, abordando dimensões complementares da alimentação escolar — desde financiamento, evidências e dados até sistemas alimentares, nutrição, desenvolvimento de capacidades e assistência técnica. Juntos, esses mecanismos apoiam os governos no fortalecimento dos programas existentes e na ampliação do acesso a mais crianças.

O Consórcio de Pesquisa para Saúde e Nutrição Escolar ajuda a fortalecer a capacidade própria dos países de gerar e utilizar evidências para decisões sobre políticas e programas. A Iniciativa de Dados e Monitoramento (IDM) fortaleceu, com o apoio de seus parceiros, a forma como o progresso na alimentação escolar é medido e relatado.

A Iniciativa de Financiamento Sustentável (IFS) apoiou exercícios de cálculo de custos em dez países e documentou caminhos práticos para financiamento doméstico e inovador, incluindo impostos sobre a saúde, trocas de dívida, fundos climáticos e receitas provenientes de recursos naturais. A Iniciativa "Cidades que Alimentam o Futuro" abrange 269 municípios em 72 países membros da Coalizão e desenvolveu diretrizes que permitem às cidades assumir Compromissos Municipais de Alimentação Escolar com prazos definidos.

Por fim, o Acelerador de Alimentação Escolar foi criado em janeiro de 2026 para oferecer apoio orientado pela demanda a países de baixa e mais baixa renda. Seu processo estruturado oferece um ponto de entrada por meio do qual os governos podem articular suas prioridades e se conectar a um ecossistema mais amplo de assistência técnica e conhecimentos especializados alinhados. O Acelerador desenvolveu uma articulação operacional regular com o Mecanismo de Apoio da Aliança Global, coordenando e integrando estreitamente seus respectivos processos nos casos em que há sobreposições no apoio aos países.

Do impulso à implementação

A expansão global da alimentação escolar demonstra que o compromisso político, o financiamento interno, as evidências e a capacidade institucional podem se combinar para produzir mudanças em grande escala. O desafio agora é converter esse impulso em uma implementação sustentável e de qualidade, particularmente em países e comunidades onde a cobertura ainda é mais baixa. Ao mesmo tempo, os países com maior cobertura estão voltando-se cada vez mais para a questão da qualidade e das contribuições para outros resultados de desenvolvimento.

A Cúpula Global da Coalizão em 2027 e a Reunião Ministerial de sua Força-Tarefa em 2028 proporcionarão oportunidades importantes para renovar compromissos políticos, estabelecer metas nacionais mensuráveis e mobilizar o financiamento necessário para alcançá-las, em sintonia com o horizonte que a Aliança Global estabeleceu para si mesma. Esses eventos também proporcionarão momentos para que governos e parceiros avaliem o progresso e fortaleçam a prestação de contas pelos compromissos assumidos.

A trajetória é clara: a alimentação escolar não é mais um programa social periférico. Trata-se de uma oportunidade para alavancar uma abordagem escolar integral, visando melhorar a nutrição, a saúde, o bem-estar e a educação de crianças e adolescentes em idade escolar por meio de ações mais amplas nas áreas de nutrição e saúde. Cada vez mais, ela está integrada às estruturas nacionais de políticas e financiamento e é reconhecida como um investimento em capital humano, proteção social, economias locais e sistemas alimentares sustentáveis. A tarefa para os próximos anos é garantir que esse impulso se traduza em acesso a alimentação nutritiva e sustentável para todas as crianças.

Nutrição infantil e apoio à maternidade

Por que esse investimento é importante?

A gravidez e os dois primeiros anos de vida estabelecem as bases para o crescimento, a aprendizagem, a saúde ao longo da vida e, posteriormente, uma força de trabalho produtiva. A pobreza, a desigualdade de gênero, a insegurança alimentar, dietas inadequadas, práticas inadequadas de nutrição e cuidados, doenças e lacunas nos serviços essenciais prejudicam essas bases. As mães continuam enfrentando

barreiras à amamentação, incluindo aconselhamento e apoio inadequados, marketing agressivo de substitutos do leite materno, normas restritivas e proteção à maternidade insuficiente. À medida que as crianças pequenas começam a consumir seus primeiros alimentos complementares, as mães e as famílias enfrentam riscos adicionais, como insegurança alimentar e de renda, ambientes alimentares insalubres e distribuição desigual dos encargos de cuidados. A má qualidade da alimentação infantil é o principal fator que leva à desnutrição infantil e se reflete no número alarmantemente alto de crianças que vivem em situação de pobreza alimentar infantil[4] ; o relatório da UNICEF de 2024, intitulado "Pobreza Alimentar Infantil: Privação Nutricional na Primeira Infância" (*Child Food Poverty: Nutrition Deprivation in Early Childhood*), estima que cerca de 181 milhões de crianças vivam em situação de pobreza alimentar infantil grave.


© FAO/Manan Vatsyayana.

O "Quadro de Investimento em Nutrição 2024" do Banco Mundial (*Investment Framework for Nutrition 2024*) estima que a ampliação de intervenções nutricionais comprovadas nesses primeiros anos de vida poderia gerar USD 2,4 trilhões em benefícios econômicos ao longo de uma década, ou cerca de USD 23 para cada USD 1 investido, ao mesmo tempo em que evitaria milhões de mortes infantis e casos de atraso no crescimento. No entanto, os gastos públicos com mulheres e crianças pequenas continuam insuficientes e, muitas vezes, chegam tarde demais, reforçando a desigualdade (*Richardson et al., 2023*).

Portanto, o investimento em ações coordenadas entre os setores de saúde, alimentação, proteção social, WASH e sistemas comunitários é essencial para abordar os múltiplos determinantes necessários para melhorar a nutrição e o desenvolvimento materno e na primeira infância e romper o ciclo intergeracional de desnutrição e pobreza. Proteger a renda familiar por meio da proteção social, combinado com intervenções comprovadas de nutrição e cuidados durante esse período decisivo, é fundamental para prevenir a desnutrição e avançar nos ODS 1 e ODS 2.

[4] Consulte "Definições e Metodologia".

Grandes avanços: de intervenções fragmentadas à nutrição integrada

A nutrição materna e na primeira infância é cada vez mais tratada como um continuum que se estende da gravidez até a amamentação e a alimentação complementar. A dieta, a pobreza, os serviços, o gênero e os cuidados determinam os resultados ao longo desse período.

Um pacote mais abrangente para mães e crianças pequenas

A nutrição materna agora vai além dos suplementos de ferro e ácido fólico ou de micronutrientes múltiplos, abrangendo aconselhamento, monitoramento do ganho de peso saudável, prevenção de infecções e apoio direcionado a adolescentes e mulheres em situação de risco nutricional. Em 2025, 72 países ofereceram um pacote mínimo de aconselhamento, monitoramento do ganho de peso e suplementos de micronutrientes.

Armênia

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

CESTA DE POLÍTICAS

Programas de alimentação escolar

A Armênia aumenta seu orçamento de saúde para AMD 220 bilhões, financiando a cobertura infantil e o rastreamento neonatal

O QUE FOI REALIZADO

A Armênia aumentou seu orçamento de saúde para 2026 de AMD 164 bilhões para AMD 220 bilhões, tendo a saúde materno-infantil identificada como uma prioridade explícita. O aumento do orçamento financia sete programas de triagem neonatal e amplia a cobertura universal de seguro saúde a todas as crianças menores de 18 anos. Em 23 de janeiro de 2026, o UNICEF lançou seu novo Programa Nacional para a Armênia 2026–2030, desenvolvido em conjunto com o Governo da Armênia. Saúde e nutrição foram designadas como áreas prioritárias, abrangendo o fortalecimento da atenção primária à saúde, a imunização, a promoção do aleitamento materno e a parentalidade positiva. A implementação concreta dos componentes de nutrição ainda está por vir; o programa nacional estabelece a estrutura programática para a implementação futura.

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA ARMÊNIA — Essas medidas promovem os compromissos da Armênia com a Aliança em matéria de nutrição materna e na primeira infância. O aumento do orçamento de 2026 cumpre diretamente a promessa da Armênia no âmbito da iniciativa "Sprints 2030" sobre "Refeições Escolares Transformadoras" — que utiliza as escolas como plataformas para melhorar os resultados nutricionais de crianças do 0º ao 4º ano — e a Declaração de Compromisso da Armênia de investir no apoio à primeira infância e à maternidade, inclusive por meio de melhorias no sistema de saúde que sustentam a prestação de serviços de nutrição.

Políticas e programas para crianças pequenas adotam cada vez mais uma abordagem abrangente para transformar seus sistemas alimentares. Isso inclui intervenções para melhorar a disponibilidade, a acessibilidade, a qualidade nutricional e a segurança dos alimentos de que as crianças precisam (diretrizes, fortificação etc.), aprimorar os ambientes alimentares das crianças (regulamentações, rotulagem) e aumentar a demanda e o consumo de alimentos nutritivos, incluindo a melhoria e a

manutenção de comportamentos positivos de alimentação e cuidados (informação, aconselhamento e apoio, mudança de comportamento) (*UNICEF, 2023*). O *First Foods Africa*, lançado em 2024 e ampliado em 2025, tem como alvo aproximadamente 125 milhões de crianças menores de cinco anos em 14 países africanos por meio da produção local, normas, abordagens de mercado e mudança de comportamento (Caso A).

CASO A. *First Foods Africa*: sistemas alimentares locais para crianças pequenas.

O *First Foods Africa* conecta a produção de alimentos e os mercados a uma alimentação mais saudável para crianças pequenas.

Quase 59 milhões de crianças menores de cinco anos na África Subsaariana vivem em situação de extrema pobreza alimentar infantil, consumindo, no máximo, dois dos oito grupos alimentares recomendados (*UNICEF, 2025c*). *First Foods Africa* foi apresentado pela UNICEF em 2024 e lançado formalmente em parceria com a União Africana e o Governo do Benin, em Cotonou, em 28 de setembro de 2025. O programa visa aliviar a pobreza alimentar infantil e a desnutrição, disponibilizando alimentos de introdução à alimentação nutritivos, seguros, acessíveis e sustentáveis — produzidos na África — para crianças de 6 a 59 meses. A iniciativa se baseia na experiência da região na produção local de alimentos terapêuticos prontos para uso.

Em sua primeira fase, o *First Foods Africa* tem como alvo todas as 125 milhões de crianças menores de cinco anos em 14 países (*UNICEF, 2025a; UNICEF, 2025b*): África Ocidental e Central: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gana, Nigéria e Senegal. África Oriental e Austral: Etiópia, Quênia, Malaui, Ruanda, Uganda, República Unida da Tanzânia e Zâmbia.

A iniciativa opera por meio de três pilares: a) incentivar a produção local por empresas alimentícias africanas; b) moldar o ambiente de políticas, incluindo normas e regulamentações para alimentos complementares comerciais; c) estimular a demanda por meio de marketing social em larga escala e mudança de comportamento.

Na Etiópia, os investimentos apoiam a produção local de ovo e peixe em pó, frutas secas e farinhas enriquecidas. Os equipamentos fornecidos pelo UNICEF para uma unidade de produção de ovo em pó poderiam garantir que os produtos chegassem a cerca de 1,36 milhão de crianças com idades entre 6 e 23 meses anualmente. Uganda lançou uma Iniciativa de Ovo em Pó em parceria com um produtor nacional, enquanto o Quênia desenvolveu um roteiro nacional para sistemas alimentares com o objetivo de reduzir a pobreza alimentar infantil por meio de alimentos de introdução. No Malaui, o Ministério da Saúde lançou a iniciativa em âmbito nacional em abril de 2025, em parceria com a Comissão Nacional de Planejamento e a UNICEF (*Malawi Broadcasting Corporation, 2025*).

Esses exemplos vinculam as metas nutricionais à agricultura local, às normas, à inovação do setor privado e às práticas alimentares das famílias.

Integração dos serviços de nutrição por meio de plataformas de atenção primária à saúde e da primeira infância

Cuidados pré-natais, no parto e pós-parto, imunização, monitoramento do crescimento e plataformas de saúde comunitária têm sido utilizados para oferecer um pacote integrado de nutrição e desenvolvimento infantil ao longo dos primeiros 1.000 dias. O número de mães e cuidadores que receberam informações, aconselhamento e apoio sobre amamentação e alimentação de crianças pequenas aumentou de 57,5 milhões em 2021 para 100,6 milhões em 2024 e 102 milhões em 2025, com o apoio de uma maior capacitação dos profissionais de saúde e da comunidade. A amamentação exclusiva global aumentou de 44,1% em 2021 para cerca de 48% em 2024–2025. O progresso combinou aconselhamento com a aplicação do Código, a Iniciativa Hospitais Amigos da Criança e os Dez Passos nos cuidados de rotina. Por exemplo, a Bolívia ampliou o apoio aos hospitais amigos da criança para 860 unidades em 2025; consultores capacitados agora oferecem aconselhamento em todos os 18 hospitais provinciais da República Democrática Popular do Laos.

Os sistemas de saúde também forneceram pós com múltiplos micronutrientes a 21,2 milhões de crianças em 2025, contra 13,6 milhões em 2021, e distribuíram 487,8 milhões de cápsulas de vitamina A a 75 países em 2025. Os países estão integrando cada vez mais a vitamina A aos cuidados de rotina. Na Etiópia, o monitoramento renovado do crescimento e as ações de promoção apoiam o aconselhamento aos cuidadores, a análise das causas da desnutrição e o encaminhamento a serviços especializados.

Os riscos relacionados à nutrição e ao desenvolvimento costumam afetar as mesmas famílias. A integração de cuidados afetivos e apoio aos pais nos atendimentos compartilhados está, portanto, ganhando força: os programas da UNICEF que atingiram os indicadores de referência para o apoio integrado aos pais aumentaram de 25% em 2021 para 57% em 2025 em 74 países. Até 2025, 94 países haviam adotado políticas ou planos de ação multissetoriais para o desenvolvimento na primeira infância com o apoio da UNICEF.

Sinergias e convergência de intervenções entre sistemas

Garantir a nutrição e o desenvolvimento materno e da primeira infância requer intervenções que vão além do sistema de saúde. Isso implica assegurar que os sistemas alimentares (Caso A), a proteção social, os meios de subsistência e as oportunidades de empoderamento econômico (Caso B) também sejam aproveitados para possibilitar a boa nutrição de mulheres e crianças.

CASO B. Malaui: vinculando transferências sociais em dinheiro à nutrição e aos meios de subsistência.

O UNICEF apoiou um Marco Operacional de Proteção Social Sensível à Nutrição, liderado pelo governo no Malaui, que conecta os participantes do programa de transferência de renda a serviços de nutrição, saúde e meios de subsistência por meio de estruturas comunitárias. Durante sua primeira fase, de abril a dezembro de 2025, a amamentação exclusiva entre bebês de 0 a 5 meses aumentou de 77,6% para 94,6%; a cobertura de aconselhamento para crianças pequenas, de 83,3% para 95,8%; a frequência aos cuidados pré-natais, de 33,3% para 54,8%; e a participação em grupos de poupança e empréstimo, de 48,4% para 83,8%. Esses resultados iniciais apontam para um potencial de ampliação.

Em 2025, o UNICEF informou que mais de 68 países combinaram transferências sociais em dinheiro para mulheres e crianças pequenas com intervenções nutricionais. O Afeganistão e Madagascar associaram abordagens comunitárias à alimentação complementar com apoio à renda por meio de transferências sociais em dinheiro para lidar com a acessibilidade financeira. O Sudão e o Paquistão ilustram programas nacionais de transferências sociais em dinheiro em grande escala que priorizam essas transferências combinadas com o encaminhamento para intervenções de saúde e nutrição para mulheres e crianças pequenas nos primeiros 1.000 dias. (Casos C e D). Além disso, um número crescente de países está fortalecendo os vínculos com intervenções de empoderamento econômico e meios de subsistência que podem ajudar a sustentar dietas mais saudáveis e resiliência além da duração de uma transferência social.

O que acelerou o progresso? A transição das evidências para os sistemas

Evidências mais claras e orientações globais sobre os primeiros 1.000 dias, deficiências de micronutrientes, amamentação, alimentação complementar e pobreza alimentar infantil ampliaram a agenda, passando de intervenções individuais para dietas nutritivas e cuidados durante toda a gravidez e a primeira infância (*UNICEF, 2021, entre outros*).

O uso de plataformas nacionais existentes permitiu a ampliação da escala. Os cuidados pré-natais podem identificar mulheres grávidas precocemente, fornecer serviços de nutrição e conectá-las à proteção social; registros, registro de nascimento, imunização e plataformas comunitárias podem conectar crianças a benefícios e cuidados.

A convergência entre transferências em dinheiro, serviços de qualidade, alimentos nutritivos a preços acessíveis e apoio aos cuidadores aborda tanto o poder de compra quanto o acesso. Seu impacto depende de que essas condições cheguem à mesma família.

O compromisso do governo, os orçamentos e os sistemas de prestação de serviços sustentam os ganhos (Caso C). A identificação digital, os registros e os dados interoperáveis de saúde e proteção social podem ajudar a manter o apoio desde a gravidez até a primeira infância.

CASO C. Paquistão: o Programa Benazir Nashonuma.

Lançado em 2020 sob a liderança do governo, com o apoio do UNICEF, da OMS e do PMA, esse programa nacional de proteção social havia alcançado mais de 4,6 milhões de mulheres grávidas e lactantes e crianças pequenas até 2025. Esse programa nacional vincula o pagamento condicional em dinheiro aos cuidados pré-natais e pós-natais, aos serviços (suplementos, monitoramento do crescimento, imunização) e à informação, aconselhamento e apoio, bem como à mudança social e comportamental que permite que mulheres e famílias mantenham práticas nutricionais positivas. Centros de facilitação de atenção primária, plataformas comunitárias e monitoramento integrado apoiam a prestação dos serviços. A cobertura cresceu de 15 distritos em 2020 para 542 centros em 157 distritos até 2025. Uma avaliação independente relatou uma prevalência de atraso no crescimento 22% menor entre os participantes aos seis meses e 18% menor aos 12 meses, além de melhorias na anemia infantil e na adesão aos cuidados pré-natais.

As políticas nacionais também avançaram: até 2025, 80 países possuíam estratégias para prevenir o atraso no crescimento, a emaciação ou as deficiências de micronutrientes, contra 66 em 2021, e 47 contavam com orçamentos para implementação. Setenta e seis países possuíam políticas ou estratégias com mecanismos de monitoramento contra a comercialização inadequada de substitutos do leite materno ou alimentos não saudáveis; 28 adotaram rótulos de advertência na frente das embalagens e 29 tributaram alimentos ou bebidas não saudáveis.

As crises aumentam a necessidade de apoio integrado e capaz de responder a choques. O Sudão mostra que os programas podem ampliar seu alcance mesmo em meio a conflitos (Caso D). A COVID-19, os choques nos preços dos alimentos, os conflitos e as emergências climáticas ressaltaram o valor de sistemas capazes de expandir rapidamente os benefícios ou a cobertura quando ocorrem ou são previstos choques.

CASO D. Sudão: Transferência de Renda para Mães e Crianças Plus (MCCT+).

O MCCT+ combina transferências em dinheiro com encaminhamentos para serviços em unidades de saúde e na comunidade, aconselhamento sobre nutrição, cuidados, saúde e higiene, além de suplementos para crianças pequenas. Apesar do conflito e do deslocamento, o programa se expandiu de dois estados em 2021 para cinco em 2025, alcançando mais de 150 mil famílias, ou cerca de 900 mil pessoas. Avaliações do programa constataram melhor acesso a serviços de nutrição, melhoria na alimentação infantil e maior frequência aos serviços de atenção primária entre mulheres grávidas e lactantes. As mulheres também ganharam maior poder de decisão financeira. O programa está alinhado com os marcos nacionais de proteção social e nutrição.



World Vision International

CESTA DE POLÍTICAS

Nutrição materna e na primeira infância

Prevenção e controle de deficiências de micronutrientes

Os serviços de nutrição da World Vision alcançaram 7,7 milhões de crianças por meio do fortalecimento dos sistemas de saúde

O QUE FOI REALIZADO

A World Vision International (WVI), em parceria com a VisionFund, está cumprindo sua Declaração de Compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, promovendo a integração entre nutrição, meios de subsistência e inclusão financeira. Antes da Cúpula "Nutrição para o Crescimento" (N4G), a WVI se comprometeu a melhorar a nutrição de 3,2 milhões de crianças anualmente até 2030, com o apoio de um pacote de recursos financeiros estimado em USD 3,4 bilhões, incluindo USD 1 bilhão em captação de recursos privados para programas diretos de nutrição e USD 2,4 bilhões em financiamento sensível à nutrição. Desde que assumiu esse compromisso, a WVI expandiu programas integrados de nutrição e proteção social em vários países. Em 2025, mais de 7,7 milhões de crianças foram atendidas com serviços de nutrição por meio de sistemas de saúde fortalecidos e de uma rede de quase 200 mil agentes comunitários de saúde. Outro 1 milhão de crianças se beneficiou de programas de alimentação escolar, enquanto 2,2 milhões de pessoas receberam assistência em dinheiro e vouchers para fortalecer a segurança alimentar e a resiliência das famílias. Para fortalecer os meios de subsistência das famílias e a inclusão financeira, a WVI apoiou 1,7 milhão de pessoas por meio de programas de subsistência. Por meio do VisionFund, 952.897 mutuários tiveram acesso a mais de USD 721 milhões em empréstimos e 1,6 milhão de pessoas receberam seguro, ampliando a inclusão financeira e ajudando famílias vulneráveis a construir meios de subsistência mais resilientes. A WVI também contribuiu para a criação de um ambiente propício ao progresso sustentável, apoiando 406 mudanças nas políticas que alcançaram 244 milhões de crianças e ajudando a mobilizar mais de USD 27 bilhões em compromissos de financiamento para a nutrição na Cúpula "Nutrition for Growth".

COMO ISTO REFORÇA O COMPROMISSO DA WORLD VISION INTERNATIONAL — Essas ações estão diretamente alinhadas com a Declaração de Compromisso da World Vision, que se compromete a alcançar 250 mil crianças com tratamento contra a desnutrição, 2,3 milhões de crianças com monitoramento e promoção do crescimento e 3,4 milhões de mulheres e crianças com intervenções de micronutrientes anualmente até 2030, com o apoio de um pacote de recursos financeiros estimado em USD 3,4 bilhões. Juntas, essas conquistas demonstram um progresso tangível no cumprimento do compromisso da World Vision de acelerar as ações para acabar com a fome e a desnutrição infantil.

E agora? Da integração à escala populacional

Daqui para frente, a prioridade é passar de demonstrar que a integração é possível para torná-la rotineira, institucionalizada, financiada e escalável.

1. Construir uma estrutura integrada para os primeiros 1.000 dias. Os países precisam de um pacote claramente definido, desde a gravidez até os dois anos de idade, que integre nutrição materna, amamentação, alimentação complementar, crescimento e desenvolvimento, controle da anemia e da deficiência de micronutrientes, cuidados responsivos, aprendizagem precoce e apoio aos pais. Isso requer responsabilidades claras nos sistemas de saúde, alimentação, proteção social e comunitários, com vias de encaminhamento eficazes conectando os serviços.

2. Alcançar mulheres e crianças em situação de risco antes que a desnutrição ocorra. A prevenção exige a identificação precoce da vulnerabilidade. A gravidez, a primeira infância, a pobreza, a insegurança alimentar, a deficiência, a vulnerabilidade no desenvolvimento e a vulnerabilidade geográfica oferecem pontos de entrada mais sólidos para o apoio integrado do que esperar até que a criança esteja desnutrida ou com atrasos no desenvolvimento.

3. Reunir quatro elementos essenciais em grande escala: alimentos nutritivos, serviços de apoio à renda e práticas. Os sistemas de saúde devem oferecer serviços de nutrição e desenvolvimento de qualidade; a proteção social deve fortalecer o consumo das famílias e o acesso e a acessibilidade das mulheres a dietas nutritivas e cuidados; os sistemas alimentares devem melhorar o acesso a alimentos seguros e nutritivos; e as plataformas comunitárias devem fortalecer as práticas de alimentação, cuidados e parentalidade. O desafio é garantir que essas condições se unam para a mesma mãe e criança.

4. Passar da convergência de programas para sistemas interoperáveis. A convergência geográfica é uma ambição importante e pode ser ainda mais fortalecida por meio da integração em sistemas de prestação de serviços de rotina, como registros interoperáveis, mecanismos de encaminhamento, pagamentos digitais, sistemas de reclamação e monitoramento. Por exemplo, o registro no pré-natal poderia acionar a avaliação para proteção social e outros tipos de apoio, criando continuidade nos serviços de nutrição, cuidados e desenvolvimento durante a gravidez e os dois primeiros anos de vida.

5. Financiar a integração como um investimento nacional, e não como um conjunto de projetos. A ampliação da escala exige pacotes nacionais com orçamento definido, um acompanhamento mais rigoroso dos gastos intersetoriais, maior financiamento interno e uso estratégico do financiamento para o desenvolvimento. Os casos de investimento devem demonstrar os retornos combinados do investimento em nutrição materna, desenvolvimento infantil, redução da pobreza e capital humano.

Conclusões

O desafio não é mais simplesmente identificar *quais intervenções nutricionais funcionam*, mas garantir que mulheres e crianças vulneráveis se beneficiem de renda adequada, alimentação nutritiva, serviços de qualidade e cuidados de apoio ao longo dos primeiros 1.000 dias, no mínimo. A prioridade é incorporar e institucionalizar esse pacote integrado nos sistemas nacionais de rotina — vinculando nutrição, cuidados afetivos, acesso a alimentos e proteção social, WASH — e financiá-lo em escala. Isso pode transformar projetos fragmentados em um investimento nacional sustentável no crescimento, desenvolvimento e capital humano da criança. ■



© FAO/Hashim Azizi.

Capítulo 3

LIÇÕES PARA ACELERAR O PROCESSO **ATÉ 2030**

Os capítulos anteriores descrevem um mundo que sabe como reduzir a fome e a pobreza quando as condições estão presentes, e uma Aliança cujos membros têm cumprido continuamente seus compromissos. Os membros da Aliança estão transformando compromissos em ações em toda a Cesta de Políticas; no entanto, o progresso daqui em diante será mais difícil de alcançar e pode até mesmo ser revertido, pois a fome e a pobreza extrema estão cada vez mais concentradas em países altamente endividados, de renda mais baixa e mais frágeis.

As perspectivas apresentadas no **Capítulo 1** dão uma ideia da magnitude do desafio que temos pela frente. Seguindo as trajetórias atuais, a taxa global de pobreza extrema permanecerá em torno de 9% em 2030, longe da meta do ODS 1.1 de erradicar a pobreza extrema (*World Bank, 2026c*), e, até lá, cerca de 60% das pessoas que vivem em situação de pobreza extrema estarão concentradas em contextos afetados pela fragilidade, conflitos e violência.

Este capítulo extrai lições dos dois capítulos anteriores, tendo em vista os quatro anos restantes. A primeira seção analisa o que as seções temáticas do **Capítulo 2** têm em comum, e a segunda, por que a reta final da corrida difere das etapas já percorridas. Em seguida, o capítulo aborda o papel do crescimento econômico e do setor privado em uma estratégia construída em grande parte em torno de políticas públicas, bem como o financiamento e a execução de programas estruturais nos locais onde os Estados são mais frágeis, antes de encerrar com o que dois anos de prática ensinaram à Aliança sobre seu próprio modelo e o que isso implica para seus membros.

3.1 O que funciona já é conhecido: pontos em comum na Cesta de Políticas

De projetos a sistemas nacionais, e de setores a famílias

As seções temáticas do Capítulo 2 foram elaboradas por diferentes instituições, cada uma com um mandato global em seu próprio campo, e foram coordenadas apenas por meio de um esboço comum; no entanto, chegam a muitas das mesmas conclusões.

A primeira delas diz respeito à unidade de progresso. Na proteção social, os ganhos da última década vieram com a transição de programas fragmentados para sistemas nacionais institucionalizados, cada vez mais financiados por orçamentos nacionais. A alimentação escolar seguiu o mesmo caminho, passando de intervenções apoiadas por doadores para programas governamentais respaldados por políticas nacionais em 107 países e financiados quase inteiramente por recursos nacionais em nível global. A seção sobre nutrição materno-infantil defende que a integração seja financiada "como um investimento nacional, não como um conjunto de projetos", e a seção sobre agricultura de pequena escala solicita que os instrumentos de política sejam implementados "como parte de um sistema de apoio interligado". Em conjunto, essas conclusões descrevem como as intervenções ganham escala e sobrevivem a mudanças de governo e de prioridades dos doadores: tornando-se parte de um programa nacional, com base legal, rubrica orçamentária, órgão administrativo responsável e sistema de execução. O apoio prestado fora desses programas, por mais bem elaborado que seja, raramente alterou os resultados nacionais e geralmente terminou quando o financiamento chegou ao fim.

A segunda conclusão comum diz respeito à integração em torno das mesmas pessoas. O Malaui, o Paquistão e o Sudão mostram os resultados da combinação de transferências de renda para mulheres grávidas e crianças pequenas com aconselhamento nutricional e serviços de saúde. As merendas escolares produzidas localmente criam uma demanda previsível para os agricultores locais, e os programas de inclusão econômica combinam apoio à renda com ativos, treinamento e orientação para ajudar as famílias a adotarem meios de subsistência mais produtivos. Em cada caso, os ganhos dependem de vários serviços que cheguem à mesma família no momento certo. O obstáculo ao qual as seções temáticas mais frequentemente se referem reside na forma como os governos e seus parceiros estão organizados — em ministérios, rubricas orçamentárias e portfólios de projetos separados, cada um com seu próprio registro, regras de direcionamento e requisitos de prestação de contas. A Cesta de Políticas foi concebida com base na premissa de que os instrumentos mais eficazes se reforçam mutuamente e devem ser planejados em conjunto, e a experiência registrada no Capítulo 2 confirma isso.

Sistemas de execução como infraestrutura pública compartilhada

Um terceiro fio condutor permeia os detalhes operacionais de cada seção: a importância dos sistemas por meio dos quais os benefícios e serviços chegam às pessoas. Registros sociais, identificação digital básica e sistemas de pagamentos do governo diretamente ao cidadão permitiram que mais de 1,3 bilhão de pessoas recebessem transferências de renda em resposta a crises durante eventos recentes. Registros de agricultores, como o sistema IDEA do Zimbábue, estão melhorando a distribuição de sementes e fertilizantes; o Quênia está integrando a alimentação escolar ao seu

sistema de informação para gestão da educação; e sistemas de alerta precoce permitiram que recursos antecipados chegassem às famílias na Somália e em Bangladesh antes que as secas e inundações ocorressem. Uma vez criados, esses sistemas podem atender a diversos programas e setores, incluindo respostas humanitárias e climáticas, sempre que a interoperabilidade, os critérios de elegibilidade e os acordos de compartilhamento de dados o permitirem. Por estarem entre os investimentos menos visíveis que um governo pode fazer, eles continuam subfinanciados em relação aos seus retornos. Onde eles não existem, no entanto, cada nova crise exige uma nova operação paralela de distribuição, o que aumenta os custos e aprofunda a fragmentação.

Cada seção também termina com o mesmo alerta. A cobertura da assistência social é entre nove e onze pontos percentuais menor em países frágeis e afetados por conflitos, de baixa e média-baixa renda, do que em seus pares não frágeis (*Okamura et al., 2025*); apenas 27% das crianças do ensino fundamental em países de baixa renda recebem alimentação escolar, contra quase 80% em países de alta renda (*WFP, 2024*); e poucos países estão no caminho certo para atingir as metas de resiliência analisadas neste relatório. Em todas as áreas de política, as lacunas são maiores onde as necessidades são mais prementes e onde as capacidades institucionais e fiscais são mais fracas.

Além desses pontos em comum, cada área traz lições próprias. A proteção social possui a base de evidências e os sistemas de prestação mais maduros, e suas dificuldades específicas residem na adequação dos benefícios e na escala do financiamento recorrente, para o qual os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) são, de longe, a maior fonte externa. O apoio aos pequenos produtores, o acesso à água e a resiliência situam-se na vertente produtiva da Cesta de Políticas, onde os resultados dependem dos mercados, da posse da terra, do crédito, do seguro e do fornecimento de insumos pelo setor privado; onde os investimentos levam mais tempo para amadurecer; e onde a abordagem da Aliança e a iniciativa privada se encontram de forma mais direta. A alimentação escolar se destaca por sua resiliência política e pela profundidade da apropriação nacional, que se devem em grande parte à visibilidade dos benefícios e às coalizões de governos que sustentam os compromissos uns dos outros, além de funcionar como um instrumento de compras capaz de criar mercados para os agricultores familiares. A nutrição materno-infantil se distingue por sua sensibilidade ao momento certo: a desnutrição nos primeiros mil dias de vida pode ter efeitos duradouros, e estima-se que a ampliação das intervenções nutricionais gere cerca de 23 dólares em benefícios para cada dólar investido (*Shekar et al., 2024*). Infelizmente, os benefícios são colhidos muito tempo depois dos ciclos eleitorais e orçamentários que orientam as decisões de gastos públicos.

3.2 O último trecho é o mais difícil: concentração, fragilidade e dívida

A concentração como a outra face do progresso

A Introdução descreveu a concentração da fome, da pobreza e da vulnerabilidade como, em parte, uma consequência natural do progresso alcançado em contextos mais estáveis. Isso é comprovado por dados. As taxas de pobreza extrema estão agora abaixo de 5% em todas as regiões, exceto na África Subsaariana e no Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão. Dos 811 milhões de pessoas que se estima viverão abaixo da linha internacional de pobreza em 2026, cerca de 586 milhões, ou

72%, vivem na África Subsaariana, de acordo com as estimativas do Banco Mundial de setembro de 2026 (*World Bank, 2026c*). Quanto à questão inter-relacionada da fome, a África ultrapassou a Ásia como a região com o maior número de pessoas subnutridas: 309 milhões contra 292 milhões em 2025 (*FAO et al., 2026*). A proporção de pessoas em situação de extrema pobreza no mundo que vivem em países de baixa renda quase dobrou na última década, passando de 23% para 44%, e as crianças representam agora mais da metade de todas as pessoas em situação de extrema pobreza (*World Bank, 2024a; UNICEF & World Bank, 2024*).

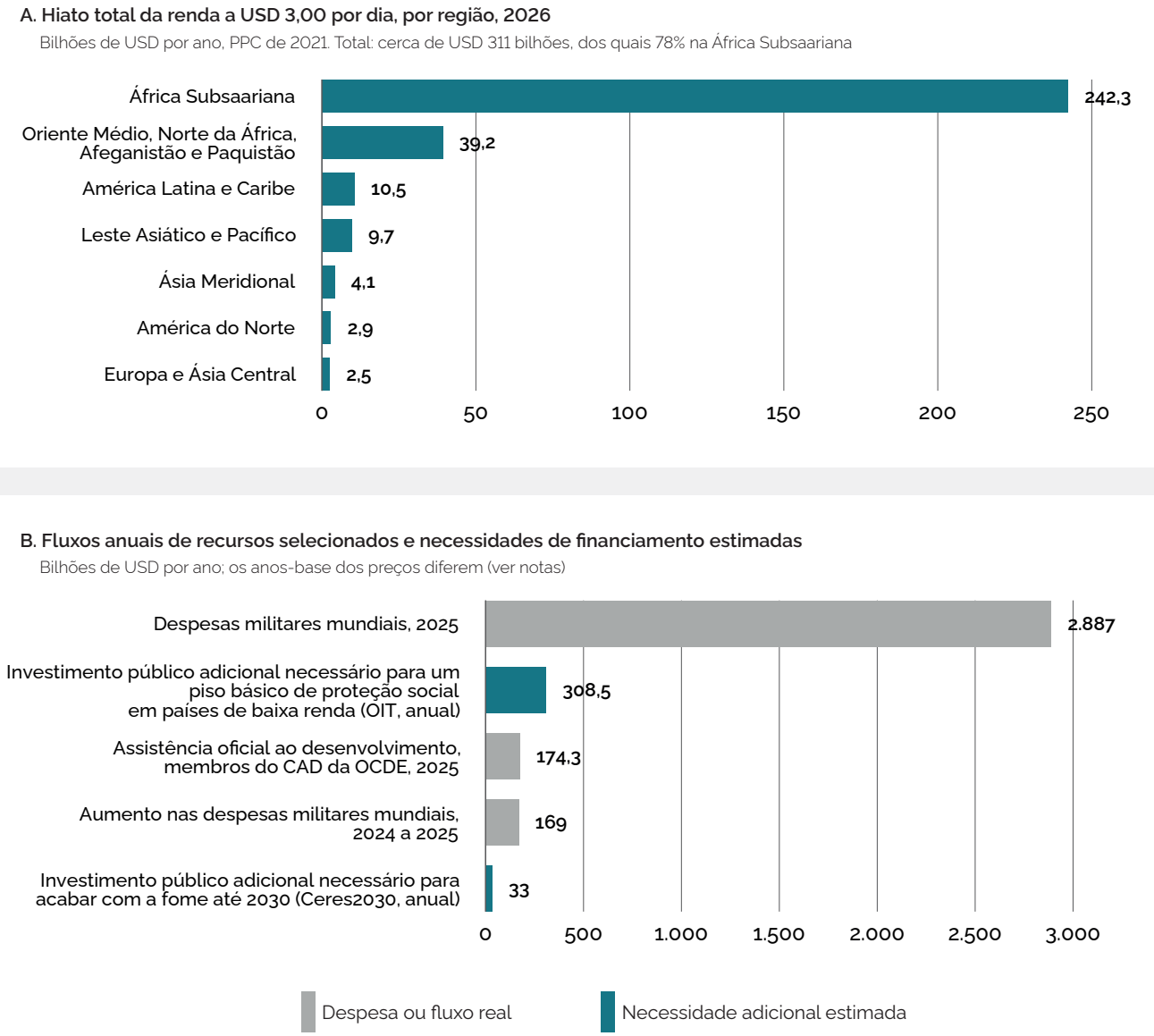
Precisamos encarar a dura realidade de que as estratégias que reduziram a pobreza extrema em outros lugares são muito mais difíceis de reproduzir nessas regiões. O crescimento se traduz com menos facilidade em redução da pobreza onde a desigualdade é estruturalmente alta e os meios de subsistência ainda dependem em grande parte da agricultura de subsistência dependente da chuva. As bases tributárias são estreitas, e o serviço da dívida tem absorvido uma parcela crescente da receita pública: 3,4 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com pagamentos de juros do que com saúde ou educação (*UNCTAD, 2025*). Segundo a avaliação do Banco Mundial, as 26 economias mais pobres, que abrigam cerca de 40% da população em extrema pobreza do mundo, estavam em 2024 mais profundamente endividadas do que em qualquer outro momento desde 2006, enquanto a ajuda internacional a esses países havia caído para seu nível mais baixo em duas décadas em relação ao tamanho de suas economias (*World Bank, 2024b*). A queda de 23,1% na assistência oficial ao desenvolvimento em 2025 (*OECD, 2026a*) reduziu ainda mais suas opções. O paradoxo da proteção social descrito no **Capítulo 2** — segundo o qual a cobertura é menor onde é mais necessária e onde os governos têm menor capacidade de financiar e implementar — aplica-se, em graus variados, a toda a Cesta de Políticas.

O preço de diminuir a distância, em perspectiva

Como a necessidade remanescente se concentra em um número limitado de países cujas economias são pequenas em termos globais, os recursos necessários para atendê-la são elevados em relação aos orçamentos desses países, mas modestos em relação aos recursos do mundo como um todo. Em um momento de apelos justificados pela autossuficiência nacional e pelo fim da dependência da ajuda, esse é um argumento claro a favor de uma transição suave e de um novo impulso de solidariedade em direção àqueles que estão sendo deixados para trás.

O montante de renda extra que seria necessário para elevar todas as pessoas em extrema pobreza acima da linha de USD 3,00 é de cerca de USD 311 bilhões por ano em termos de paridade de poder de compra, uma medida teórica. Cerca de 78% desse déficit está na África Subsaariana (Figura 10, Painel A). Em 2020, o projeto Ceres2030 estimou que acabar com a fome até 2030 exigiria um investimento público adicional de cerca de USD 33 bilhões por ano em dólares constantes de 2018, dos quais USD 14 bilhões viriam de doadores (*Laborde, Parent & Smaller, 2020*). A OIT estima que os países de baixa renda precisariam de USD 308,5 bilhões adicionais por ano para garantir um piso básico de proteção social, incluindo cuidados de saúde essenciais, o que equivale a 52,3% de seu PIB combinado (*ILO, 2024*) — um montante muito além de seus próprios recursos, mas que, mesmo assim, representaria uma fração de 1% da produção mundial.

Figura 10. Grande para os mais pobres, pequeno para o mundo



Notas: Painel A: o hiato total da renda é a soma, entre todas as pessoas abaixo da linha de USD 3,00, da diferença entre seu consumo ou renda diária e a linha, multiplicada por 365. Trata-se de uma medida teórica que pressupõe um direcionamento perfeito e ausência de custos administrativos. Os valores estão expressos em dólares de paridade de poder de compra de 2021 e não são diretamente comparáveis aos gastos em dólares de mercado. Calculado pelo Mecanismo de Apoio da Aliança Global a partir de índices regionais de hiato de pobreza e população (previsões para 2026). Painel B: os gastos militares estão em dólares americanos correntes; a diferença exibida de USD 169 bilhões é obtida pela subtração dos totais publicados em diferentes comunicados do SIPRI e não representa uma variação anual com base em dados da mesma época. O Ceres2030 é uma estimativa anual histórica em dólares americanos constantes de 2018; a estimativa da OIT para o piso é de 2024 e inclui cuidados de saúde essenciais. O Painel B, portanto, combina anos de preços diferentes e deve ser interpretado como uma comparação de ordem de magnitude.
Fontes: World Bank. 2026. *Poverty and Inequality Platform* (September 2026 update); SIPRI, 2025 e 2026; OECD, 2026a; Laborde, Parent & Smaller, 2020; ILO, 2024.

Uma comparação com os gastos com defesa coloca esses números em perspectiva, sem qualquer julgamento sobre as escolhas de segurança de cada país. Os gastos militares mundiais atingiram 2.887 bilhões de dólares em 2025, o décimo primeiro aumento anual consecutivo, elevando o ônus militar global para 2,5% do PIB, seu nível mais alto desde 2009 (*SIPRI, 2026*). A diferença entre os totais publicados pelo SIPRI para 2024 e 2025, de cerca de USD 169 bilhões, é aproximadamente cinco vezes o custo anual para erradicar a fome estimado pela Ceres2030 e próxima do total da assistência oficial ao desenvolvimento fornecida pelos membros do CAD da OCDE em 2025 (Figura 10, Painel B). Em 2025, os membros da OTAN também se comprometeram a aumentar os gastos com defesa e segurança para 5% do PIB até 2035 (*NATO, 2025*). Essas decisões mostram que governos que consideram urgente uma ameaça podem encontrar grandes recursos adicionais em um ou dois ciclos orçamentários. A fome e a pobreza extrema afetam a segurança por si só: o conflito é um fator-chave da fome aguda, e a privação e a exclusão alimentam as queixas que sustentam o conflito. O estudo conjunto das Nações Unidas e do Banco Mundial, intitulado "Pathways for Peace", estimou que um sistema ampliado para a prevenção de conflitos violentos economizaria entre USD 5 bilhões e USD 70 bilhões por ano (*United Nations & World Bank, 2018*).

Solidariedade, justiça e interesse comum

Ao discutir os requisitos para vencer a corrida rumo a 2030, a introdução desta publicação apelou por "uma determinação muito mais generosa de não deixar ninguém para trás". A justificativa para essa generosidade baseia-se, em primeiro lugar, na justiça. As mudanças climáticas, a perturbação dos mercados de energia e alimentos por conflitos travados longe de suas fronteiras e o aumento das taxas de juros globais têm pesado mais fortemente sobre as pessoas que hoje se encontram em situação de extrema pobreza, as quais menos contribuíram para qualquer um desses fatores. A nova Orientação da OCDE sobre a Redução da Pobreza e das Desigualdades por meio da Cooperação para o Desenvolvimento afirma que a justificativa para concentrar a cooperação para o desenvolvimento na pobreza e nas desigualdades "repousa principalmente na solidariedade e nos direitos humanos, mas também em interesses comuns de longo prazo". Recomenda que as doações e os financiamentos altamente concessionais "sejam direcionados principalmente aos países mais afetados pela pobreza e pelas desigualdades", descrevendo isso como "antes de tudo, uma questão de solidariedade", e alerta que as alocações de AOD estão "cada vez mais desalinhadas com a distribuição global da pobreza" (*OECD, 2026b*).

A justificativa repousa também no interesse comum, o que o próprio Guia reconhece ao observar que sociedades mais prósperas e igualitárias nos países parceiros também atendem "aos interesses de longo prazo dos países doadores, por meio de maior estabilidade, crescimento e resiliência" (*OECD, 2026b*). Em termos práticos, uma abordagem mais generosa significaria, antes de qualquer discussão sobre os volumes de ajuda, direcionar uma parcela maior dos recursos disponíveis para o grupo relativamente pequeno de países onde se concentram as necessidades remanescentes, por meio de instrumentos que fortaleçam seus próprios sistemas, e aceitar que os resultados nesses países demorem mais tempo e custem mais por pessoa atendida. Como esses países são identificáveis e relativamente poucos, um esforço coordenado pode fazer uma diferença mensurável.

3.3 Proteção e crescimento: duas metades de uma estratégia

O crescimento continua sendo o principal caminho para sair da pobreza, mas precisa ser inclusivo

Muitas vezes se pergunta à Aliança, como projeto, e com razão, onde o crescimento econômico e o setor privado se encaixam em uma agenda construída em grande parte em torno de políticas públicas, redes de segurança, serviços públicos e programas de graduação. O **Capítulo 1** lembrou que a redução da pobreza extrema em mais de um bilhão de pessoas desde 1990 foi impulsionada, acima de tudo, pelo rápido crescimento, pelo investimento em infraestrutura e pela integração ao comércio mundial nas economias populosas do Leste e do Sul da Ásia. Na próxima década, cerca de 1,2 bilhão de jovens atingirão a idade ativa nos países em desenvolvimento, muitos deles na África Subsaariana, e nenhum sistema de transferências poderá fornecer os empregos de que precisarão.

Michael Kremer, que assumiu o cargo de Economista-Chefe do Grupo do Banco Mundial em 1º de outubro de 2026, descreveu a agenda futura nestes termos: "Os desafios que temos pela frente são enormes, incluindo a criação de empregos em grande escala, a mobilização do capital privado necessário para financiar o desenvolvimento e a garantia de que as pessoas tenham acesso à saúde, à educação e a outros serviços de que precisam para prosperar" (*World Bank, 2026b*). As Orientações da OCDE abordam um ponto relacionado ao observar que "o trabalho é a principal fonte de renda para famílias de baixa renda", ao mesmo tempo em que alertam que "esforços para mobilizar financiamento privado ou desenvolver o setor privado não se traduzirão automaticamente em melhorias para as pessoas que vivem na pobreza e para grupos marginalizados" (*OECD, 2026b*). A ênfase no emprego e no desenvolvimento do setor privado não deve ofuscar os investimentos em saúde, educação e proteção social necessários para que os benefícios do crescimento sejam compartilhados de forma equitativa.

Proteção que mantém as economias e as sociedades de pé

Crescimento e proteção são complementares, e as evidências de como eles se reforçam mutuamente são agora substanciais. No âmbito das famílias, o acesso à proteção social pode impedir a venda forçada de terras e gado, a retirada das crianças da escola e o salto de refeições — fatores que transformam um choque temporário em uma perda duradoura de renda, meios de subsistência e capital humano. Também permite que famílias pobres assumam os riscos inerentes ao investimento. No norte de Gana, agricultores que contavam com seguro indexado à precipitação investiram significativamente mais em suas propriedades, levando os pesquisadores a concluir que "a principal restrição ao investimento dos agricultores é o risco não segurado" (*Karlan et al., 2014*). Programas que combinam transferências com ativos produtivos, treinamento e orientação geraram ganhos duradouros de renda em seis países e, na Índia, os efeitos ainda são visíveis dez anos depois (*Banerjee et al., 2015; Banerjee et al., 2021*). Alderman e Yemtsov (2014) identificaram vários canais pelos quais as redes de segurança contribuem para o crescimento, entre eles a acumulação de capital humano e produtivo, uma melhor gestão de riscos e o apoio a reformas que, de outra forma, seriam politicamente difíceis.

As transferências para famílias pobres são gastas em grande parte em bens e serviços produzidos localmente, e os benefícios se estendem a outras famílias e empresas. Uma análise comparativa de programas de transferência social de renda em sete países da África Subsaariana estimou que cada dólar transferido gerou entre cerca de USD 1,30 e USD 2,50 de renda na economia local, ou entre cerca de USD 1,10 e USD 1,80, uma vez levado em conta o aumento resultante nos preços locais (*Thome et al., 2016*). Investimentos na saúde e nutrição das crianças trazem retornos no mercado de trabalho anos mais tarde. Dez anos após um programa de desparasitação em escolas no Quênia, as crianças que se beneficiaram do programa, ao crescerem, passaram a trabalhar mais horas e, com maior frequência, estavam empregadas em atividades melhor remuneradas. As mulheres, em particular, migraram da agricultura tradicional para culturas comerciais e trabalho autônomo não agrícola, de acordo com uma pesquisa da qual Michael Kremer é coautor (*Baird et al., 2016*).

Evidências do Bolsa Família, um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, mostram efeitos semelhantes em grande escala. Ao estudar a expansão do programa em 2009, que incluiu quase dois milhões de famílias, Gerard, Naritomi e Silva (2024) constataram que cada dólar transferido gerou cerca de USD 1,50 a 1,90 em atividade econômica local, por meio de maior emprego formal, atividade bancária e receita tributária local, com cerca de dois terços dos novos empregos indo para pessoas que não recebiam o benefício. Utilizando dados em nível estadual, Mendes *et al*. (2023, revisado em julho de 2026) estimaram que um estado que recebesse transferências adicionais equivalentes a 1% de seu PIB crescia cerca de 2 a 3 pontos percentuais a mais do que outros estados, com os efeitos concentrados em setores não comercializáveis, como seria de se esperar devido ao aumento da demanda local. Simulações anteriores, realizadas pelo IPEA, já haviam classificado o Bolsa Família em primeiro lugar entre sete transferências sociais brasileiras por seu efeito sobre a produção, com cada real adicional gasto adicionando cerca de R$ 1,78 ao PIB (*Neri, Vaz & Souza, 2013*).

Em toda a sociedade como um todo, a proteção social sustenta a estabilidade da qual depende o investimento. Rodrik (1998) constatou que economias mais abertas tendem a ter governos maiores e atribuiu esse padrão ao papel da previdência social em tornar a exposição a choques externos politicamente sustentável. Em contextos frágeis, um apoio regular e previsível pode ajudar a preservar o tecido social, a confiança pública nas instituições e o mínimo de atividade econômica sem o qual os investidores privados não comprometerão capital. Programas que reduzem a fome em anos normais, portanto, também ajudam as famílias, os mercados locais e as instituições públicas a resistir a choques e a se recuperar deles mais rapidamente.

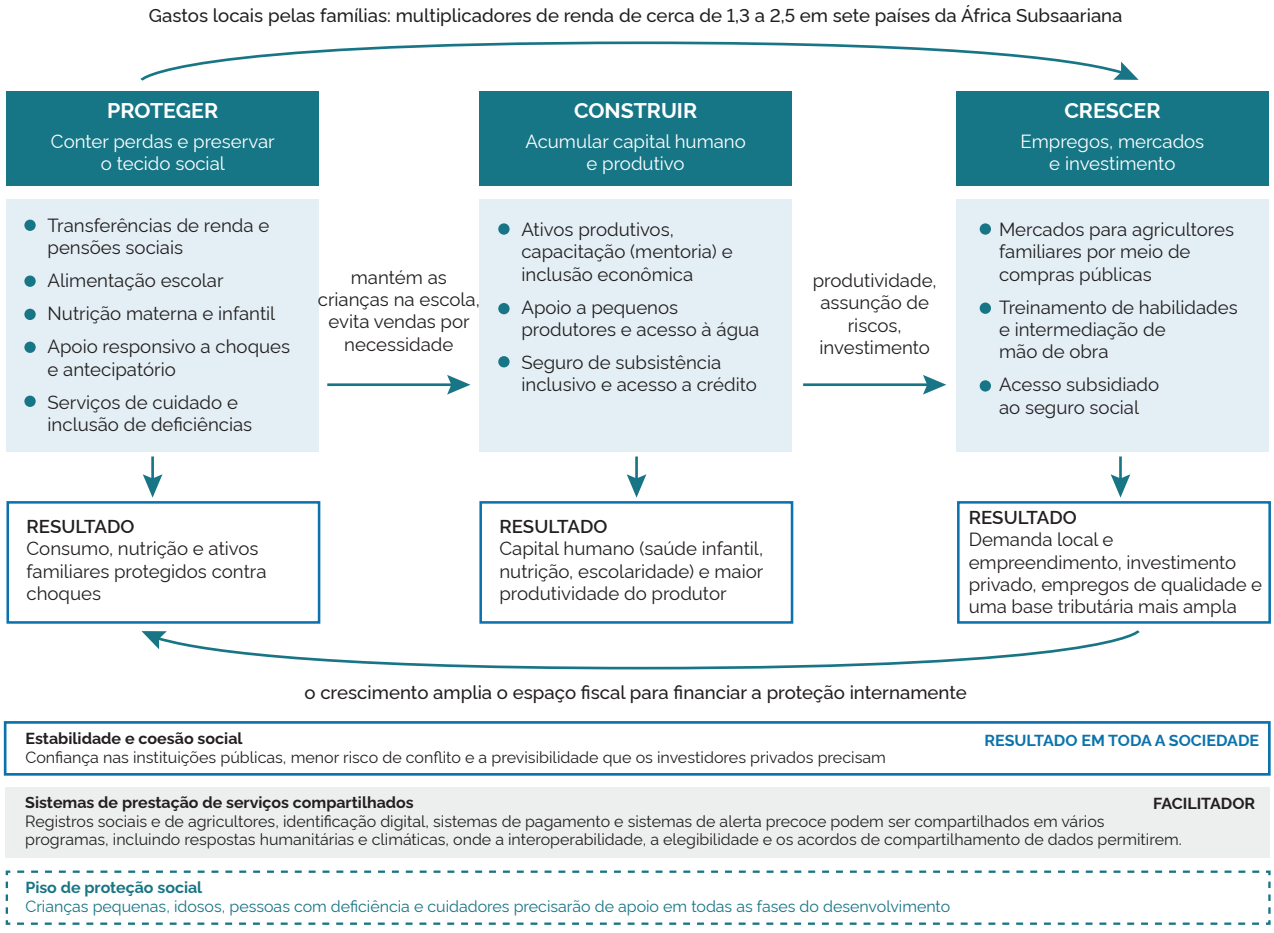
A proteção social universal é um investimento essencial

O crescimento tirará muitas famílias da pobreza, e os programas de graduação podem acelerar essa saída, mas a proteção social continua sendo essencial para todos ao longo do ciclo de vida, com benefícios que variam de acordo com a vulnerabilidade e a capacidade de contribuir, incluindo acesso subsidiado à previdência social para trabalhadores cujos rendimentos são muito baixos ou irregulares para contribuir integralmente. Crianças pequenas, idosos, pessoas com deficiência e aqueles que cuidam delas, bem como famílias atingidas por doenças ou desastres, continuarão precisando de apoio em todas as fases do desenvolvimento. Todas as economias de alta renda mantêm sistemas permanentes de proteção social por esse motivo, e os países gastam, em média, 19,3% do PIB em proteção social, incluindo a saúde (*ILO, 2024*). As economias em crescimento precisam imperativamente priorizar os gastos sociais, pois combater a pobreza, a vulnerabilidade, a fome e os riscos do ciclo de vida é necessário para apoiar sociedades resilientes, coesas e prósperas. As economias mais ricas também continuam a apoiar seus próprios agricultores em grande escala, por meio de instrumentos

como a Política Agrícola Comum da União Europeia e a Lei Agrícola dos Estados Unidos, muito tempo depois de a agricultura ter deixado de ser sua principal fonte de emprego. Esperar que os países mais pobres alcancem a prosperidade sem apoio público comparável seria impor-lhes um padrão que nenhum país de alta renda teve de cumprir, e as economias em crescimento precisam dar prioridade aos gastos sociais à medida que sua margem fiscal se amplia.

A Figura 11 resume essas relações para os instrumentos da Cesta de Políticas. Para a Aliança, a conclusão prática é que os programas nacionais são melhor elaborados como parte das estratégias nacionais de desenvolvimento e crescimento, em diálogo com os ministérios da Fazenda e da Economia, e que os instrumentos produtivos da cesta, como o apoio a pequenos produtores, a inclusão econômica e as compras locais, oferecem pontos naturais de colaboração com o setor privado.

Figura 11. Proteção, capital humano e crescimento na Cesta de Políticas



Notas: Diagrama conceitual elaborado pelo Mecanismo de Apoio da Aliança Global. Os marcadores listam os instrumentos da Cesta de Políticas, e as caixas marcadas com "Resultado" indicam seus principais resultados. As setas indicam os principais canais discutidos no texto e não são estimativas de efeitos causais universais. Os multiplicadores são multiplicadores nominais de renda local simulados para sete programas de transferência de renda social na Etiópia, Gana, Quênia, Lesoto, Malaui, Zâmbia e Zimbábue; ajustados pelo aumento resultante nos preços locais, eles variam de cerca de 1,1 a 1,8.
Fontes: Alderman & Yemtsov, 2014; Karlan *et al.*, 2014; Thome *et al.*, 2016; Baird *et al.*, 2016; e Rodrik, 1998.



3.4 Construindo para durar onde é mais difícil

Financiamento de soluções estruturais em contextos frágeis e endividados

A Introdução também apelou por "uma compreensão específica de como financiar soluções estruturais em grande escala e fazer com que funcionem de maneira confiável" onde a fome e a pobreza estão atualmente concentradas. A experiência nesses contextos, incluindo a própria da Aliança, aponta para alguns princípios de atuação.

As Orientações da OCDE recomendam a manutenção do apoio concessional à segurança alimentar, à proteção social e a outros serviços essenciais "onde o financiamento baseado no mercado não é viável nem apropriado" (*OECD, 2026b*). A previsibilidade do financiamento é tão importante quanto seu volume, pois a proteção social, a alimentação escolar e os programas de nutrição são compromissos sistêmicos que os governos não conseguem ampliar ou institucionalizar com doações pontuais. Os parceiros de desenvolvimento geralmente planejam as alocações por país com vários anos de antecedência e em ciclos regulares. Tais ciclos incluem a reposição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento, dos bancos regionais de desenvolvimento e do orçamento plurianual da União Europeia. Os próximos ciclos terão início em 2028, seguidos por negociações bilaterais em nível nacional para a definição de marcos, planos ou estratégias plurianuais por país, dependendo dos parceiros de financiamento, que refletem prioridades mutuamente acordadas para

o financiamento ao longo de um determinado período (geralmente abrangendo vários anos). **Os programas nacionais elaborados agora, com orçamento definido, assumidos por todo o governo e apresentados por meio do Ministério da Fazenda, devem se refletir nessas futuras alocações**, resultando em um financiamento que raramente pode ser obtido fora do ciclo formal de planejamento.

Diferentes tipos de financiamento também podem ser combinados para maximizar os benefícios de cada um. Doações e assistência técnica são mais úteis para o que os empréstimos e os orçamentos nacionais financiam de forma insuficiente: a concepção e a transferência de conhecimento, a validação de conceitos, os sistemas de prestação descritos anteriormente e os custos iniciais para alcançar áreas remotas e inseguras. Empréstimos concessionais de BMD podem, então, financiar a expansão, com os orçamentos nacionais assumindo uma parcela crescente ao longo do tempo, e com recursos bilaterais, climáticos e humanitários canalizados por meio dos mesmos sistemas nacionais, nos casos em que seus objetivos coincidam. A Estrutura de Financiamento Colaborativo descrita no **Capítulo 2** foi concebida para tornar essa combinação mais fácil e previsível para todas as partes envolvidas.

O espaço fiscal também precisa ser protegido. Nos casos em que a dívida é insustentável, as Orientações da OCDE observam que as trocas de dívida por desenvolvimento "não podem substituir uma reestruturação ou cancelamento abrangente da dívida em países altamente endividados" (*OECD, 2026b*). Em outros contextos, as trocas de dívida por desenvolvimento que canalizam as economias para programas sociais nacionais, cláusulas que suspendem o serviço da dívida após desastres climáticos — conforme incentivado no Compromisso de Sevilha — e a proteção dos gastos sociais no âmbito de programas de ajuste fiscal podem impedir que a cobertura conquistada com tanto esforço seja perdida ao primeiro choque.

A construção de sistemas nacionais deve ser o ponto de partida e o objetivo, o que a experiência mostra ser viável mesmo em contextos frágeis. Nesses contextos, os parceiros precisam oferecer forte acompanhamento e, às vezes, atuar como implementadores terceirizados. No entanto, a implementação de programas sociais por implementadores terceirizados nunca deve ser feita de forma isolada; para dar frutos, ela precisa estar sistematicamente associada ao fortalecimento da capacidade institucional, dos marcos legais, dos sistemas de prestação de serviços e dos mecanismos de prestação de contas. A experiência do programa Baxnaano, na Somália — agora em sua segunda fase e alcançando famílias em regiões anteriormente carentes —, e do programa "Transferência de Renda para Mãe e Filho Plus", no Sudão, que se expandiu de dois estados para cinco durante o conflito, mostra que os arranjos de prestação de serviços podem ser projetados desde o início de modo que os registros, os sistemas de pagamento e a capacidade administrativa possam ser progressivamente transferidos para as mãos do governo nacional. O Haiti, sob a abordagem de planejamento e articulação da Aliança Global, está avançando por meio de um programa nacional de redes de proteção social que unifica as abordagens existentes e se baseia em sistemas de prestação de serviços mais sólidos — incorporando o apoio técnico e operacional dos parceiros como parte integrante da estratégia de institucionalização.

Fazer com que cada resposta a uma crise deixe um sistema em vigor

A introdução apelou por "uma abordagem à resposta a crises que permita uma resiliência estrutural e duradoura". O episódio do El Niño atualmente em curso pode levar pelo menos mais 49 milhões de pessoas à insegurança alimentar aguda até o final de 2027 (*WFP, 2026*), enquanto os orçamentos humanitários encolhem juntamente com a assistência ao desenvolvimento. A experiência com

ações antecipadas mostra o valor de agir antes de um choque previsto. Na Somália, o dinheiro distribuído antes do pico da seca protegeu o gado e reduziu os deslocamentos; e em Bangladesh, as transferências feitas antes das enchentes reduziram as perdas de bens, com ganhos de bem-estar que persistiram por meses (*FAO, 2025a; Pople et al., 2026*). A proteção social sensível a choques, apoiada por financiamento de risco pré-acordado — como a contribuição do Global Shield para o projeto BOOST-You da Somália —, permite que os governos ampliem o apoio por meio de registros e sistemas de pagamento existentes, em vez de montar operações paralelas a cada vez.

O financiamento humanitário e climático ainda está apenas vagamente conectado a esses sistemas. Conforme observado no **Capítulo 2**, USD 186 milhões foram destinados à proteção social por meio de fundos climáticos multilaterais em 2022–2023 (*Watkins et al., 2025*), e apenas 3,4% da assistência oficial ao desenvolvimento destinada a contextos de alta e extrema fragilidade foi direcionada à proteção social em 2023 (*High-Level Panel on Social Protection in Fragile and Conflict-Affected Settings, 2025*). Muito mais recursos humanitários em dinheiro poderiam ser distribuídos por meio de sistemas nacionais de proteção social ou, pelo menos, aproveitando as ferramentas de distribuição existentes, como registros sociais e plataformas de pagamento. Os fundos climáticos poderiam financiar a proteção social adaptativa como parte de suas carteiras de adaptação. Assim, cada resposta a uma crise deixaria para trás sistemas nacionais mais robustos e dados de melhor qualidade, de modo que o próximo choque pudesse ser enfrentado mais rapidamente e com menor custo.

O Painel de Alto Nível sobre Proteção Social em Contextos Frágeis e Afetados por Conflitos, copresidido pelo Reino Unido e pela Somália e apoiado pelo mecanismo STAAR, financiado pelo FCDO, abordou essa desconexão em sua Agenda Catalítica. Ele exortou os atores humanitários a conceberem sua assistência "como pontos de entrada para transições para sistemas liderados nacionalmente ou híbridos" e os fundos climáticos a tratarem a proteção social como "uma ferramenta de primeira linha para a adaptação climática em contextos frágeis e afetados por conflitos", com janelas dedicadas e tolerantes ao risco para Estados frágeis que enfrentam dificuldades para acessar o financiamento climático (*High-Level Panel on Social Protection in Fragile and Conflict-Affected Settings, 2025*).

3.5 Trabalhando em conjunto: o que a Aliança aprendeu

Cooperação para o desenvolvimento sob orçamentos mais restritos

A Aliança foi concebida em 2024, antes da forte contração na assistência ao desenvolvimento em 2025. A assistência oficial ao desenvolvimento caiu 23,1% em termos reais em 2025 e deve cair ainda mais em 2026 (*OECD, 2026a*). Além disso, vários dos maiores doadores anunciaram que sua cooperação estará mais estreitamente vinculada às suas próprias prioridades econômicas, migratórias e de segurança. O Relatório de Segurança de Munique observou, em 2026, que os doadores tradicionais "restringiram sua definição de interesse nacional à competitividade econômica e à proteção contra ameaças imediatas à segurança" (*Kump & Mudie-Mantz, 2026*).

A experiência da Aliança sugere que essas tendências tornam sua abordagem mais relevante, por duas razões. Orçamentos menores fazem com que a eficácia de cada dólar seja uma preocupação direta para cada doador, e a abordagem da Aliança é uma forma de obter maior impacto estrutural a

partir de recursos escassos: ela alinha o apoio a programas já executados pelos governos, combina financiamento de várias fontes em torno de um único plano e reduz os custos de transação que a fragmentação impõe tanto aos governos quanto aos parceiros.

Além disso, a estabilidade e o crescimento equitativo nos países onde a pobreza está atualmente concentrada atendem aos interesses de todos os membros, incluindo os doadores. As Orientações da OCDE defendem um financiamento que fortaleça "os sistemas e as capacidades nacionais de forma a reduzir a dependência da ajuda ao longo do tempo" (*OECD, 2026b*), e a autossuficiência e autonomia nacionais são exatamente o que os programas liderados pelos países e apoiados pela Aliança se propõem a alcançar.

Quando os doadores perguntam o que sua cooperação alcança, os programas concebidos para serem assumidos e financiados pelos governos nacionais oferecem uma das respostas mais convincentes disponíveis. **Isso exige que os parceiros tratem a coordenação como um investimento em si mesmo, bem como um indicador de sucesso**, e aceitem ciclos de financiamento mais longos e menor visibilidade individual. Demonstrar esse valor será mais desafiador à medida que os orçamentos se contraem; no entanto, se a abordagem conseguir superar esses obstáculos e apresentar resultados, é provável que, com o tempo, essa contração aumente a demanda pela abordagem oferecida pela Aliança.



Cinco lições de dois anos de alinhamento

Cinco lições se destacam dos dois primeiros anos da Aliança, descritas no Capítulo 2, na seção "Reforçando o consenso globalmente, atuando em conjunto localmente".

A primeira lição é que há uma ampla demanda por parte dos países. Em outubro de 2026, vinte países estavam em diferentes estágios do processo de planejamento da implementação e de construção de parcerias da Aliança. Os ministérios setoriais têm utilizado esse processo para coordenar ações em todo o governo, aprimorar as metas de seus programas, garantir a atenção de parceiros internacionais e fortalecer seus argumentos para alocações orçamentárias nacionais e empréstimos soberanos.

As ofertas de conhecimento têm surgido com muito mais facilidade do que as ofertas de dinheiro. A maioria das mais de cem Manifestações de Interesse compiladas até 7 de setembro de 2026 oferece assistência técnica e conhecimento, muitas vezes extraídos da experiência de outros países do Sul Global. O apoio financeiro, especialmente os subsídios iniciais catalíticos que permitem a um país desenvolver capacidade e testar a implementação antes de ampliar a escala, tem sido muito mais difícil de garantir.

O alinhamento funcionou melhor quando contava com um parceiro âncora, desde que esse parceiro estivesse a serviço da liderança nacional. Os primeiros avanços, no programa Yelemat Tirufat da Etiópia e no programa nacional de proteção social do Haiti, ocorreram quando um grande financiador já estava envolvido e outros parceiros puderam organizar suas contribuições em torno de um único plano liderado pelo país. Parceiros âncora trazem escala, continuidade e acesso aos ministérios da Fazenda, mas o objetivo do arranjo é fortalecer os próprios sistemas do governo e sua capacidade de liderança. Onde não há um parceiro âncora, particularmente em contextos frágeis e pós-conflito, a capacidade do Mecanismo de Apoio de intermediar apoio por conta própria é limitada, e seu valor agregado reside principalmente em manter o plano nacional no centro de uma resposta fragmentada.

Os planos também precisam estar alinhados às instituições e aos calendários que decidem sobre a alocação de recursos. Os planos iniciais eram de responsabilidade dos ministérios setoriais, o que era essencial, mas o financiamento em grande escala requer o envolvimento de ministérios da Fazenda, gabinetes e presidências, e deve se adequar aos ciclos de programação plurianuais dos principais financiadores. O processo revisado, endossado pelo Conselho de Campeões em maio de 2026, responde a essa necessidade, com uma identificação mais precisa das oportunidades de parceria e respostas mais específicas por parte dos parceiros.

Por fim, a Aliança obteve a maior parte de seus avanços por meio de coalizões ad hoc e voluntárias de membros interessados, conforme previsto em sua estrutura de governança. Essa abordagem orientada para a ação não precisa aguardar um amplo consenso e não está vinculada ao menor denominador comum. Os vínculos operacionais estabelecidos com o Acelerador de Alimentação Escolar e a iniciativa Empregos para os Pobres reduziram a duplicação de esforços por parte dos governos, e o recém-criado Grupo de Contato de Apoio aos Países conecta as prioridades nacionais às capacidades dos membros. A Estrutura de Financiamento Colaborativo segue a mesma lógica: foi concebida para ajudar os recursos existentes a atuarem em conjunto em torno de programas liderados pelos países, sem criar um novo fundo.

Perspectivas para 2030

No âmbito da Plataforma de Ação de Sevilha, a Aliança se comprometeu a coordenar o conhecimento integrado e o apoio financeiro para pelo menos 20 programas nacionais de grande escala até 2030. Esse compromisso está ao nosso alcance, e vinte programas nacionais bem apoiados em países com grande necessidade seriam uma conquista considerável, embora não seja algo que, por si só, altere as trajetórias globais descritas no **Capítulo 1**. Uma contribuição nessa escala depende de os membros utilizarem a abordagem da Aliança para direcionar uma parcela significativa dos recursos que já destinam a programas nacionais desse tipo, incluindo o financiamento multilateral, de longe a maior fonte de apoio externo à proteção social (*Watkins et al., 2025*). A emergente Estrutura de Financiamento Colaborativo e o portal dedicado à proteção social na Plataforma Global de Cofinanciamento

Colaborativo, hospedada pelo Banco Mundial, juntamente com o recém-criado Grupo de Contato de Apoio aos Países, têm como objetivo apoiar essa finalidade. A programação dos próximos ciclos de financiamento bilateral, multilateral, filantrópico e da União Europeia nos próximos dois anos mostrará até que ponto eles serão bem-sucedidos.

O que será necessário por parte dos membros

O Mecanismo de Apoio não dispõe de recursos próprios para financiamento de programas a serem alocados, nem tem autoridade sobre as decisões dos membros da Aliança. O que a Aliança alcançar dependerá das escolhas que os membros fizerem e das ações que tomarem, cada um dentro de seu próprio mandato. Com base nas lições acima, os seguintes aspectos fariam a maior diferença:

- **governos implementadores** que incorporem os programas que desenvolvem por meio da Aliança nos orçamentos nacionais e nos quadros de despesas de médio prazo, e os incluam no diálogo que seus ministérios da Fazenda mantêm com os bancos de desenvolvimento, para que sejam considerados na hora de decidir sobre alocações concessionais;

- **bancos multilaterais de desenvolvimento** que utilizem os programas nacionais desenvolvidos por meio da Aliança em seus diálogos e programas com os países, inclusive para o próximo ciclo de reposição da Associação Internacional de Desenvolvimento, e que utilizem a plataforma de cofinanciamento para atrair outros financiadores;

- **doadores bilaterais e organizações filantrópicas** concentrando os escassos recursos de doações naquilo que os empréstimos e orçamentos financiam de forma insuficiente, como transferência de conhecimento, validação de conceitos e sistemas de entrega, complementando o financiamento multilateral, e sinalizando verbas indicativas ao longo de vários anos para que os países possam planejar com expectativas realistas;

- **financiadores humanitários e climáticos** que canalizem uma parcela crescente de seu apoio por meio de sistemas nacionais ou que utilizem ferramentas como registros, sistemas de pagamento e programas, sempre que estes estiverem em funcionamento, de modo que a resposta a crises e a adaptação fortaleçam os sistemas que serão necessários novamente;

- **agências técnicas** e parceiros de conhecimento que coordenem suas ofertas em torno das demandas estabelecidas nos planos nacionais, dando prioridade aos intercâmbios entre países do Sul Global que tenham implementado programas semelhantes; e

- **todos os membros** dando prioridade explícita, em suas alocações e em sua atenção, aos países de baixa renda, frágeis e altamente endividados, onde a fome e a pobreza estão atualmente concentradas.

Uma corrida que ainda podemos vencer

Faltam quatro anos para 2030. As evidências reunidas nesta publicação mostram que o mundo sabe como reduzir a fome e a pobreza extrema, que muitos governos estão fazendo isso em grande parte com seus próprios recursos e que as pessoas que ainda estão sendo deixadas para trás estão concentradas em países onde os recursos necessários para acabar com a fome e a pobreza extrema são de grande monta em relação aos orçamentos nacionais, mas de pequena monta em termos globais. Esta publicação defende que esta é uma corrida que ainda podemos vencer. À medida que entramos na reta final, este balanço aponta para uma oportunidade ainda maior: o que poderia ser alcançado se mesmo uma pequena parcela dos recursos e conhecimentos globais fosse totalmente alinhada e empregada para ampliar os programas de combate à fome e à pobreza onde eles são mais necessários? A fome e a pobreza não respeitam silos institucionais nem limites burocráticos e não vão esperar que eles sejam resolvidos. Nossas soluções também não deveriam esperar. ■

DEFINIÇÕES E **METODOLOGIA**

Para garantir clareza e consistência na avaliação dos indicadores globais de pobreza, os seguintes parâmetros metodológicos e definições institucionais servem de base aos dados apresentados neste relatório.

Pobreza alimentar infantil

É definida pela UNICEF como a incapacidade das crianças de ter acesso e consumir uma alimentação nutritiva e diversificada na primeira infância.

Pobreza infantil

Indivíduos com idades entre 0 e 17 anos (menores de 18 anos) que vivem em famílias cujo consumo ou renda per capita fica abaixo da linha internacional de pobreza de USD 3,00 por dia.

Sistemas de prestação

As ferramentas que possibilitam a prestação de benefícios e serviços de proteção social e que apoiam a avaliação da elegibilidade (como registros sociais), a inscrição, a concessão de benefícios (por exemplo, pagamento de benefícios em dinheiro) e a gestão de casos.

Fragilidade, conflito e violência

Fragilidade, conflito e violência podem ser abreviados como FCV.

A designação de "contextos de FCV" baseia-se na Lista anual de Situações Frágeis e Afetadas por Conflitos do GBM. Essa classificação inclui:

- Contextos frágeis: países caracterizados por profundas fragilidades institucionais e políticas.
- Contextos afetados por conflitos: países que passam por conflitos violentos ativos (por exemplo, guerra civil, insurgência armada) ou altos níveis de violência institucionalizada, nos quais a capacidade do Estado está severamente reduzida.

Atualização da Linha Internacional de Pobreza (LIP)

Em consonância com as recentes atualizações metodológicas do Banco Mundial, a pobreza extrema neste relatório é definida pela linha internacional de pobreza revisada de USD 3,00 por pessoa por dia, com base nas paridades de poder de compra (PPCs) de 2021. Isso substitui as referências anteriores de USD 2,15/dia (PPC de 2017) e USD 1,90/dia (PPC de 2011), refletindo dados atualizados de preços e o aumento do custo das necessidades básicas em nível global. As estimativas agregadas foram ajustadas a esse limite de USD 3,00 para refletir com precisão o custo de vida atual.

Indicador "nem-nem"

Uma medida dos jovens que não estão na educação, no emprego ou em treinamento — usada como indicador do déficit de capital humano e da exclusão do mercado de trabalho que afetam esse grupo demográfico. (Jovens são definidos como indivíduos com idades entre 15 e 24 anos.)

Assistência social

A assistência social é um subconjunto dos programas e serviços de proteção social, normalmente prestada a indivíduos e grupos vulneráveis com base em sua vulnerabilidade específica e financiada pelo Estado sem a condição de contribuição dos beneficiários.

Proteção social

A proteção social refere-se a políticas e programas que visam prevenir ou proteger todas as pessoas contra a pobreza, a vulnerabilidade e a exclusão social ao longo de todo o seu ciclo de vida. Fonte: ISPA. s.d. "CODI – Core Diagnostic Instrument". n.p.: Inter-Agency Social Protection Assessments.

https://socialprotection.org/discover/publications/core-diagnostic-instrument-codi

REFERÊNCIAS

Abate, G. T., Bernard, T., Makhija, S., & Spielman, D. J. (2023). Accelerating technical change through ICT: Evidence from a video-mediated extension experiment in Ethiopia. *World Development, 161*, 106089.

Alderman, H., & Yemtsov, R. (2014). How can safety nets contribute to economic growth? *The World Bank Economic Review, 28*(1), 1–20. https://doi.org/10.1093/wber/lht011

Angrist, N., Evans, D. K., Filmer, D., Glennerster, R., Rogers, H., & Sabarwal, S. (2025). How to improve education outcomes most efficiently? A review of the evidence using a unified metric. *Journal of Development Economics, 172*, 103382. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2024.103382

Arévalo-Sánchez, I., Heisey, J., Chaudhary, S., Clay, T., Strokova, V., Vasudeva Dutta, P., & Andrews, C. (2024). *The state of economic inclusion report 2024: Pathways to scale*. World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/e7d7c0e7-7885-479f-86da-42d0f4f1b65e

Arslan, A., Ranuzzi, E., O'Neill, M., Vaz, S., Ricciardi, V., & Lowder, S. (2025). *Revealing complementarities across farm scales in global food production* (FAO Agricultural Development Economics Working Paper 25-13). Food and Agriculture Organization of the United Nations. https://doi.org/10.4060/cd7217en

Atekou, A., Heirman, J., Jeong, D., Khincha, R., Kondylis, F., La, M. P., Lombardini, S., Shastry, V., & Uckat, H. (2024). *Pilot impact evaluation of the commodity voucher procurement model in Burundi*. World Food Programme.

Baird, S., Hicks, J. H., Kremer, M., & Miguel, E. (2016). Worms at work: Long-run impacts of a child health investment. *The Quarterly Journal of Economics, 131*(4), 1637–1680. https://doi.org/10.1093/qje/qjw022

Banerjee, A., Duflo, E., Goldberg, N., Karlan, D., Osei, R., Parienté, W., Shapiro, J., Thuysbaert, B., & Udry, C. (2015). A multifaceted program causes lasting progress for the very poor: Evidence from six countries. *Science, 348*(6236), 1260799. https://doi.org/10.1126/science.1260799

Banerjee, R., Hall, A., Mude, A., Wandera, B., & Kelly, J. (2019). Emerging research practice for impact in the CGIAR: The case of Index-Based Livestock Insurance. *Outlook on Agriculture, 48*(3), 255–267. https://doi.org/10.1177/0030727019866840

Banerjee, A., Duflo, E., & Sharma, G. (2021). Long-term effects of the Targeting the Ultra Poor program. *American Economic Review: Insights, 3*(4), 471–486.

Barro, D., Bogaards, C., Christian, P., Heirman, J., Kelley, E., Khincha, R., Kondylis, F., La, M. P., Lane, G., Lerva, B., Lombardini, S., & Zwager, A. (2025). *Impact evaluation of the home-grown school meals programme in The Gambia*. World Food Programme Office of Evaluation.

Benni, N., Campolina, A., & Phillips, L. (2025). *Financing food for a better future: Financing agrifood systems transformation to increase resilience, and prevent and mitigate food crises*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. https://doi.org/10.4060/cd5178en

Carducci, B., Schneider Lecy, K., Nordhagen, S., Beal, T., Béné, C., Gonzalez Fischer, C., Herforth, A., Tubiello, F. N., Ambikapathi, R., Arunkumar, K., Campeau, C., Dasgupta, S., DeClerck, F., del Pino Álvarez, I., Guarín, A., McLaren, R., Vivero-Pol, J. L., Aburto, N., Barquera, S., … Herrero, M. (2026). Food systems performance evaluated against targets and benchmarks reveals urgent gaps and a path to 2050. *Nature Food*, *7*(8), 802–812. https://doi.org/10.1038/s43016-026-01379-0

Cooke, K., Gaumond, L., Khan, S., & Chandaria, S. (2025). *Scoping review on innovative climate financing for social protection in rural areas*. Social Protection Technical Assistance, Advice and Resources Facility; Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Davis, B., Mane, E., Gurbuzer, L. Y., Caivano, G., Piedrahita, N., Schneider, K., Azhar, N., Benali, M., Chaudhary, N., Rivera, R., Ambikapathi, R., & Winters, P. (2023). *Estimating global and country-level employment in agrifood systems* (FAO Statistics Working Paper Series No. 23-34). Food and Agriculture Organization of the United Nations. https://doi.org/10.4060/cc4337en

Devereux, S. (2003). *Policy options for increasing the contribution of social protection to food security*. Forum for Food Security in Southern Africa.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2021). *The state of food and agriculture 2021: Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses*. https://doi.org/10.4060/cb4476en

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2025a). *Evidence in action: How anticipatory cash transfers reduce humanitarian needs and strengthen resilience in Somalia* [Technical brief]. https://openknowledge.fao.org/items/b2d34af7-b363-44e4-85e8-08a6cf8eca64

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2025b). *The impact of disasters on agriculture and food security*. http://www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-impact-of-disasters-on-agriculture-and-food-security/en

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2025c). *The state of food and agriculture 2025: Addressing land degradation across landholding scales*. https://doi.org/10.4060/cd7067en

Food and Agriculture Organization of the United Nations, International Fund for Agricultural Development, United Nations Children's Fund, World Food Programme, & World Health Organization. (2026). *The state of food security and nutrition in the world 2026: Understanding and addressing the high cost of a healthy diet*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. https://doi.org/10.4060/cd8306en

Food and Agriculture Organization of the United Nations, World Food Programme, & Global Network Against Food Crises. (2026). *2026 global report on food crises: Joint analysis for better decisions*. Food and Agriculture Organization of the United Nations & World Food Programme. https://doi.org/10.4060/cd9424en

Gentilini, U., Almenfi, M. B. A., Iyengar, H. T. M. M., Okamura, Y., Downes, J. A., Dale, P., Weber, M., Newhouse, D. L., Rodriguez Alas, C. P., Kamran, M., Mujica Canas, I. V., Fontenez, M. B., Asieduah, S., Mahboobani Martinez, V. R., Reyes Hartley, G. J., Demarco, G. C., Abels, M., Zafar, U., Urteaga, E. R., ... Aziz, S. (2022). *Social protection and jobs responses to COVID-19: A real-time review of country measures*. World Bank. https://doi.org/10.1596/37186

Gentilini, U., Ridao-Cano, C., Sharif, I., Rigolini, J., Almenfi, M., Carranza, E., Coll-Black, S., Cuesta, J., Sulla, V. Zeid, R. & Orton, I. (2026). *Tracking Global Social Policy Responses to the Crisis in the Middle East*. Version 3, April 2026. World Bank. https://documents1.worldbank.org/curated/en/099106503252633049/pdf/IDU-d15e64da-0670-4821-bebe-1caa0026210b.pdf

Gerard, F., Naritomi, J., & Silva, J. (2024). *Cash transfers and the local economy: Evidence from Brazil* (TaxDev Working Paper). Institute for Fiscal Studies. https://ifs.org.uk/publications/cash-transfers-and-local-economy-evidence-brazil

Global Alliance Against Hunger and Poverty. (2026, September 24). *UN General Assembly: Leaders call for faster country-led action and aligned financing to end hunger and poverty by 2030*. https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/new/un-general-assembly-leaders-call-for-faster-country-led-action-and-aligned-financing-to-end-hunger-and-poverty-by-2030/

Gupta, A., Doan, M. K., Zhu, H., Whitney, E., Filipski, M., Gonzalez-Estrada, E., Ryckembusch, D., & Taylor, J. E. (2025). Rural economy-wide impacts of Kenya's home-grown school meals program. *Food Policy, 134*, 102887. https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2025.102887

Heirman, J., Khincha, R., Khraise, L., Kondylis, F., La, M. P., Lerva, B., Lombardini, S., Uckat, H., & Umargaliyev, K. (2024). *Impact evaluation of the school meal programme in Jordan*. World Food Programme.

High-Level Panel on Social Protection in Fragile and Conflict-Affected Settings. (2025). *Social protection for stability: A catalytic agenda*. Social Protection Technical Assistance, Advice and Resources Facility. https://www.gov.uk/government/publications/social-protection-for-stability-a-catalytic-agenda

International Fund for Agricultural Development. (2025, October 14). *IFAD pledges to transform the lives of at least 70 million small-scale food producers* [Press release]. https://www.ifad.org/en/w/news/ifad-pledges-to-transform-the-lives-of-at-least-70-million-small-scale-food-producers-as-part-of-the-world-bank-s-agriconnect-initiative

International Fund for Agricultural Development. (n.d.) *Replenishment*. Rome. [Cited 20 October 2026]. https://www.ifad.org/en/replenishment

International Fund for Agricultural Development. (2026a). *Draft Report of the Consultation on the Fourteenth Replenishment of IFAD's Resources: Investing in rural people for food security, economic growth and stability*. Draft report for feedback, 1 September 2026 (IFAD14/2/R.X). Rome. https://www.ifad.org/en/w/publications/draft-report-for-feedback-ifad14-replenishment-report

International Fund for Agricultural Development. (2026b). *IDB and IFAD sign new agreement to scale up joint investment in rural development across Latin America and the Caribbean*. News story, 24 September 2026. Rome. https://www.ifad.org/en/w/news/idb-and-ifad-sign-new-agreement-to-scale-up-joint-investment-in-rural-development-across-latin-america-and-the-caribbean

International Labour Organization. (2024). *World social protection report 2024–26: Universal social protection for climate action and a just transition*. International Labour Office. https://doi.org/10.54394/ZMDK5543

International Labour Organization. (2026a). *ILO Global Flagship Programme on Building Social Protection Floors for All: Report of the second phase (2021–25)*. International Labour Office.

International Labour Organization. (2026b). *ILO Global Flagship Programme on Building Social Protection Floors for All: Strategy for the third phase (2026–30)*. International Labour Office.

Karlan, D., Osei, R., Osei-Akoto, I., & Udry, C. (2014). Agricultural decisions after relaxing credit and risk constraints. *The Quarterly Journal of Economics, 129*(2), 597–652. https://doi.org/10.1093/qje/qju002

Kristjansson, E., Dignam, M., Rizvi, A., Osman, M., Magwood, O., Olarte, D., Cohen, J. F. W., Krasevec, J., Grover, T., Labelle, P. R., Garner, J. A., Janzen, L., Rossiter, S., Dewidar, O., Shea, B., Welch, V., & Wells, G. A. (2025). School feeding programmes for improving the physical and psychological health of school children experiencing socioeconomic disadvantage. *Cochrane Database of Systematic Reviews, 12*, CD014794. https://doi.org/10.1002/14651858.CD014794.pub2

Kump, I., & Mudie-Mantz, A. (2026). Development and humanitarian assistance: Death by a thousand cuts? In *Munich Security Report 2026*. Munich Security Conference. https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report/2026/development-and-humanitarian-assistance/

Laborde, D., Parent, M., & Smaller, C. (2020). *Ending hunger, increasing incomes, and protecting the climate*. IISD & IFPRI. https://ceres2030.iisd.org

Lowder, S. K., Bhalla, G., & Davis, B. (2025). Decreasing farm sizes and the viability of smallholder farmers: Implications for resilient and inclusive rural transformation. *Global Food Security, 45*, 100854. https://doi.org/10.1016/j.gfs.2025.100854

Mahler, D. G., & Lambrechts, M. (2026). Past, present and future: 100 years of challenges in tackling extreme poverty. In A. F. Pirlea et al. (Eds.), *Atlas of global development 2026*. World Bank.

Malawi Broadcasting Corporation. (2025). *Malawi launches First Foods Africa Initiative to combat child food poverty*. 23 April 2025. Blantyre, MBC. https://mbc.mw/malawi-launches-first-foods-africa-initiative-to-combat-child-food-poverty/

Mendes, A., Miyamoto, W., Nguyen, T. L., Pennings, S., & Feler, L. (2023). *The macroeconomic effects of cash transfers: Evidence from Brazil* (Policy Research Working Paper 10652). World Bank. https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099423212192325062

Neri, M. C., Vaz, F. M., & Souza, P. H. G. F. (2013). Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família. In T. Campello & M. C. Neri (Eds.), *Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania*. Ipea.

North Atlantic Treaty Organization. (2025, June 25). *The Hague Summit Declaration*. https://www.nato.int/en/about-us/official-texts-and-resources/official-texts/2025/06/25/the-hague-summit-declaration

Okamura, Y., Iyengar, H. T. M. M., & Andrews, C. (2025). *Wake-up call for social assistance? An unfinished mission to reach the poor and beyond: State of Social Protection Report 2025—The 2-billion-person challenge background paper #3* (Social Protection and Labor Discussion Paper No. 2510). World Bank. https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099816304042510848

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2026a, April). *A historic decline in foreign aid: Preliminary 2025 ODA data*. https://www.oecd.org/en/data/insights/data-explainers/2026/04/a-historic-decline-in-foreign-aid-preliminary-2025-oda-data.html

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2026b). *OECD guidance on reducing poverty and inequalities through development co-operation*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/d6690bba-en

Oxford Poverty and Human Development Initiative. (2026). *Lines of Sight: Three Ways to Compare Monetary and Multidimensional Poverty*. Oxford: OPHI, University of Oxford. https://ophi.org.uk/publications/Lines-of-sight-2026

Pastorino, S., Springmann, M., Backlund, U., Kaljonen, M., Singh, S., Hunter, D., Vargas, M., Milani, P., Bellanca, R., Eustachio Colombo, P., Makowicz Bastos, D., Manjella, A., Wasilwa, L., Wasike, V., Bundy, D. A. P., & the Research Consortium White Paper Writing Team. (2023). *School meals and food systems: Rethinking the consequences for climate, environment, biodiversity, and food sovereignty* [Discussion paper]. London School of Hygiene & Tropical Medicine. https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492

Pople, A., Hill, R., Dercon, S., & Brunckhorst, B. (2026). The importance of being early? Anticipatory cash transfers for flood-affected households. *The World Bank Economic Review*, lhag016. https://academic.oup.com/wber/advance-article/doi/10.1093/wber/lhag016/8675570

Ricciardi, V., Mehrabi, Z., Wittman, H., James, D., & Ramankutty, N. (2021). Higher yields and more biodiversity on smaller farms. *Nature Sustainability, 4*, 651–657. https://doi.org/10.1038/s41893-021-00699-2

Richardson, D., Harris, D., Mackinder, S., & Hudson, J. (2023). *Too little, too late*. UNICEF Office of Research—Innocenti.

Rodrik, D. (1998). Why do more open economies have bigger governments? *Journal of Political Economy, 106*(5), 997–1032. https://doi.org/10.1086/250038

Shekar, M., Shibata Okamura, K., Vilar-Compte, M., & Dell'Aira, C. (Eds.). (2024). *Investment framework for nutrition 2024*. World Bank.

Stockholm International Peace Research Institute. (2025, April 28). *Unprecedented rise in global military expenditure as European and Middle East spending surges* [Press release]. https://www.sipri.org/media/press-release/2025/unprecedented-rise-global-military-expenditure-european-and-middle-east-spending-surges

Stockholm International Peace Research Institute. (2026, April 27). *Global military spending rise continues as European and Asian expenditures surge* [Press release]. https://www.sipri.org/media/press-release/2026/global-military-spending-rise-continues-european-and-asian-expenditures-surge

Swithern, S., Lazer, K., Rieger, N., & Carter, B. (2025). *Financing social protection in protracted crises* (BASIC Research Working Paper 41). Institute of Development Studies.

Thome, K., Taylor, J.E., Filipski, M., Davis, B. & Handa, S. (2016). *The local economy impacts of social cash transfers: A comparative analysis of seven sub-Saharan countries*. Rome, FAO. https://www.fao.org/3/a-i5375e.pdf

United Nations & World Bank. (2018). *Pathways for peace: Inclusive approaches to preventing violent conflict*. World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/4c36fca6-c7e0-5927-b171-468b0b236b59

United Nations Children's Fund, (2021). *UNICEF programming guidance: Prevention of malnutrition in women before and during pregnancy and while breastfeeding*. UNICEF. "And others": Shekar, Meera, Kyoko Shibata Okamura, Mireya Vilar-Compte, and Chiara Dell'Aira, eds. 2024. *Investment Framework for Nutrition 2024.* Human Development Perspectives. Washington, DC: World Bank.
Bhutta, Z.A., Das, J.K., Rizvi, A., et al. (2013). "Evidence-based interventions for improvement of maternal and child nutrition: what can be done and at what cost?" *The Lancet*, 382(9890), 452–477. DOI: https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60996-4
Keats, E. C., Das, J. K., Salam, R. A., Lassi, Z. S., Imdad, A., Black, R. E., & Bhutta, Z. A. (2021). Effective interventions to address maternal and child malnutrition: An update of the evidence. *The Lancet Child & Adolescent Health, 5*(5), 367–384. https://doi.org/10.1016/S2352-4642(20)30274-1

United Nations Children's Fund. (2023). *Transforming food systems for children: UNICEF at work*.

United Nations Children's Fund. (2025a). *Global Annual Results Report 2024. Goal Area 1: Every child survives and thrives. Child nutrition and development*. New York, UNICEF. https://www.unicef.org/media/173821/file/Global-annual-results-report-GA1-vol-II-Nutrition-2024.pdf

United Nations Children's Fund. (2025b). *UNICEF First Foods Africa Initiative: Invitation to eligible companies*. Request for expressions of interest REOI-FFA-2025-001, published 26 February 2025. United Nations Global Marketplace. [Cited 20 October 2026]. https://www.ungm.org/Public/Notice/260484

United Nations Children's Fund. (2025c). *UNICEF and partners launch First Foods Africa, a bold initiative to end child food poverty and malnutrition*. Press release, 28 September 2025. Dakar, UNICEF West and Central Africa Regional Office. https://www.unicef.org/wca/press-releases/unicef-and-partners-launch-first-foods-africa-bold-initiative-end-child-food-poverty

United Nations Children's Fund & World Bank. (2024). *Child poverty: Global, regional, and select national trends*. World Bank. https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/publication/child-poverty-global-regional-and-select-national-trends

United Nations Conference on Trade and Development. (2025). *A world of debt 2025*. https://unctad.org/publication/world-of-debt

United Nations Development Programme. (2023). *Agriculture insurance for smallholder farmers in Mexico*. https://irff.undp.org/factsheet/agriculture-insurance-smallholder-farmers-mexico

United Nations Development Programme & Oxford Poverty and Human Development Initiative. (2026). *Global Multidimensional Poverty Index 2026*. United Nations Development Programme.

Verguet, S., Limasalle, P., Chakrabarti, A., Husain, A., Burbano, C., Drake, L., & Bundy, D. A. P. (2020). The broader economic value of school feeding programmes in low- and middle-income countries: Estimating the multi-sectoral returns to public health, human capital, social protection, and the local economy. *Frontiers in Public Health, 8*, 587046. https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.587046

Watkins, K., Nwajiaku-Dahou, K., Long, C., Manuel, M., Sissa, A., Stronge, C., & Knox, D. (2025). *Building equitable global social protection systems for a Sustainable Development Goal recovery: The case for a global virtual financing mechanism*. Social Protection Technical Assistance, Advice and Resources Facility. https://odi.org/en/publications/building-equitable-social-protection-systems-for-a-sustainable-development-goal-recovery-the-case-for-a-global-virtual-financing-mechanism/

World Bank. (2024a). How has the profile of extreme poverty changed over the last decade? *World Bank Open Data Blog*. https://blogs.worldbank.org/en/opendata/how-has-the-profile-of-extreme-poverty-changed-over-the-last-decade

World Bank. (2024b, October 13). Poorest economies face toughest conditions in two decades [Press release]. https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/10/11/poorest-economies-face-toughest-conditions-in-two-decades

World Bank. (2024c). Poverty, prosperity, and planet report 2024: Pathways out of the polycrisis. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2123-3

World Bank. (2024d). *World Bank gender strategy 2024–2030: Accelerate gender equality to end poverty on a livable planet*. https://www.worldbank.org/en/topic/gender

World Bank. (2025). *State of social protection report 2025: The 2-billion-person challenge*. https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099042725111568158

World Bank. (2026a). *Global economic prospects, June 2026*. https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects

World Bank. (2026b, September 16). *Michael Kremer appointed as World Bank Group chief economist* [Press release]. https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2026/09/16/michael-kremer-appointed-as-world-bank-group-chief-economist

World Bank. (2026c). *Poverty and Inequality Platform* (September 2026 update). Washington, DC. [Cited 6 October 2026]. https://pip.worldbank.org *See also* Moreno Herrera, L., Castaneda Aguilar, R.A., Lakner, C., Lara Ibarra, G. & Nguyen, M.C. (2026). September 2026 global poverty update from the World Bank: One in ten worldwide live in extreme poverty. *World Bank Data Blog*, 22 September 2026.

World Bank. (2026d). Poverty, Prosperity, and Planet Report 2026: Jobs at the Center of Poverty Eradication. World Bank. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2342-8

World Bank Group. (2026e). *SP500 implementation plan FY2026–2030 draft* [Internal document].

World Food Programme. (2023). *The R4 Rural Resilience Initiative*. https://www.wfp.org/r4-rural-resilience-initiative

World Food Programme. (2024). *State of school feeding worldwide 2024*. https://doi.org/10.71958/wfp130772

World Food Programme. (2026, August 5). *World Food Programme ramps up preparedness and response plans as El Niño threatens to push tens of millions into acute hunger*. https://www.wfp.org/news/world-food-programme-ramps-preparedness-and-response-plans-el-nino-threatens-push-tens

A CORRIDA PARA 2030

Avanços recentes no combate à fome e à pobreza e lições para sua aceleração

ANEXO: CUMPRINDO NOSSOS COMPROMISSOS

Este anexo apresenta as ações relatadas pelos membros relacionadas às suas Declarações de Compromisso e aos "Sprints 2030" no contexto da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. As informações incluídas a seguir foram compiladas a partir de fontes publicamente disponíveis e validadas pelo país ou instituição relevante. Mais detalhes sobre o processo podem ser encontrados no Capítulo 2.

O anexo está disponível em inglês.

GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY

ANEXO
ÍNDICE

85 Registros em resposta à Seção 2.3
Proteção social e inclusão econômica
60 inscrições de 42 membros

114 Registros em resposta à Seção 2.4
Apoio à agricultura de pequena escala resiliente, acesso à água e outras soluções
33 inscrições de 29 membros

132 Registros em resposta à Seção 2.5
Alimentação escolar, nutrição infantil e apoio à maternidade
53 inscrições de 49 membros

2.3

Registros em resposta à Seção 2.3

PROTEÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO ECONÔMICA

60 inscrições de 42 membros

2030 SPRINT AREAS Cash Transfers · Socio-economic Inclusion

REGISTROS EM RESPOSTA À SEÇÃO 2.3

Proteção social e inclusão econômica

Armenia

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED

December 2024

POLICY BASKET

Integrated programmes for economic inclusion

Job placement/intermediation

Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)

Armenia approves a 2025–2031 strategy to move benefit recipients into work

WHAT WAS DELIVERED

Armenia's government approved a Strategic Employment Programme for 2025–2031 on 27 December 2024, establishing structured pathways from social assistance receipt to labour market participation. The programme targets an increase in total employment to 1.4 million people by 2031 (up from approximately 1.15 million in 2022), a reduction in the national poverty rate to 19 per cent, and a rise in the community employment rate from 51.2 per cent to 60.7 per cent. Priority groups include social assistance beneficiaries, women aged 30–39, and unemployed youth not in education or training; the strategy also aims to halve the underutilised labour force to 166,550 people by 2031. Vocational training and job intermediation services are central delivery mechanisms.

HOW THIS ADVANCES ARMENIA'S COMMITMENT — This initiative directly delivers on Armenia's Statement of Commitment, which commits to livelihood diversification and integrated programmes for economic inclusion through graduation models that move beneficiaries from social protection schemes into employment and livelihoods. The Employment Programme formalises that graduation pathway, setting explicit workforce-integration targets for social benefit recipients and expanding the training and job placement services required to sustain the transition.

Asian Development Bank (ADB)

REPORTED

April 2026

POLICY BASKET

Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Social registry

Digital transformation of social protection information systems

Asian Development Bank provides USD 250 million to strengthen Bangladesh's shock-responsive social protection

WHAT WAS DELIVERED

As of April 2026, the Asian Development Bank is providing a USD 250 million loan to Bangladesh to operationalize critical reforms under the Second Strengthening Social Resilience Program (Subprogram 2). The programme focuses on strengthening protective and preventive measures to reduce vulnerability, exclusion, and poverty risks; improving social protection system management; expanding coverage for vulnerable populations; and enhancing the system's shock-responsiveness to enable faster and more effective social protection for those in need of humanitarian response.

This is the second phase of ADB's sustained social protection engagement in Bangladesh, building on institutional foundations established in the first subprogram. Key reform areas include strengthening the social protection program management social registry, expanding coverage for vulnerable households including shock-responsive protection, and introducing social protection for workers to mitigate their lifecycle risks such as work injuries, as well as improving shock-responsive delivery capacity.

HOW THIS ADVANCES ADB'S COMMITMENT — The loan directly implements ADB's Statement of Commitment, which commits to at least USD 14 billion in comprehensive support — including anticipatory, adaptive, and shock-responsive social protection — for borrowing member countries. The Bangladesh programme represents a concrete application of this commitment in the Asia-Pacific region, institutionalizing the systemic reforms that ADB pledged to support under the Alliance.

Ação da Cidadania

REPORTED
February 2024

POLICY BASKET
Social registry
Social Service Centres
Digital transformation of social protection information systems

Ação da Cidadania's active search project inserts 752 extremely vulnerable families into Brazil's social registry

WHAT WAS DELIVERED

Ação da Cidadania, supported by FIOCRUZ, successfully concluded the implementation of the "Busca Ativa nas Favelas" (Active Search in Favelas) project. Over 200 community leaders were trained across 56 local committees in 11 municipalities within the Rio de Janeiro Metropolitan Region to act as active search agents in their territories. Utilizing a custom WhatsApp BOT for interviews, these leaders mapped local socio-economic conditions and directed eligible families to social assistance. 25,554 vulnerable individuals were reached, 95 per cent of whom are women. As a concrete outcome, the project successfully secured the insertion of 752 extremely vulnerable families into the Single Registry (CadÚnico). Furthermore, 26 community task forces were conducted and a "Citizenship Festival" was organized to bring essential public services (Public Defender's Office, SUS, CadMóvel) directly to the mapped families.

HOW THIS ADVANCES AÇÃO DA CIDADANIA'S COMMITMENT — These actions relates directly to Ação da Cidadania's Statement of Commitment under the Knowledge Support commitments. Specifically, they fulfil the explicit commitment to implement the "Active Search Project (Busca Ativa)", aiming to identify and direct families not registered in the Single Registry (CadÚnico) to Social Assistance Policy equipment.

Benin

CASH TRANSFERS

REPORTED
September 2025

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)

Benin launches Gbessoke cash transfers for more than 20,000 beneficiaries

WHAT WAS DELIVERED

On 18 September 2025, Benin launched the operational phase of Gbessoke, its Productive Social Safety Nets Programme, with first cash payments reaching more than 20,000 beneficiaries — 85 per cent of them women — across 12 pilot communes. A total of CFA 208 million (approximately USD 334,000) was disbursed. Beneficiary households receive monthly transfers, with additional payments of CFA 50,000 (approximately USD 81) at months six and nine to support income-generating activities.

HOW THIS ADVANCES BENIN'S COMMITMENT — The operationalization of Gbessoke directly advances Benin's Sprints 2030 commitment to expand cash transfers through its single social registry, with a clear scaling trajectory toward the committed target of 150,000 extremely poor households.

Brazil

CASH TRANSFERS

REPORTED
September 2025

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)

Brazil's Bolsa Família reaches 50.1 million people

WHAT WAS DELIVERED

Brazil's Bolsa Família conditional cash transfer programme currently covers 19.3 million families — 50.1 million people, as of June 2026 — making it the country's principal income transfer instrument and its second-largest item of federal expenditure. Research published in The Lancet has documented the programme's significant impact in reducing morbidity and mortality among beneficiary populations.

HOW THIS ADVANCES BRAZIL'S COMMITMENT — Since 2023, the Brazilian government has been conducting regular registration reviews of the CadÚnico social registry — known as 'averiguações e revisões cadastrais'. In 2025, the government launched a new version of CadÚnico's automated system, designed to strengthen data integrity and reduce fraud. Additionally, in 2026 a new website and mobile application were launched for Bolsa Família. These measures represent concrete steps in fulfiling Brazil's Statement of Commitment to maintain, modernize, and strengthen Bolsa Família as its flagship cash transfer programme.

Burundi

CASH TRANSFERS

REPORTED
June 2025

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer

Burundi's cash transfers reach 1.56 million people, passing its 2030 target

WHAT WAS DELIVERED

In June 2025, Burundi secured USD 79 million in additional financing (AF2) from the World Bank for its Cash for Jobs Project, Merankabandi II. This financing expands the programme's reach to 312,000 households — approximately 1.56 million beneficiaries — including refugees, while introducing labour-intensive public works and a sequenced support package to facilitate refugee integration into national social protection systems.

HOW THIS ADVANCES BURUNDI'S COMMITMENT — This milestone directly delivers on Burundi's Sprints 2030 commitment to expand its World Bank-supported cash transfer programme to reach 1.5 million people. With AF2 now targeting 1.56 million beneficiaries nationally, Burundi has surpassed that threshold and is on track to meet its 2030 target.

Burundi

CASH TRANSFERS

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer

Burundi upgrades social protection delivery through the open source openIMIS platform

WHAT WAS DELIVERED

Burundi has strengthened its social protection delivery infrastructure by transitioning its Management Information System (MIS) to the open source openIMIS platform. The upgraded system integrates modules for beneficiary targeting, payment processing, monitoring and evaluation, and grievance redress, providing a more robust and scalable foundation for national social protection delivery.

HOW THIS ADVANCES BURUNDI'S COMMITMENT — This investment in delivery systems supports Burundi's Sprints 2030 commitment to scale up cash transfers, as the strengthened infrastructure is designed to enable the expansion of coverage envisaged under that commitment.

Canada

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Canada disburses its full USD 100 million commitment to IFAD's 13th replenishment

WHAT WAS DELIVERED

Canada has fully disbursed its USD 100 million commitment to the 13th replenishment of the International Fund for Agricultural Development (IFAD). Canada is contributing to IFAD's strong early delivery of its financial framework, with 80 per cent of the sovereign investment pipeline targeted at USD 3.24 billion to be programmed in the first two years. IFAD is delivering impact through integrated country programmes, including an enhanced focus on fragile contexts, climate resilience and biodiversity, and engagement with the private sector.

HOW THIS ADVANCES CANADA'S COMMITMENT — This fulfils Canada's financial support commitment for the 13th replenishment in its Statement of Commitment with the Global Alliance.

Chad

CASH TRANSFERS

REPORTED
June 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)
Unconditional cash transfer

Chad launches livelihoods support for 62,200 extremely poor households and unified social registry

WHAT WAS DELIVERED

The Chad Adaptive and Productive Safety Nets Project was launched at the end of June 2025, with World Bank support comprising USD 100 million in IDA credit and USD 20 million in SASPP funding. The project targets 62,200 extremely poor households — including 12,090 refugee households — providing emergency cash transfers alongside a three-year productive inclusion package. It also establishes a new national Productive Social Safety Net Program (PSSNP) and a Unified Social Registry designed to improve the targeting of households living in poverty.

HOW THIS ADVANCES CHAD'S COMMITMENT — This launch delivers directly on Chad's Sprint 2030 commitment to inaugurate cash transfers in 17 of its 23 provinces and to build a national social registry for more accurate poverty targeting. The project's combination of immediate cash assistance, long-term productive inclusion, and new national social protection infrastructure represents concrete progress against both pillars of that commitment.

Chile

CASH TRANSFERS

REPORTED
May 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)

Chile secures USD 150 million to strengthen its social protection system

WHAT WAS DELIVERED

Chile has secured a USD 150 million loan from the World Bank to strengthen the inclusiveness, effectiveness, and efficiency of its social protection system. Implementation of this project involves measures aimed at bolstering strategic programs and initiatives for the Ministry of Social Development and Family, such as Local Childhood Offices (OLN in Spanish), the National Support and Care System (SNAC in Spanish), the Family program, the consolidation of Local Social Management (GSL in Spanish), and the ongoing strengthening of the Social Household Registry (RSH in Spanish), among others. Furthermore, its execution supports the institutional goal of shifting from an approach focused solely on expanding coverage toward greater integration, quality, effectiveness, and a results-oriented focus in public interventions.

HOW THIS ADVANCES CHILE'S COMMITMENT — This investment directly delivers on Chile's Sprint 2030 commitment to expand its cash transfer programmes and strengthen institutional and international partnerships in support of the country's most vulnerable people.

China

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
July 2025

POLICY BASKET
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Job placement/intermediation
Public works, employment guarantee schemes and direct job creation including community development programmes

China launches vocational training initiative for more than 30 million workers

WHAT WAS DELIVERED

In July 2025, China's State Council launched a three-year Vocational Skills Upgrading Training Initiative (2025–2027) targeting more than 30 million workers, with dedicated focus on advanced manufacturing, the digital economy, and agriculture and rural revitalization. The initiative prioritizes migrant workers, unemployed youth, and rural residents, and introduces a new eight-level worker skills system that links vocational qualifications directly to wage progression—creating a structural mechanism to raise rural incomes and reduce economic vulnerability.

HOW THIS ADVANCES CHINA'S COMMITMENT — This initiative directly advances China's Statement of Commitment to the Alliance, which pledged to implement monitoring and assistance mechanisms to prevent rural residents from lapsing into extreme poverty and to continue rural revitalization through vocational training and employment support programmes. By mobilizing large-scale training with explicit allocations for agriculture and rural revitalization, targeting underserved groups, and embedding financial incentives through the qualification-to-wage linkage, the initiative delivers concretely on those commitments.

Colombia

CASH TRANSFERS

REPORTED
April 2025

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)

Colombia's cash transfer payments reach 710,000 beneficiaries and Hambre Cero is launched

WHAT WAS DELIVERED

Colombia has launched the third cycle of payments for its Citizen Income and VAT Refund programmes, reaching 710,000 banked and unbanked beneficiaries with a combined value of over 324 billion pesos. In parallel, Colombia has initiated the first phase of the Hambre Cero strategy—developed in cooperation with WFP—targeting more than 142,000 households across 89 municipalities, with a total investment exceeding 49.5 billion pesos.

HOW THIS ADVANCES COLOMBIA'S COMMITMENT — Both programmes directly fulfil Colombia's Statement of Commitment to expand cash transfers—conditional and unconditional—to its most vulnerable populations.

Comida do Amanhã Institute

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Multilevel governance

Comida do Amanhã Institute's LUPPA helps over 70 Brazilian cities develop participatory food strategies

WHAT WAS DELIVERED

Through its main program, the Laboratory on Urban Food Policies (LUPPA), the Comida do Amanhã Institute has successfully supported over 70 Brazilian cities in developing participatory food strategies with a systems approach. By the end of the 3rd edition (September 2024), the program reached a significant milestone: 40 per cent of the participating cities that lacked a Food and Nutrition Security (FNS) Strategy had either launched or were in the final stages of launching their municipal plans. This achievement fulfils the commitment to support equality and inclusivity in food policy governance and the implementation of policy instruments at the local level. The 4th edition (2024/2025) expanded this network with 11 new municipalities, representing over 2 million inhabitants. A major milestone was the LUPPA LAB #4, held in Barcarena (PA) in May 2025—the first convening held in the Amazon region—which focused on linking local food systems to the global climate agenda in preparation for COP30. This edition specifically delivered on the commitment to institutionalize food security by training city officials to integrate food policies into Municipal Multi-Year Plans (PPA 2026-2029). Furthermore, 68 per cent of the attending municipalities were accompanied by civil society representatives, ensuring inclusivity and social control in local governance.

HOW THIS ADVANCES COMIDA DO AMANHÃ INSTITUTE'S COMMITMENT — These actions operationalize the Institute's Statement of Commitment, including sections on knowledge, governance and capacity development support.

Comida do Amanhã Institute

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Multilevel governance
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Comida do Amanhã Institute publishes climate-focused LUPPA guidance on resilient urban food systems

WHAT WAS DELIVERED

Fulfilling the declaration of its technical capacity to research and develop policy guidance, Comida do Amanhã published the LUPPA Journals (Cadernos LUPPA), which systematize innovative local public policies for food system transformation. The 4th edition released in 2025 provided an analysis on the relationship between food systems and climate, systematizing initiatives that promote climate resilience through agroecology and sustainable local production. These materials serve as a global reference, as evidenced by LUPPA's recognition in international reports such as SOFI 2023 and the CFS High-Level Panel of Experts (HLPE) 2024 report on urban and peri-urban food systems, confirming the Comida do Amanhã role as a provider of high-level evidence for Alliance members.

HOW THIS ADVANCES COMIDA DO AMANHÃ INSTITUTE'S COMMITMENT — This operationalizes the Institute's Statement of Commitment, including sections on knowledge, governance and Policy Basket support.

Comida do Amanhã Institute

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Multilevel governance

Comida do Amanhã Institute helps cities build locally tailored urban food plans

WHAT WAS DELIVERED

Since 2024, Comida do Amanhã has served as an implementation partner of the Brazilian Ministry for Social Assistance and Development (MDS) for the "Estratégia Alimenta Cidades". In 2024 the Comida do Amanhã provided capacity building support to the 60 largest Brazilian cities to develop their urban food agendas linked to the national food security policies. In 2025, the impact of this strategy was significantly scaled through two formal stages: (i) invited 23 new cities with over 300,000 inhabitants to join, and (ii) extended participation to 18 municipalities in Rio Grande do Sul on an emergency basis. The Institute technically coordinated this new phase for 23 cities while maintaining continuous support for the 60 cities from the first cycle, ensuring the permanence and strengthening of the urban food agenda across all territories.

Key concrete deliveries in 2025 included:

Capacity Building and Situational Diagnosis: Throughout the year, the Institute conducted 60 in-person workshops in all Brazilian regions for Cycle 1 municipalities (Ordinance 1,036/2024). These spaces allowed for collaborative situational diagnoses, identifying local priorities that guided the "Municipal Implementation Routes." To launch the second cycle, virtual mobilization and training workshops were held between November and December 2025 in articulation with the MDS.

Launch of a publication collecting experiences from the cities under Alimenta Cidades support ("Caderno de Experiências sobre Políticas Alimentares Urbanas") developed by federal government (SESAN/MDS) along with Comida do Amanhã. The document brings inspiring practices from all regions of the country, with a focus on expanding the human right to adequate food in an urban context, serving as a technical tool for public officials to build resilient food systems.

HOW THIS ADVANCES COMIDA DO AMANHÃ INSTITUTE'S COMMITMENT — This initiative directly delivers on the Institute's Statement of Commitment to providing technical assistance and capacity building to local governments and supporting mechanisms for multi-level coordination and integration in food policy planning.

Dominican Republic

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
July 2025

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)

Dominican Republic reforms Supérate's delivery agency to strengthen social protection governance

WHAT WAS DELIVERED

The Dominican Republic has undertaken an institutional reform to strengthen the delivery infrastructure of the Dirección de Desarrollo Social Supérate, formerly the country's flagship Supérate programme encompassing its conditional and unconditional cash transfer schemes. This institutional transformation is part of a broader effort to strengthen the governance, coordination, delivery capacity and effectiveness of social protection policies in the Dominican Republic.

HOW THIS ADVANCES THE DOMINICAN REPUBLIC'S COMMITMENT — The reform supports the Dominican Republic's Statement of Commitment to implement a renewed Supérate strategy and to share knowledge and experience from these social protection programmes.

Education Cannot Wait (ECW)

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Access to basic education

Education Cannot Wait launches education resilience programme for 62,600 crisis-affected children in Ituri

WHAT WAS DELIVERED

In February 2026, Education Cannot Wait (ECW) launched a USD 10 million investment for a two-year education resilience programme (2025–2027) in the Democratic Republic of the Congo's Ituri Province. Implemented by UNICEF in partnership with Save the Children, World Vision, and local NGOs, the programme aims to restore safe learning environments for more than 62,600 crisis-affected children in an active conflict zone.

HOW THIS ADVANCES ECW'S COMMITMENT — This investment is part of ECW's ongoing implementation of its 2027–2030 strategy and delivers directly on ECW's Statement of Commitment, which pledges to allocate at least 10 per cent of resources towards Early Childhood Education (ECE) in crisis contexts in order to reduce learning disruption for the most vulnerable children. The programme also reflects the SoC's commitment to integrating nutrition within education programming: ECW's school meals investments in DRC, implemented through WFP, include local procurement from smallholder farmers, embedding food security within the education response.

Egypt

CASH TRANSFERS

REPORTED
June 2025

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)
Unconditional cash transfer

Egypt raises domestic financing for social protection to EGP 55 billion

WHAT WAS DELIVERED

Egypt has announced a significant increase in funding for its Takaful and Karama social protection programme, raising its budget allocation to approximately EGP 55 billion for fiscal year 2025/2026. The programme currently serves 7.7 million families nationwide and is expected to expand coverage by a further 500,000 families during the same fiscal year.

HOW THIS ADVANCES EGYPT'S COMMITMENT — This expanded investment directly supports Egypt's Statement of Commitment to scale up the Takaful and Karama programme alongside its Social Insurance Pension, reinforcing the country's social safety net for those most in need.

Egypt

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Integrated programmes for economic inclusion
Integrated programmes for gender equality and empowerment
Inclusive credit, insurance and financial services

Egypt's Decent Life reaches 18 million people through integrated rural investment

WHAT WAS DELIVERED

Egypt's Ministry of International Cooperation released in January 2026 its 2025 Annual Review of Phase One of the Haya Karima (Decent Life) Initiative, reporting an 89 per cent implementation rate across 1,477 villages and benefits reaching approximately 18 million citizens. EGP 68.7 billion in microfinance and MSME financing was extended to 3.2 million recipients — 55 per cent of whom were women — improving the female financial inclusion index by 19.9 percentage points. Of the EGP 350 billion Phase One budget, EGP 306 billion has been disbursed, with 70 per cent of investments directed to human development outcomes including health, education, and economic empowerment.

HOW THIS ADVANCES EGYPT'S COMMITMENT — Egypt's Statement of Commitment references the Decent Life (Hayah Karima) Initiative as its core model for integrated economic inclusion, job creation, and gender-driven rural empowerment. The annual review documents concrete Phase One delivery directly aligned with Egypt's Statement of Commitment to integrated programmes for economic inclusion and gender equality and empowerment in the Socio-economic Inclusion Sprint area.

Germany

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Multilevel governance
Digital transformation of social protection information systems
Payment mechanisms

Germany supports openIMIS digital systems serving 38 million people in 14 countries

WHAT WAS DELIVERED

Germany's Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ) promotes social protection worldwide by strengthening system adaptiveness to climate risks and fragility, advancing systems' digital transformation, and fostering partnership-based approaches.

To achieve this, BMZ, together with UN institutions, the World Bank and further partners, is advancing the "Multistakeholder Engagement to implement the Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions and the World Bank Social Protection Compass" (M GA). This joint initiative aims at accelerating progress to achieve universal social protection and create decent and productive jobs through joint action at country, regional and global level. Germany has contributed EUR 47 million to date, already yielding improved in country cooperation between UN agencies and the World Bank in 26 countries as well as increasingly harmonised definitions and standards, and knowledge products on global level.

To strengthen adaptive social protection systems, BMZ supports the World Bank's Sahel Adaptive Social Protection Programme, implemented in six Sahelian countries. Between July 2024 and June 2025, the programme reached over 1.2 million people, with digital payments rising to 64 per cent. Phase III, launched in 2025, focuses on expanding sustainable social protection to the poorest 15 per cent of the population.

Germany's engagement on digital transformation of social protection systems includes openIMIS – an open source digital public good – currently serving over 38 million people in 14 countries, and the Digital Convergence Initiative that supports more than 21 partner countries with standards and guidance for integrated, interoperable social protection information systems.

HOW THIS ADVANCES GERMANY'S COMMITMENT — These actions relate to Germany's Statement of Commitment, particularly its Policy Cooperation and Support Commitments on social protection. Germany commits to "share experiences and to support partner countries in their efforts to establish and expand their social protection systems," including through advice on social assistance, social insurance, integration into national social protection systems, and strengthening local administrative structures.

GiveDirectly

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
July 2025

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Integrated programmes for economic inclusion

GiveDirectly commits to deliver USD 5 billion in cash transfers by 2035

WHAT WAS DELIVERED

GiveDirectly's target is to deliver USD 5 billion in cash transfers by 2035 (announced in 2025 as "GiveDirectly 2.0") to accelerate the end of extreme poverty, building on nearly USD 1 billion already disbursed. The plan includes scaling core lump-sum transfers, launching cash-for-pregnant-women programmes in Kenya and the Democratic Republic of the Congo, developing lighter-touch digital coaching paired with transfers, and building emergency cash deployment infrastructure capable of reaching crisis-affected populations within five days.

HOW THIS ADVANCES GIVEDIRECTLY'S COMMITMENT — GiveDirectly 2.0 directly delivers on the organisation's Statement of Commitment under the Alliance, which covers its capacity and readiness to support member governments in implementing and scaling integrated programmes for economic inclusion—including evidence-based unconditional cash transfer models and the Graduation approach. By scaling core operations, testing innovative delivery designs, and generating evidence through large-scale randomised trials, GiveDirectly is building the operational infrastructure and evidence base that governments can draw upon to adopt and scale cash-based economic inclusion programmes.

GiveDirectly

REPORTED
February 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Rwanda

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)
Unconditional cash transfer
Social registry

GiveDirectly signs Rwanda co-financing framework to mobilise USD 20 million annually in matching funds

WHAT WAS DELIVERED

In February 2026, GiveDirectly and the Government of Rwanda signed a five-year Poverty Acceleration Co-Financing Basket Fund Framework Agreement, with the Government committing up to USD 10M/year and GiveDirectly mobilising USD 20M/year in matching funds. The programme consists of large cash transfers delivered by GiveDirectly - directly contributing to the National Strategy for Sustainable Graduation (NSSG) and using Rwanda's national social registry (SRIS) for targeting.

HOW THIS ADVANCES GIVEDIRECTLY'S COMMITMENT — This reflects GiveDirectly's Statement of Commitment to support large-scale, country-owned implementation of cash-based social protection and is aligned with the 2030 Sprint for cash transfers.

Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Multilevel governance
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection
Integrated programmes for gender equality and empowerment

GAFSP sets a USD 590 million investment plan for 2025–2030

WHAT WAS DELIVERED

As of December 2025, the Global Agriculture and Food Security Program approved its Strategic Plan 2025–2030, placing its engagement with the Global Alliance against Hunger and Poverty among its priority partnerships. The Plan operationalizes Vision 2030 around three strategic directions: maximizing co-benefits across food and nutrition security, climate, nature and fragility; empowering smallholder women and men as key actors in agrifood systems and value chains; and catalysing additional public and private, global and domestic financing to scale high-impact innovations and investments.

These directions translate into three investment priorities: fostering innovative and integrated solutions for agrifood system transformation; encouraging multi-sector partnerships at global, national and grassroots levels; and de-risking sustainable investments and innovation through grants and blended finance to crowd in co-investors.

The approved funding envelope totals USD 590 million across GAFSP's financing architecture, including the Grant-Based Financing Track for country-led and producer organization-led investments, the Business Investment Financing Track, and the Private Sector Window.

HOW THIS ADVANCES GAFSP'S COMMITMENT — Through this strategy, GAFSP advances its commitment to the Alliance by serving not only as a financing mechanism, but as a connector platform that aligns governments, supervising entities, producer organizations, development partners, global funds and private investors around shared country priorities, reducing fragmentation and turning multiple financing streams into coherent country-led investment plans.

Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)

REPORTED
April 2026

POLICY BASKET
Integrated programmes for gender equality and empowerment
Multilevel governance
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection
Promote inclusive access to agricultural markets

GAFSP launches USD 38 million call for proposals for producer organizations, with 16 selected to receive grants

WHAT WAS DELIVERED

Within the framework of GAFSP's Strategic Plan 2025–2030, GAFSP launched its 8th Call for Proposals for Producer Organization-led projects, with an indicative grant envelope of USD 38 million. The Call gives concrete effect to the Plan's emphasis on empowering smallholder women and men as central actors in agrifood systems, strengthening producer organizations as vehicles for locally led transformation, and using grant resources to catalyse wider partnerships and investment. It builds on GAFSP's previous support to producer organizations, through which more than USD 80 million has already been allocated to 32 PO-led projects.

The Call seeks to finance projects that strengthen rural food systems, boost climate resilience, improve market access and services for members, and advance women's empowerment. It also introduces stronger alignment with GAFSP's new strategic approach, including systematic attention to public-private linkages, synergies with GAFSP-supported public sector investments, and the piloting of regional producer organization proposals. Following the first stage of the process, 44 producer organizations were invited to proceed to the full proposal stage, confirming strong demand for direct, producer-led financing and the relevance of GAFSP's role as a connector between grassroots organizations, supervising entities, governments, and wider financing partners.

Grants were ultimately awarded to a final cohort of 16 producer organizations.

HOW THIS ADVANCES GAFSP'S COMMITMENT — These actions advance the financial support commitments of GAFSP's Statement of Commitment.

India

REPORTED
November 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
Kenya

POLICY BASKET
Access to basic drinking water and sanitation services, and hygiene facilities
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Integrated programmes for gender equality and empowerment
Multilevel governance

India initiates technical cooperation with Kenya on community-led groundwater management

WHAT WAS DELIVERED

India has initiated technical cooperation with Kenya under the Alliance's Fast Track Implementation Initiative. India submitted an Expression of Interest to support Kenya's Maji Plus Climate Resilient Schools Programme by sharing implementation experience from the Atal Bhujal Yojana. Kenya subsequently accepted India's offer of support. Technical consultations involving the Government of Kenya, the Ministry of Jal Shakti, NITI Aayog and the Alliance Support Mechanism were held in October 2025, and a further knowledge exchange programme focusing on community-led groundwater management, train-the-trainers approaches, gender inclusion and community mobilisation is currently being organised.

HOW THIS ADVANCES INDIA'S COMMITMENT — This directly delivers on India's Statement of Commitment to co-create and provide technical assistance, capacity building and knowledge sharing to Alliance member countries through voluntary cooperation.

Inter-American Development Bank (IDB)

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Social pension
Social registry

Inter-American Development Bank approves USD 290 million loan supporting 962,700 older Bolivians

WHAT WAS DELIVERED

In 2026, the Inter-American Development Bank approved a USD 290 million loan to strengthen Bolivia's social protection system through income support for vulnerable households and the development of a national Social Registry. The program will support regular Renta Dignidad transfers for approximately 962,700 people over the age of 60 who do not receive a contributory pension, including an estimated 380,000 people in poverty and 295,000 people in vulnerable households. It will also finance the creation of a Social Registry, including the registration of 150,000 households, with targets to register 50,000 female-headed households, 100,000 indigenous-headed households, and 10,000 households with persons with disabilities.

HOW THIS ADVANCES IDB'S COMMITMENT — This operation represents concrete delivery on the IDB's 2030 Sprint commitment and Statement of Commitment to allocate up to USD 25 billion from 2025 to 2030, and aligns with the goals of the Global Alliance against Hunger and Poverty by protecting vulnerable households from income shocks and strengthening the systems needed to better target social assistance.

Inter-American Development Bank (IDB)

REPORTED
August 2025

POLICY BASKET
Public works, employment guarantee schemes and direct job creation including community development programmes
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Access to basic health care
Social care services
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection
Integrated programmes for economic inclusion

Inter-American Development Bank approves USD 43.9 million grant supporting vulnerable youth in Haiti

WHAT WAS DELIVERED

In 2025, the Inter-American Development Bank approved a USD 43.9 million grant to support the socioeconomic inclusion of vulnerable youth in Haiti through income support, skills development, protection services, and migrant reintegration. The program will support 8,600 young people through cash-for-work and vocational training initiatives, provide temporary employment to an additional 2,000 youth through the rehabilitation of community safe spaces, serve 114,000 young people through a network of multipurpose youth centres, provide health services to more than 35,000 youth, support a further 70,000 young people through mental health and gender-based violence interventions, and assist 10,000 returning migrant youth with reintegration support. Over a five-year implementation period, the program will also finance 210 community-driven infrastructure projects designed to strengthen resilience and expand opportunities for vulnerable youth nationwide. This is one of several operations that align with the IDB-supported implementation of Haiti's fast-track country plan under the Global Alliance against Hunger and Poverty, developed in collaboration by FAES (Economic and Social Assistance Fund) and MAST (Ministry of Social Affairs and Labor).

HOW THIS ADVANCES IDB'S COMMITMENT — This action is directly in line with the IDB's Statement of Commitment and its commitments to the 2030 Sprints for Cash Transfers and Socio-economic Inclusion.

International Fund for Agricultural Development (IFAD)

REPORTED
May 2026

POLICY BASKET
Multilevel governance

IFAD convenes Ethiopia–Brazil exchange on development finance for rural development

WHAT WAS DELIVERED

In May 2026, IFAD facilitated a South-South and Triangular Cooperation (SSTC) exchange between Ethiopia and Brazil focused on development finance and government planning, with an emphasis on rural development. The mission brought together representatives of the Development Bank of Ethiopia (DBE) and Brazilian institutions, including the Brazilian Cooperation Agency (ABC), the Ministry of Planning and Budget, the Ministry of Finance and other public entities, to exchange experiences and practical approaches related to development finance, public policy coordination and institutional mechanisms that support inclusive and sustainable rural development.

The exchange provided a platform for peer-to-peer learning on development finance, public policy and institutional arrangements that can support food security and poverty reduction objectives. It also helped strengthen cooperation between Ethiopia and Brazil by facilitating the sharing of lessons learned and good practices relevant to the implementation of nationally led development priorities.

HOW THIS ADVANCES IFAD'S COMMITMENT — This activity delivers on IFAD's Statement of Commitment to the Global Alliance against Hunger and Poverty, specifically its commitment to leverage South-South and Triangular Cooperation to foster knowledge exchange, technical cooperation and action-oriented policy dialogue in support of Sustainable Development Goals 1 and 2.

International Labour Organization (ILO)

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Social registry
Subsidized health insurance
Social pension
Maternity protection/benefits

International Labour Organization helps extend social insurance to over 7.5 million people

WHAT WAS DELIVERED

In the context of the implementation of the Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions, UN country teams jointly supported governments to strengthen their social protection systems and employment policies, amongst others with the following results:

Cabo Verde: improvements in the social registry allowed to cover additional households with integrated social protection, leading to a 2 per cent decline in extreme poverty

Cambodia: Following the introduction of a new voluntary health insurance an additional 373,000 self-employed workers are covered.

Viet Nam: Support to the pension reform, resulted in an additional 1.6 million people covered

Uzbekistan: The new social insurance law extended coverage to an additional 5.8 million people for maternity and sickness benefits.

HOW THIS ADVANCES ILO'S COMMITMENT — These actions delivery on ILO's Statement of Commitment to implement the Global Accelerator.

International Labour Organization (ILO)

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Subsidized health insurance
Unemployment benefits
Social pension

International Labour Organization helps improve unemployment benefits for 14.4 million Indonesian workers

WHAT WAS DELIVERED

In the context of its Global Flagship Programme on Building Social Protection Floors for all, the ILO supported countries to achieve the following results:

Burkina Faso: the Government adopted a decree on social security contribution rates, leading to the affiliation of over 300,000 people with the National Universal Health Insurance Fund.

Côte d'Ivoire: a new financing mechanism extended health insurance coverage to over 458,000 coffee and cocoa producers.

Togo: following the introduction of the health insurance scheme for private sector workers in 2024, by end of 2025, coverage had increased 2.4 million people.

Indonesia: the Government adopted new regulations that increased benefits under the country's Unemployment Insurance Scheme, impacting 14.4 million workers.

Viet Nam: the Government extended non-contributory pension coverage to an additional 1.6 million older persons and strengthened the adequacy of benefits for over three million beneficiaries.

HOW THIS ADVANCES ILO'S COMMITMENT — These actions are all in line with ILO's Statement of Commitment.

Italy

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Payment mechanisms
Unconditional cash transfer
Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)

Italy renews social food card through 2027 for 1.16 million low-income households

WHAT WAS DELIVERED

Italy's 2026 budget law, which entered into force on 1 January 2026, renewed the 'Dedicata a te' (Dedicated to You) social food card through 2027. The programme provides a one-time EUR 500 credit per household for purchases of essential foodstuffs — excluding alcohol — at participating retailers, targeting approximately 1.16 million households with ISEE income below EUR 15,000. Priority is given to families of at least three members, with lower-income households ranked first; recipients from previous years receive reloads on existing cards through Poste Italiane.

HOW THIS ADVANCES ITALY'S COMMITMENT — The 2026 renewal directly delivers on Italy's Statement of Commitment, which explicitly commits to implementing the 'Dedicata a te' social card as a key domestic social protection measure providing EUR 500 food purchase benefits to low-income families. By extending the measure through 2027 and continuing to reach approximately 1.16 million vulnerable households, Italy is sustaining the concrete delivery pledged in its Alliance commitment.

Kenya

CASH TRANSFERS

REPORTED
July 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Child and family support/benefits
Disability benefits
Social pension
Integrated programmes for economic inclusion

Kenya scales safety nets towards 12 million people across three million households

WHAT WAS DELIVERED

Kenya's Second Social and Economic Inclusion Project (KSEIP2) represents a major financing milestone for the country's Sprint 2030 and Statement of Commitment implementation. The project targets 12 million Kenyans (3 million households) including elderly persons, women, adolescents, children, and persons with disabilities. It scales up the existing National Safety Net Programme (NSNP), which started with 1.2 million people and now reaches 1.7 million, with a target of 2.5 million. KSEIP2 also expands the NICHE nutrition-sensitive cash-plus programme to target 57,000 households, extends the Hunger Safety Net Programme to all arid and semi-arid land (ASAL) counties through new census-style household registration, and introduces climate-resilient income-generating activities.

HOW THIS ADVANCES KENYA'S COMMITMENT — These interventions directly advance Kenya's Sprint 2030 commitment to expand its Social Assistance Programme — including the HSNP, NICHE, and related cash transfer schemes — and to scale economic inclusion activities, and reflect the broader ambition in Kenya's Statement of Commitment for socio-economic inclusion.

Kenya

CASH TRANSFERS

REPORTED
January 2025

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Disability benefits
Social pension
Payment mechanisms

Kenya pilots M-PESA delivery for KES 3.5 billion in Inua Jamii transfers

WHAT WAS DELIVERED

Kenya is piloting an M-PESA payment modality via the E-Citizen platform, initially launched in Murang'a and Marsabit Counties, with a nationwide rollout planned. The system currently delivers KES 3.5 billion in cash transfers to Inua Jamii beneficiaries — including orphans, persons with severe disabilities, and older persons — one of the government's flagship initiatives to reduce poverty and hunger. The December 2024 payment cycle served 1.8 million beneficiaries and recorded 21,778 new enrolments.

HOW THIS ADVANCES KENYA'S COMMITMENT — This delivery advances Kenya's Sprint 2030 commitment and Statement of Commitment (SoC 0149), which cover the full Social Assistance Programme — including the Older Persons Cash Transfer (OP-CT) and Persons with Severe Disabilities Cash Transfer (PwSD-CT) — with a target of expanding to 2.5 million beneficiaries. The launch of the M-PESA modality directly implements Kenya's commitment to modernise payment mechanisms and expand programme coverage.

Kenya

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Child and family support/benefits
Unconditional cash transfer

Kenya disburses cash transfers to 430,998 vulnerable households

WHAT WAS DELIVERED

In March 2026, the Kenyan government disbursed KES 1.72 billion (approximately USD 13.3 million) to 430,998 vulnerable households under the Cash Transfer for Orphans and Vulnerable Children (CT-OVC) programme, part of the Inua Jamii social protection umbrella. Each beneficiary household received KES 4,000, covering a double payment for January and February 2026. Children Services Principal Secretary Carren Ageng'o confirmed the disbursement across all counties; seniors aged 70 and above enrolled in a newly expanded Inua Jamii tier also received payments through existing account arrangements.

HOW THIS ADVANCES KENYA'S COMMITMENT — This disbursement is direct delivery on Kenya's Statement of Commitment to the Global Alliance, which includes the Social Assistance Programme encompassing four cash transfer streams: the Persons with Severe Disabilities Cash Transfer, the CT-OVC, the Older Persons Cash Transfer, and the Hunger Safety Net Programme. Kenya's Alliance commitment pledges to maintain and scale these programmes, and the March 2026 CT-OVC disbursement confirms active, verifiable implementation of that commitment.

Kenya

REPORTED
November 2025

POLICY BASKET
Integrated programmes for economic inclusion

Kenya extends economic inclusion support to 20,000 ASAL households through KUZA Jamii

WHAT WAS DELIVERED

The Kenya Social and Economic Inclusion Program (KSEIP) targeted 15,000 households during the pilot and then another 28,000 households under KSEIP. After phase 1 and while awaiting analysis of the effectiveness of KSEIP2, Kenya received support from the British High Commission that enabled support for 20,000 households in the Arid and Semi-Arid Lands (ASAL) counties through a project popularly known as KUZA Jamii.

HOW THIS ADVANCES KENYA'S COMMITMENT — These actions are directly in line with Kenya's 2030 Sprint commitment to expand its Economic Inclusion Program to a target of 50,000 households.

Lebanon

CASH TRANSFERS

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Disability benefits
Unconditional cash transfer
Emergency cash transfers

Lebanon announces emergency payments for 6,000 families enrolled in its disability allowance programme

WHAT WAS DELIVERED

In March 2026, Lebanon's Ministry of Social Affairs announced a one-off emergency payment of USD 100 to approximately 6,000 families with children and persons with disabilities aged 0–19 enrolled in the National Disability Allowance (NDA). Regular NDA payments were simultaneously accelerated for all 34,000 existing beneficiaries to address heightened needs arising from displacement and ongoing conflict. The activation demonstrates the NDA's function as a shock-responsive social protection mechanism, drawing on experience from the 2024 conflict escalation.

HOW THIS ADVANCES LEBANON'S COMMITMENT — This action directly delivers on Lebanon's Sprint 2030 commitment to mobilise domestic resources for an emergency expansion of the NDA to support disability costs compounded by the humanitarian crisis, implementing the humanitarian response layer of that pledge. It also advances Lebanon's medium-term commitment to institutionalise social grants through the National Social Protection Strategy.

Liberia

CASH TRANSFERS

REPORTED
April 2025

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Payment mechanisms

Liberia's cash transfers reach 16,586 households, exceeding its pledged target

WHAT WAS DELIVERED

In April 2025, Liberia enrolled over 7,000 households in Grand Bassa County into the REALISE Social Cash Transfer program, providing quarterly mobile money transfers with a focus on female recipients. The program has been shown, through an independent randomized controlled trial, to raise household income and keep children in school. By the first quarter of 2026, the Social Cash Transfer reached 16,586 households across four counties, Grand Bassa, River Gee, Rivercess, and Grand Kru, exceeding the pledged target of 16,000, with 79 per cent of recipients women and all transfers delivered through digital mobile money. The Government of Liberia's REALISE Project also provides conditional cash transfers for productive public works and to support food security more directly through communal farming.

HOW THIS ADVANCES LIBERIA'S COMMITMENT — This delivers on Liberia's 2030 Sprint commitment to improve, expand, and sustain the REALISE program to benefit 16,000 households.

Nigeria

CASH TRANSFERS

REPORTED
May 2025

POLICY BASKET
Social registry
Conditional cash transfer (CCT)
Digital transformation of social protection information systems

Nigeria biometrically revalidates 2.3 million households for cash transfers

WHAT WAS DELIVERED

Nigeria's National Identity Management Commission confirmed on 17 May 2025 that 2.3 million households from the National Social Register had been biometrically revalidated for cash transfers under the National Social Safety Nets Project, with payments expected to commence shortly thereafter. The exercise uses biometric verification to ensure only eligible recipients receive funds.

The wider programme is supported by an USD 800 million World Bank loan, with USD 530 million disbursed as of 30 April 2025, and aims to expand cash transfer coverage from 5.6 million to a target of 15 million households, following economic reforms including fuel subsidy removal and foreign exchange unification.

HOW THIS ADVANCES NIGERIA'S COMMITMENT — The revalidation of 2.3 million households represents concrete implementation progress directly aligned with Nigeria's Sprint 2030 commitment to expand coverage of the national social register to include more poor and vulnerable households, and to increase the number of beneficiaries of the national cash transfer programme toward the 15 million household target.

Rwanda

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
October 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
Germany

POLICY BASKET
Integrated programmes for economic inclusion
Unconditional cash transfer
Public works, employment guarantee schemes and direct job creation including community development programmes

Rwanda adds RWF 30.5 billion to social protection offer serving over one million people

WHAT WAS DELIVERED

In October 2025, Rwanda announced an additional RWF 30.5 billion (approximately EUR 18 million) in financing for its Vision Umurenge Programme (VUP), the country's flagship social protection and economic inclusion initiative. The funds—secured through a grant from the Government of Germany—will be deployed across nutrition-sensitive direct support, cash transfers, public works, and shock-responsive social protection, delivered through the Local Administrative Entities Development Agency (LODA). The VUP currently serves more than one million beneficiaries, over 50 per cent of whom are female, and has contributed to reducing national poverty from 58.9 per cent in 2001 to 27.4 per cent in 2024.

HOW THIS ADVANCES RWANDA'S COMMITMENT — This financing milestone directly advances Rwanda's Socio-economic Inclusion Sprint commitment to a nationwide programme enabling 900,000 households to build sustainable livelihoods and long-term pathways out of extreme poverty, coordinated across 12 ministries through a dedicated Secretariat. The investment strengthens the public works, direct support, and shock-responsive components that form the backbone of Rwanda's economic inclusion delivery, and equally reinforces the country's cash transfer commitments under the Alliance.

Rwanda

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
June 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Integrated programmes for economic inclusion
Public works, employment guarantee schemes and direct job creation including community development programmes
Inclusive credit, insurance and financial services

Rwanda secures funding for economic inclusion of 380,000 refugees and host-community members

WHAT WAS DELIVERED

In June 2025, Rwanda announced USD 66.7 million in World Bank funding for the Jya Mbere II project, targeting economic inclusion for approximately 380,000 people across six districts — comprising 115,000 refugees and 265,000 members of host communities. The project will create over 10,000 jobs through labour-intensive public works and small business support, with a targeted emphasis on women and youth. It includes a graduation programme providing skills training, productive asset transfers, and financial services access, alongside climate-resilient infrastructure such as road rehabilitation, marketplace construction, and flood mitigation works.

HOW THIS ADVANCES RWANDA'S COMMITMENT — Jya Mbere II directly implements Rwanda's Sprint 2030 commitment to a nationwide programme combating extreme poverty through socioeconomic inclusion, with the goal of enabling 900,000 households to build sustainable livelihoods and long-term pathways out of extreme poverty by 2030. The project expands Rwanda's economic inclusion infrastructure and delivers on the core elements of that commitment — productive inclusion, skills development, and financial access — for some of the country's most vulnerable populations.

Saudi Arabia

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Integrated programmes for economic inclusion
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Job placement/intermediation

Saudi Arabia's Tamkeen empowerment pathways reach 100,000 beneficiaries

WHAT WAS DELIVERED

Saudi Arabia's Ministry of Human Resources and Social Development reported in January 2026 that approximately 100,000 beneficiaries had been reached through Tamkeen empowerment pathways as of end-November 2025. The seven Tamkeen clinics—distributed across regions and the first government programme to receive the 'Hayyak' customer service certification—offer three tracks: career guidance, employment, and entrepreneurship. More than 83,000 individuals were trained and over 95,000 received economic support; eligibility has been expanded to previously excluded groups, including low-income employees and security workers, and a unified digital portal now streamlines access to multiple services.

HOW THIS ADVANCES SAUDI ARABIA'S COMMITMENT — These results constitute concrete delivery against Saudi Arabia's Statement of Commitment to implement a comprehensive social assistance system designed to eradicate poverty, improve living standards, and foster meaningful employment. The commitment specifically envisaged operating Tamkeen Clinics across seven regions to transition social security beneficiaries from welfare dependency to economic participation through career guidance, employment, and entrepreneurship pathways —and this reporting confirms that intent is being delivered at scale.

Senegal

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
September 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Integrated programmes for economic inclusion
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Inclusive credit, insurance and financial services
Job placement/intermediation

Senegal secures EUR 57.5 million for 10,000 SMEs and 85,000 planned jobs

WHAT WAS DELIVERED

In July 2025 Senegal received an additional EUR 57.5 million in concessional financing from the World Bank for its Program for Employment, Economic Transformation, and Recovery (ETER), targeting 10,000 small and medium enterprises and the creation of more than 85,000 higher-quality jobs. The funding supports four priority areas — enhancing business competitiveness, encouraging innovative technology adoption, expanding access to finance, and driving private investment — with dedicated focus on women-led enterprises and climate-smart technologies. It builds on over USD280 million in concessional financing mobilised since June 2025 under the government's Acceleration Program for Competitiveness and Employment (PACE), in support of Senegal's Vision 2050.

HOW THIS ADVANCES SENEGAL'S COMMITMENT — This financing directly delivers on Senegal's Statement of Commitment, expanding pathways from social protection into productive economic activity, particularly for women and youth. ETER's top-up explicitly funds the SME support, job creation, financial inclusion, and women-led enterprise programming that the Sprint calls for, scaling economic inclusion programming to reach tens of thousands of beneficiary households.

Singapore

CASH TRANSFERS

REPORTED
January 2025

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)
Payment mechanisms

Singapore raises Workfare income ceiling to SGD 3,000 and increases payouts

WHAT WAS DELIVERED

In 2025, Singapore enhanced the Workfare Income Supplement Scheme by raising the qualifying income ceiling from SGD 2,500 to SGD 3,000 per month and increasing age-differentiated payouts across all beneficiary brackets, expanding both the coverage and benefit levels of the scheme.

HOW THIS ADVANCES SINGAPORE'S COMMITMENT — These enhancements deliver directly on Singapore's Statement of Commitment to support lower-wage workers through the Workfare Income Supplement Scheme, which supplements incomes and CPF retirement savings through conditional cash payments. By widening eligibility and increasing payouts, the 2025 changes strengthen the scheme's reach and impact in line with Singapore's commitment.

Somalia

CASH TRANSFERS

REPORTED
December 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Emergency cash transfers
Conditional cash transfer (CCT)
Integrated programmes for economic inclusion
Digital transformation of social protection information systems

Somalia extends safety-net coverage to previously underserved regions

WHAT WAS DELIVERED

Somalia officially launched Phase 2 of the Baxnaano national safety net programme on 17 May 2025 in Mogadishu, extending coverage to families affected by climate shocks, displacement, and economic instability in previously underserved regions. The rollout prioritised improved digital delivery systems, enhanced community engagement, and stronger local institutions, building on a programme that has supported over 4 million Somalis with cash transfers since its inception.

Building directly on this expansion, the World Bank Board approved the USD 112 million BOOST-You project on 28 October 2025, providing the financing infrastructure to further scale Baxnaano. BOOST-You will benefit approximately 738,000 additional Somalis (123,000 households) through regular and emergency cash transfers, youth employment support, and conditional cash transfers linked to health and education outcomes. The project targets 28,000 jobs for youth — including 16,800 for women — by 2029, funded by IDA (USD 100 million), the Somalia Multi-Partner Fund (USD 10 million), and the Global Shield Financing Facility (USD 2 million).

HOW THIS ADVANCES SOMALIA'S COMMITMENT — Together, these actions deliver on Somalia's Statement of Commitment to implement, improve, and scale up the Baxnaano National Safety Net Programme. Phase 2 advances the geographic expansion and digital payment infrastructure pledged under that commitment, while BOOST-You simultaneously funds all three committed cash transfer modalities — unconditional, emergency, and conditional — at scale, indirectly supporting the Cash Transfers Sprint.

South Africa

CASH TRANSFERS

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Emergency cash transfers
Child and family support/benefits
Social pension
Disability benefits

South Africa raises permanent grants for 19.3 million beneficiaries and extends temporary relief payments

WHAT WAS DELIVERED

South Africa's 2026/27 national budget extended the Social Relief of Distress (SRD) grant at R370 per month until March 2027, with ZAR 36.4 billion allocated. Permanent social grants were increased across the board: old age, disability, and care dependency grants rose by ZAR 80 to ZAR 2,400 per month, while the child support grant increased by ZAR 20 to ZAR 580 per month. Total social grants spending for 2026/27 reached ZAR 292.8 billion, covering over 19.3 million permanent beneficiaries.

HOW THIS ADVANCES SOUTH AFRICA'S COMMITMENT — These allocations directly deliver on South Africa's Statement of Commitment, which pledges social security programmes as a safety net for over 28 million vulnerable South Africans — including approximately 10 million temporary SRD grant recipients and 18 million permanent beneficiaries across old age, disability, child support, and care dependency grants. By extending the SRD and increasing all permanent grant values, the 2026/27 budget indirectly supports the Cash Transfers Sprint goal of expanding income support to the most vulnerable populations.

South Africa

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Emergency food transfer/supply, including humanitarian
Unconditional cash transfer

South Africa funds social grants for 26.5 million people and continues emergency relief

WHAT WAS DELIVERED

South Africa's 2026/27 national budget allocates ZAR 292.8 billion for social grants covering 26.5 million beneficiaries. Effective April 2026, the old age, disability and care dependency grants increase by ZAR 80 to ZAR 2,400 per month, the war veterans grant rises to ZAR 2,420, the child support grant and grant-in-aid rise by ZAR 20 to ZAR 580, and the foster care grant increases by ZAR 40 to ZAR 1,290 in April and a further ZAR 10 to ZAR 1,300 in October. The Social Relief of Distress (SRD) grant continues at ZAR 370 per month, maintaining a critical food-security lifeline for unemployed South Africans.

HOW THIS ADVANCES SOUTH AFRICA'S COMMITMENT — These measures directly contribute to South Africa's Statement of Commitment to the Global Alliance, which pledges social security programmes as an important safety net for over 28 million vulnerable South Africans and explicitly cites the Social Relief of Distress Grant under emergency food transfer and supply. The above inflation increases across all permanent grants and the continued SRD extension together represent concrete, budgeted delivery on that SoC commitment.

São Tomé and Príncipe

CASH TRANSFERS

REPORTED
October 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)
Integrated programmes for economic inclusion
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)

São Tomé and Príncipe signs USD 6 million top-up extending support to 27,500 people

WHAT WAS DELIVERED

On 14 October 2025, São Tomé and Príncipe and the World Bank signed a USD 6 million additional financing agreement for the Social Protection, Resilience, and Recovery Project, raising the total World Bank contribution to USD 24 million and extending project benefits to 27,500 people. The financing scales the country's conditional cash transfer programme for vulnerable households and introduces a pilot productive inclusion component comprising micro-entrepreneurship training, business management and financial literacy instruction, and technical training in climate-adaptive trades, with gender-focused activities targeting 50 per cent women's participation.

HOW THIS ADVANCES SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE'S COMMITMENT — This additional financing delivers directly on São Tomé and Príncipe's Statement of Commitment to expand the Vulnerable Families Support Programme — a conditional cash transfer designed to provide immediate poverty relief and improve access to health, education, and social services. By broadening beneficiary coverage and adding productive inclusion elements to support graduation from poverty, the agreement indirectly supports the Cash Transfers Sprint.

Togo

CASH TRANSFERS

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Payment mechanisms
Digital transformation of social protection information systems

Togo launches nationwide mobile-money cash transfers reaching 700,000 people

WHAT WAS DELIVERED

In December 2025, Togo launched the ASTRE programme nationwide, with 700,000 people now receiving cash transfers distributed through mobile money. The programme incorporates digital payment mechanisms and a national social registry, building on Togo's prior experience with fully digital cash transfer delivery.

HOW THIS ADVANCES TOGO'S COMMITMENT — The nationwide rollout of ASTRE directly delivers on Togo's Sprint 2030 Statement of Commitment to lift 1.24 million people out of poverty by 2029 through this programme. The December 2025 launch marks a concrete step toward that target, with the digital distribution infrastructure and national registry in place to support further scale toward the 2029 goal.

United Kingdom

REPORTED

July 2026

POLICY BASKET

Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Emergency cash transfers

Integrated programmes for gender equality and empowerment

Integrated programmes for economic inclusion

Unconditional cash transfer

Multilevel governance

United Kingdom strengthens crisis-responsive social protection systems across more than 60 countries

WHAT WAS DELIVERED

The United Kingdom works with partners to strengthen nationally led social protection systems, particularly in fragile and conflict-affected settings.

Through the Better Assistance in Crises (BASIC) programme, the UK has delivered technical assistance and operational evidence across 60+ countries, directly strengthening system design and implementation in crisis contexts, which included creation of a nationally led Social Protection Alliance in Sudan and more inclusive national targeting in Uganda. Through catalytic finance, the UK helped establish a new World Bank Fragility, Conflict and Violence (FCV) Trust Fund expanding cash transfer systems in nine countries and generating global guidance on approaches in fragile and conflict affected settings.

The UK has also played a leading role in implementing the High-Level Panel on Social Protection in Fragile and Conflict-Affected Settings and co-launched a Catalytic Agenda. Through convening global and local stakeholders, the UK has helped mobilise action and strengthen international collaboration to scale effective social protection systems in FCAS.

In Zambia, UK supports and strengthens the Government of Zambia's national social protection system and poverty reduction efforts. This includes through the UK supported Girls' Education and Women's Empowerment and Livelihoods (GEWEL) programme since 2016. The programme has supported the integration of "cash plus" services across all 116 districts, including nutrition-sensitive cash top-ups reaching over 22,000 households, and reached 112,754 girls with education bursaries and complementary services across 95 districts.

HOW THIS ADVANCES THE UNITED KINGDOM'S COMMITMENT — This advances the UK's 2030 Sprint commitment by strengthening the quality and coverage of nationally led shock-responsive social protection systems in the world's most vulnerable contexts.

United Kingdom

REPORTED

July 2026

POLICY BASKET

Multilevel governance

United Kingdom's technical assistance produces eight country notes for fast-track implementation

WHAT WAS DELIVERED

The United Kingdom has provided senior technical assistance to the Alliance's Support Mechanism in its transitional phase, delivered by ODI Global.

This helped to build the foundations of the Global Alliance and advance thinking on more integrated financing approaches across SDGs 1 and 2, on the 2030 Sprints and country programme delivery at scale in its first year, through 2025.The ODI support helped deliver eight technical country notes for fast-track implementation and launch the Sevilla Platform for Action initiative on Better Integrated Financing for SDGs 1 and 2, endorsed by 26 partners. The UK also funded an ODI Global Report on "Building Equitable Social Protection Systems for a Sustainable Development Goal Recovery: The Case for a Global 'Virtual Financing' Mechanism" which helped advance policy thinking on reducing fragmentation and improving coordination of financing for social protection.

HOW THIS ADVANCES THE UNITED KINGDOM'S COMMITMENT — This support delivered on the UK's Statement of Commitment to co-create and provide technical assistance.

United Nations Children's Fund (UNICEF)

REPORTED

April 2025

POLICY BASKET

Unconditional cash transfer

Maternal and early childhood nutrition

Inclusive credit, insurance and financial services

Access to basic health care

UNICEF support raises exclusive breastfeeding for infants in Malawi to 94.6%

WHAT WAS DELIVERED

In Malawi, UNICEF supported the Government to develop a Nutrition-Sensitive Social Protection Operational Framework to link participants in the social cash transfer programme to essential nutrition, health and livelihood services through existing community structures. Introduced between April and December 2025, the first phase delivered measurable gains in service uptake and practices. Exclusive breastfeeding among infants 0–5 months rose from 77.6 per cent to 94.6 per cent, exceeding the national average, while the coverage of information, counselling and support for young children increased from 83.3 per cent to 95.8 per cent. Antenatal care attendance improved from 33.3 per cent to 54.8 per cent and household resilience was strengthened through expanded access to savings and loans groups, with participation in these opportunities increasing from 48.4 per cent to 83.8 per cent. The experience demonstrates how integrated social protection and nutrition policies can drive nutrition outcomes, with the potential for scale.

HOW THIS ADVANCES UNICEF'S COMMITMENT — This action directly contributes to UNICEF's 2030 Sprint commitment for early childhood and maternal support.

United Nations Children's Fund (UNICEF)

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Child and family support/benefits
Unconditional cash transfer
Disability benefits
Maternal and early childhood nutrition
Social registry

UNICEF-supported cash transfers reach over 137 million children across 87 countries

WHAT WAS DELIVERED

UNICEF, in collaboration with partners, advocated for an end to child poverty and for effective policy solutions based on country experiences and global evidence. The State of the World's Children 2025: Ending Child Poverty, Our Shared Imperative was launched at a high-level event on World Children's Day during the G20 Social Summit in partnership with the Government of South Africa. UNICEF and the World Bank Group jointly produced and released the third report as part of monitoring SDG1 for children - Child Poverty: Global, Regional and Select National Trends, strengthening the global evidence base on monetary child poverty and reinforcing the urgency of accelerated action. UNICEF also organized a dedicated side event at the Second World Summit for Social Development in Doha on cross-sectoral partnerships and solutions to end child poverty, co-led with Save the Children with participation from governments of Bangladesh, Brazil, China, Egypt, and Rwanda.

At country level, UNICEF worked closely with national governments to support the implementation, expansion, quality, adequacy and inclusiveness of multiple policy instruments from the Alliance's Policy Basket, as laid out in its Statement of Commitment. This included both fast-track countries in collaboration with the Alliance and in others.

For example, in relation to these commitments and those made specifically under the Cash Transfer Sprint, UNICEF worked to increase coverage of children and families and to support improvements in the systems required to deliver social protection equitably and on a scale. In 2025, over 137 million children across 70 million households in 87 reported countries were reached with cash transfers supported by UNICEF, in both development and humanitarian contexts.

In Malawi, UNICEF supported the launch of a new National Social Protection Policy and expansion of the Social Cash Transfer Programme to 381,735 households, reaching more than 500,000 children. In Kenya, support to the revision of Cash Transfer for Orphans and Vulnerable Children (CT-OVC) eligibility criteria expanded household coverage from 259,000 to 443,000 households. In Ethiopia, the child grant pilot covered 11,471 households and 50,472 individuals, while community workers and partners linked 36,653 households to essential services, climate adaptation messaging and financial inclusion. In Lebanon, UNICEF extended the National Disability Allowance (NDA) to children living with disabilities among the refugee population. In Mauritania, UNICEF-supported cash transfer MIS and the enhanced single registry captured gender and disability data, support covering 18,000 households, including 11,000 girls and boys with disabilities. In Somalia, UNICEF supported the Child-Sensitive Social Protection Programme which delivered cash transfers to 41,200 pregnant and lactating women with infants under one.

HOW THIS ADVANCES UNICEF'S COMMITMENT — These actions demonstrate UNICEF is operationalizing its Statement of Commitment and aligned with 2030 Sprints for cash transfer, and for early childhood and maternal health.

United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Multilevel governance
Digital transformation of social protection information systems

UNRISD curates 79 country examples for the Global Alliance Policy Basket

WHAT WAS DELIVERED

Since 2024, socialprotection.org, the knowledge platform hosted by UNRISD, supported by IPEA and funded by GIZ and Australian Aid, has served as the technical engine behind the Global Alliance's Policy Basket, the tool that documents which social protection instruments and country examples qualify for inclusion in the Alliance's knowledge base. The socialprotection.org's technical curation work ensured the correctness of 79 Country Examples and 51 Policy Instruments, involving direct drafting of complex frameworks and extensive collaboration with national governments and international organizations. Following an earlier project with Brazil's Ministry of Social Development, a new agreement was signed in late 2025 with FAO as host of the Global Alliance Support Mechanism, formalizing this role going forward. Beyond curation, the socialprotection.org team also served as the advisory focal point for five member countries - Bangladesh, Haiti, Mozambique, Palestine, and Zambia, supporting the development of their Alliance implementation plans, and helped coordinate roundtables connecting government needs with technical and financial partners. The platform's technical team improved the integration, design and functionality of the Alliance's website and the Policy Basket platform itself, including custom tools and information architecture. socialprotection.org also handled ongoing communications for the Alliance throughout 2025, including social media assets, website content, and the monthly newsletter.

HOW THIS ADVANCES UNRISD'S COMMITMENT — These actions confirm the operationalization of UNRISD's Statement of Commitment pledged to keep its support to the socialprotection.org platform and to provide technical assistance and knowledge support to the Global Alliance's Knowledge Pillar.

United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Social care services
Progressive tax and fiscal reforms

UNRISD publishes care-focused research on climate-resilient food systems

WHAT WAS DELIVERED

Delivering on UNRISD's commitment to champion sustainable, inclusive and just transitions and to support the "Social care services" and "Progressive tax and fiscal reforms" policy instruments, UNRISD has advanced the evidence base on integrating care into just transition and food systems policy, through its Just Transition Research Collaborative including a 2024 policy brief on funding care work, including subsistence food provisioning, within just-transition strategies. Building on this, UNRISD is examining how trade and fiscal policy can support food systems that are both climate-resilient and care-responsive, including through a webinar on 'Food Systems that Meet Care Needs in the Context of Climate Change: Unpacking the Role of Trade and Fiscal Policy' and a blog titled A New Agrarian Eco-Social Pact for Zimbabwe: Prospects and Challenges applying a "new eco-social contract" lens to land and agrarian reform in Zimbabwe. Through the UN Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy, UNRISD is also helping implement the UN General Assembly Resolution on the Social and Solidarity Economy with the ILO and International Cooperative Alliance, advancing cooperative models with direct application to smallholder and food-security outcomes.

HOW THIS ADVANCES UNRISD'S COMMITMENT — These activities are in line with UNRISD's Statement of Commitment to champion sustainable, inclusive and just transitions and to support the "Social care services" and "Progressive tax and fiscal reforms" policy instruments.

Uruguay

CASH TRANSFERS

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Child and family support/benefits
Maternity protection/benefits

Uruguay raises Bono Crianza cash transfers for 30,945 young children and pregnant women

WHAT WAS DELIVERED

In January 2026, Uruguay increased the Bono Crianza benefit by 50 per cent, extending enhanced cash transfers to 30,945 children under four years of age and pregnant women. The measure raises the monthly value of the transfer for the country's most vulnerable young families.

HOW THIS ADVANCES URUGUAY'S COMMITMENT — Uruguay's Statement of Commitment under the Global Alliance Against Hunger and Poverty pledges to promote a significant reduction in child poverty through strengthened family support programmes, with sustained investment prioritising pregnant mothers and children. The Bono Crianza uplift is consistent with this commitment, targeting the priority population groups named in Uruguay's SoC.

Village Enterprise

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
November 2025

POLICY BASKET
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Job placement/intermediation
Integrated programmes for economic inclusion

Village Enterprise equips 8,800 ultra-poor Kenyans with business training, startup capital and mentoring

WHAT WAS DELIVERED

Village Enterprise is delivering on its Alliance commitments through Kuza Jamii II, an economic inclusion programme that provides 8,800 ultra-poor participants in Kenya's most marginalised counties with business training, startup capital, and mentoring. The project concurrently builds the capacity of Kenya's national government to design and scale a poverty graduation model under its Economic Inclusion programme.

HOW THIS ADVANCES VILLAGE ENTERPRISE'S COMMITMENT — Kuza Jamii II directly fulfils Village Enterprise's Statement of Commitment to the Alliance, which covers job placement and intermediation, vocational training and entrepreneurship, and integrated economic inclusion programmes — including the Graduation Approach and microfinance and savings groups. The project's dual focus on individual empowerment and national system-building reflects the organization's direct support to the 2030 Sprint for socio-economic inclusion.

World Bank Group (WBG)

CASH TRANSFERS

REPORTED
February 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Bolivia

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Integrated programmes for economic inclusion
Digital transformation of social protection information systems

World Bank Group approves USD 200 million for Bolivia's programme, expected to benefit eight million people

WHAT WAS DELIVERED

On 5 February 2026, the World Bank approved a USD 200 million loan to support Bolivia's Extraordinary Program for Protection and Equity (PEPE), a temporary cash assistance initiative targeting seniors without pensions, people with disabilities, families with school-age children, pregnant women without health insurance, and children under two years of age. The programme is expected to benefit approximately eight million people directly and indirectly. The financing additionally supports improvements to Bolivia's social protection delivery infrastructure — including beneficiary targeting systems, payment mechanisms, and inter-agency coordination — to strengthen the country's resilience ahead of future economic shocks.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — The World Bank Group is a support-intent signatory to the Global Alliance Against Hunger and Poverty, committing to help Alliance member governments implement, improve, and scale up cash transfer programmes and social protection systems. The Bolivia PEPE approval operationalises this support commitment, financing direct cash transfers to millions of vulnerable Bolivians while investing in the delivery infrastructure needed to sustain and expand cash-based social protection.

World Bank Group (WBG)

CASH TRANSFERS

REPORTED
January 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Lebanon

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Digital transformation of social protection information systems
Social registry

World Bank Group approves USD 200 million for Lebanese cash transfers and a stronger social registry

WHAT WAS DELIVERED

The World Bank has approved USD 200 million for Lebanon's Social Safety Net Enhancement and System Building Project, which finances cash transfers to poor and vulnerable Lebanese households and strengthens the DAEM platform as a comprehensive social registry, improving beneficiary targeting and reducing exclusion errors. A further USD 150 million has been approved for the Lebanon Digital Acceleration Project, which upgrades government data infrastructure and cybersecurity to enable more efficient and transparent delivery of social services.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — These actions contribute directly to the World Bank Group's cash transfer Sprint, with the social protection project financing cash transfers and building the registry backbone, while the digital acceleration component addresses the delivery infrastructure required for efficient, targeted cash-based assistance at scale. At the same time, Lebanon is moving to fulfil its Sprint commitment to expanding statutory coverage, strengthening, and institutionalizing the social grants programmes.

World Bank Group (WBG)

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Integrated programmes for economic inclusion
Unconditional cash transfer
Public works, employment guarantee schemes and direct job creation including community development programmes

World Bank Group approves two Tanzanian programmes projected to reach over 3 million people

WHAT WAS DELIVERED

The World Bank has approved two complementary programmes in Tanzania — the Second Education and Skills for Productive Jobs Programme (ESPJ-II, USD 300 million) and the Tanzania Productive Social Safety Net III (PSSN III, USD 250 million) — projected to reach over 3 million Tanzanians.

ESPJ-II will align 80 per cent of technical and vocational programmes with industry needs and support over 656,000 graduates in securing employment, with at least 45 per cent being women. PSSN III will provide productive cash transfers, climate-smart public works, digital delivery system expansion, and livelihood diversification training for 10,000 youth.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — These approvals directly advance the World Bank Group's Alliance Statement of Commitment to scale up social protection and economic inclusion programmes to reach at least 500 million people in developing countries by 2030, with half being women and girls. Together, ESPJ-II and PSSN III deliver the integrated social protection-to-employment pathway that the Alliance's Socio-economic Inclusion Sprint prioritises.

World Bank Group (WBG)

SOCIO-ECONOMIC INCLUSION

REPORTED

August 2025

POLICY BASKET

Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)

Job placement/intermediation

Integrated programmes for economic inclusion

World Bank Group convenes 11 countries to design and scale integrated poverty-graduation programmes

WHAT WAS DELIVERED

The World Bank Group's 'Creating Jobs for the Poor' Impact Program convenes 11 countries to design and scale graduation-model programmes that combine income support, entrepreneurship training, coaching, and market linkages — the integrated economic inclusion methodology at the heart of the Alliance's Socio-economic Inclusion Sprint.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — The programme directly operationalises the World Bank Group's Alliance Statement of Commitment and its support intent for the 2030 Sprint on socioeconomic inclusion to scale economic inclusion programmes to reach at least 500 million people by 2030, with half being women and girls. Notably, the Global Alliance Against Hunger and Poverty is named as a formal co-implementing partner, making this a direct Alliance-linked action.

2.4

Registros em resposta à Seção 2.4

APOIO À AGRICULTURA DE PEQUENA ESCALA RESILIENTE, **ACESSO À ÁGUA E OUTRAS SOLUÇÕES**

33 inscrições de 29 membros

2030 SPRINT AREAS Smallholder and Family Farming · Water Access

REGISTROS EM RESPOSTA À SEÇÃO 2.4

Apoio à agricultura de pequena escala resiliente, acesso à água e outras soluções

BAIF Development Research Foundation

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Access to extension and rural advisory services
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)
Integrated programmes for economic inclusion

BAIF's integrated rural livelihoods reach over 4 million families

WHAT WAS DELIVERED

During FY 2025-26, BAIF's integrated rural livelihood model reached over 5 million families across 115,416 villages in 397 districts (including 70 aspirational districts) in 18 states. The livestock development component alone supported 3.8 million families through 4,644 centres, performing 5.91 million artificial inseminations, while yielding 9.92 million tons of milk and contributing INR 26,684 crores (266.84 billion) to the rural economy annually.

HOW THIS ADVANCES BAIF DEVELOPMENT RESEARCH FOUNDATION'S COMMITMENT — This work, combining livestock-based livelihoods, agri-horti-forestry and women-led enterprise (205,627 women entrepreneurs), directly implements BAIF's Statement of Commitment to integrating social protection approaches for hunger and poverty reduction.

Benin

WATER ACCESS

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Access to basic drinking water and sanitation services, and hygiene facilities
School meals programmes

Benin boosts water and sanitation access with EUR 87.5 million national investment and infrastructure upgrades in 168 schools

WHAT WAS DELIVERED

Benin is advancing its Alliance Water Access commitment to achieve universal water and sanitation coverage in public schools through two concurrent investments. At the national level, the country has allocated EUR 87.5 million — approximately 17.5 per cent of a EUR 500 million SDG Eurobond — to water and sanitation infrastructure. At the school level, the CRS-led McGovern-Dole programme Keun Faaba III (2021–2026) is installing WASH infrastructure, including handwashing stations and hygiene facilities, in 168 schools across four municipalities, benefiting more than 110,000 children, teachers, and parents through school sanitation improvements and hygiene certification schemes.

HOW THIS ADVANCES BENIN'S COMMITMENT — These investments directly advance Benin's Sprint 2030 pledge to expand water and sanitation coverage in public schools — from 76.7 per cent rural and 71.8 per cent urban coverage recorded in 2022 — towards the country's target of 100 per cent by 2026.

Brazil

WATER ACCESS

REPORTED
March 2025

POLICY BASKET
Access to basic drinking water and sanitation services, and hygiene facilities

Brazil brings cumulative cistern coverage to 1.2 million low-income families

WHAT WAS DELIVERED

Since 2023, more than 133,000 new cisterns have been contracted in Brazil, bringing the cumulative total to 1.2 million families served. Complementary programmes — Água para Todos, Água Doce, and the São Francisco River Diversion — are advancing in parallel, all aligned with the national universalization goal. Brazil's Alliance commitment targets the construction of approximately 220,000 cisterns by 2026 at an estimated cost of BRL 2 billion (approximately USD 350 million), with the goal of achieving universal drinking water access for around 993,000 low-income families. Progress reported on World Water Day 2025 confirms that delivery is proceeding on schedule.

HOW THIS ADVANCES BRAZIL'S COMMITMENT — Brazil is on track to deliver on its 2030 Sprint Water Access commitment, reporting significant progress in its programme to universalize drinking water access for low-income families in semi-arid regions.

Brazil

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
June 2025

POLICY BASKET
Inclusive credit, insurance and financial services
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Promote inclusive access to agricultural markets
Promoting short value chains

Brazil launches record BRL 97.3 billion family-farming credit plan with targeted concessional rates

WHAT WAS DELIVERED

Brazil launched its 2026/2027 Family Farming Harvest Plan (Plano Safra) with a record BRL 97.3 billion in rural credit, which BRL 85.2 billion is directed to PRONAF, which integrates a set of specific financing lines for family farming. This is the highest PRONAF allocation on record. Interest rates are set at 2 per cent for staple food production, 1 per cent for organic and agroecological crops, and 0.5 per cent for women's microcredit up to BRL 28,000. By May 2026, the cumulative cycle achieved a historic high of 2.01 million operations, with the total volume funded more than doubling for key groups like rural women, who contracted BRL 48 billion.

HOW THIS ADVANCES BRAZIL'S COMMITMENT — The plan directly delivers on Brazil's Statement of Commitment to the Alliance, which pledges to deepen support for family farmers trough expansion of PRONAF-B (microcredit), climate-resilient credit lines, and increased access to land and agricultural input for the most vulnerable family farmers. New credit lines targeting agroecology, sustainable irrigation, climate adaptation, rural connectivity, and productive inclusion for women, youth, and indigenous farmers also reflect Brazil's Sprint commitment to sustainable and inclusive agriculture.

Burkina Faso

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
May 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
International Fund for Agricultural Development (IFAD)

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Access to irrigation
Inclusive value addition and processing
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Burkina Faso signs financing agreement for climate-resilient rural infrastructure projected to reach 60,000 people

WHAT WAS DELIVERED

Burkina Faso and IFAD signed a USD 59.75 million financing agreement for the Strengthening Agricultural and Rural Infrastructure for Food Sovereignty Project (ORIAM-SA), a six-year initiative (2026–2031) with a total budget of USD 157 million. The project will reach 60,000 rural people across rice, cassava, maize, vegetable, poultry, and pork value chains through sustainable agricultural and market infrastructure, climate-resilient farming practices, and improved access to financial services. It also includes a contingency mechanism designed to absorb climate and security shocks.

ORIAM-SA explicitly targets women — with a 50 per cent beneficiary goal — alongside youth, persons with disabilities, and internally displaced people, reflecting the particular vulnerability of these groups to the compounding effects of conflict and climate stress in Burkina Faso.

HOW THIS ADVANCES BURKINA FASO'S COMMITMENT — The project delivers on IFAD's commitment under the Smallholder and Family Farming Sprint, which pledges to scale financing and technical support for smallholder farmers in fragile and conflict-affected states with a focus on climate-resilient agriculture and inclusive market access. It also advances Burkina Faso's own Statement of Commitment to the Global Alliance.

Canada

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices
Promoting short value chains

Canada designs a national strategy to improve food affordability and strengthen self-sufficiency

WHAT WAS DELIVERED

The Food Policy for Canada brings diverse perspectives from across Canada's food systems together to address key gaps and better coordinate food-related actions for improved social, health, environmental and economic outcomes. It aims to ensure that all people in Canada are able to access a sufficient amount of safe, nutritious, and culturally diverse food.

Building on the Food Policy for Canada, the National Food Security Strategy is designed to improve access to affordable and nutritious food and strengthen food self-sufficiency. The Strategy addresses structural constraints and advances a more resilient food system through enabling more choices for producers and consumers, increasing capacity to process domestic production, increasing regional capacity to grow more fruits and vegetables year-round, and reducing red tape across supply chains.

HOW THIS ADVANCES CANADA'S COMMITMENT — This is directly aligned with Canada's Statement of Commitment on Food Policy.

Chile

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
June 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
Inter-American Development Bank (IDB)

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Promote inclusive access to agricultural markets
Access to extension and rural advisory services

Chile launches five-year programme extending agricultural advisory services to approximately 162,000 smallholder farmers

WHAT WAS DELIVERED

On 3 June 2025, Chile's Ministry of Agriculture launched 'Chile Alimenta el Futuro,' a five-year program to strengthen food security and modernize agricultural services. The program expands rural extension and advisory services through INDAP (Institute of Agricultural Development) for approximately 162,000 smallholder, family, and indigenous farmers, and develops Sustainable Agricultural Development Plans (PDAS) to improve market integration and reduce environmental impact. Additional components include creation of a Biosecurity Intelligence Unit in the second half of 2025, laboratory upgrades across multiple regions, and strengthened disaster risk and climate monitoring systems for the agricultural sector.

HOW THIS ADVANCES CHILE'S COMMITMENT — The initiative directly delivers on Chile's Statement of Commitment to the Global Alliance, which includes pledges to promote access to fresh, natural foods through local markets and community food hubs, support local agriculture, diversify marketing channels for agricultural products, improve farmer incomes, and expand irrigation and climate-resilient agricultural technologies for small farmers. By scaling INDAP extension services to smallholder and indigenous producers, developing market integration plans through PDAS, and strengthening climate resilience and biosecurity infrastructure, 'Chile Alimenta el Futuro' addresses these SoC commitments across multiple dimensions simultaneously.

China

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Land access, ownership and tenure security

China achieves record 714.9 million-tonne grain harvest, sets six 2026 agricultural priorities

WHAT WAS DELIVERED

In January 2026, China's Ministry of Agriculture and Rural Affairs (MARA) announced six key priorities for agricultural development in 2026: production and supply stability, green agriculture expansion, agricultural science and technology, poverty alleviation consolidation, rural infrastructure and rural economy, and rural talent development. The announcement highlighted 2025's achievement of 714.9 million tonnes of grain production and a mechanisation rate of 76.7 per cent. Specific new measures include expanding pilot programmes for 30-year rural land contract renewals, consolidating poverty prevention gains to prevent rural backsliding, and developing mechanisms to ensure farmers benefit fairly from industrial value chains.

HOW THIS ADVANCES CHINA'S COMMITMENT — These priorities directly deliver on China's Statement of Commitment to the Global Alliance, which includes commitments to implement monitoring and assistance mechanisms preventing rural residents from lapsing into extreme poverty, support rural revitalisation, protect farmland, and enhance food production capacity. Priority 4 explicitly consolidates poverty alleviation gains to prevent rural backsliding; Priority 6 expands 30-year rural land contract renewals in direct implementation of China's land tenure pledge; and the record 714.9 million tonnes 2025 harvest represents measurable progress toward China's food production capacity commitment.

Common Fund for Commodities (CFC)

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Inclusive credit, insurance and financial services
Access to extension and rural advisory services
Inclusive value addition and processing
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

CFC establishes GBP 5.4 million fund and approves three African agri-SME projects

WHAT WAS DELIVERED

Announced in 2025, the CFC Graduation Fund was established through CFC's partnership with the UK FCDO to support early-stage, inclusive agri-SMEs in sub-Saharan Africa. The Fund has a total size of GBP 5.4 million, comprising GBP 3 million from FCDO through the CASA DevCap Grant and GBP 2.4 million from CFC. The Fund focuses on enterprises that are critical to local food systems and combines tailored financing with customized technical assistance, designed and managed by CFC, to support company growth and enhance climate resilience. In February 2026, three projects were approved under the CFC Graduation Fund, including local-market producers and processors in value chains such as coffee, grains, and groundnuts across sub-Saharan Africa, including in countries such as Zimbabwe. They are expected to contribute to stronger market access, sourcing capacity, local food systems, and rural livelihoods, while supporting climate-resilient practices such as agroforestry and intercropping.

HOW THIS ADVANCES CFC'S COMMITMENT — These actions are aligned with CFC's Statement of Commitment and the 2030 Sprint for Smallholder and Family Farming.

Ethiopia

REPORTED
May 2026

POLICY BASKET
Promote inclusive access to agricultural markets
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing
Access to extension and rural advisory services
Promoting short value chains
Inclusive credit, insurance and financial services

Ethiopia's Yelemat Tirufat Initiative transforming the livestock sector

WHAT WAS DELIVERED

In 2022, Ethiopia launched the Yelemat Tirufat ("Bounty of the Basket") Initiative to sustainably increase the productivity, inclusivity and resilience of the livestock sector, thereby strengthening food and nutrition security. Since its launch, annual milk production has more than doubled, from 5.8 billion litres in 2022 to 11.7 billion litres in 2026. Over the same period, the distribution of day-old chicks increased from 26 million to 131.2 million, while the number of modern beehives increased from 1.2 million to 2.7 million. In 2025, Ethiopia's Yelemat Tirufat Plus programme was selected as one of the first initiatives to receive support through the Fast-Track process of the Global Alliance. Through the Global Alliance framework, the programme has secured concrete commitments from 14 members, including more than USD 100 million in financial support, alongside technical and knowledge support in areas including extension and rural advisory services, feed and veterinary input systems, biosecurity and quality and laboratory standards, market linkages and financial inclusion, seasonal weather and climate advisory services, and nutrition-focused knowledge management.

HOW THIS ADVANCES ETHIOPIA'S COMMITMENT — Yelemat Tirufat Plus operationalizes Ethiopia's Statement of Commitment to the Global Alliance, aiming to implement and scale up effective policy instruments to generate measurable gains in productivity, nutrition, and food security for smallholder producers in its national context and by partnering with other Alliance members to carry out its commitments with greater effectiveness.

Ethiopia

REPORTED

September 2026

POLICY BASKET

Promoting short value chains

Access to irrigation

Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Ethiopia expands irrigated and rain-fed wheat production to about 7.8 million hectares

WHAT WAS DELIVERED

Ethiopia has made significant progress in delivering on its commitment to reduce hunger and poverty through integrated investments in agricultural transformation and social protection. Through the National Wheat Development Initiative, Ethiopia has substantially expanded both irrigated and rain-fed wheat production to strengthen food security and reduce dependence on imports. The country cultivated approximately 7.8 million hectares of wheat during the 2024/25 production year and harvested about 280 million quintals. The initiative has been supported by expanded irrigation, improved seed systems, mechanization, and climate-resilient farming practices, enabling Ethiopia to realize wheat self-sufficiency while improving the livelihoods of millions of smallholder farmers.

HOW THIS ADVANCES ETHIOPIA'S COMMITMENT — These achievements are aligned with Ethiopia's Statement of Commitment, and demonstrate the country's integrated approach to ending hunger and poverty by simultaneously increasing domestic food production, strengthening resilience to shocks, improving rural livelihoods, and expanding social protection for vulnerable populations.

European Investment Bank (EIB)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED

July 2025

POLICY BASKET

Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Inclusive credit, insurance and financial services

Inclusive value addition and processing

European Investment Bank joins Seville Platform and doubles planned adaptation finance to EUR 30 billion

WHAT WAS DELIVERED

At the Fourth International Conference on Financing for Development (FfD4) in Seville in July 2025, the European Investment Bank Group took several concrete steps to reinforce its support for food security and hunger reduction. The EIB formally joined the Alliance's Seville Platform for Action to fast-track finance for ending hunger and climate risk, representing explicit institutional alignment with Alliance Sprint priorities. The EIB Group also committed to doubling its climate adaptation financing to EUR 30 billion for the period 2026–2030. These actions also reflect the EIB Group's wider agriculture and bioeconomy approach outside the EU: supporting agricultural value chains through direct and intermediated lending, with a focus on sustainable food systems, climate resilience, biodiversity, and access to finance. Concrete examples include strategic storage infrastructure in the Southern Neighbourhood, irrigation in the Easterner Neighbourhood, and the IFAD Food Security Loan in Africa, Asia, and Latin America. Together with the FAO cooperation and the new WFP partnership, these operations and partnerships show how the EIB contributes in practice to food security, smallholder resilience and better-structured agriculture investments in partner countries, particularly in Sub-Saharan Africa and fragile contexts.

HOW THIS ADVANCES EIB'S COMMITMENT — These actions deliver on EIB's Statement of Commitment, which pledges to support Global Alliance objectives through climate-focused investments in agriculture and development.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
October 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
African Development Bank Group (AfDB)

POLICY BASKET
Farmer registry
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

FAO expands Zimbabwe's digital registry towards 36,588 farmers

WHAT WAS DELIVERED

FAO announced on 30 October 2025, the expansion of its digital farmer registry in Zimbabwe, targeting the registration of 36,588 farmers across 12 districts and four provinces during the 2025/26 cropping season through the IDEA (Identification, Delivery, and Empowerment Application) system. Funded by the African Development Bank through the Zimbabwe Emergency Food Production Facility, the system supports improved delivery of seeds and fertilizers to 180,000 total beneficiaries, with 40 per cent of recipients targeted to be women. FAO trained 176 Agricultural Business Advisory Officers in October 2025 to operationalise the roll-out; 14,915 farmers had already been registered at the time of the announcement.

HOW THIS ADVANCES FAO'S COMMITMENT — This initiative jointly operationalises two Alliance commitments. FAO's Statement of Commitment pledges to support member governments in implementing and scaling farmer registry systems as a core instrument of the Smallholder and Family Farming Sprint, improving the targeting and delivery of agricultural inputs to smallholders. The African Development Bank's SoC commits to financing agricultural transformation across Africa — of which the Zimbabwe Emergency Food Production Facility is a direct expression — providing the financing envelope within which FAO deploys the IDEA system at scale. Together, the two commitments are being realised through a single, coordinated country-level delivery.

France

REPORTED
June 2026

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Access to extension and rural advisory services
Training (vocational, life skills, cash for training, entrepreneurship)

France funds EUR 20.4 million in agroecological training and inputs for smallholders

WHAT WAS DELIVERED

France continued to support the sustainable transition of agricultural systems by providing agroecological training and distributing agricultural inputs to smallholder and family farmers through projects amounting to EUR 20.4 million, part of the initiative for security and nutrition (FIFSAN). In addition, through a FAO-UNICEF project in Afghanistan, France contributed to restore livelihoods and strengthen local food systems of local communities affected by the 2025 earthquake in the provinces of Kunar and Nangarhar. This project included the distribution of animal feed, access to veterinary services and agroecological training to improve the management of poultry and livestock in a "One Health" perspective.

HOW THIS ADVANCES FRANCE'S COMMITMENT — This operationalizes France's 2030 Sprint commitment to smallholder and family farming.

Gates Foundation

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Gates Foundation commits USD 1.4 billion to help millions of smallholders adapt to climate shocks

WHAT WAS DELIVERED

The Gates Foundation's 2026 Annual Letter discloses a USD 1.4 billion commitment over four years — made at COP30 in November 2025 in Belém, Brazil — will support millions of smallholder farmers across South Asia and sub-Saharan Africa in adapting to climate shocks. The Foundation notes that agricultural growth is two to three times more effective at reducing poverty than growth in other sectors.

HOW THIS ADVANCES GATES FOUNDATION'S COMMITMENT — This commitment delivers on the Foundation's Statement of Commitment to agricultural development and advances the 2030 Sprint for Smallholders and Family Farming.

Germany

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
May 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
Gates Foundation

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Promoting short value chains

Access to extension and rural advisory services

Germany launches EUR 28.4 million Soil Matters programme across seven countries

WHAT WAS DELIVERED

Germany's Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ) launched the Global Programme 'Soil Matters – Innovations for Soil Health and Agroecology' on January 1, 2025, implemented by GIZ with a total budget of approximately EUR 28.4 million (BMZ contributing EUR 16.5 million, the European Union EUR 10 million, and the Gates Foundation EUR 1.91 million). Running through January 2030, the programme operates across seven countries — Cameroon, Ethiopia, India, Kenya, Madagascar, Nigeria, and Tunisia — focusing on restoring agricultural land, building smallholder enterprise capacity around soil-related products, and scaling climate-smart soil management. It builds on the ProSoil predecessor programme, which restored 1,135,000 hectares, raised productivity by 43 per cent, thus enhancing food security and livelihoods for 2.6 million people. 75 per cent of women in 360,074 households confirm improvements of women's economic and legal situation.

HOW THIS ADVANCES GERMANY'S COMMITMENT — The launch directly delivers on Germany's Statement of Commitment, which commits to implementing national agroecology programmes and strengthening support for agroecological farming practices — including through soil health initiatives, knowledge centres, and climate-resilient technologies — to help smallholder farmers earn a living income. The Soil Matters programme translates this commitment into a funded, multi-year, multi-country action aligned with the Smallholder and Family Farming Sprint.

Germany

REPORTED

July 2026

POLICY BASKET

Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Inclusive credit, insurance and financial services

Multilevel governance

Germany channels about EUR 2 billion annually into food security, rural development and natural resources

WHAT WAS DELIVERED

Germany's Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ) channels around EUR 2 billion annually into food security, rural development and the protection of natural resources, advancing large-scale transformation of agricultural and food systems.

This engagement contributes to the Global Alliance's objectives by supporting partner countries in transforming agricultural and food systems towards more resilient, sustainable, equitable and nutrition-sensitive outcomes. It addresses structural causes of hunger and poverty by combining support for food security, rural livelihoods, sustainable agriculture, resilience, nutrition and natural resource protection, while aligning global agendas with regional, national and local implementation efforts.

In a context of compounding crises - from climate-related shocks such as El Niño to disruptions in global trade routes, energy markets and agricultural input systems, including risks linked to the Strait of Hormuz - Germany's engagement underlines the importance of reducing structural vulnerabilities and dependencies, strengthening resilient food systems and protecting global food security as a global public good. As Development Minister Reem Alabali Radovan has stressed: "Effective responses to global challenges require international cooperation. No country can secure peace, combat hunger or ensure economic stability on its own."

Against this backdrop, Germany supports partner countries in making agricultural and food production more resilient to external shocks, while reducing dependencies on imported inputs and strengthening more sustainable, locally anchored production systems. One concrete example is Germany's provision of EUR 30 million to help reduce reliance on imported fertilizer, including by supporting local fertilizer production and providing bridge financing to cushion risks for smallholder farmers and enterprises in low-income and vulnerable partner countries.

In addition, Germany supports the Global Alliance's Support Mechanism with a contribution of EUR 2 million, helping to strengthen coordination, alignment and delivery support across the Alliance.

HOW THIS ADVANCES GERMANY'S COMMITMENT — These actions relate to Germany's Statement of Commitment, particularly its Policy Cooperation and Support Commitments on transforming agricultural and food systems. Germany commits to integrating its experience into cooperation with partner countries and multilateral initiatives. It also references the Special Initiative "Transformation of Agricultural and Food Systems," encompassing around 300 projects in countries affected by hunger and malnutrition. Additionally, it aligns with Germany's Financial Support Commitments to continue backing multilateral efforts for more equitable, sustainable, and resilient food systems.

Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
April 2026

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Inclusive credit, insurance and financial services

GAFSP grants USD 38.75 million for smallholder-led climate-smart agriculture across low-income countries

WHAT WAS DELIVERED

The Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP) announced USD 38.75 million in new grant financing for smallholder farmers across 27 low-income nations in Africa, Asia, and the Americas. The funding covers 16 projects — 14 national and 2 regional — expected to directly benefit approximately 175,000 smallholder farmers through producer organisation-led initiatives emphasising capacity building, financial sustainability, and climate-smart agricultural practices.

HOW THIS ADVANCES GAFSP'S COMMITMENT — This disbursement directly advances GAFSP's Statement of Commitment to the Alliance, under which GAFSP committed to deploying up to USD 182 million and launching a USD 75 million Blended and Innovative Finance for Transformation window specifically aligned with the Alliance's Smallholder and Family Farming Sprint objectives. The USD 38.75 million grant round channels funds to producer organisation-led programmes in low-income countries, consistent with GAFSP's role as a dedicated multilateral grant facility for the Sprint.

Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
May 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Inclusive credit, insurance and financial services

GAFSP opens ninth USD 163 million grant round for fragile countries

WHAT WAS DELIVERED

The Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP) opened its ninth call for grant proposals on 13 May 2026, making USD 163 million available for smallholder farmers in the world's poorest IDA-eligible countries. Fragile and conflict-affected states — which already account for approximately 60 per cent of GAFSP's existing portfolio — are a priority for this round. The call accepts submissions through 15 September 2026, with funding decisions expected in January 2027.

The programme gives preference to integrated proposals that simultaneously address climate impacts, nutrition, and women's empowerment, reflecting the compounding vulnerabilities faced by smallholder producers in the most fragile contexts.

HOW THIS ADVANCES GAFSP'S COMMITMENT — This ninth grant call directly delivers on GAFSP's commitment under the Smallholder and Family Farming Sprint, which at its launch at the G20 in November 2024 committed Alliance members to raise and channel additional financing for smallholder producers and rural people, targeting over 100 million small-scale producers by 2030. The USD 163 million round is explicitly designed for the world's poorest smallholder-farming nations, with integrated climate and nutrition criteria aligned with the Sprint's stated policy priorities.

Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)

REPORTED
May 2026

POLICY BASKET
Multilevel governance
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection
Inclusive credit, insurance and financial services

GAFSP offers USD 163 million for country-led projects

WHAT WAS DELIVERED

Within the framework of Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)'s Strategic Plan 2025–2030, GAFSP launched its 9th Call for Proposals for Country-led Projects on May 13, 2026, with approximately USD 163 million in grant financing available for eligible countries. The Call is designed to support high-impact, scalable investments that strengthen food security, build climate resilience, improve rural livelihoods, and support smallholder farmers and rural communities in the world's poorest countries. It is expected to finance between 6 and 10 projects across eligible IDA-only low-income countries.

The Call translates GAFSP's new strategic approach into practice by positioning the Program as an incentive setter for innovative and integrated agrifood system transformation, a connector across public and private actors and global initiatives, and a de-risker able to mobilize additional investment for underserved smallholder producers and rural communities. It also promotes alignment with national priorities and relevant global frameworks, including the Global Alliance against Hunger and Poverty, the Committee on World Food Security, CAADP and the UN Food Systems Summit follow-up process. Awards are expected in January 2027.

HOW THIS ADVANCES GAFSP'S COMMITMENT — This Call advances the financial support commitment from GAFSP's Statement of Commitment.

Guinea

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
May 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG), International Fund for Agricultural Development (IFAD)

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Promote inclusive access to agricultural markets
Inclusive value addition and processing
Integrated programmes for economic inclusion

Guinea launches AgriConnect Compact to grow six value chains and reduce food imports

WHAT WAS DELIVERED

On 30 April 2026, the Government of Guinea and the World Bank Group launched the Guinea AgriConnect Compact — a country-level agreement under the World Bank's global AgriConnect initiative, which targets 300 million smallholder farmers worldwide by 2030 — with IFAD committing to co-finance and partner on implementation. The compact prioritises rice, poultry and fonio, with maize, soybeans and mangoes as secondary value chains, aiming to reduce staple-food import dependence, raise productivity, and expand exports. By 2030, it targets significantly improved food and nutrition security and hundreds of thousands of direct and indirect jobs across agri-food value chains, with a particular focus on youth and women. IFAD brings longstanding engagement in Guinea, having committed USD 270.94 million across 15 projects since 1980 and reached 651,450 rural households.

HOW THIS ADVANCES GUINEA'S COMMITMENT — The compact operationalises the Sprints 2030 Smallholder and Family Farming workstream — which calls on Alliance members to make coordinated investments helping smallholders move from subsistence to surplus through inputs, market linkages and value-chain development — and aligns with Guinea's Statement of Commitment. By pairing Guinea, the World Bank Group and IFAD within a single integrated country framework, the AgriConnect Compact delivers the food security gains and inclusive employment outcomes for youth and women that the Sprint envisions by 2030.

India

REPORTED
July 2025

POLICY BASKET
Inclusive value addition and processing
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Access to irrigation
Multilevel governance

India launches six-year farm scheme projected to benefit 17 million farmers

WHAT WAS DELIVERED

In July 2025, the Government of India's Union Cabinet approved the Prime Minister Dhan-Dhaanya Krishi Yojana for six years beginning 2025-26, covering 100 districts, the first scheme of its kind focusing exclusively on agriculture and allied sectors, and implemented through the convergence of 36 existing schemes across 11 Departments alongside state schemes and private-sector partnerships. The scheme aims to enhance agricultural productivity, increase crop diversification and sustainable practices, augment post-harvest storage at panchayat and block levels, improve irrigation and facilitate long-term and short-term credit, with progress monitored against 117 key performance indicators through a monthly dashboard and district plans reviewed by NITI Aayog. With an annual outlay of USD 2.5 billion, the scheme is projected to benefit 17 million farmers directly, and it was subsequently launched on 11 October 2025 with all 100 districts notified.

HOW THIS ADVANCES INDIA'S COMMITMENT — This is in line with India's Statement of Commitment to make its best efforts to implement, improve, and/or scale-up the implementation of policy instruments and programmes from among those contained in the Global Alliance's Policy Basket in India's national context, together with the commitment to observe good practices throughout the implementation of such policy instruments and programmes, including maintaining effective governance and providing for appropriate monitoring and evaluation.

Indonesia

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
Inclusive credit, insurance and financial services
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Indonesia allocates IDR 300 trillion in agricultural microcredit, nearly tripling 2025 disbursements

WHAT WAS DELIVERED

Indonesia announced an allocation of IDR 300 trillion (approximately USD 17.8 billion) under its Kredit Usaha Rakyat (KUR) microcredit programme for the agricultural sector in 2026 — nearly three times the IDR 102 trillion disbursed in 2025. Coordinating Minister for Economic Affairs Airlangga Hartarto stated the programme aims to broaden farmers' access to financing, maintain rice self-sufficiency, stabilise food prices, and improve farmers' welfare through adaptive credit policies.

HOW THIS ADVANCES INDONESIA'S COMMITMENT — This scale-up directly delivers on Indonesia's Statement of Commitment to the Global Alliance, which commits to implementing the National Program for Productive-Oriented Microcredit (KUR) targeting micro-enterprises and smallholder farmers in the agricultural sector, distributed through financial institutions with a guaranteed scheme.

Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
May 2025

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Access to extension and rural advisory services

IICA launches training for 100 million smallholders in five languages

WHAT WAS DELIVERED

On 9 May 2025, IICA and Bayer jointly launched a global programme to deliver regenerative agriculture training to 100 million small-scale farmers across the Americas, Africa, and India. Online courses will be delivered in five languages — Spanish, English, Portuguese, Swahili, and Hindi — targeting producers in low- and middle-income countries. The programme aims to generate measurable impacts on food security, environmental protection, and socioeconomic development for participating rural communities, and is positioned as the largest knowledge-transfer initiative of its kind for smallholder producers.

HOW THIS ADVANCES IICA'S COMMITMENT — The launch directly operationalizes IICA's Statement of Commitment, which commits to supporting Alliance member governments in pro-poor access to agricultural inputs, technology, and knowledge through targeted knowledge transfer to smallholder farmers, and in climate-resilient technologies for family farming.

Japan

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Emergency food transfer/supply, including humanitarian
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection
Inclusive value addition and processing
Promote inclusive access to agricultural markets
Access to extension and rural advisory services

Japan helps double African rice production and trains smallholders in 71 countries

WHAT WAS DELIVERED

Japan has been vigorously working to eradicate hunger and poverty under the concept of human security, contributing approximately USD 16.7 billion from 2020 to 2024. In addition to bilateral support through JICA, Japan has collaborated with international organizations such as FAO and WFP, to provide both short-term emergency food assistance and mid- to long-term self-reliance support. We also focus on nutrition improvement to achieve universal health coverage. Specific initiatives include the establishment of Coalition for African Rice Development (CARD) and Smallholder Horticulture Empowerment and Promotion (SHEP) approach. Under the CARD, Japan has supported the formulation of rice development strategies in Sub-Saharan African countries and assisted in increasing rice production in line with each country's strategy. As a result, rice production doubled in ten years until 2018, and now it aims to further double the production by 2030. SHEP approach - a capacity building support for smallholder farmers - aims not only to increase crop productivity but also to enhance cultivation management and marketing capabilities with a focus on marketability. Since its launch in Kenya in 2006, related training has been conducted in 71 countries worldwide, including Africa, Latin America, Asia, and the Middle East.

HOW THIS ADVANCES JAPAN'S COMMITMENT — Operationalization of the CARD and SHEP initiatives and its technical assistance and knowledge sharing are directly in line with Japan's Statement of Commitment.

Nigeria

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
February 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
African Development Bank Group (AfDB)

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Inclusive credit, insurance and financial services
Promote inclusive access to agricultural markets

Nigeria's agricultural programme supporting inputs and climate-smart farming financed by AfDB

WHAT WAS DELIVERED

Nigeria's Phase 2 of the National Agricultural Growth Scheme — Agro-Pocket (NAGS-AP) — mobilises USD 200 million over four years, with implementation beginning in March 2026. The programme supports distribution of quality seeds and fertilisers through more than 600 agro-dealers, crop insurance, digital and climate-smart farming technology, and strengthened agricultural extension and data management systems for smallholder farmers. Building on Phase 1's reach of 650,000 farmers, Phase 2 targets a fivefold increase in wheat production and a 20 per cent boost in rice output to reduce Nigeria's food import burden.

HOW THIS ADVANCES NIGERIA'S COMMITMENT — This investment is financed through an African Development Bank (AfDB) loan, directly operationalising AfDB's Statement of Commitment to the Global Alliance, which pledges to enhance investment in agriculture and improve access to markets, finance, and technology for smallholder farmers and rural communities. The loan delivers on those commitments by supplying quality inputs through an agro-dealer network, deploying digital and climate-smart farming tools, and strengthening agricultural extension services.

Republic of Korea

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Republic of Korea raises K-Ricebelt rice yields from 2.2 to 4 tonnes per hectare

WHAT WAS DELIVERED

The Republic of Korea's Rural Development Administration is scaling its K-Ricebelt project to produce 11,000 tons of seed rice annually across seven African countries by 2027, up from 3,600 tons in 2024. Average rice yields in participating countries have risen from 2.2 tons per hectare before the project to 4 tons per hectare in 2024, and the first half of 2025 alone yielded 2,300 tons. At full scale, the initiative is projected to cultivate 223,000 hectares and produce sufficient rice to feed approximately 30 million people; African governments have to date imported USD 2.3 million worth of Korean agricultural equipment.

HOW THIS ADVANCES THE REPUBLIC OF KOREA'S COMMITMENT — These results confirm active and expanding delivery against Korea's Statement of Commitment, which pledges to continue the K-Ricebelt Project — including a USD 17 million investment in 2024 — to develop high-yield rice varieties and establish rice production complexes that raise agricultural productivity in Africa. Rising production volumes, higher per-hectare yields, and growing equipment transfers all demonstrate that this commitment is being realised on the ground.

Saudi Arabia

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Promote inclusive access to agricultural markets
Access to irrigation

Saudi Arabia's Reef Saudi reaches 87,000 rural beneficiaries across eight agricultural sectors

WHAT WAS DELIVERED

Saudi Arabia's Reef Saudi (Sustainable Agricultural Rural Development Program) has reached over 87,000 beneficiaries across the Kingdom, spanning eight sectors including beekeeping, fruit cultivation, rainfed crops, livestock, and aquaculture, with dedicated programming for rural women's empowerment. The rainfed agriculture sector registered over 1,100 per cent growth in participant numbers, and the number of registered beekeepers tripled from 5,000 to 15,000, with women now comprising 36 per cent of that workforce.

HOW THIS ADVANCES SAUDI ARABIA'S COMMITMENT — These results confirm active implementation of Saudi Arabia's Statement of Commitment, under which the Kingdom pledged to expand REEF to provide small agricultural producers, cooperative societies, and rural establishments with resources, market access, sustainable agricultural practices, irrigation access, and modern farming technologies — with a target of reaching over 200,000 beneficiaries by 2027. At 87,000 beneficiaries, current reach represents meaningful progress; however, as the fact-checker notes, substantial scale-up will be required over the remaining programme period to meet that target.

Spain

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
February 2025

POLICY BASKET
Promoting short value chains
Promote inclusive access to agricultural markets
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Spain allocates EUR 2.4 billion to irrigation through 2027 under its National Food Strategy

WHAT WAS DELIVERED

In February 2025, Spain announced a comprehensive National Food Strategy, with President Sánchez committing to advance a new Family Farming Law during the current legislative term to support over 900,000 family farms — described as the main raison d'être of the legislation. The strategy allocates EUR 2.4 billion through 2027 for efficient irrigation infrastructure, organised around six strategic pillars: food security, sustainability, rural and coastal regions, healthy eating, innovation, and consumer empowerment. Spain also reaffirmed its commitment to defending farmers and cooperatives in international trade contexts.

HOW THIS ADVANCES SPAIN'S COMMITMENT — This announcement directly delivers on Spain's Statement of Commitment to the Alliance, which pledges to renew its Development Cooperation Strategy in 2025 with smallholder farmers and family farming at its core, and to promote a gender-transformative Family Farming Law as part of its strategic role in food systems. The February 2025 declaration represents Spain's highest-level political commitment to both the Law and the broader National Food Strategy, fulfilling the SoC pledge and reinforcing Spain's 2030 Sprint commitments.

United Kingdom

REPORTED

July 2026

POLICY BASKET

Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Access to extension and rural advisory services

Inclusive value addition and processing

Integrated programmes for gender equality and empowerment

Multilevel governance

United Kingdom's CASA raises smallholder incomes 23%, reaching nearly 400,000 farmers and firms

WHAT WAS DELIVERED

The United Kingdom works to unlock finance, markets and access to technology (seeds, digital extension, next generation fertiliser) for smallholder farmers and agri-SMEs to improve inclusive, climate-resilient growth and food security, ensuring more environmentally sustainable gains in productivity and incomes.

Nearly 400,000 smallholder farmers and agri-SMEs benefitted from increased productivity, sales, income and climate resilience through the Commercial Agriculture for Smallholders and Agribusiness (CASA) programme to 2026, half of whom are female beneficiaries. On average, CASA market systems development activities, including in Ethiopia, Malawi, Nepal and Rwanda, increased the proportion of women formally integrated into agribusinesses' value chain by 36 per cent and increased smallholder annual incomes by 23 per cent.

Further, through a match-fund with the Common Fund for Commodities (CFS), the UK provides technical assistance and investment to boost agri-SME growth and local food system resilience, delivering on our commitment to support small, sustainable agribusinesses across sub-Saharan Africa.

HOW THIS ADVANCES THE UNITED KINGDOM'S COMMITMENT — This advances the UK's 2030 Sprint commitment to Smallholder and Family Farming.

World Bank Group (WBG)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED

April 2026

DEVELOPMENT PARTNERS

Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA)

POLICY BASKET

Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies

Promote inclusive access to agricultural markets

Inclusive value addition and processing

World Bank Group's AgriConnect targets 10 million Latin American and Caribbean farming families by 2030

WHAT WAS DELIVERED

The World Bank Group launched AgriConnect on 15 April 2026, targeting 10 million farming families in Latin America and the Caribbean by 2030 as part of a global goal to reach 300 million family farmers worldwide. The initiative focuses on job creation, income improvements for smallholder farmers, and food security gains through productive alliances, value chain integration, and digital transformation.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — AgriConnect advances the World Bank Group's Statement of Commitment, which pledges to use IDA financing to support smallholder farmers, promote inclusive access to agricultural markets, and provide pro-poor access to agricultural inputs and climate-resilient technologies — with a stated aim of doubling annual agribusiness investment to USD 9 billion. AgriConnect provides the overarching institutional framework and political momentum that shapes how IDA-financed country operations are designed and deployed at the scale called for in the commitment, complementing the direct country-level delivery mechanisms through which the SoC is realised.

World Bank Group (WBG)

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Farmer registry
Promote inclusive access to agricultural markets
Inclusive value addition and processing

World Bank Group backs one million Nigerian farmers with USD 500 million for seeds and markets

WHAT WAS DELIVERED

The World Bank Group approved a USD 500 million IDA credit for the Nigeria AGROW Project, providing concessional financing for digital farmer registries, climate-resilient seed access, and market linkages for one million smallholder farmers in one of Africa's largest agricultural economies.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — This operation directly delivers on the World Bank Group's Statement of Commitment, which pledges to deploy IDA concessional financing in support of smallholder farmers, advance digital farmer registries as tools for improving agricultural data and targeting, promote inclusive agricultural market access, and provide pro-poor access to agricultural inputs. The Nigeria AGROW Project is a concrete country-level embodiment of these commitments, and is consistent with the Bank's Sprint commitments to smallholder and family farming.

World Bank Group (WBG)

WATER ACCESS

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Access to basic drinking water and sanitation services, and hygiene facilities
Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

World Bank Group approves a project to deliver reliable water to 127,000 rural Djiboutians

WHAT WAS DELIVERED

On 16 March 2026, the World Bank approved a USD 35 million grant for the Djibouti Groundwater Resilience and Water Supply Project (DJIRESA), bringing Djibouti into the Horn of Africa – Groundwater for Resilience Program, a USD 455 million regional initiative also covering Ethiopia, Kenya and Somalia. The project finances construction and rehabilitation of rural water systems, professionalisation of operations and maintenance, capacity building for the Rural Hydraulic Directorate, a national Groundwater Information Management System, and a Water Resources Master Plan. It is expected to deliver reliable basic water services to 127,000 rural Djiboutians and enhance climate resilience for at least 167,000 people, with an additional USD 1.5 million supporting IGAD's cross-border coordination.

HOW THIS ADVANCES WBG'S COMMITMENT — This investment fulfils the World Bank's Statement of Commitment and indirectly supports the Sprints 2030 Water Access workstream, which commits Alliance members and partners — with multilateral banks serving as core financiers — to expand sustainable, climate-resilient drinking water services for underserved rural populations. By anchoring Djibouti within a USD 455 million regional groundwater resilience programme alongside three neighbouring countries, DJIRESA translates that commitment into measurable access gains for the country's most vulnerable rural communities.

2.5

Registros em resposta à Seção 2.5

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, **NUTRIÇÃO INFANTIL E APOIO À MATERNIDADE**

53 inscrições de 49 membros

2030 SPRINT AREAS School Meals · Early Childhood and Maternal Support

REGISTROS EM RESPOSTA À SEÇÃO 2.5

Alimentação escolar, nutrição infantil e apoio à maternidade

African Union

SCHOOL MEALS

REPORTED
March 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
African Union Development Agency (AUDA-NEPAD)

POLICY BASKET
School meals programmes
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

African Union member states expand school feeding to 87 million children with mostly domestic financing

WHAT WAS DELIVERED

At the 11th African Development and Social Forum (ADSF), Member States reported significant progress in expanding school feeding programmes, collectively increasing coverage from 66 million to 87 million children, with more than 70 per cent of programmes financed through domestic resources. This milestone reflects growing national ownership and the institutionalization of sustainable social protection systems. Member States renewed their commitment to Home-Grown School Feeding (HGSF) as a transformative model that simultaneously improves child nutrition, health and educational outcomes while stimulating local agricultural production and creating predictable markets for smallholder farmers. By strengthening local food value chains, generating rural employment and increasing household incomes, HGSF demonstrates how social protection programmes can become powerful drivers of local economic development and resilience against food price volatility and climate shocks.

HOW THIS ADVANCES THE AFRICAN UNION'S COMMITMENT — These results reflect delivery aligned with commitments to promote social protection programmes including school feeding and food assistance — as set out in the Statements of Commitment of the African Union and AUDA-NEPAD respectively.

Angola

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
May 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
Unconditional cash transfer
Maternal and early childhood nutrition

Angola's Kwenda cash transfers reach 1.3 million households and expand maternal and child support

WHAT WAS DELIVERED

Angola's Kwenda programme — the country's first national cash transfer scheme, implemented by the Local Development Institute (FAS/IDL) — reached over 1.3 million households in Phase 1, 70 per cent of them led by women. Phase 2, supported by the World Bank, is now underway and introduces expanded benefits explicitly targeting child development and maternal health outcomes, including increased uptake of nutrition, immunisation, and education services among vulnerable households. Approximately 3,000 Community and Health Development Agents (ADECOS) will support household education, service monitoring, and sector coordination across the country.

HOW THIS ADVANCES ANGOLA'S COMMITMENT — Kwenda Phase 2 directly implements Angola's Sprint 2030 commitment to expand assistance to children through programmes targeting maternal and early childhood support — including coverage for children aged 0 to 2 years — as set out under the Maternal and Child Health Improvement Program and the Child Rights Protection and Promotion Program (PDN 2023–2027).

Antigua and Barbuda

SCHOOL MEALS

REPORTED
January 2025

POLICY BASKET
School meals programmes

Antigua and Barbuda adds daily breakfast for 1,500 pupils and opens a second meals kitchen

WHAT WAS DELIVERED

In January 2025, Antigua and Barbuda expanded its National School Meals Programme by introducing a breakfast component serving over 1,500 primary school students daily, complementing the existing lunch programme which reaches over 4,000 students. To support increased service delivery, the Ministry of Education opened a second Satellite Meals Kitchen in Freetown Village on 8 January 2025, strengthening meal preparation capacity across the islands.

HOW THIS ADVANCES ANTIGUA AND BARBUDA'S COMMITMENT — These developments deliver directly on Antigua and Barbuda's Statement of Commitment to its National School Meals Programme, which committed to providing free hot lunches to all primary public school students. The January 2025 expansion extends the programme beyond lunch to a full breakfast-and-lunch offer and builds the infrastructure needed to sustain and grow that coverage.

Argentina

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Conditional cash transfer (CCT)
Maternal and early childhood nutrition
Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)
School meals programmes
Social registry
Digital transformation of social protection information systems

Argentina doubles its child allowance while food support covers the full basic food basket

WHAT WAS DELIVERED

Based on official national data, between the second half of 2023 and the second half of 2025, Argentina reduced poverty from 41.7 per cent to 28.2 per cent and indigence from 11.9 per cent to 6.3 per cent, through an economic and financial stabilization programme based on macroeconomic balance, tax reductions, deregulation of economic activities, and respect for property rights.

The Asignación Universal por Hijo (AUH), together with Prestación Alimentar and Apoyo Alimentario 1000 Días, forms part of the strategy to support the most vulnerable households, including those with children, pregnant women or children with disabilities. In January 2024, the amount of the AUH was doubled, and it was established that it would be adjusted monthly in line with pension mobility. Since June 2024, the combined amount of the AUH and Tarjeta Alimentar has covered the full Canasta Básica Alimentaria (CBA), compared to 54.8 per cent in December 2023. Since December 2023, Prestación Alimentar has accumulated a 228.4 per cent increase. In April 2024, Apoyo Alimentario 1000 Días was increased by 500 per cent to guarantee the provision of milk and other healthy foods. School meal services were maintained, while Comedores PNUD began transitioning into Centros de Familia PNUD, expanding their role beyond food assistance toward a model of comprehensive care for families.

The current social policy strategy also advances institutional modernization to improve public management through identification and registration of beneficiaries, progressive digitalization of administrative processes, registry integration, stronger monitoring and evaluation, and support for community organizations through technical assistance and training.

Overall, Argentina's social policy is moving toward a human development model that combines protection for vulnerable groups with capacity-building, autonomy, opportunity creation, and results-based management, while placing families at the centre and leveraging the strategic role of community spaces.

HOW THIS ADVANCES ARGENTINA'S COMMITMENT — These results are in line with Argentina's position in its Statement of Commitment to the Global Alliance against Hunger and Poverty.

Armenia

SCHOOL MEALS

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Armenia brings sustainable school nutrition infrastructure to 89 schools across five regions

WHAT WAS DELIVERED

Armenia's Transformative School Nutrition programme entered a new phase in March 2026, extending to 89 schools across five regions — Tavush, Lori, Vayots Dzor, Syunik, and Gegharkunik — with the introduction of school gardens, greenhouses, and solar panels to promote local food sourcing and sustainable operations. Since 2025, the programme has also expanded to Yerevan, where it aims to provide hot meals to approximately 47,000 primary school students across 159 schools in the capital, in addition to the 102,000 children already covered in ten regions.

HOW THIS ADVANCES ARMENIA'S COMMITMENT — These milestones deliver on Armenia's Statement of Commitment to develop transformative school meals that use schools as platforms for food system change, including through green circular economy models. The March 2026 phase launch — anchored in school-based food production and renewable energy infrastructure — and the ongoing capital-city expansion directly advance this commitment to scale school feeding with local and sustainable food sourcing.

Armenia

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
January 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
United Nations Children's Fund (UNICEF)

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Access to basic health care

Armenia raises its health budget to AMD 220 billion, funding child coverage and newborn screening

WHAT WAS DELIVERED

Armenia increased its 2026 healthcare budget to AMD 220 billion, up from AMD 164 billion, with maternal and child health identified as an explicit priority. The budget increase funds seven newborn screening programmes and extends universal health insurance coverage to all children under 18. On 23 January 2026, UNICEF launched its new 2026–2030 Country Programme for Armenia, developed jointly with the Government of Armenia. Health and nutrition are designated as a priority area, encompassing primary healthcare strengthening, immunization, breastfeeding promotion, and positive parenting. Concrete delivery on the nutrition components remains ahead; the country programme establishes the programmatic framework for future implementation.

HOW THIS ADVANCES ARMENIA'S COMMITMENT — These measures advance Armenia's Alliance commitments on maternal and early childhood nutrition. The 2026 budget increase directly delivers on Armenia's Sprint 2030 pledge on Transformative School Meals — which uses schools as platforms to improve nutritional outcomes for children in grades 0–4 — and on Armenia's Statement of Commitment to invest in early childhood and maternal support, including through health system improvements that underpin nutrition delivery.

Bangladesh

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
January 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN), Children's Investment Fund Foundation (CIFF)

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Prevention and control of micronutrient deficiencies

Bangladesh's micronutrient programme reaches over one million pregnant women through nationwide pharmacies

WHAT WAS DELIVERED

Bangladesh's Multiple Micronutrient Supplementation programme through market-based model has sold over 100 million multiple micronutrient supplement (MMS) tablets to more than 1 million pregnant women — representing 15 per cent of annual pregnancies — through a nationwide pharmacy network.

HOW THIS ADVANCES BANGLADESH'S COMMITMENT — This delivery marks concrete, measurable progress toward Bangladesh's Sprint 2030 commitment to reach the pregnant women, especially those in hard-to-reach areas, with nutrition services including multiple micronutrient supplementation.

Barbados

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Brazil, Colombia, Chile, Dominican Republic, Mexico, Uruguay

POLICY BASKET
School meals programmes
Conditional cash transfer (CCT)
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Promoting short value chains

Barbados and seven other countries in LAC cut hunger by 6.2 million people

WHAT WAS DELIVERED

A joint report by FAO, IFAD, PAHO, UNICEF, WFP, and WHO released in February 2026 found that Latin America and the Caribbean reduced undernourishment for the fourth consecutive year, with hunger falling to 5.1 per cent of the population — down from a peak of 6.1 per cent in 2020 — representing 6.2 million fewer hungry people in the region. Alliance members Brazil and Uruguay achieved hunger prevalence below 2.5 per cent, while Chile and Mexico approached that threshold; Barbados, Colombia, and the Dominican Republic fell below 5 per cent. The report attributes progress to social protection policies, school meal programmes, and support for small-scale farming; Colombia specifically reduced hunger to 3.9 per cent through territorial policies and family farming support. Moderate and severe food insecurity across the region also fell sharply, from 33.7 per cent in 2020 to 25.2 per cent in 2024. These results reflect the combined effect of commitments made by multiple Alliance members across School Meals, Cash Transfers, and Smallholder and Family Farming. Brazil committed to scaling school meals and conditional cash transfers; Chile committed to expanding cash transfers and school meals; Colombia committed to Hambre Cero food distribution and Zonas de Recuperación Nutricional; and the Dominican Republic committed to the Supérate socio-economic inclusion programme.

HOW THIS ADVANCES BARBADOS' COMMITMENT — The four consecutive years of documented hunger decline demonstrate that the integrated policies these members pledged are yielding verifiable, statistically significant results, with 2024 data representing the first full year following the Alliance's November 2024 launch.

Benin

SCHOOL MEALS

REPORTED
September 2025

POLICY BASKET
School meals programmes
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing
Access to basic drinking water and sanitation services, and hygiene facilities

Benin improves nutrition, water access and local sourcing across 5,709 public schools

WHAT WAS DELIVERED

Through the CASCADE project and increased budget allocations, Benin has strengthened school feeding infrastructure across 5,709 public schools, delivering improvements in nutrition quality, water access, and local food procurement that connects school canteens with small farmers.

HOW THIS ADVANCES BENIN'S COMMITMENT — This work advances Benin's Sprint 2030 commitment to expand school meal coverage from 75 per cent to 100 per cent of public schools, equipped with appropriate kitchen infrastructure and water access, while developing 100 per cent local purchasing to support smallholder agriculture.

Benin

SCHOOL MEALS

REPORTED
December 2025

POLICY BASKET
School meals programmes

Benin's 2026 budget funds universal school meals and transfers management from World Food Programme to a national agency

WHAT WAS DELIVERED

Benin's 2026 national budget formalizes the country's commitment to universal school meal coverage, allocating funding to extend school feeding to 100 per cent of public schools. The budget also marks a significant step toward programme sustainability by finalising the transition of school feeding management from the World Food Programme to the national agency ANAN.

HOW THIS ADVANCES BENIN'S COMMITMENT — This directly delivers on Benin's Sprint 2030 commitment to expand school meal coverage to all public schools, with the shift to national ownership through ANAN demonstrating the government's commitment to long-term programme sustainability.

Brazil

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2025

POLICY BASKET
School meals programmes
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Brazil caps ultra-processed food in school menus at 15% in 2025, aims to tighten to 10% in 2026

WHAT WAS DELIVERED

Brazil's National Education Development Fund (FNDE) has issued a resolution capping ultra-processed foods in school meals at 15 per cent of menus in 2025, with a further reduction to 10 per cent by 2026, while mandating that at least 85 per cent of food served be fresh or minimally processed. The measure covers approximately 40 million students across the country. This regulation advances Brazil's Statement of Commitment to improve its school meals programme by expanding sustainability concerns and prioritising healthier, more natural food. By raising the mandatory share of fresh and minimally processed food served in schools, the new FNDE rules operationalise the SoC's pledge to build a more nutritious and sustainable national school feeding system. Additionally, CD/FNDE Resolution No. 11 of 22 June 2026, established a specific public call for the procurement of food produced by Traditional Peoples and Communities (PCT). This measure promotes the appreciation of socio-biodiversity, traditional food systems, and culturally appropriate school meals, in line with the principles of food and nutritional security.

HOW THIS ADVANCES BRAZIL'S COMMITMENT — This regulation advances Brazil's Statement of Commitment to improve its school meals programme and food procurement programme.

Brazil

SCHOOL MEALS

REPORTED
October 2025

POLICY BASKET
School meals programmes
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

Brazil raises school meal procurement from family farmers to 45%

WHAT WAS DELIVERED

Brazil has enacted Law 15,226/2025, raising the mandatory share of food procurement from family farmers for the National School Feeding Programme (PNAE) from 30 per cent to 45 per cent, with explicit prioritisation of women, Indigenous peoples, and quilombola communities. The legislation substantially expands inclusive, locally sourced procurement within a programme that serves tens of millions of students. This advancement was complemented by CD/FNDE Resolution No. 11 of 22 June 2026, which regulated the specific public call procedure for the procurement of food from Traditional Peoples and Communities, expanding the inclusion of historically underrepresented segments in public procurement and strengthening the PNAE's role as an instrument for local development, the appreciation of socio-biodiversity, and the promotion of sustainable food systems.

HOW THIS ADVANCES BRAZIL'S COMMITMENT — These actions directly deliver on Brazil's 2030 Sprint commitment to expand sustainability in PNAE purchasing from family farmers and to broaden participation of women, Indigenous groups, and quilombola populations. They translate that pledge into binding national legislation, marking a major scale-up of inclusive local food procurement within the Brazilian school feeding system.

Brazil

REPORTED

July 2026

POLICY BASKET

Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)

Emergency food transfer/supply, including humanitarian

Brazil announces BRL 1.3 billion plan to strengthen resilience ahead of El Niño

WHAT WAS DELIVERED

In July 2026, the Brazilian government announced a BRL 1.3 billion (approximately USD 255 million) package to prepare for a forecast El Niño episode in 2026 and 2027. Coordinated through a new El Niño Situation Room spanning 24 ministries and agencies, the package prioritizes food security, with BRL 850 million allocated to purchase 310,000 tonnes of rice and further resources for purchase and distribution of 350,000 food baskets, maize for livestock, alongside wildfire prevention, climate and river monitoring, and reinforced health services in the most exposed regions. It also channels BRL 13 million through the Food Acquisition Programme (PAA) to support smallholder farmers in the North and further reinforce food security supplies.

HOW THIS ADVANCES BRAZIL'S COMMITMENT — This package operationalizes the resilient small-scale agriculture and shock-responsive social protection instruments in the Alliance's Policy Basket, instruments central to Brazil's own Statement of Commitment as the Alliance's founding member. By pairing food-stock purchases from family farmers through the PAA with wildfire, water and health preparedness, the plan reflects the whole-of-government, anticipatory approach the Alliance promotes and is closely aligned with Brazil's 2030 Sprint commitments for smallholder and family farming.

Cambodia

SCHOOL MEALS

REPORTED

April 2025

DEVELOPMENT PARTNERS

Republic of Korea, World Food Programme (WFP)

POLICY BASKET

School meals programmes

Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

Promoting short value chains

Cambodia launches USD 10 million initiative to feed 133,300 schoolchildren

WHAT WAS DELIVERED

Cambodia launched a USD 10 million initiative covering 2025–2029 to accelerate the expansion of its national homegrown school feeding programme. The new phase will extend nutritious hot meals to 133,300 schoolchildren across 428 schools, with a target of transitioning them into a nationally owned and fully government-funded programme by 2028. Meals are progressively enhanced using locally produced and fortified foods, supported by the Korea International Cooperation Agency (KOICA) and WFP.

Cambodia has significantly increased its own investment in school feeding: the Royal Government now independently funds meals in approximately 40 per cent of programme schools, with an annual allocation of nearly USD 5 million — up from USD 2.9 million in 2022.

HOW THIS ADVANCES CAMBODIA'S COMMITMENT — This initiative closely reflects the objectives of the Sprints 2030 School Meals sprint, which targets nationally owned, government-funded homegrown school feeding programmes using locally sourced foods. Cambodia is one of the original Fast-Track countries working with Alliance members to transition its existing school feeding programme to full government management and, in time, to expand toward universal coverage. While Cambodia has not formally joined the School Meals Sprint 2030, this Phase II programme advances the collective Alliance goals to which Cambodia's Statement of Commitment aligns, and the doubling of Cambodia's own annual budget contribution stands as a measurable indicator of that progress.

Canada

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
School meals programmes

Canada makes school food permanent, serving up to 400,000 children

WHAT WAS DELIVERED

Since joining the Global Alliance against Hunger and Poverty, the Government of Canada has continued to support the health and learning of children and youth while also making life more affordable for families across Canada through the National School Food Program. As of March 2025, the Government of Canada signed three-year bilateral agreements with all provinces and territories under the National School Food Program. Through these bilateral agreements, the Government of Canada is investing a total of approximately CAD 350.6 million from 2024-25 to 2026-27.

Announced in Budget 2025, the Government of Canada has also committed to providing CAD 216.6 million per year, beginning in the 2029-30 fiscal year, and has passed legislation to make the National School Food Program permanent. The National School Food Program Act received Royal Assent through Bill C-15 on March 26, 2026, and is now law in Canada, cementing Canada's commitment to maintain sustainable, long-term funding for the Program, which is expected to provide nutritious meals to up to 400,000 children while bringing down costs for parents.

HOW THIS ADVANCES CANADA'S COMMITMENT — These actions are aligned with Canada's Statement of Commitment to join other partners in advancing the objectives of School Meals Coalition, including on learning and advocacy. Canada provides strong support for school meals projects in developing countries through long standing partnerships with the World Food Program and other partners. This funding has demonstrated an impact in improving nutrition status, school attendance and in reducing divergent outcomes between boys and girls. Canada is also investing in the development of a National School Food Program working with provinces, territories, Indigenous communities and local civil society organizations to increase access to school meal programs for children across Canada.

Children's Investment Fund Foundation (CIFF)

SCHOOL MEALS

REPORTED
March 2025

POLICY BASKET
School meals programmes

CIFF pledges at least USD 400 million, including for African school meals

WHAT WAS DELIVERED

At the Nutrition for Growth Summit, CIFF announced a pledge of at least USD 400 million by 2028, including for the End School Age Hunger (ESAH) Fund established jointly with the African Development Bank (AfDB). The ESAH Fund is designed to catalyse investment supporting African countries in achieving universal school feeding aligned with the Alliance's School Meals Sprint.

HOW THIS ADVANCES CIFF'S COMMITMENT — CIFF's Statement of Commitment explicitly names the ESAH Fund as the primary vehicle for its catalytic funding role. The Summit announcement represents the formal financial operationalisation of that commitment, moving it from a declaration of intent to a publicly announced and quantified funding flow. The pledge covers the period through 2028; whether funds have been disbursed as of the time of publication should be confirmed before final release.

Children's Investment Fund Foundation (CIFF)

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Prevention and control of micronutrient deficiencies
Access to basic health care

CIFF commits USD 54 million for maternal nutrition in eight African countries

WHAT WAS DELIVERED

CIFF has committed USD 54 million to launch NOURISH (Nurture the ecosystem, Optimise the market, Unlock financing, Reinforce ANC platforms, Integrate and Scale MMS and Calcium for Healthy Futures), a multi-country maternal nutrition initiative led by Nutrition International alongside UNICEF, CHAI Ghana and Sight and Life. Unveiled at the African Union Summit in Addis Ababa on 15 March 2026, NOURISH targets eight countries across sub-Saharan Africa, beginning with Ethiopia and Rwanda, with a focus on strengthening antenatal care platforms and expanding pregnant women's access to essential micronutrient supplements. By 2030, NOURISH aims to reach at least 4 million women directly, mobilise an additional USD 54 million in government-led financing, and deliver measurable reductions in anaemia and low birthweight rates.

HOW THIS ADVANCES CIFF'S COMMITMENT — This investment directly delivers on CIFF's Statement of Commitment, which pledges financial support to Alliance member governments for maternal and early childhood nutrition interventions — including antenatal care and micronutrient supplementation — and indirectly supports the Sprint 2030 objectives in the Early Childhood and Maternal Support area targeting anaemia reduction and improved birth outcomes.

Chile

SCHOOL MEALS

REPORTED
March 2025

POLICY BASKET
School meals programmes
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

Chile announces reform requiring school meal contracts to source 5% of food from local producers

WHAT WAS DELIVERED

Chile announced structural reforms to its Programa de Alimentación Escolar (PAE) in 2025, embedding binding local procurement requirements into every school meal contract nationwide. New tender conditions mandate that at least 5 per cent of all purchases come from local producers, with 2.5 per cent reserved exclusively for family farming (AFC) and artisanal fishing. Under the new tender specifications, and in recognition of the territorial realities and logistical constraints of the country's most remote regions, this requirement is adjusted to 3 per cent in those regions. Additional reforms introduce dietary accommodations for students with celiac disease and food allergies, smaller territorial bidding units to broaden market access for smaller food companies, and labour certification requirements for at least 50 per cent of food handlers, as well as the implementation of a programme for students with Autism Spectrum Disorder (ASD), through a specialized food basket designed to meet their specific dietary needs and preferences.

HOW THIS ADVANCES CHILE'S COMMITMENT — These changes directly operationalise Chile's Statement of Commitment to strengthen the PAE: the binding AFC purchase quota implements the commitment to support local agriculture and fishing through fresh, seasonal foods from local producers in the school meal supply chain, while the shift to smaller territorial units advances the PAE's role as a driver of local economic development.

Chile

REPORTED
February 2025

POLICY BASKET
Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)

Chile's micro-food banks recover and deliver 2.3 million food servings to vulnerable people from 2024-2026

WHAT WAS DELIVERED

Starting in 2024, the Micro-Food Banks program of Chile incorporated new tools for management, monitoring, and evaluation. Over the course of its implementation—which ran until June 2026—139 micro-food banks were established across the country's 16 regions, and more than 548,000 kilograms of fruits and vegetables were recovered, equivalent to over 2.3 million food servings delivered to vulnerable individuals.

HOW THIS ADVANCES CHILE'S COMMITMENT — These actions operationalize Chile's Statement of Commitment.

Chile

REPORTED
April 2025

POLICY BASKET
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Chile launches a social media campaign promoting healthy eating among young people

WHAT WAS DELIVERED

In 2025, Elige Vivir Sano (EVS, "Choose to Live Healthy" in English), a department of the Ministry of Development and Family, launched a communication campaign aimed at young people and adolescents, primarily disseminated through social media. Titled "La Receta del Padrino" (The Godfather's Recipe), the campaign focused on promoting healthy eating and nutritional awareness, particularly among young people capable of influencing household dietary habits.

HOW THIS ADVANCES CHILE'S COMMITMENT — This action directly contributes to Chile's Statement of Commitment to expand the implementation of EVS.

Comida do Amanhã Institute

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing
Access to extension and rural advisory services

Comida do Amanhã Institute supports 220 farming families to supply agroecological school meals

WHAT WAS DELIVERED

In alignment with its commitment to support School Meals Programmes and Public Procurement from Family Farming, Comida do Amanhã launched "PNAE Agroecológico" project. Building on the experience of the Laboratory on Urban Food Policies (LUPPA), this initiative structures concrete institutional arrangements between local production and institutional markets to drive agroecological transition.

Concrete Achievements: As of 2024/2025, the project has selected 11 pilot territories across Pará, Pernambuco, Paraná, and Rio Grande do Sul, covering a total population of over 3 million people and 267,332 students. Projects were co-designed with the municipalities to achieve bold goals by 2028, including municipal funding allocated for procurement of food under agroecological transition process. The initiative is now providing technical assistance on agroecological practices (ATER) directly to 220 farming families whose production practices will become more sustainable and closer to agroecological principles.

Knowledge Delivery: launch of the Policy Paper and Policy Brief "PNAE as a Driver of Agroecological Transition in Brazil," which provides governments with institutional and regulatory recommendations for sustainable public food procurement.

HOW THIS ADVANCES COMIDA DO AMANHÃ INSTITUTE'S COMMITMENT — This action operationalizes the Institute's Statement of Commitment and is aligned with the 2030 Sprint for school meals.

Dominican Republic

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)

Dominican Republic's school meals reach over 2 million students as undernourishment falls

WHAT WAS DELIVERED

The Dominican Republic has reached a historic milestone in the fight against hunger: undernourishment fell to 3.6 per cent in 2025, dropping below the regional Latin American average and placing the country on course to exit the global hunger map before 2028. These results have been publicly validated by a former FAO Director-General. The progress reflects the sustained expansion of the Dirección de Desarrollo Social Supérate, formerly the Supérate programme. The national school feeding system now reaches over 2 million students, providing 70 per cent of their daily nutritional needs, while Economic Dining Halls have expanded from 35 to 134 locations nationwide. The Aliméntate card has reached approximately 1.5 million households, and close to half a million Dominican families have overcome hunger.

HOW THIS ADVANCES THE DOMINICAN REPUBLIC'S COMMITMENT — These measurable outcomes constitute documented delivery against the Dominican Republic's Statement of Commitment to the Dirección de Desarrollo Social Supérate — including its commitments on the school feeding system managed by INABIE — and indirectly support the School Meals 2030 Sprint.

Dubai Cares

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
School meals programmes

Dubai Cares launches climate-friendly kitchens delivering 76,000 annual meals in rural Kenya

WHAT WAS DELIVERED

In February 2026, Dubai Cares launched its 'Feed a Child, Build a Kitchen' Ramadan 2026 campaign in partnership with Food4Education in Kenya, targeting 21 rural schools in Kenya's Embu County. The initiative delivers 76,000 meals annually through climate-friendly community kitchens — each serving approximately 400 children — while also creating over 160 local jobs and supporting thousands of smallholder farmers through local food procurement, linking school nutrition directly to community economic development.

HOW THIS ADVANCES DUBAI CARES' COMMITMENT — The campaign represents the active deployment of Dubai Cares' Statement of Commitment, which pledges USD 4 million over 2021–2026 to Home-Grown School Feeding programmes across Africa in partnership with WFP and the African Union, and affirms its ongoing support role within the School Meals Coalition. Launching in the final year of the SoC's programme period, this new country-level operation in Kenya incorporates the home-grown model at the heart of that commitment — combining in-school nutrition, locally sourced food, and community kitchen infrastructure indirectly supporting the School Meals Sprint.

Egypt

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
Spain, World Food Programme (WFP)

POLICY BASKET
School meals programmes
Conditional cash transfer (CCT)

Egypt provides daily fortified snacks and cash transfers to 4,100 students

WHAT WAS DELIVERED

A two-year initiative launched in 2025 in Assiut governorate — one of Egypt's most food-insecure regions — is reaching approximately 4,100 community school students with daily fortified snacks (date bars providing 25 per cent of daily caloric needs) and monthly conditional cash transfers through Egypt's Takaful and Karama safety net, linked to a minimum 80 per cent school attendance requirement. Supported by WFP and Spain's AECID, the programme aims to reduce dropout rates, child labour, and early marriage, with particular focus on girls in Upper Egypt's most deprived communities.

HOW THIS ADVANCES EGYPT'S COMMITMENT — The initiative delivers on Egypt's Statement of Commitment, under which Egypt pledges its National School Feeding Programme for millions of students in low-income and vulnerable rural areas and identifies school meals as a knowledge-sharing priority within the Alliance. Spain, as co-chair of the Global Alliance, has committed to supporting member countries' school feeding systems. This partnership brings both commitments into joint implementation, extending in-school nutrition to community schools in Assiut while pairing it with attendance-conditioned cash assistance — combining two complementary instruments in a single programme action.

Ethiopia

REPORTED
September 2026

POLICY BASKET
School meals programmes

Ethiopia scales up national school feeding to serve over 8.9 million students

WHAT WAS DELIVERED

Ethiopia has continued to strengthen its national school feeding efforts as part of its broader commitment to food security, nutrition improvement, and poverty reduction. The Homegrown School Feeding Program links nutrition, agriculture, and education by sourcing food locally, improving school enrollment, and creating stable markets for smallholder farmers.

In 2025, the Government of Ethiopia reaffirmed school feeding as a national priority and advanced measures to improve the quality and nutritional value of meals provided to schoolchildren. The Ethiopian Public Health Institute, published a science-based school feeding menu guide to support the provision of diversified and nutritious meals for students, helping improve health, attendance, learning outcomes, and social equity.

As of July 2026, the program serves over 8.9 million students, with plans for universal coverage. In Addis Ababa alone, city level initiatives are 840,000 students with two daily meals. A value-for-money assessment revealed that beneficiaries of school feeding programs in Ethiopia gain an additional 34 per cent in years of schooling equivalent to 2.3 more years of education compared to non-beneficiaries. These educational gains translate into improved lifetime earnings and better job prospects. In health terms, a cohort of 1,000 children benefiting from the school feeding program would experience five additional years lived in good health, including reductions in anemia.

For every USD 1 invested, the return is estimated at USD 4 in combined education, health, and economic benefits. Ethiopia continued implementation of Home-Grown School Feeding approaches that connect school meals with local food procurement systems, creating benefits for both students and local producers.

HOW THIS ADVANCES ETHIOPIA'S COMMITMENT — These achievements contribute directly to Ethiopia's Statement of Commitment to combat hunger, improve nutrition, strengthen social protection, and promote sustainable food systems and are aligned with the Alliance's 2030 Sprint for school meals. They also complement the country's wider efforts to improve access to nutritious diets, enhance resilience, and support vulnerable populations through integrated food security and nutrition programmes.

European Union

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Child and family support/benefits
Maternal and early childhood nutrition
Access to adequate housing

European Union adopts first anti-poverty strategy, targeting 15 million fewer people at risk

WHAT WAS DELIVERED

On 6 May 2026, The European Commission adopted the EU's first-ever Anti-Poverty Strategy. The Strategy follows up on the European Pillar of Social Rights Action Plan, which set as target for 2030 to reduce the number of people at risk of poverty or social exclusion by at least 15 million compared to 2019 level, at least 5 million of whom should be children. Even though progress on this target has been slow, the Strategy increases the level of ambition, reiterating the target to reduce by at least 15 million and setting a longer-term goal to help eradicating extreme poverty by 2050. The EU Cohesion Policy and the European Social Fund Plus support poverty reduction and social inclusion across Member States. The European Social Fund Plus (ESF+) is the main instrument for investing in people, with a total ESF+ budget: EUR 139+ billion (including EUR 94+ billion from the EU budget). The ESF+ provides strong investment in social inclusion, overall the Member States allocate 31 per cent of ESF+ resources to social inclusion (EUR 45.3 billion). As regards the 2028-2034 budget, the next MFF proposal unifies EU funds under a coherent strategy implemented through National and Regional Partnership Plans. At least 14 per cent of the envelope for the plans will be dedicated to meeting the EU's social objectives. Along with the strategy, Commission communication on strengthened European Child Guarantee (ECG) was published. Among other new initiatives, it announces a pilot for European Child Guarantee Card — a tool designed to identify children in need and connect them to the ECG services. The package also includes a Council recommendation on fighting housing exclusion affecting approximately 1 million homeless people across the EU.

HOW THIS ADVANCES THE EUROPEAN UNION'S COMMITMENT — By reinforcing the European Child Guarantee and piloting the new digital card linking vulnerable children to nutrition and health services, the EU advances its contribution to the Early Childhood and Maternal Support Sprint 2030 area.

France

SCHOOL MEALS

SMALLHOLDER AND FAMILY FARMING

REPORTED
June 2026

POLICY BASKET
School meals programmes

France mobilises EUR 24.4 million for school meals benefiting 380,000 children

WHAT WAS DELIVERED

France pursued its commitment across the 2030 Sprints through an integrated approached financed by the French initiative for security and nutrition (FIFSAN). France mobilized more than EUR 24.4 million on School Meals programmes, benefiting approximately 380,000 schoolchildren. As a flagship example, France reinforced its support to the National Program of School Meals of Haiti in 2025-2026, through a EUR 5 million project, reaching more than 80,000 pupils across the country. This project will also benefit 3,500 farmers and 1,500 livestock producers.

HOW THIS ADVANCES FRANCE'S COMMITMENT — This operationalizes France's 2030 Sprint commitments to school meals and to smallholder and family farming.

Gates Foundation

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
August 2025

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Access to basic health care

Gates Foundation commits USD 2.5 billion to women's health research and development

WHAT WAS DELIVERED

In August 2025, the Gates Foundation announced USD 2.5 billion for women's health research and development, with maternal health and nutrition explicitly named as one of five priority areas.

HOW THIS ADVANCES GATES FOUNDATION'S COMMITMENT — This financial commitment advances the Foundation's Alliance Statement of Commitment to support governments in designing, piloting, and incentivising nutrition-sensitive social protection programmes focused on women and children — including through its partnership with the World Bank's Social Protection and Jobs Global Practice — bringing those efforts to scale. It also marks progress towards the Foundation's 2030 Sprint commitment.

Germany

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Food Programme (WFP)

POLICY BASKET
School meals programmes
Pro-poor access to agricultural inputs, and climate resilient technologies
Promote inclusive access to agricultural markets

Germany funds daily school meals for 45,000 children in northern Togo

WHAT WAS DELIVERED

Germany's Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ), channelling EUR 16.8 million via KfW Development Bank, is partnering with WFP to provide daily nutritious school meals to 45,000 pre-school and primary school children across 140 schools in the Kara and Savanes regions of northern Togo — areas affected by Sahel crisis spillover. Programme components include school kitchen rehabilitation, fuel-efficient stoves, school gardens, and nutrition education.

HOW THIS ADVANCES GERMANY'S COMMITMENT — This programme represents a concrete contribution to Germany's School Meals Sprint commitment to expand access to nutritious school meals for children in food-insecure settings, as part of the Alliance-wide effort to scale school meal coverage in low- and lower-middle-income countries by 2030.

Germany

SCHOOL MEALS

REPORTED
January 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Global Partnership for Education (GPE), Rockefeller Foundation, World Food Programme (WFP)

POLICY BASKET
School meals programmes

Germany launches School Meals Accelerator targeting 100 million additional children by 2030

WHAT WAS DELIVERED

Germany's Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ), the Novo Nordisk Foundation, The Rockefeller Foundation, and WFP launched the School Meals Accelerator at the Global Forum for Food and Agriculture (GFFA 2026) in Berlin on 16 January 2026, with currently more than USD 80 million in initial funding. The initiative aims to support national governments in reaching an additional 100 million children with nutritious school meals by 2030, focusing on countries in Africa, Asia, and Latin America and the Caribbean.

The Global Partnership for Education (GPE) joined as an additional supporter, with GPE contributing through its Technical Assistance Facility (TAF), which has served as a pilot for the Accelerator model in other countries, helping strengthen the financing, governance, and sustainability of national school meal programmes.

HOW THIS ADVANCES GERMANY'S COMMITMENT — The School Meals Accelerator constitutes a direct delivery vehicle for the School Meals Sprint, which commits Alliance members — including Germany — to collectively expand school meals coverage in low- and lower-middle-income countries by 2030. By co-creating a dedicated multilateral funding and technical assistance mechanism to scale national school meal programmes and unlock financing and expertise, Germany (through BMZ) and GPE are translating their Sprint commitments into concrete, coordinated action.

Global Child Nutrition Foundation (GCNF)

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Multilevel governance

GCNF convenes 408 participants and adds school-meal data to global dashboards

WHAT WAS DELIVERED

Global Child Nutrition Foundation (GCNF) continues to advance technical exchange, knowledge dissemination, capacity strengthening, and peer learning initiatives that help countries design, improve, and scale sustainable school meal programs. In December 2024, GCNF convened the 24th Global Child Nutrition Forum in Osaka, Japan, bringing together 408 participants from 82 countries, including government representatives, researchers, development partners, civil society organizations, and practitioners. The Forum served as a platform for peer learning, policy dialogue, and knowledge exchange on sustainable school meals and their contribution to education, nutrition, health, agriculture, social protection, and economic development goals. The Forum was supported by a broad network of partners, including members of the Alliance, demonstrating continued collaboration across institutions working to advance school meal programs globally. In 2025 GCNF re-launched its Public-Private Engagement initiative to support responsible private sector engagement in school meal programs. The initiative leverages GCNF's technical expertise and position as a neutral convener to connect governments and private sector partners to support country-led solutions that strengthen school meal programs while promoting transparency, accountability, and long-term sustainability. Over the past two years, GCNF has expanded opportunities for continuous learning through webinars and technical exchanges. In partnership with IFPRI, GCNF co-created an 8-part webinar series focused on emerging evidence, implementation experiences, and policy considerations related to sustainable school meal programs. These activities have supported ongoing exchange among governments, researchers, and practitioners beyond in-person convenings. GCNF has also continued to disseminate findings from the Global Survey of School Meal Programs© and collaborate with partners to strengthen the accessibility and use of global school meals data. Through collaboration with the World Bank Group, GCNF has contributed to expanding access to standardized information on school meal programs. As of 2025, school feeding data from the Global Survey of School Meal Programs© is now integrated into both the Global Food and Nutrition Security (GFNS) Dashboard and the ASPIRE (Atlas of Social Protection: Indicators of Resilience and Equity) Social Protection Database. Beginning in 2026, GCNF in collaboration with World Vision International and other partners launched a study examining school feeding practices in refugee settings to address a critical evidence gap regarding how children are fed in camps and displacement contexts. The ongoing research seeks to improve understanding of existing approaches, identify promising practices, and generate evidence to inform policies and programs that ensure vulnerable children are not excluded from access to nutritious school meals. In addition, GCNF has contributed to research, publications, and knowledge products over the past two years, contributing to emerging evidence and practical lessons related to school meals, child nutrition, food systems, and program implementation. These activities directly implement GCNF's Statement of Commitment by creating opportunities for peer learning, facilitating multi-stakeholder dialogue, strengthening country capacities, disseminating evidence, and supporting governments in developing, improving, and scaling sustainable school meal programs.

HOW THIS ADVANCES GCNF'S COMMITMENT — Through these efforts, GCNF is delivering on its Statement of Commitment to support the Global Alliance and aligned with the 2030 School Meals Sprint.

Indonesia

SCHOOL MEALS

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Maternal and early childhood nutrition
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Indonesia launches free nutritious meal programme targeting 82.9 million beneficiaries by 2029

WHAT WAS DELIVERED

Indonesia launched its MBG (Makan Bergizi Gratis) Free Nutritious Meal Program in January 2025 with the aim of reaching 82.9 million beneficiaries, including 78.3 million school children, by 2029, placing it among the world's largest school meal initiatives.

HOW THIS ADVANCES INDONESIA'S COMMITMENT — This reflects the operationalization of Indonesia's Sprint 2030 and SoC commitments to deploy the MBG programme and achieve broad coverage by 2029.

Inter-American Development Bank (IDB)

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
February 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
Brazil

POLICY BASKET
Access to basic education
Social care services

Inter-American Development Bank backs full-day early education for 19,500 new students in Brazil

WHAT WAS DELIVERED

In February 2026, the city of Joinville, Santa Catarina, Brazil announced the expansion of full-day early childhood education, backed by a USD 99.2 million Inter-American Development Bank loan and a USD 4 million grant. The programme will directly benefit 19,500 new students — 70 per cent from the city's most disadvantaged communities — and approximately 4,000 migrant children, while improving internet connectivity for a further 30,000 students. Financing will support investments in accessible and resilient educational infrastructure, digital teaching methods, and enhanced institutional capacity for long-term planning.

HOW THIS ADVANCES IDB'S COMMITMENT — This loan represents concrete delivery on the Inter-American Development Bank's Statement of Commitment, which pledges to invest up to USD 25 billion from 2025 to 2030 in interventions aligned with the Global Alliance in Latin America and the Caribbean — in policy areas spanning maternal and early childhood nutrition, child and family support, and access to health and education services. The Joinville investment channels IDB financing directly to the expansion of early childhood development services for thousands of vulnerable and migrant children in Brazil.

Inter-American Development Bank (IDB)

REPORTED

July 2026

POLICY BASKET

- Unconditional cash transfer
- School meals programmes
- Maternal and early childhood nutrition
- Access to basic drinking water and sanitation services, and hygiene facilities
- Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

IDB scales up hunger and poverty financing to USD 10 billion across Latin America and the Caribbean

WHAT WAS DELIVERED

The IDB's financial commitment to the Global Alliance, and to countries in Latin America and the Caribbean, is to invest up to USD 25 billion between 2025 and 2030 in country-led programmes aligned with the Alliance's Policy Basket. Significant progress has been made in delivering on this commitment over the last two years. In 2025, the IDB approved USD 4.1 billion in aligned operations, including approximately USD 1 billion in maternal, neonatal and child health and nutrition; USD 328 million in education and school feeding; USD 1.4 billion in water and sanitation; and USD 133 million in social protection programmes. In 2026, the IDB is projected to approve an additional USD 5.8 billion – with USD 2 billion for targeted cash transfers providing direct support to poor families, alongside USD 1.6 billion for water and sanitation, USD 717 million for health and nutrition, and USD 234 million for education and school feeding. This brings the total to approximately USD 10 billion in investments aligned with the Global Alliance's objectives during its first two years.

HOW THIS ADVANCES IDB'S COMMITMENT — These investments are translating IDB commitments into concrete support for people and communities facing hunger and poverty. In Bolivia, for example, at least 962,000 people affected by fiscal adjustment measures will receive income transfers to help protect their livelihoods and prevent them from falling into poverty. In Manaus, Brazil, USD 73.6 million will strengthen early childhood, primary, and special education, benefiting 251,000 students through investments in resilient infrastructure, improved teaching practices, and education management systems. In Ecuador, a USD 250 million policy-based guarantee will unlock USD 500 million through a nutrition bond to reduce chronic child malnutrition, benefiting 250,000 pregnant women and 500,000 children under two through stronger health and nutrition services, improved intersectoral coordination, and better feeding and safe water practices.

Ireland

REPORTED

February 2025

POLICY BASKET

- Emergency food transfer/supply, including humanitarian
- Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)
- Integrated programmes for climate and shock resilience, including programmes related to anticipatory, adaptive and shock-responsive social protection

Ireland commits EUR 105 million to WFP from 2025-2027, including climate and Horn of Africa funding

WHAT WAS DELIVERED

On 19 February 2025, Ireland signed a new EUR 105 million Strategic Partnership Agreement with the World Food Programme — Ireland's largest-ever financial commitment to WFP and a 40 per cent increase over the previous agreement — covering the period 2025 to 2027. The agreement allocates EUR 5 million annually to WFP's trust fund for hunger-related climate change, EUR 10 million annually to WFP operations in the Horn of Africa, and EUR 8 million in 2025 to the WFP Syrian emergency response.

HOW THIS ADVANCES IRELAND'S COMMITMENT — The agreement delivers directly on Ireland's Statement of Commitment, which commits an estimated USD 350 million in the 2024–2027 reference timeframe to international development support applicable to the fight against hunger and poverty, including through partnerships with multilateral organisations. The EUR 105 million WFP partnership channels funds through WFP's food security and emergency operations; the allocations to the Horn of Africa and the climate-hunger trust fund also support smallholder and community food resilience objectives and indirectly supports the Global Alliance's Sprints.

Kenya

SCHOOL MEALS

REPORTED
March 2026

DEVELOPMENT PARTNERS
World Bank Group (WBG)

POLICY BASKET
School meals programmes
Access to clean fuels and technology
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Kenya expands home-grown school meals to 3.2 million children

WHAT WAS DELIVERED

Kenya's Home-Grown School Meals Programme is advancing toward its Alliance-committed target of 10 million learners by 2030, with coverage growing from 2.6 million children in late 2024 to approximately 3.2 million in 2025. The government has set 4 million as the next interim milestone on a costed scale-up roadmap that estimates universal coverage will require approximately KES 45 billion annually—a significant financing gap driving a blended strategy combining domestic public investment, World Bank support through the PEELP (USD 18.5 million) and SEEQIP (USD 21 million) facilities, WFP, FAO, IFAD, the Joint SDG Fund, philanthropy, and private sector partners.

Implementation is advancing on multiple fronts: county governments including Nairobi, Makueni, Kitui, Turkana, and Kisumu are launching complementary feeding initiatives; community kitchens are anchoring local food economies through community-based enterprise models; and the transition to clean cooking technologies—a core element of Kenya's commitment—is ongoing. Climate shocks and food price pressures have disrupted supply chains in arid and semi-arid regions, and the scale of the financing challenge means progress toward the 10 million target will depend on sustained mobilization of domestic and international resources.

HOW THIS ADVANCES KENYA'S COMMITMENT — These advances deliver on Kenya's Sprint 2030 and Statement of Commitment, which pledged to expand the school meals programme from arid and semi-arid areas to 10 million school children nationwide by 2030, incorporating clean cooking technologies for nutritious hot meals. A National School Meals Coalition—chaired by the Ministry of Education with World Bank and UN co-support—is coordinating the 2024–2030 expansion.

Nigeria

SCHOOL MEALS

REPORTED
September 2025

POLICY BASKET
School meals programmes
Promoting short value chains
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Nigeria relaunches school feeding with NGN 100 billion, targeting 50 million children by 2026

WHAT WAS DELIVERED

Nigeria officially relaunched the Renewed Hope National Home-Grown School Feeding Programme in May 2025 with NGN 100 billion in funding, directly delivering on its Alliance commitment to reinstate this initiative. By September 2025, the Federal Government announced an expanded target of 50 million children to be reached by 2026, incorporating supply-chain modernization, job creation, and local food sourcing—well beyond the original committed goal of 20 million children fed annually.

HOW THIS ADVANCES NIGERIA'S COMMITMENT — Nigeria's Statement of Commitment and 2030 Sprint commitment both pledged to relaunch the programme to feed 20 million children annually, establish school farms contributing 10 per cent of food items, engage 250,000 smallholder farmers and aggregators, and improve school enrolment. The relaunch and the announcement of a more ambitious 2026 target represent concrete delivery against these commitments. Implementation challenges have been reported alongside these advances.

Paraguay

SCHOOL MEALS

REPORTED

February 2026

POLICY BASKET

School meals programmes

Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

Promoting short value chains

Paraguay makes school meals universal across 263 districts, reaching over one million students

WHAT WAS DELIVERED

Paraguay universalized its Hambre Cero school feeding programme to all 263 districts nationwide in February 2025. At that time, more than 980,000 students across 7,036 schools were receiving breakfast, lunch, and snacks daily, generating over 40,000 direct and approximately 60,000 indirect jobs. By 2026, the programme had further expanded to serve more than 1.033.000 students across more than 7,082 institutions over 180 school days, with budget quotas explicitly reserved for small businesses and family farming enterprises.

HOW THIS ADVANCES PARAGUAY'S COMMITMENT — This delivery meets and exceeds Paraguay's Sprint 2030 commitment and Statement of Commitment, which pledged to provide school meals to all children enrolled from entry through 9th grade — originally estimated at approximately one million students — by 2025, while developing family agriculture and small enterprises in connection with the programme. The explicit integration of family farming procurement quotas directly fulfils the agricultural development component of Paraguay's commitment.

Philippines

SCHOOL MEALS

REPORTED

March 2026

POLICY BASKET

School meals programmes

Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)

Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing

Philippines allocates PHP 25.7 billion to feed up to 4.6 million learners for 200 days

WHAT WAS DELIVERED

The Philippines has significantly expanded its School-Based Feeding Program (SBFP) for 2026, allocating PHP 25.7 billion to reach up to 4.6 million learners over 200 feeding days—an increase from the previous 120-day cycle. Coverage is universal for all Kindergarten and Grade 1 pupils and extends to malnourished students in Grades 2 to 6. The programme is supported by over 97 central kitchens and 31,336 school gardens. Additionally, 4.5 million learners shall also receive milk for 30 days, with a financial equivalent of PHP 2.97 billion.

HOW THIS ADVANCES THE PHILIPPINES' COMMITMENT — This expansion directly advances the Philippines' 2030 Sprint commitment, which pledged to provide at least 360 million meals to over 3 million students for an entire academic year, backed by a doubling of investment to USD 200 million and a commitment to local procurement. The 2026 allocation—covering 4.6 million learners with explicit local sourcing mandates—substantially exceeds the 3 million student target set in the original commitment.

Philippines

REPORTED
August 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
Asian Development Bank (ADB)

POLICY BASKET
Food transfer or subsidized food (food distribution programmes)
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices
Prevention and control of micronutrient deficiencies

Philippines expands monthly food vouchers to 750,000 households with over USD 770 million in financing

WHAT WAS DELIVERED

The Philippines expanded its Walang Gutom (Zero Hunger) Food Stamp Program in 2025, extending PHP 3,000 monthly non-cash-convertible electronic food vouchers to 750,000 food-insecure households nationwide. Beneficiaries can redeem vouchers at DSWD-accredited merchants and KADIWA ng Pangulo stores, and participate in monthly behaviour-change sessions promoting healthier eating. The programme is also designed to strengthen shock-responsive social protection systems to support faster humanitarian response during disasters.

The expansion is co-financed by the Asian Development Bank (USD 400 million loan), Agence Française de Développement (EUR 200 million), and the OPEC Fund for International Development (USD 150 million), bringing total international financing to over USD 770 million — one of the largest single injections of financing into a Philippines food security programme since the Alliance launch.

HOW THIS ADVANCES THE PHILIPPINES' COMMITMENT — This delivers directly on the Philippines' Statement of Commitment, which identifies expanding food transfer and distribution programmes as a core pillar of its hunger eradication strategy, alongside school-based feeding commitments. The co-financing package represents concrete international partnership in support of the Philippines' Alliance zero-hunger pledges.

Sierra Leone

SCHOOL MEALS

REPORTED
July 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Food Programme (WFP)

POLICY BASKET
School meals programmes
Promoting short value chains
Promote inclusive access to agricultural markets

Sierra Leone sources 40% of school meals locally, including from 12,000 smallholder farmers

WHAT WAS DELIVERED

In 2025, Sierra Leone reached a milestone in its home-grown school feeding programme, with 40 per cent of school meals now sourced locally — up from near zero, when roughly 90 per cent of ingredients were imported. Some 12,000 smallholder farmers now participate in the programme, receiving more than USD 2.4 million of the USD 6 million annual procurement budget managed by WFP. The programme covers 14 of Sierra Leone's 16 districts, and nutritional diversity has expanded with orange-fleshed sweet potato now included in multiple districts, in alignment with the government's Feed Salone agenda.

HOW THIS ADVANCES SIERRA LEONE'S COMMITMENT — This progress represents concrete implementation of Sierra Leone's Sprint 2030 commitment to expand school meals from 54 per cent student coverage to universal coverage by 2030 using locally produced and processed nutritious meals. The 40 per cent local sourcing milestone and the involvement of 12,000 smallholder farmers demonstrate a measurable shift towards the short value chains and nutritious school feeding that Sierra Leone's Sprint commitment envisages.

Sierra Leone

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
March 2026

POLICY BASKET
Access to basic health care
Maternal and early childhood nutrition
Prevention and control of micronutrient deficiencies

Sierra Leone launches 300-day campaign against preventable maternal and child deaths

WHAT WAS DELIVERED

Sierra Leone's Ministry of Health launched a 300-Day Activism Campaign to achieve Zero Preventable Maternal and Child Deaths on 4 March 2026, following President Bio's announcement at the 39th African Union Summit in February 2026. The campaign targets "Triple Zeros" — zero preventable maternal deaths, zero preventable child deaths, and zero zero-dose children — and focuses on minimum readiness for safe pregnancy and childbirth across health facilities. It emphasises antenatal care continuity, skilled delivery readiness, emergency response capacity, blood availability, and postpartum follow-ups, with weekly monitoring and quarterly reporting.

HOW THIS ADVANCES SIERRA LEONE'S COMMITMENT — The campaign indirectly supports core areas of the Sprint 2030 Early Childhood and Maternal Support focus through strengthened antenatal care, skilled delivery, postpartum follow-ups, and routine immunisation for children, reflecting concrete government-led action on maternal and early childhood health.

South Africa

SCHOOL MEALS

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
School meals programmes

South Africa funds daily school meals for more than 9.9 million learners

WHAT WAS DELIVERED

South Africa's 2026/27 budget sustains and modestly increases funding for the National School Nutrition Programme (NSNP), with a 4.5 per cent above-inflation medium-term allocation increase supporting daily meals for more than 9.9 million learners across nearly 20,000 schools. The per-child daily subsidy of ZAR 24—introduced in 2025/26 to align with food price inflation—is maintained. In addition, ZAR 12.8 billion is allocated over three years to expand Early Childhood Development feeding schemes, extending nutritious meals to a further 300,000 younger children.

HOW THIS ADVANCES SOUTH AFRICA'S COMMITMENT — These allocations directly advance South Africa's Statement of Commitment to the Alliance, which pledged to implement, scale up, and improve the national school feeding programme to reduce hunger and nutrient deficiencies for more than 9.6 million children. The 2026/27 budget exceeds that coverage threshold and ensures the programme's nutritional mandate is sustained and extended to younger age groups.

South Africa

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED
February 2026

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
School meals programmes
Integrated programmes for human capital development, including health and education and early childhood development

South Africa extends early childhood services to 300,000 additional children

WHAT WAS DELIVERED

South Africa's 2026 National Budget allocated an additional ZAR 12.8 billion for Early Childhood Development over three years, extending ECD services to 300,000 additional children under the age of four. Total ECD expenditure is set to rise from ZAR 12.2 billion in 2025/26 to ZAR 18 billion by 2028/29 — a 13.8 per cent increase — while the per-child per-day subsidy of ZAR 24 is maintained. The National School Nutrition Programme received an above inflation funding increase of 4.5 per cent and continues to serve over 9.9 million learners across 19,800 schools.

HOW THIS ADVANCES SOUTH AFRICA'S COMMITMENT — These allocations represent a major fiscal delivery on South Africa's Statement of Commitment, which commits to integrated human capital development programmes including Early Childhood Development and a National School Feeding Programme serving millions of children. The 2026 Budget's ZAR 12.8 billion ECD investment constitutes a substantial advance in the Early Childhood and Maternal Support Sprint area, with continued above inflation support for school nutrition reinforcing the country's commitment to child wellbeing at scale.

Spain

SCHOOL MEALS

REPORTED
April 2025

POLICY BASKET
School meals programmes
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Spain mandates five healthy school meals weekly for every student, regardless of income

WHAT WAS DELIVERED

Spain's Council of Ministers approved Royal Decree 315/2025 on 15 April 2025, establishing comprehensive nutritional standards for school canteens across all educational levels — from early childhood through vocational training — in public, state-subsidised, and private schools. The decree mandates five healthy meals per week for every student regardless of income, bans sugary and energy drinks on campus, limits fried and pre-processed foods to once per month, and requires at least 45 per cent of produce to be seasonal in support of local farmers. Published in Spain's Official State Gazette (BOE-A-2025-7659) on 16 April 2025, the reform is accompanied by approximately EUR 200 million allocated for associated family poverty programmes.

HOW THIS ADVANCES SPAIN'S COMMITMENT — This legislation delivers directly on Spain's Statement of Commitment, which commits to supporting and complementing school meals programmes across educational centres through its School Programme framework (Royal Decree 511/2017 implementing EU school programme regulations). Royal Decree 315/2025 advances that commitment by setting mandatory nutritional quality criteria, sustainability requirements, and an equity guarantee ensuring that no child's access to healthy school meals depends on family income.

Sustainable Financing Initiative (SFI) for School Health & Nutrition

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Multilevel governance

Sustainable Financing Initiative works with 24 countries to embed school-meal financing in national budgets

WHAT WAS DELIVERED

The Sustainable Financing Initiative (SFI) is currently engaging with 24 countries, from initial discussions through completed financing strategies. Seven country strategies have been completed (Kenya, Ghana, Benin, Sierra Leone, Cambodia, Cameroon, Burundi); nine are in progress (Mauritania, Malawi, Zambia, Nepal, Lesotho, Senegal, Lao PDR, Cote d'Ivoire, Rwanda), and there are early discussions with another nine countries (Pakistan, Kyrgyzstan, Honduras, Liberia, Mozambique, Guinea, Gambia, Philippines, Iraq). In-country, SFI co-designs sustainable financing strategies with governments to institutionalize school meals financing in national budgets, while fostering policy dialogue between line ministries, with a focus on linking Education, Agriculture, Health and Finance. For example in Lesotho, as SFI was setting the grounds for an evidence-driven financing strategy owned by the government (to be designed in the coming months), the process established a structured dialogue between the Ministry of Finance and the Ministry of Education, where no formal coordination mechanism previously existed, thereby strengthening cross-sectoral collaboration on school meals financing.

HOW THIS ADVANCES SFI'S COMMITMENT — These actions deliver on SFI's Statement of Commitment and are aligned with the 2030 Sprint for school meals.

Sustainable Financing Initiative (SFI) for School Health & Nutrition

REPORTED
January 2026

POLICY BASKET
School meals programmes
Institutional markets, including public procurement and pro-poor food pricing
Promotion and access to healthy diets, including through education and affordable/subsidized prices

Sustainable Financing Initiative publishes three reports to unlock and strengthen school-meal financing

WHAT WAS DELIVERED

The Sustainable Financing Initiative (SFI) launched and published several major reports aiming at the promotion of shared learning and the mobilization of resources in 2025 and 2026. The Innovative financing for School Meals paper looks at resources' mobilization, including mobilizing private capital through blended finance, and makes the case for the role innovative financing could play in closing the investment gap. The Homegrown School Feeding Procurement & Financing summarizes four case studies – Ethiopia, Bolivia, Brazil, and Cambodia - looking at procurement arrangements and financing mechanisms for HGSF interventions. It was launched at the 2nd UN Food Systems Summit Stocktake (UNFSS+4) in July 2025. The Health Taxes for School Meals Toolkit, funded by the Rockefeller Foundation, explores the efficiency and equity case for health taxes on sugar-sweetened beverages (SSBs), alcohol, and cigarettes in developing countries. SFI will soon publish a political economy case studies paper: a comparative study utilizing cross-country quantitative analysis and five deep-dive qualitative country case studies (Ghana, Kenya, Indonesia, Somalia, and Brazil) which will be available in September 2026. SFI continues to promote the need for increased financing at high-level events such as the 4th International Financing for Development Conference (FfD4) (July 2025), the UNFSS+4 (July 2025), SMC Ministerial Meeting in Fortaleza (Sept 2025), COP30 (Nov 2025), WFP Executive Board meeting (Nov 2025), Launch of School Meals Accelerator (January 2026), African Day of School Feeding (February 2026), World Bank-IMF Spring Meetings (April 2026), AfricaXChange (April 2026), Education World Forum (May 2026), and the SNV stakeholders meeting (June 2026). The SFI continued to support the G20 team following the sprint on school feeding and launch of the Global Alliance against Hunger and Poverty, and SFI contributed to the G7 paper prepared by the School Meals Coalition.

HOW THIS ADVANCES SFI'S COMMITMENT — These actions contribute to SFI's Statement of Commitment to support the knowledge pillar.

United Kingdom

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Prevention and control of micronutrient deficiencies
Maternal and early childhood nutrition

United Kingdom supports nutrition services reaching 8.8 million women through national systems

WHAT WAS DELIVERED

The United Kingdom strengthens country led systems to prevent and treat child wasting by combining catalytic financing, innovation, and government partnerships to scale high-impact nutrition services in the highest burden countries.

Through the Child Wasting Innovation Programme (CWIP), the UK deploys catalytic finance to the Child Nutrition Fund (CNF) to scale essential nutrition services through national systems. In 2025, via CWIP, the UK helped scale prevention and treatment serviced in seven high burden countries. The CNF has reached 8.8 million women with maternal nutrition services, with 6.6 million women reached with micronutrient supplementation and deworming services to improve nutrient absorption and contribute to improved nutritional status, leading to healthier pregnancy and birth outcomes.

Further, the UK-supported Joint United Nations Initiative for the Prevention of Wasting (JUNIPr) to generate evidence on how to prevent children and women from wasting in food insecure settings. In 2025, JUNIPr developed joint governance and analytical frameworks, fostering strong government ownership to progress clear, scalable prevention pathways in all three pilot countries.

HOW THIS ADVANCES THE UNITED KINGDOM'S COMMITMENT — This advances the UK's 2030 Sprint commitment by improving both the coverage and quality of child wasting prevention and treatment services, particularly in high burden countries, and by helping countries move to system-level scalable solutions.

United Nations Children's Fund (UNICEF)

REPORTED
January 2025

DEVELOPMENT PARTNERS
World Health Organisation (WHO), World Food Programme (WFP)

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Prevention and control of micronutrient deficiencies
Conditional cash transfer (CCT)
Social Service Centres
Social registry
Access to basic health care

UNICEF helps Pakistan's cash-plus programme reach 4.6 million women and children

WHAT WAS DELIVERED

In Pakistan, UNICEF, together with WHO and the World Food Programme, supported the Government's Benazir Nashonuma Programme, a nutrition-responsive cash plus initiative to address stunting and improve maternal and child nutrition during the first 1,000 days. Since its launch in 2020, the programme has reached more than 4.6 million pregnant and breastfeeding women and young children in the country. Embedded within the country's income support system, the programme combines conditional cash transfers with access to antenatal and postnatal care; prevention and management of wasting; nutrient supplementation; ECD services; child growth monitoring; immunization; and social and behaviour change to support optimal feeding practices and responsive caregiving. Services are delivered through facilitation centres (one-stop service hubs located within primary health care facilities), complemented by community platforms and supported by an integrated monitoring system enabling real-time data use and routine performance reviews. By 2025, the programme had been scaled up to cover 542 facilitation centres across 157 districts (out of a total of 169 districts in the country), from just 15 districts in 2020. Findings from an independent impact evaluation showed substantial improvements in maternal and child nutrition and health outcomes, including a 22 per cent reduction in stunting prevalence among programme participants at 6 months of age and an 18 per cent reduction at 12 months of age. There were also improvements in child anaemia and an increased uptake of antenatal care services.

HOW THIS ADVANCES UNICEF'S COMMITMENT — This programme directly contributes to UNICEF's 2030 Sprint commitment for early childhood and maternal support.

United Nations Children's Fund (UNICEF)

REPORTED
January 2025

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Prevention and control of micronutrient deficiencies
Social care services
Unconditional cash transfer

UNICEF helps scale Sudan's cash-plus nutrition support to 900,000 people

WHAT WAS DELIVERED

In the Sudan, the Mother and Child Cash Transfer Plus (MCCT+) programme combines cash transfers with multisectoral services to protect and support maternal and child nutrition and health in the first 1,000 days. Women receiving the cash are referred to health and nutrition services at the health facility level and to community-based support networks, where they receive counselling on nutrition, care, health and hygiene and their children are provided with nutrient supplements and micronutrient powders to fill gaps in their diets. The programme was scaled up from two states in 2021 to five states in 2025, reaching more than 150,000 households with children and women (900,000 people), despite immense operational challenges given the active conflict and widespread population displacement. Programme assessments found that access to nutrition services increased, the quality of children's diets improved, and primary health care attendance increased substantially among pregnant and breastfeeding women. MCCT+ also empowered women as financial decision-makers and enabled them to overcome barriers to improved feeding and caring practices. These results were achieved with strong policy alignment with national social protection and nutrition frameworks.

HOW THIS ADVANCES UNICEF'S COMMITMENT — This programme directly contributes to UNICEF's 2030 Sprint commitment for early childhood and maternal support.

World Vision International

EARLY CHILDHOOD AND MATERNAL SUPPORT

REPORTED

March 2025

POLICY BASKET

Maternal and early childhood nutrition

Prevention and control of micronutrient deficiencies

World Vision's nutrition services reached 7.7 million children through strengthened health systems

WHAT WAS DELIVERED

World Vision International (WVI), together with VisionFund, is delivering on its Statement of Commitment to the Global Alliance against Hunger and Poverty by advancing integrated nutrition, livelihoods and financial inclusion. Ahead of the Nutrition for Growth (N4G) Summit, WVI committed to improving the nutrition of 3.2 million children annually through 2030, supported by an estimated USD 3.4 billion financial resource envelope, including USD 1 billion in private fundraising for direct nutrition programmes and USD 2.4 billion in nutrition-sensitive financing. Since making this commitment, WVI has expanded integrated nutrition and social protection programmes across multiple countries. In 2025, more than 7.7 million children were reached with nutrition services through strengthened health systems and a network of nearly 200,000 community health workers. A further 1 million children benefited from school meals programmes, while 2.2 million people received cash and voucher assistance to strengthen household food security and resilience. To strengthen household livelihoods and financial inclusion, WVI supported 1.7 million people through livelihoods programming. Through VisionFund, 952,897 borrowers accessed more than USD 721 million in loans and 1.6 million people received insurance, expanding financial inclusion and helping vulnerable households build more resilient livelihoods. WVI has also contributed to creating an enabling environment for sustainable progress by supporting 406 policy changes reaching 244 million children and helping mobilize more than USD 27 billion in nutrition financing commitments at the Nutrition for Growth Summit.

HOW THIS ADVANCES WORLD VISION INTERNATIONAL'S COMMITMENT — These actions are directly aligned with World Vision's Statement of Commitment, which pledges to reach 250,000 children with malnutrition treatment, 2.3 million children with growth monitoring and promotion, and 3.4 million women and children with micronutrient interventions annually by 2030, backed by an estimated USD 3.4 billion financial resource envelope. Together, these achievements demonstrate tangible progress in delivering on World Vision's commitment to accelerate action to end child hunger and malnutrition.

World Vision International

REPORTED
September 2025

POLICY BASKET
Maternal and early childhood nutrition
Prevention and control of micronutrient deficiencies
Promoting short value chains

World Vision International's nutrition screening reached 7.4 million children and pregnant or breastfeeding women in 2025

WHAT WAS DELIVERED

In 2025, World Vision reached over 7.4 million children under 5 and pregnant and breastfeeding women through mass nutrition screening in 43 countries, enabling the early identification of undernutrition among the most vulnerable and timely referral for care. Growth monitoring and promotion reached more than 1.48 million children under 5, providing regular follow-up to track growth over time, detect early signs of growth faltering, and support caregivers with practical guidance to prevent malnutrition.

World Vision also provided life-saving treatment through Community Management of Acute Malnutrition (CMAM) to 154,402 children under 5 across 15 countries, achieving recovery rates of 90 per cent. In addition, 147,467 at-risk and underweight children under 5 were enrolled in Positive Deviance/Hearth programmes across 18 countries. This community-based approach uses locally available nutrient-dense foods and caregiver education to prevent and treat malnutrition while helping to sustain recovery and reduce the risk of relapse.

Finally, 12,096 adolescents and children received iron-containing micronutrient supplements, and 63,569 adolescents participated in nutrition-related educational sessions to improve dietary practices and reduce the risk of micronutrient deficiencies.

HOW THIS ADVANCES WORLD VISION INTERNATIONAL'S COMMITMENT — These actions are directly aligned with World Vision's Statement of Commitment, which pledges to reach 250,000 children with malnutrition treatment, 2.3 million children with growth monitoring and promotion, and 3.4 million women and children with micronutrient interventions annually by 2030.

World Vision International

REPORTED
July 2026

POLICY BASKET
Multilevel governance
School meals programmes
Prevention and control of micronutrient deficiencies

World Vision International's advocacy contributed to 406 policy changes reaching an estimated 244 million children

WHAT WAS DELIVERED

Through the ENOUGH Campaign, World Vision contributed to 406 policy changes addressing hunger, nutrition and food security across 77 countries, supported 238 policy and budget commitments, and helped reach an estimated 244 million vulnerable children through policy change.

These achievements reflect World Vision's commitment to integrating nutrition, health, livelihoods, child protection, education and WASH into our advocacy and programming, while supporting governments to strengthen sustainable public financing for school meals, community nutrition services and primary healthcare. During FY25, ENOUGH-related advocacy was implemented in 683 Area Programmes, generated more than 2.7 million public advocacy actions, and demonstrated how coordinated, cross-sectoral advocacy can translate policy commitments into funded action and sustainable solutions to hunger and malnutrition. World Vision's work also strengthened partnerships with governments, civil society, faith actors and international partners, contributing to knowledge sharing, policy alignment and coordinated action to address the root causes of hunger and malnutrition.

HOW THIS ADVANCES WORLD VISION INTERNATIONAL'S COMMITMENT — With these actions, World Vision International has advanced the commitments outlined in its Statement of Commitment by promoting integrated, child-centred approaches to ending hunger and malnutrition.

A CORRIDA PARA 2030

ALIANÇA GLOBAL
CONTRA A FOME
E A POBREZA

contact@endhungerandpoverty.org
www.globalallianceagainsthungerandpoverty.org

Publicado por

UNRISD
UNITED NATIONS
RESEARCH INSTITUTE
FOR SOCIAL
DEVELOPMENT